



Programa de Pós-Graduação em
Antropologia • UFPA

TRAJETÓRIAS DE “MIGRANTES”:

**CONTATOS, INTERAÇÕES E CONFLITOS EM PRÁTICAS INTERCULTURAIS
BREVES-MARAJÓ-PA**

DIONE DO SOCORRO DE SOUZA LEÃO



**Belém-Pa
2018**



Dione do Socorro de Souza Leão

**TRAJETÓRIAS DE “MIGRANTES”:
CONTATOS, INTERAÇÕES E CONFLITOS EM PRÁTICAS
INTERCULTURAIS - BREVES-MARAJÓ-PA.**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA) do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Federal do Pará (UFPA) sob a orientação da Profa. Dra. Rosa Elizabeth Acevedo Marín.

Belém, Pará

2018



Dione do Socorro de Souza Leão

A Banca Examinadora da Tese de Doutorado, em sessão pública realizada em Belém/PA, _____ de _____ de _____ considerou a candidata Dione do Socorro de Souza Leão _____.

Márcia Anita Sprandel (CEMI – OIM)
Examinadora Externa

Profa. Dra. Cristina Donza Cancela – (PPHIST/UFPA)
Examinadora Externa

Prof. Dr. Agenor Sarraf Pacheco – (PPGA/UFPA)
Examinador Interno

Profa. Dra. Edna Ferreira Alencar – (PPGA/UFPA)
Examinadora Interna

Prof. Dr. Fabiano Gontijo – (PPGA/UFPA)
Examinador Interno - Suplente

Profa. Dra. Rosa Elizabeth Acevedo Marin (PPGA/UFPA)
Orientadora

Belém, Pará

2018

DEDICATÓRIA

Ao Sr. José Silva Filho (in memorian) pela partilha de conhecimentos sobre a região de Breves e a consideração dedicada a esta pesquisa.

GRATIDÃO!

É o sentimento que define meu espírito nesse momento de conclusão desta etapa. Não foram poucas as pessoas envolvidas no processo de confecção desta tese, algumas deixaram de viver momentos de suas vidas para colaborar com os meus projetos e nessa empreitada tornaram-se o meu alicerce. Para elas eu não tive receio de pedir ajuda, falar dos meus anseios e conquistas, exatamente por conhecer a grandeza de cada um.

Agradeço do fundo do meu coração a:

Meu esposo **João Aildo Sena Melo**, pela parceria, consideração e amor, sem ele eu não conseguiria terminar essa escrita, nunca deixou de se importar comigo e com a pesquisa. Em tempos de trabalho de campo foi uma espécie de colaborador, pois, em muitos momentos articulou contatos, acompanhou entrevistas, compartilhou seus conhecimentos sobre os rios, vocabulário local e modos de vida na região.

Rosa Acevedo Marin que durante todo esse tempo foi muito mais do que uma orientadora, tornou-se amiga, companheira, preocupada com a formulação de um trabalho de qualidade, exigente quando necessário, porém sem perder a doçura e o respeito pela minha condição humana;

Minha filha *petit chef* **Ludmila Leão** que com seus chás, docinhos, bolos e outras guloseimas (imaginárias) me alimentou com sua doçura de ser criança cotidianamente;

Christian Peterson o filho da área de letras, não é difícil adivinhar a ajuda prestada na construção dessa escrita no uso de termos, pontuação, coerência nas frases, dentre outras dúvidas. Ainda foi meu assistente nas pesquisas cartoriais.

Matheus Leão, meu filho caçula do campo das artes e do designer gráfico que com sua paciência e habilidade foi responsável pelo trabalho gráfico da capa e pela assistência técnica todas as vezes que o notebook, computador, internet insistiam em falhar;

João Victor, aquele amor de filho capaz de proporcionar tranquilidade por toda ajuda prestada aos negócios da família, muito atencioso, responsável, nosso companheiro de todos os momentos.

Renato, meu neto **Davi** e nora **Brunna**, sempre sensíveis a minha condição de avó doutoranda, não julgaram minha ausência e regularmente destinaram um tempo para trazer meu neto para tomar benção.

Minha mãe **Maria Leão**, um bálsamo nas visitas do fim da tarde e nas conversas fora da rotina de estudos, sempre muito compreensiva comigo, apesar da necessidade nunca

cobrou atenção, suas conversas, conselhos, orações foram focos de luz e fé a conduzir meu caminho nessa missão.

Minha irmã de outras vidas **Lílian Castelo Branco**, presente das forças do bem, mesmo com sua rotina de afazeres arrumou tempo para fazer a revisão de muitos pontos dessa escrita, suas contribuições foram valiosas para o produto final deste trabalho. Obrigada por ser luz na minha vida.

Minhas amigas da turma de doutorado que viraram manas:

Eliane Costa, parceira de viagens pelo Mapuá e eventos antropológicos pelo Brasil, comigo dividiu conquistas e expectativas de um futuro melhor para as pesquisas na região.

Vivianne Nunes, amiga alegre e divertida capaz de transformar tudo em sorrisos, nosso reencontro no doutorado religou vínculos estabelecidos nos tempos de infância e reafirmou-se nessa fase madura movida pelo respeito, consideração e pelas brincadeiras.

Sônia Amaral, solidária e companheira de todas as horas, uma amizade regada a carinho e admiração que faço questão de alimentar com muito amor.

Ana Smith um doce de pessoa, suas palavras de motivação engrandeceram meus dias, uma amizade que pretendo levar para o resto da vida.

Gicele Araújo, gentil, amável e hospitaleira, ofereceu muito mais do que abrigo em sua casa em dias de disciplina em Belém, deu-me atenção e carinho juntamente com seu esposo.

Joel Pantoja e **Leonildo Guedes** os dois homens da turma também foram conquistas valiosas da experiência doutoral, com eles troquei conhecimentos e referencial teórico no campo da antropologia e áreas afins.

Tiago Barros Botelho, **Alba Cirino**, **Luziane Goltara** e **Mariuza Carvalho**, amigos/irmãos indispensáveis na minha vida por me colocarem sempre para cima, quebrarem o enclauramento de estudos através de passeios, animadas conversas regadas a vinho, boa comida e muitas risadas.

Cristina Donza Cancela, que foi minha orientadora no mestrado e também esteve presente junto ao processo de construção da tese desde a banca de qualificação, e quando precisei orientou-me com toda paciência e elegância típicas da sua personalidade; seus estudos sobre migração, família e gênero foram valiosos nessa escrita.

Márcia Anita Sprandel não mediu esforços para deslocar-se de Brasília mesmo com os recursos limitados, entendeu as circunstâncias e com sua sensibilidade colaborou significativamente na arguição da banca de qualificação;

Edna Alencar, amiga querida e exemplo de profissional dedicada à pesquisa, seus ensinamentos nas disciplinas ministradas e nos diálogos extras classe substanciaram o caminho teórico-metodológico utilizado nessa tese, principalmente a etnografia multisituada de George Marcus que se apresentou como o caminho mais adequado a pesquisa.

Agenor Sarraf Pacheco serei eternamente grata por acreditar nas minhas potencialidades, se um dia esse amigo/irmão não tivesse estendido sua mão e segurado firme na minha, provavelmente essa tese não existiria. É a minha inspiração nessa trajetória acadêmica, um ser admirável pela empatia, qualidade própria de humanos especiais.

Fabiano Gontijo, Flávio Barros e Diogo Costa pela partilha de conhecimentos em tempos de disciplina e pela decisiva contribuição na implantação do primeiro projeto doutoral no Marajó na área da antropologia, um marco na história da educação na região do qual eu tenho imenso orgulho de fazer parte.

Aos meus interlocutores em nome de **Íria Chocron** que representa muito bem a principal característica de todos que foi a disponibilidade para compartilhar seus conhecimentos e o respeito por essa pesquisa, assim como os funcionários dos arquivos documentais, a começar pelo Cartório Matos na figura do Tabelião Titular **Raimundo Oliveira Matos** e o funcionário **Elenilson Inajosa e José Mauro Gomes Filho**; Cartório Dário Furtado na pessoa do responsável pela instituição **Eder Jorge Alves** e do funcionário **Benedito Júnior Lima de Souza**.

E a todos os amigos, alunos e ex-alunos que torcem pelo sucesso dessa escrita.

MUITO OBRIGADA!

RESUMO: O objeto da presente tese são as experiências de contatos ocorridas nas trajetórias de “nordestinos”, “portugueses”, “judeus” e “americanos” em Breves no Marajó, Pará, visibilizadas em práticas interculturais, construídas por meio da presença comum entre os grupos e os moradores naturais da região. Porém, dentro de relações assimétricas de poder apreendidas através das narrativas orais dos interlocutores, arquivos documentais do cartório Civil Matos (registros de óbitos e casamentos) e de Imóveis Dário Furtado (registros de compra e venda de propriedades), imagens fotográficas e pinturas em tela. Sob um recorte temporal que alcançou os finais do século XIX até a atualidade, sendo esse recorte representativo das memórias dos interlocutores sobre suas trajetórias na região de Breves em diálogos com os dados retirados das documentações cartoriais (1891 até 1979) referentes aos lugares pertencentes aos furos do Itaquara e Tajapuru, os rios Parauaú, Mapuá, Macacos, Curumu, Jaburu e cidade de Breves. Nesse contexto da pesquisa, os objetivos concentram-se em analisar como as experiências de contatos produziram identificações e formas de pertencimento dos “migrantes” e descendentes interlocutores da pesquisa. E ainda rever o sentido do global no local através dos fluxos de “estrangeiros” trazidos pelos navios, barcos, rádio, cinema, televisão, celular, internet e outras tecnologias, importantes na constituição das relações sociais e dos ambientes nos espaços de pesquisa. Além de analisar as formas de integração social desses “migrantes” na região de Breves, as sociabilidades, os desafios enfrentados relacionados a conflitos, estigmas, exploração, alimentação e doenças que assolaram o cotidiano dos grupos em diferentes tempos e espaços. Para tal, foram seguidas as orientações metodológicas da etnografia da entrevista no cruzamento com a história oral, da análise dos documentos com a etnografia do arquivo e da fotoetnografia e outros usos da imagem, à luz das perspectivas microanalítica e multi-situada. E a partir desse percurso investigativo, este estudo permitiu descortinar sentidos das experiências dos contatos de “migrantes” e descendentes, sujeitos aparentemente atomizados, mas que conseguiram constituir um universo estreito de relações sociais, políticas, econômicas e culturais, de movimentos, ações e interações que os tornam centrais na história recente da formação social da região de Breves.

PALAVRAS-CHAVE: Experiências; Contatos; Trajetórias; Interculturalidade.

ABSTRACT: The objective of this thesis is the experiences of contacts that occurred in the trajectories of "Northeastern", "Portuguese", "Jewish" and "American" in Breves in Marajó, Pará, visible in intercultural practices, and the region's natural residents. However, within asymmetrical relations of power seized through the oral narratives of the interlocutors, documentary archives of the registry Civil Matos (records of deaths and marriages) and Real Estate Diário Furtado (records of purchase and sale of properties), photographic images and paintings on canvas. Under a temporal cut that reached the end of the nineteenth century until the present time, this cut is representative of the memories of the interlocutors about their trajectories in the region of Breves in dialogues with the data taken from the documentary work (1891 to 1979) referring to the places belonging to the holes of Itaquara and Tajapuru, the rivers Parauaú, Mapua, Macacos, Curumu, Jaburu and city of Breves. In this context of the research, the objectives are focused on rethinking how the contact experiences produced identifications and forms of belonging of the "migrants" and descendants of the research interlocutors. And we also review the meaning of the global in the locality through the flows of "foreigners" brought by ships, boats, radio, cinema, television, cellular, internet and other technologies, important in the constitution of social relations and environments in research spaces. In addition to analyzing the forms of social integration of these "migrants" in the region of Breves, the sociabilities, the challenges faced related to conflicts, stigmas, exploitation, food and diseases that have devastated the daily life of groups in different times and spaces. For that, the methodological orientations of the interview ethnography at the intersection with the oral history, of the analysis of the documents with the ethnography of the archive and of the photoethnography and other uses of the image were followed, in the light of the microanalytical and multisituated perspectives. And from this investigative path, this study allowed us to discover the experiences of the contacts of "migrants" and descendants, apparently atomized, but who managed to constitute a narrow universe of social, political, economic and cultural relations of movements, actions and interactions which make them central in the recent history of the social formation of the Breves region.

KEY WORDS: Experiences; Contacts; Trajectories; Interculturality.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Mapa dos principais furos e rios que compõe a pesquisa	16
Figura 02 – Livros de registros civis dos distritos de Breves.....	48
Figura 03 – Dona Laura Rosa ao lado de santos e orixás.....	68
Figura 04 – Fotografia na casa de Dona Vitória Nogueira – rio Mapuá.....	71
Figura 05 – Dona Irene Horta.....	94
Figura 06 – Pintura em tela da série Breves dos anos de 1960.....	117
Figura 07 – Fotografia do navio norte-americano transatlântico na vila Lawton..	123
Figura 08 – Fotografias de crianças assistindo TV - rio Mapuá	137
Figura 09 – Propriedade do Sr. Sebastião Horta.....	142
Figura 10 – Parte da propriedade do Sr. Antônio Félix.....	147
Figura 11 – Vila Amélia.....	149
Figura 12 – Casa do Sr. Sebastião Horta Félix.....	151
Figura 13 – Pintura em tela de Necy Baleiro.....	153
Figura 14 – Pintura em tela de Necy Balieiro na década de 1960.....	154
Figura 15 – D. Irene Horta – Comunidade Santa Rita – Poto Cumaru, 2015.....	162
Figura 16 – Casa temporária de Dona Vitória Nogueira.....	165
Figura 17 – Casa de Dona Maria Rodrigues Farias.....	167
Figura 18 – Casa construída por “americanos” na década de 1970.....	173
Figura 19 – Baile das Acácias na Loja Maçônica de Breves.....	174
Figura 20 – fotografia no pátio da residência de Dona Suzane Joubert.....	214

TABELAS

TABELA 01	17
TABELA 02	184
TABELA 03	253
TABELA 04.....	284
TABELA 05.....	289

SIGLAS

BASA – Banco de Crédito da Amazônia S.A

BCB – Banco de Crédito da Borracha

BISA – Breves Industrial S.A.

COMIG – Companhia Madeiras São Miguel

COSANPA – Companhia de Saneamento Básico do Pará

IBRA – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização

SESP – Serviço Especial de Saúde Pública

SUCAM – Superintendências de Campanha de Saúde Públicas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1. DIÁLOGOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS: UMA PROPOSTA INTERDISCIPLINAR	28
1.1. Breve abordagem dos estudos de migração na Amazônia	28
1.2. Principais conceitos e categorias de análise.....	33
1.3. As opções metodológicas.....	40
1.3.1. A etnografia multi-situada e a micro-história	40
1.3.2. A etnografia do arquivo.....	43
1.3.3. A etnografia da entrevista e a história oral.....	53
1.3.4. A fotoetnografia e outros usos da imagem	58
2. “MIGRANTES” E DESCENDENTES EM REDES E CONTATOS.	60
2.1. Os “Nordestinos”	62
2.1.1. Dona Laura Gomes da Costa (65 anos).....	63
2.1.2. Dona Vitória de Paula Nogueira (102 anos).....	69
2.1.3. Sr. José Maria Serafim do Nascimento.....	73
2.1.4. Sr. Joaquim Santos do Nascimento (79 anos).....	75
2.1.5. Sr. José Silva Filho (94 anos).....	77
2.1.6. Sr. Juarez Cavalcante (85 anos).....	84
2.1.7. Sr. Augusto César Leite Barros (60 anos)	86
2.1.8. Sr. Paulo do Nascimento Pereira (79 anos).....	88
2.2. Os “Portugueses”	92
2.2.1. Dona Irene Horta Moraes (95 anos).....	93
2.2.2. Sr. Antônio Félix.....	99
2.2.3. Sr. Francisco Vale Rendeiro (64 anos).....	102
2.2.4. Emilia fona Nunes (59 anos).....	105
2.3. Os “Judeus”	107
2.3.1. Íria Chocron (46 anos).....	108
2.3.2. Dona Maria Rodrigues Farias (72 anos).....	110
2.3.3. Dona Jacirema Sarraf Caetano (60 anos).....	112
2.4. Os “Americanos”	114

3. FLUXOS E MOVIMENTAÇÕES GLOBAIS NA CONSTITUIÇÃO DA REGIÃO DE BREVES.....	116
3.1. Os navios e os “estrangeiros”	117
3.2. “Migrantes” e descendentes em outras conexões.....	129
3.2.1 Trânsitos no eixo Belém/Breves e Breves/Belém.....	129
3.3. As propriedades dos “migrantes”	136
3.3.1. Casas, comércios e barracões de “portugueses” e “nordestinos”	142
3.3.2. Os imóveis dos “judeus”	167
3.3.3. Vilas operárias e serrarias de “estrangeiros”	172
4. AS REDES DE INTEGRAÇÃO DE “MIGRANTES” NA REGIÃO	182
4.1. Casamentos como estratégia de inserção social.....	182
4.1.1 Casamentos interculturais.....	183
4.1.2. Casamentos entre “iguais”	192
4.2. A invisibilidade das mulheres “migrantes” nas documentações cartoriais.....	195
4.3. Laços de amizade, compadrio e religiosidade entre os grupos.....	204
5. CONFLITOS, TENSÕES E DESAFIOS NAS VIVÊNCIAS DE “MIGRANTES”	223
5.1. Movimentos sociais de luta pela liberdade de comércio nos rios de Breves....	225
5.1.1. Os “donos do rio”	225
5.1.2. Ameaças, intimidações e enfrentamentos do poder no Lago do Jacaré	232
5.2. Violência, crime e o estigma do “cangaceiro”	236
5.3. As doenças e as principais causas entre os “migrantes”	247
5.4. Os hábitos alimentares e as readaptações locais.....	261
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	269
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	276
ANEXOS	284

INTRODUÇÃO

O objeto da presente tese é analisar as experiências de contatos ocorridas nas trajetórias de “nordestinos”, “portugueses”, “judeus” e “americanos” em Breves no Marajó, Pará, visibilizadas em práticas interculturais, construídas por meio da presença comum entre os grupos e os moradores naturais da região. Porém, dentro de relações assimétricas de poder apreendidas etnograficamente por meio das narrativas orais dos interlocutores, arquivos documentais do cartório Civil Matos (registros de óbitos e casamentos) e de Imóveis Dário Furtado (registros de compra e venda de propriedades), imagens fotográficas e pinturas em tela.

Dessa forma, para chegar a esse objeto o estudo partiu das seguintes questões problematizadoras: Qual o “perfil” dos “migrantes” e descendentes deslocados para a região de Breves? Como se identificam? Como se deu a interação entre os grupos e os moradores pelos espaços de rios, florestas e cidade? Quais as práticas interculturais produzidas a partir das experiências de contatos e de que forma transformaram as relações sociais e as paisagens dos lugares de pesquisa? Quais os principais desafios enfrentados nas inter-relações com os outros grupos e os ambientes?

E a partir dessa problemática os objetivos da pesquisa concentram-se em demonstrar como as experiências de contatos produziram identificações e formas de pertencimento dos “migrantes” e descendentes interlocutores da pesquisa. E ainda repensar o sentido do global no local através dos fluxos de “estrangeiros” trazidos pelos navios, barcos, rádio, cinema, televisão, celular, internet e outras tecnologias, importantes na constituição das relações sociais e dos ambientes nos espaços de pesquisa. Além de refletir sobre as formas de integração social desses “migrantes” na região de Breves a partir das sociabilidades e dos desafios enfrentados relacionados a conflitos, estigmas, exploração, alimentação e as doenças que assolaram o cotidiano dos grupos em diferentes tempos e espaços.

Para que se entenda o interesse desta pesquisadora pelo objeto de estudo, devo notar que o primeiro contato com o tema da pesquisa se deu nos tempos do mestrado em História Social (2012-2014) na Universidade Federal do Pará, campus de Belém, quando realizei a escrita da construção histórica do espaço urbano e das relações sociais estabelecidas na cidade de Breves, meu lugar de nascimento e residência. Na dissertação produzi uma escrita diretamente ligada às experiências sociais de trabalhadores da área portuária. E

naquela oportunidade tive acesso a diversas narrativas de pessoas que se deslocaram dos espaços de rios e florestas para a cidade no período de 1940 a 1980, período de exploração da madeira na região.

Naquele tempo, o tema então emergiu nas pesquisas sobre Breves, visto que alguns interlocutores eram “migrantes” dos estados do Nordeste e tinham cruzado os rios em canoas e barcos no sentido do “interior” para a cidade de Breves em busca de melhores condições de vida. No entanto, a temática não foi explorada, as ascendências, as motivações e os processos de deslocamentos desses “migrantes” para a região de Breves não foram problematizadas naquele momento.

E deixou em aberto uma janela para pensar na trajetória desses migrantes, sob novos enfoques na pesquisa para o Doutorado em Antropologia. Assim, após o ingresso no Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal do Pará em um projeto doutoral realizado com alunos do Marajó foi dada o início a pesquisa. A primeira ideia era escrever apenas sobre a cidade, no mesmo recorte temporal da dissertação, porém em conversa com as pessoas, as histórias sobre o Mapuá e a presença de famílias originárias do Nordeste e de Portugal e no rio Itaquara como destino de muitos “nordestinos” fizeram pensar seriamente em ampliar o lócus de investigação e o período de pesquisa.

Desse modo, o estudo alcançou os finais do século XIX até a atualidade em íntima relação com as narrativas orais, sendo esse recorte temporal representativo das memórias dos interlocutores sobre suas trajetórias na região de Breves em diálogos com os dados retirados das documentações do cartório civil Matos e de imóveis Dário Furtado (1890 até 1979) sobre peças documentais referidas aos lugares pertencentes aos furos do Itaquara e Tajapuru e os rios Parauaú, Mapuá, Macacos, Curumu, Jaburu e cidade de Breves, pontuados no mapa a seguir:



Figura 01 – Mapa dos principais furos e rios que compõe a pesquisa na região de Breves.

Fonte: VILHENA, Thiago, 2017.

Destaca-se que a denominada região de Breves¹ é formada em grande parte por um sistema hidrográfico representado no mapa apenas pelos principais rios e furos, sem nesse sentido desconsiderar as nomações dos braços de rios, igarapés e lagos que os compõe evidenciados na pesquisa e descritos ao longo dos capítulos.

Importa dizer para a elucidação do objeto de estudo que essas condições naturais tornaram a região de Breves uma zona de contatos entre os diferentes grupos mencionados. Sendo os rios e furos, “lugares” nos quais nas suas margens ocorreram processos significativos de domínio de um mundo social, pois abrigaram centenas de pessoas deslocadas para essas terras, estabelecidas em vilas e comunidades ou residências esparsas.

Assim, dentre alguns dos lugares pontuados no mapa realizei o total de 20 entrevistas com os interlocutores. Na sequência segue uma tabela com o nome, o local de residência e a ascendência, como forma de situar o leitor com informações básicas sobre sua

¹ Na região de Breves localizada no lado ocidental do arquipélago de Marajó no Estado do Pará, os dados oficiais Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2016) indicam uma população estimada em 99.080 habitantes.

identificação, tendo em vista que no capítulo 2 e no decorrer dos outros capítulos, eles são apresentados de forma mais detalhada.

Tabela 01 – Identificação dos interlocutores

NOME	LOCAL DE RESIDÊNCIA E DESCENDÊNCIA
Sr. Antônio Félix	Rio Aramã - Baixo Mapuá - Descendente de “Portugueses”
Dona Vitória Nogueira	Cumaruzinho braço do rio Mapuá -Descendente de “Nordestinos” (Ceará)
José Maria Nascimento	Cidade de Breves – Descendente de “Nordestino”
Joaquim Santos do Nascimento	Rio Mapuá Localidade - São Antônio -Descendente de “Nordestino” (Ceará)
Juarez Cavalcante	Rio Itaquara – Porto Cavalcante Descendente de “Nordestino” (Paraíba)
Dona Laura Gomes da Costa	Cidade de Breves – “Nordestina” (Maranhão)
S.P.D	Cidade de Breves - Descendente de “Nordestinos”
Augusto Barros	Cidade de Soure – Descendente de “Nordestinos”
Paulo do Nascimento Ferreira	Cidade de Breves – “Nordestino” (Rio Grande do Norte)
José Silva Filho	Cidade de Belém (falecido) – “Nordestino” (Ceará)
Irene Horta	Lago do Jacaré Alto Mapuá - comunidade Nsra. de Nazaré - descendente de portugueses
Sebastião Horta Moraes	Lago do Jacaré Alto Mapuá - Comunidade Nsra. de Nazaré - Descendente de “Portugueses”.
Sebastião Horta Moraes	Lago do Jacaré - Comunidade Santa Maria - Descendente de “Portugueses”
Francisco Rendeiro	Cidade de Breves – Descendente de “Nordestino”
Emília Fona Nunes	Cidade de Breves – Descendente de “Portugueses”
Dona Marineide da Silva Leão	Rio Jaburu - Vila Lawton
Dona Maria Borges	Jupati - braço do rio Mapuá - Alto Mapuá
Íria Chocron	Cidade de Breves – Descendente de Judeus – Marroquinos.
Jacirema Sarraf Caetano	Cidade de Breves – Descendentes de Judeus – Marroquinos
Maria Rodrigues Farias	Estrada Breves – Anajás (vicinal 5)- Descendente de Judeus-Marroquinos

Conforme demonstra a tabela 01, os interlocutores residem nos espaços dos rios Mapuá (dividido em duas regiões Alto e Baixo Mapuá); Itaquara; Aramã; Jaburu e cidade de Breves. No entanto, destaco que dentre os interlocutores entrevistados alguns migraram dos espaços de rios e florestas para a cidade e por esse motivo suas memórias abarcaram outros lugares, como o rio Macacos através de Dona Laura Rosa e o rio Oléria de Emília Fona Nunes.

Outra informação pertinente é que a pesquisa nos livros de registros de casamentos e óbitos do Cartório Civil Matos entre os anos de transcrição de compra e venda de bens do Cartório de Imóvel Dário Furtado no período de 1891 a 1979 ², possibilitou visibilizar outros locais com a presença de migrantes, ampliando a pesquisa para o rio Tajapuru (Antônio Lemos) e Parauaú, dentre outros lugares esboçados no capítulo ³.

Sem esquecer que pela tabela acima é possível notar algumas famílias de “migrantes” chaves nessa pesquisa. Os nomes de família são: Os Horta, os Nascimento, os Nunes, Rendeiro, Sarraf, Chocron, Nogueira. Porém, outros interlocutores mesmo não sendo descendentes de nenhum dos grupos apontados foram consideravelmente relevantes pelos relacionamentos estabelecidos com essas e outras famílias. Este foi o caso de Marineide Leão que apresentou a família de “americanos” Lawton localizados no rio Jaburu. Além de Dona Vitória Borges uma das moradoras mais antigas do rio Mapuá com laços afetivos e de trabalho com os Nascimento.

A partir do contato com os interlocutores e os arquivos, preferi não utilizar nessa escrita a denominação município como um espaço territorial político dividido entre zona rural e zona urbana. Por esse motivo, faço a opção pelo uso da noção de “região” conforme mencionado no mapa (fig. 01, p. 16), envolvendo todos os espaços de Breves. Em vista das narrativas orais e documentais não apresentarem essa compartimentação. Outra observação é que faço uso da palavra “região” para marcar pertencimento nessa escrita, pois se aproxima mais do discurso dos agentes sociais com delimitações indicadas não apenas na geografia, como também no quadro de relações sociais que definem características próprias dentro de um arquipélago marcado pela diversidade cultural.

Assim, levo em consideração o ponto de vista dos próprios interlocutores, que não devem ser pensados com atributos genéricos, pois se trata sempre de pessoas concretas, cada uma dotada de suas particularidades, e sobretudo, agência e criatividade (Goldman 2003: 456), embora ainda utilize os termos “nordestinos”, “judeus”, “portugueses” e “americanos”, estes são aspeados para indicar atenção a essa questão. Assim como o uso das palavras “migrante” e “estrangeiro” de cunho generalizante.

Penso que esse é um ponto importante para repensarmos uma das especificidades da pesquisa no qual a palavra “migrante” não aparece entre os interlocutores na forma de autoidentificação. Pois, se remetem sempre ao uso do estado ou cidade de origem para identificarem seu pertencimento. E com relação aos descendentes de “migrantes” somente

² A lista de livros está em anexo – p. 292-293

³ A relação dos nomes encontrados nas documentações estão em anexo - 294.

acionaram uma identidade “étnica” em momentos necessários, por ocasião da entrevista, por exemplo, ou no caso dos “portugueses”, da família Brito, para retirar o visto de permanência para Portugal, enquanto um direito conquistado na justiça.

Em outro sentido, muito recentemente, o ordenamento territorial do arquipélago de Marajó definiu a ideia de Microrregião de Breves abrangendo Afuá, Anajás e Currálinho (PDTSAM 2007: 09). Contudo, essa delimitação rompe relações sociais, econômicas e políticas com o município de Portel, Melgaço e Bagre que foram inseridos na Microrregião de Portel. Essa observação tem sentido para precisar que não se trata nesta tese de uma “região” instituída pelo planejamento. Neste caso, “região” exprime as referências dos indivíduos e grupos sociais para o seu pertencimento e memória de experiências de vida.

Portanto, os lugares são definidos pelas relações dos agentes sociais, e são constituídos como tais em e pela relação com os espaços e também as “coisas” (bens materiais) na medida em que são apropriadas pelos agentes. A partir de Sayad (1998: 11) e Bourdieu (1997: 169), posso inferir que os lugares apresentados na região de Breves como espaços de pesquisa, destacam as particularidades dos grupos de “migrantes” e descendentes, os quais estão associados e dão uma dimensão maior sobre as diferenças evidenciadas nas vivências atuais das pessoas deslocadas.

Entretanto, muitos deles como os “nordestinos” foram privados de um lugar apropriado no espaço social e nas classificações da sociedade, vistos indistintamente como “trabalhadores pobres” da borracha e da madeira. As atribuições de cunho regionalista segundo Bourdieu (1989) emergem através do Estado por meio de uma identidade legítima que visa a conservação das relações de forças simbólicas e econômicas, tantas vezes observadas nas designações cartoriais e problematizadas no decorrer dos capítulos.

Assim, compreender a mobilização de pessoas deslocadas de seus lugares de pertença, e concentradas tanto na cidade de Breves como em vilas e comunidades ou dispersos nos pequenos igarapés – locais de extração dos produtos destinados ao mercado, incluiu avançar esquemas enquadrantes, para situá-los como agentes sociais dotados de autonomia, cujas trajetórias são capazes de gerar novas realidades e modificar estruturas “fixas” de conhecimento científico sobre a temática das migrações e diversidade de experiências de vida.

Entretanto, o caminho para chegar ao objeto da tese incluiu um longo percurso envolvendo experiências que fizeram parte da composição dessa escrita que foram válidas para o amadurecimento da pesquisadora, tanto no aspecto teórico metodológico como pessoal, por esse motivo trago para o centro de discussão a minha primeira imersão em

campo no rio Mapuá um dos lugares de investigação da pesquisa e os relacionamentos travados com os interlocutores por meio de um caso apenas representativo de parte da experiência de uma historiadora aprendiz de antropóloga.

Desse modo, surgiu em 2015, ainda em tempos da realização das disciplinas do Doutorado, a primeira chance de viajar para o rio Mapuá em uma experiência etnográfica, ocorrida durante a disciplina Fundamentos da Arqueologia, ministrada pelo professor Dr. Diogo Costa, que propôs à turma uma atividade arqueológica denominada “levantamento por transects” (Caldarelli 1999: 51) a ser realizada nos cemitérios localizados no rio Mapuá, sendo um de origem portuguesa e outro indígena.

Muito embora não realizando uma descrição densa como propõe Geertz (1989), iniciava-se na manhã de 25 de maio de 2015 a experiência etnográfica que se desenvolveria com mais detalhamento tempos depois. E a bordo do barco “Pai Eterno”, percorremos as ruas de água em busca de conhecer os referidos cemitérios. O cemitério indígena, onde realizamos a atividade arqueológica, está localizado na vila Amélia.

Vale lembrar que meu interesse por essa incursão arqueológica ia além da atividade em si, pois havia a possibilidade de que eu encontrasse pistas de um grupo de “cearenses” referenciados nas lembranças do Sr. Enéias Pinheiro como moradores do Mapuá, em entrevista que faz parte do *corpus* da pesquisa que realizei na pesquisa do Mestrado em História em 2014. Essa expectativa era decorrente dos ecos dessa narrativa em minha memória, que compreendi como uma pista a ser seguida na viagem, guardava uma impressão que os cearenses poderiam ser reconhecidos em um número expressivo nessa região, por isso esperava encontrá-los todos ali reunidos em apenas um lugar.

Em todo o percurso da viagem aproveitei para fazer fotografias das cenas cotidianas dos moradores do Mapuá, em busca de registrar as práticas daquelas gentes, vistas do centro do rio para as margens, o zoom óptico da máquina em ação constituía-se como uma pequena abertura, que dava a dimensão que ali havia relações sociais. De longe fotografei mulheres lavando roupas, olhares curiosos de grupos nas pontes e pessoas nos trapiches em momento de conversas. Crianças, jovens e famílias nas canoas, casas com uma fumaça indicavam que ali se desenvolvia a tarefa coletiva de produção da farinha de mandioca, alimento típico da região de Breves.

Nessa digressão, percebo nitidamente que as primeiras fotografias revelaram o distanciamento do meu olhar de pesquisadora nos momentos iniciais deste trabalho, ainda apenas especulativo, assim como também se apresentava o objeto deste estudo. Porém, tempos depois, uma das fotografias dessa primeira experiência rendeu o 1º lugar, na

exposição de fotos do Simpósio Antropologia em Foco V em 2016, realizado pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA). E as outras fotografias parte desse acervo foram publicadas no ensaio fotográfico intitulado *Sob o regime das águas: Estéticas da tradição e da modernidade nas construções às margens do rio Mapuá, no arquipélago do Marajó, Pará* na Amazônica revista de Antropologia (v. 8, n. 1, 2016).

Assim, “adentrar” ao rio Mapuá composto por águas negras, mata nativa e residências dispostas em vilas e comunidades, casas de farinha de diferentes tamanhos e modelos, serrarias, exigiu da pesquisadora reelaborar percepções mais cuidadosas para ultrapassar a noção de natureza exuberante impregnada no meu olhar. Ali pulsavam relações sociais, isso era o mais importante.

Desse modo, ao longo do percurso da viagem, em conversas com a tripulação do barco, hábeis conhecedores da região e os colegas do Doutorado, algumas informações foram recolhidas. O rio Mapuá começava lentamente a ser refotografado, não somente pelas minhas lentes, mas também no meu imaginário. Entre uma pista e outra, eu começava a repensar a ideia de separação do espaço urbano e espaço rural e a questionar a ideia de município para definir Breves. Esta realidade se impunha mais uma vez diante dos meus olhos, e em minha concepção eu não poderia negligenciá-la.

Nesse cenário, diante do que me era revelado, o campo me surpreendia. Conseqüentemente, parafraseando Goldman (2008), a minha formação antropológica abria precedentes para desestabilizar meus pensamentos e sentimentos. E de acordo com Goldman (2008: 7) é essa “desestabilização que incide sobre nossas formas dominantes de pensar, permite ao mesmo tempo, novas conexões com as forças minoritárias que pululam em nós mesmos”.

Das observações feitas a bordo, algo era evidente: eu precisava chegar àquelas margens, conversar com as pessoas, conhecer suas trajetórias e vivências, trazê-las das margens para o centro dos diálogos e produção de conhecimento.

No dia seguinte, depois de passarmos a noite ancorados no porto da Casa familiar rural, seguimos viagem às 5:10 da manhã em direção à vila Amélia, com chegada às 9:15. No local, em uma pequena parada para falar com o responsável pelo lugar e agendar o retorno, pois ali seria feito o trabalho de campo da disciplina de Arqueologia.

Após a visita à vila Amélia, a viagem seguiu o itinerário em direção ao Porto Cumarú, antes de chegar ao destino eu tinha sido informada pelo comandante do barco que aquela era uma propriedade do Sr. Orlando Miranda, que comprou à propriedade da empresa Companhia Madeiras São Miguel (COMIG) na década de 1990. Antes de pertencer à

empresa exportadora de borracha e depois de madeira, com filial no rio Macacos, de propriedade até o século XIX da família Nascimento, naturais do Ceará. Em um primeiro momento aquele parecia ser o local mencionado anteriormente na narrativa do Sr. Enéias Pinheiro restava encontrar mais evidências da trajetória desses “cearenses”, o que não se resolveria naquela viagem.

Encontrei algumas informações sobre os Nascimento e os Horta na primeira conversa realizada com o Sr. Orlando Miranda, guardava a esperança de encontrá-los nas próximas visitas, foi somente no quarto dia de viagem pelo Mapuá que visitamos o Lago do Jacaré em busca do cemitério de portugueses, acompanhados do guia Sebastião, um morador local, conhecedor da região dos lagos e dos braços do rio Mapuá.

Nesse primeiro empreendimento etnográfico, essa foi a primeira vez que de fato eu chegava às margens dos rios, mesmo não sendo possível estabelecer uma conversa mais longa sobre a trajetória da família para o local, pela questão das prioridades da viagem serem outras, pude levantar pequenas evidências, uma delas foi a percepção de que naquela localidade conhecida apenas como Lago do Jacaré no Baixo Mapuá era a família Horta que detinha o poder desde a chegada de Joaquim Nunes Horta o “migrante português” que fundou o lugar. As evidências no cemitério da família também confirmavam a presença do grupo desde os finais do século XIX.

No final daquela tarde retornamos para o porto Cumarú, onde passamos a noite. No outro dia pela manhã começamos a fazer o trajeto de volta para a vila Amélia, onde realizamos a atividade do caminhamento transec orientada pelo professor Diogo Costa. Depois disso, a viagem seguiu o curso em direção a cidade de Breves.

Chegava ao fim a primeira experiência etnográfica que, mesmo sem planejamento prévio, permitiu mapear alguns espaços onde os “migrantes” “portugueses” e “nordestinos” viveram e entender mesmo que de forma pontual a dimensão da pesquisa. Esta prática da pesquisa possibilitou ainda observar algumas fronteiras sociais existentes na região do Mapuá, sendo essa uma constatação importante para o que viria a se constituir a tese dessa pesquisa.

Com base nessa primeira incursão, após um período de reflexão sobre o objeto da pesquisa, surgiram novas questões impostas pela etnografia com os descendentes de “migrantes” na cidade, reveladas nas narrativas orais e nos cartórios. Nesse momento percebi que cheguei na segunda fase do trabalho de campo, o da “sacada”, fase quando comecei a enxergar certa ordem nos dados da pesquisa empírica, foi quando algumas informações ganharam um valor significativo para o estudo.

De acordo com Magnani (2009:136) a “sacada” na pesquisa etnográfica, somente ocorre com uma presença assídua em campo (Magnani 2009:136), interpreto, no entanto, essa assiduidade não apenas levando em consideração os dados apreendidos e registrados nos quatro dias dessa incursão ao campo, mas toda a imersão que vivenciei nessa temática já desde estudo realizado para a construção da dissertação que desenvolvi no Mestrado.

Após essa primeira experiência retornei mais duas vezes ao Mapuá, sendo na última viagem realizada em outubro de 2017, já depois de ter entrevistado todos os outros interlocutores, visitei a última casa da pesquisa: a do Sr. Joaquim Nascimento e Dona Joana Nascimento e em meio às conversas regadas a café fiz uma descoberta: os dois conheciam a origem da minha família que habitava nesse mesmo rio, conhecidos como os “Leão” uma parte residente na região denominada Alto Mapuá, comunidade São Sebastião. Ao saber que pertencço a essa família, Dona Joana que acompanhava a entrevista do marido disse: “*eu sou de lá, nós somos parentes*”. Ambos lembraram da minha tia Raimunda, conhecida como Dica que manteve relação estreita com a suas famílias no passado.

Sobre a minha origem, já havia encontrado dados no Cartório Matos que me permitiram rastrear minha genealogia a partir de meus bisavós, ao encontrar no livro de registro de nascimento do Alto rio Mapuá no lugar denominado Porfiro, uma pessoa de nome Jacintho Leão Filho, esposo de Maria Pereira da Conceição que era o nome de solteira de minha avó. No dia 08 de julho de 1927 realizaram o registro de nascimento da filha Raimunda (conhecida como Dica) sobre quem Dona Joana e o Sr. Joaquim fizeram referência. No registro ainda é possível verificar o nome dos meus avós maternos: Manoel Pereira de Brito e Euphrosina Ferreira de Souza⁴.

Dessa forma, definitivamente tinha sido *afetada* por aquele campo, especialmente com o jeito caloroso daquelas pessoas ligadas a mim por um laço muito mais forte do que a de pesquisador/pesquisado. Encontrei na última residência visitada algo que procurei durante toda a viagem, sempre que entrevistava alguém da região do Mapuá, alguém referir-se a minha ancestralidade, na esperança de encontrar mais explicações, pois, logo após o nascimento de meu pai, a família se mudou para outra localidade e as pistas sempre foram escassas para refazer parte dessa trajetória.

A pesquisa, além de recompor a trajetória dos migrantes e seus descendentes permitiu experimentar o retorno às minhas origens, um encontro comigo mesma. E essa experiência alargou ainda mais meu olhar sobre aqueles espaços visitados e as pessoas,

⁴ Informações coletadas do livro de Registros de Nascimento nº 02 – Distrito do Mapuá.

porque apesar de viver na região a vida toda, foram poucas as vezes que me desloquei para os espaços de rios e florestas.

Por isso, o Mapuá era representado no meu imaginário com todos os estereótipos possíveis de lugar violento, pessoas hostis e desconfiadas com a presença de “estranhos”, em virtude de sempre ouvir descrições dessa forma da região feita pelos moradores dos espaços urbanos de Breves, até mesmo de muitos interlocutores do próprio Mapuá.

Aquela foi então, a chance de desfazer essa visão e rerepresentar novos olhares sobre a região mencionada, em decorrência de ter sido muito bem recebida em todos os lugares da pesquisa. Diante dessa experiência, concordo que “quando se está em um tal lugar, é-se bombardeado por intensidades específicas (chamemo-las de afetos)” (Saada 2005: 159). Nesse caso, essa intensidade foi experimentada nas sensações do contato com o campo, com as pessoas envolvidas na pesquisa.

Desse modo, a experiência em campo permitiu chamar a atenção para questões relativas à subjetividade inerentes à relação pesquisador/pesquisado algo que deixei entrever em muitos momentos da composição dos capítulos, pois permitiram identificar as dinâmicas de vida dos interlocutores nos seus lugares de moradia, despertar outros olhares, invisibilizados pela tentativa de tornar objetivo, algo compreendido somente na esfera da subjetividade.

Parafraseando Coelho (2016: 10), a subjetividade não foi obstáculo nesse fazer etnográfico e sim parte integrante do próprio projeto do conhecimento da alteridade, como espaços possíveis de ocupação pelo etnógrafo e a forma como é tratado pelo grupo, sendo entendidos como dados de campo, como maneiras que o grupo tem de dizer quem é por meio da relação que estabelece com o pesquisador.

Diante dessas explicações observo que este estudo tomou como base teórica os estudos de migração realizados a partir da produção dos questionamentos confeccionados por Palmeira (1974) sobre o conceito de “migração” e os novos debates surgidos sobre o uso de deslocamento como categoria de análise em Martins (2012). Para tomar como referência alguns estudos sobre migração na Amazônia diretamente ligados aos grupos que estudo dos quais menciono Cancela (2010); Alencar (2010); Lacerda (2010); Silva (2012); Aguiar (2010); Lins (2010), dentre outros, os quais foram mencionados nos capítulos da tese, com um espaço determinado no capítulo 1.

Ainda envolveu escolhas conceituais que colocaram no centro da discussão questões relativas a identificação, identidade, pertencimento, deslocamentos, fronteiras,

conflitos, violência, dentre outros apresentados no capítulo 1, servindo como passaporte para a entrada no campo da antropologia e os novos olhares sobre o objeto.

Portanto, destaco que uma das contribuições dessa pesquisa aos estudos de migração na Amazônia foi repensar a mobilização de pessoas deslocadas de seus lugares de pertença, e concentradas tanto na cidade de Breves como em vilas e comunidades ou dispersos nos pequenos igarapés – locais de extração dos produtos destinados ao mercado, na intenção de avançar esquemas enquadrantes observados nas denominações dos cartórios, para situá-los como agentes sociais dotados de autonomia, cujas trajetórias são capazes de gerar novas realidades e modificar estruturas “fixas” de conhecimento científico sobre a temática das migrações e diversidade de experiências de vida.

Outra contribuição está no emprego de uma metodologia interdisciplinar realizada a partir de diálogos metodológicos entre a etnografia multisituada e a micro história para compor uma escrita nos quais vários contextos interconectaram-se em tempos e espaços diferenciados, tomando como base o cruzamento de informações retiradas das narrativas orais e das documentações cartoriais. No intuito de rever a forma de colocar em prática a interdisciplinaridade na coleta de dados a etnografia da entrevista em cruzamento com a história oral e análise tanto de dados documentais como das instituições que a produziram. Sem esquecer o trato com as imagens retiradas da fotoetnografia e da relação memória/imagem.

Sendo que a pesquisa e a escrita da tese baseou-se em uma relação dialógica com os interlocutores, nas várias etapas da pesquisa e escrita do texto, diante da preocupação em registrar e contextualizar os passos da trajetória dos “migrantes” e seus descendentes selecionados na região, desde os critérios de escolhas dos interlocutores às reações dos entrevistados, a chegada ao campo que incluiu, receptividades e constrangimentos, até mesmo questões relativas à textualização da tese.

Então, como tentativa de colocar em prática uma escrita dialógica, nessa escrita apresento as falas dos interlocutores, inspirada na estratégia narrativa de autores pós-modernos em especial Price (2002) e Pantoja (2004) que articularam suas próprias regras para apresentá-las, optei em não fazer o recuo de 4 cm estabelecidos como regra de citação para narrativas orais, tão pouco diminuir a fonte para o número 10, por considerar que as narrativas dos meus interlocutores são produções de conhecimento que colocada em análises sob a orientação de autores pertinentes à temática deram base a pesquisa. Portanto, nessa escrita suas falas não estão relegadas apenas a citações indiretas no corpo do texto, as

diferencio apenas com o uso do itálico, permanecendo o recuo normal de 2 cm próprios de início de parágrafos e com a fonte 12.

Quanto a essa questão, cabem as argumentações de Clifford (1998: 21) quando afirma que por mais que se tente trazer novos olhares para o campo do fazer antropológico, não podemos esquecer que ainda subsiste nos textos antropológicos da atualidade o fato da etnografia estar, do começo ao fim, imersa na escrita, sendo que esta escrita inclui, no mínimo, uma tradução da experiência para a forma textual e por esse motivo, o pesquisador ainda determina a forma como as experiências em campo e os resultados obtidos serão repassados para os leitores.

Assim, considera-se que o processo é mais complicado quando paramos para pensar nele, já que esse fazer textual envolve a ação de múltiplas subjetividades e constrangimentos políticos que estão acima do controle do escritor, são muitas vezes imposições instituições que não permitem descumprir as regras de formatação estabelecidas pelos programas de pós-graduação para uma escrita mais inclusiva.

Em suma, para constituir essa escrita que trata dos resultados dos contatos dos “migrantes” com práticas locais e na reelaboração dessas interações vistas a partir da perspectiva intercultural que geraram novas relações e transformações nos ambientes da região. A tese se apresenta distribuída em 5 capítulos.

No capítulo 1 aponto primeiramente alguns autores que estudam o tema das migrações na Amazônia, em seguida os conceitos e as categorias de análise que permitiram realizar uma abordagem dos deslocamentos e contatos que rompem com uma perspectiva tradicional de migração baseada na interculturalidade e nas diferenças entre os “migrantes” estudados. Em seguida, apresento a perspectiva interdisciplinar e a influência dos pós-modernos para a composição da proposta metodológica baseada nos diálogos entre a etnografia multisituada e a variação de escalas do micro-história, a etnografia do arquivo, etnografia da entrevista e a fotoetnografia.

No capítulo 2 apresento os interlocutores chaves da pesquisa, destacando as diferenças e semelhanças entre eles, os aspectos relativos à identificação e o pertencimento na região. Propõe-se também trazer, em parte, o meu encontro com eles e com suas famílias, permeado de subjetividades e afetações para em seguida destacar as motivações para os deslocamentos de seus antepassados das terras de origem para a região de Breves.

No capítulo 3 analiso as relações e as paisagens da região de Breves constituída a partir de constantes fluxos e as movimentações globais pelos rios e cidade. Nesses processos enfatizo a ocorrência de trocas mediadas por interesses mútuos entre os moradores naturais

da região no contato com os navios e os “estrangeiros”. Destaco ainda como esse contato também transformou as paisagens e as “coisas” a partir de um diálogo entre as narrativas orais com a documentação escrita para a conformação de um patrimônio material intercultural.

No capítulo 4 a ênfase recai sobre as estratégias de inserção social de “migrantes” através dos casamentos interculturais e entre iguais, retirados das documentações do registro civil Matos. Em seguida destaco a forma como as mulheres migrantes aparecem nas documentações cartoriais incluindo certidões de óbitos e casamentos desde o século XIX até os anos de 1979 do século XX para no final trazer outras maneiras de inserção por meio da maçonaria, apadrinhamento, amizade, conterraneidade, religiosidade como o catolicismo, a pajelança, o candomblé.

No capítulo 5 apresento os movimentos de luta estabelecidos na região do Mapuá pelo fim do monopólio de comerciantes e a liberdade de negociação pelos rios e cidade de Breves. Outro ponto em pauta é o uso da violência e dos estigmas sociais sobre os nordestinos e os principais desafios em viver na região, principalmente por conta de doenças como a malária, problemas intestinais e o contato com os rios e as matas que por vezes provocaram a morte de alguns “migrantes”.

Aqui é feito o convite para conhecer o mundo dos “migrantes” e seus descendentes, sujeitos aparentemente atomizados, contudo constituíram um universo estreito de relações sociais, políticas, econômicas e culturais, de movimentos, ações e interações que os tornam centrais na história recente da formação da sociedade da região de Breves.

CAPÍTULO 1

DIÁLOGOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS: UMA PROPOSTA INTERDISCIPLINAR

O trabalho interdisciplinar, tão discutido hoje em dia, não se refere ao confronto entre disciplinas já constituídas (nenhuma delas, na verdade, quer se deixar desfazer). Para fazer alguma coisa interdisciplinar, não basta escolher um “objeto” (um tema) e colocar às sua volta duas ou três ciências. A interdisciplinaridade consiste em criar um novo objeto que não pertence a ninguém.

Roland Barthes

O caráter desse trabalho nasceu interdisciplinar, desde os primeiros rabiscos do projeto, não me imaginei escrevendo uma etnografia baseada apenas nos estudos antropológicos, nem poderia ousar fazer isso, minha formação é a História e somente tive contato mais aprofundado com a Antropologia no Doutorado, mesmo assim assumir arriscar em trabalhar na interface entre diferentes áreas de conhecimento.

Assim, o peso de tal empreendimento foi sentido desde o início dessa proposta, tantas vezes mergulhei em dúvidas que pareciam não ter solução. Entre o escrever e o apagar de linhas e páginas, a cada livro ou artigo lido, novas luzes apareciam e pouco a pouco o *corpus* da tese foi sendo delineado.

Por esse motivo, a epígrafe no início do tópico retirado do texto de Clifford (2016: 31) de autoria de Roland Barthes cabe tão bem aqui, pois em nenhum momento pensei em estabelecer duelos entre as áreas de conhecimentos utilizadas. Nessa proposta a ideia sempre foi propor um diálogo entre elas e a partir de então elaborar uma própria versão adequada ao objeto em questão. Nessa linha, sigo as ideias de Clifford (2016: 40) que defende a prática interdisciplinar como uma maneira de combinar teorias, explorar os limites de cada uma e experimentar novas fórmulas para produzir novos conhecimentos.

Assim, as tendências da pós-modernidade na antropologia sediaram reflexões interdisciplinares ao debate sobre a vida humana que atravessou as fronteiras das ciências, chegando nessa proposta que pretende cruzar os conhecimentos históricos em uma perspectiva local/global a partir da micro-análise com a etnografia multi-situada, da etnografia da entrevista com a história oral, da análise dos documentos com as percepções

sobre a produção dos arquivos, na intenção de articular outros olhares sobre a temática dos deslocamentos de “migrantes” para a região de Breves.

Mas, cruzar as fronteiras da história nunca pareceu ser uma tarefa simples ou fácil, exigiu um desdobramento, desde a forma como coletar, interpretar, sistematizar até finalmente chegar ao momento da escrita. Para dar conta da tarefa muitas reflexões teóricas de autores relacionados ao tema, foram travadas para no final conceber um estudo sobre as experiências de contatos existentes nas trajetórias de “nordestinos”, “judeus”, “portugueses” e “americanos” na região.

E nessa direção este capítulo apresenta primeiramente o aporte teórico da pesquisa relativo aos estudos de migração no Brasil e na Amazônia que foram importantes para promover reflexões sobre o objeto de pesquisa. Em seguida, a base conceitual que deu corpo às reflexões sobre a temática dos capítulos e a metodológica com as opções mais cabíveis para a construção da tese.

1.1. Breve abordagem dos estudos de migração na Amazônia

Não cabe aqui nessa proposta fazer uma revisão da trajetória dos estudos de migração desde seus primeiros traçados, optei por apontar o que de fato contribuiu para o objeto de estudo dessa tese. Nesse sentido, para esse momento, focalizarei em algumas produções sobre a temática no Brasil e na Amazônia, o que não descarta a utilização de outras referências ao longo dos capítulos, é apenas um recorte mais centralizado nas produções desde a década de 1970.

Nesse contexto, encontrei na leitura de Almeida e Palmeira (1977) o suporte para pensar no meu campo de pesquisa, tendo em vista a intenção era encontrar uma definição para o modo como os “migrantes” e descendentes se identificavam e qual era seu lugar de pertencimento dentro desse processo. Isso significava realizar uma reflexão sobre a categoria migração, o que de fato os autores acima mencionados proporcionaram.

Diante da discussão que os autores fizeram a partir do tema das *plantation* sob um recorte relacionado às formas de sobrevivência dos trabalhadores do campo apontou a tendência em atribuir como causa dos deslocamentos do campo para a cidade a desaceleração dessa economia, um aspecto até a atualidade recorrente nos trabalhos de migração que não levava em consideração outras expectativas. Outra reflexão levantada está diretamente ligada aos aspectos geográficos que atribuía uma “concepção espacial das migrações”, no sentido de “substituir como pólos do movimento a ideia de áreas geográficas pela ideia de setores da

atividade” (Almeida e Palmeira: 1977: 39) os autores não descartam que essas questões estão envolvidas no processo de deslocamentos dos camponeses, porém não definiam todas as situações encontradas.

Essa discussão é trazida aqui de antemão, pois é necessária para a opção de utilizar a categoria deslocamento que explicarei no item sobre as opções conceituais escolhidas, o que não descarta a leitura de outros autores que se utilizaram desses termos para a construção de suas pesquisas sobre o tema e que foram fundamentais nessa escrita. De acordo com essas explicações passo a mencionar as principais contribuições desses autores.

Nessa perspectiva, relacionado à migração portuguesa destacaram-se os estudos de Cancela (2010) com um recorte direcionado para casamento e família em Belém (1870-1920) utilizados no capítulo 4, a autora apresenta por meio da análise dos registros de casamentos religiosos as formas de uniões envolvendo os “portugueses” e grupos locais, e em alguns momentos destacaram-se também os “nordestinos” como parte desse processo. A pesquisa em fontes nominativas permitiu entender os casamentos entre as elites locais para além das cerimônias religiosas, destacando-se as alianças de “portugueses” com as famílias tradicionais do Pará, ou com aquelas de comerciantes enriquecidos no período da borracha.

Guimarães (2016) em uma proposta de estudos sobre a migração portuguesa para Belém no Pará, através de pesquisas em banco de dados de passaportes de Portugal sobre “portugueses” que tomavam como destino a província do Pará entre 1834 a 1850 existentes na documentação do Arquivo Histórico Ultramarino e o cruzamento com outras fontes como os registros de casamentos, óbitos e testamentos, realizou uma investigação com o objetivo de estabelecer relação entre uma história quantitativa e as microrrelações, através do estudo de algumas trajetórias individuais de imigrantes, sendo que para os propósitos dessa pesquisa além da proposta metodológica considere a forma como o autor pensou as migrações coletivas lidas por meio das trajetórias individuais, uma contribuição necessária a essa análise.

Dentre esses estudos das trajetórias de ocupação de determinados grupos em vários locais da região, os estudos de Samuel Benchimol (2008) sobre a presença de Judeus na Amazônia trouxe a público a contribuição dos sefaraditas marroquinos à formação social e cultural na região. Como economista ele refez a saga dos judeus que se deslocaram para a região e aqui construíram uma nova sociedade, concentrando seu eixo analítico no papel desse grupo social enquanto uma etnia determinante para o crescimento econômico regional. Foi possível acompanhar os dilemas particulares de centenas de migrantes que abandonaram

seus lugares de origem, em muitos casos enfrentaram o imenso oceano em busca de riqueza na Amazônia.

Através de uma pesquisa detalhada dos patronímicos das famílias judaico-amazônicas o autor abriu as portas para o entendimento dos problemas e dificuldades na manutenção da identidade, das memórias judaicas e nas dificuldades de ser, viver e ficar judeu na vasta Amazônia. Para os propósitos dessa pesquisa o livro apresentou o nome das famílias judaicas que se instalaram na região de Breves e permitiu identificar algumas famílias como os Sarraf, Athias, Chocron, Bothebol, Barcessat, Gabbay e encontrá-los nos cartórios ou alguns descendentes na cidade, encontradas nas sepulturas de cemitérios tradicionais de judeus especialmente em Belém e Manaus.

Outra autora, Franciane Gama Lacerda (2010) apresentou um estudo minucioso sobre a experiência social de migrantes “nordestinos” para a Amazônia no auge da economia gomífera (1889-1916). Em seus descritos desfez os sentidos homogeneizantes impregnados na historiografia onde todos são chamados de “cearenses” ou “flagelados” para dar novas formas e significados às suas vivências. Por isso, embora em toda a obra a autora discuta os projetos de empresários e governos em relação à economia paraense e aos destinos dos migrantes cearenses, a mesma não perde de vista a vontade dos próprios migrantes, desdobrando especial atenção à luta dos pobres pela sobrevivência, as lutas pela posse de terras, os laços de família, as relações com a terra de origem e os vínculos entre floresta e cidade.

Nesse sentido, a vida dos migrantes aparece permeada por redes de solidariedade e atividades de lazer, dentre múltiplas facetas. A forma abrangente como a autora lida com a riqueza documental que abrange desde fontes governamentais (falas, relatórios, correspondência, dentre outros) até registros de ocorrências policiais referentes àqueles sujeitos sociais, passando por diferentes gêneros de imprensa periódica nas áreas estudadas serviram de base de informações a esta pesquisa.

Aguiar (2010), discute um processo de migração ocorrido na Amazônia, em Santarém –Pa na década de 1950 de pessoas vindas do estado do Ceará por meio das histórias narradas que destacaram as motivações para os deslocamentos coletivos desse grupos para a cidade e as estratégias para sobreviverem nos novos ambientes compostos por laços de parentesco e ajuda mútua e estigmatizações dentre os outros moradores para marcarem a diferença entre eles, como o uso da palavra “arigó” como um apelido genérico para denominar todos os “cearenses” como retirantes nordestinos que chegaram a Amazônia. A autora explica a origem do apelido ligado a uma ave migratória que se movimenta em grupo

e se alimenta de vermes e pequenos peixes para mostrar que a inserção social foi um processo que deixou marcas ainda fortes nas lembranças de seus interlocutores.

Alencar (2010) por meio de uma contextualização histórica permitiu compreender o processo migratório para a Amazônia desde o século XVI com a colonização europeia e as políticas para consolidar a ocupação do território por meio das remessas de pessoas de outros lugares. Do século XIX ao XX destacou a utilização de mão-de-obra de pessoas vindo do nordeste para trabalhar nos negócios da borracha que aumentou significativamente o número da população no Pará e Amazonas. Seguido de uma remessa de migrantes do Sul da Europa (Portugal, Espanha e Itália) com o objetivo de implantar colônias agrícolas estimulou esse processo de deslocamento para os enfatizando como se a participação de diferentes grupos sociais.

E ainda, sobre os “judeus” Vidal (2008) apresentou a odisseia de Mazagão, uma cidade fundada no Marrocos, no século XVI pelos portugueses, transferida para Lisboa por decisão da coroa portuguesa. E, posteriormente no século XVIII período de colonização no Brasil foi deslocada para a Amazônia. Mas, pouco tempo depois da transferência, ainda no século XVIII, uma epidemia devasta a jovem vila, os poucos sobreviventes fogem e se estabelecem em outras localidades do Amapá. O valor dos estudos do autor não está somente em trazer a conhecimento uma história tão singular que atravessou três continentes, mas também em destacar uma situação particular: a do deslocamento de uma comunidade no espaço e no tempo.

É essa atenção particular acerca das temporalidades da espera e do trânsito que permite repensarmos o deslocamento sob os olhares das motivações e ações da instituição que desloca e as possíveis atitudes dos deslocados diante do processo de desarraigamento. Em termos metodológicos o autor aponta uma das maiores dificuldades no trato com as fontes: a abundância de fontes administrativas e a escassez de fontes que transcrevam diretamente a fala das pessoas transportadas ou que nos permitam perceber o jogo social dos mazaganenses. Nesse sentido, incita o pesquisador a distinguir pistas e indícios capazes de dar indicações sobre a vivência social dos mazaganenses, descortinado os silêncios comumente ocultados no cotidiano do grupo pesquisado.

Em Lins (2010) acompanhou-se uma perspectiva diferente dos autores acima sobre Judeus- marroquinos na Amazônia ele não partiu das motivações e razões que impulsionaram o processo de deslocamento ou ainda sobre a adaptação desses na Amazônia. Ele toma como foco para apreender os aspectos da etnicidade judaica os festejos religiosos dos judeus destacando as adaptações inseridas no contexto amazônico. Esse trabalho teve

uma contribuição valiosa a essa pesquisa por permitiu estabelecer diálogos no capítulo 5 com as narrativas de Íria Chocron sobre como a mesma dentro da realidade de Breves procura manter os costumes religiosos judaicos.

Seguindo nos estudos sobre Judeus outro estudo permitiu compreendê-los nos espaços da Amazônia, estou me referindo a Blay (2008) que apresenta uma contextualização histórica dos deslocamentos, centralizando a análise sobre uma história que ela considera oculta no Brasil. Foi graças a sua pesquisa que encontrei informações sobre a família Athias moradora do rio Ituquara que se destacou nas documentações cartoriais. O artigo apresenta a trajetória dessa família na região por meio das memórias de um de seus descendentes Isaac Athias, que apresentou traços da família em meio aos espaços de rios e florestas, porém em constante conexão com Belém. A leitura também permitiu ver as estratégias dos judeus para se manterem dentro da religião judaica e sobreviverem a crise dos negócios da borracha no período pós - Segunda Guerra Mundial.

1.2. Principais conceitos e categorias de análises

Com relação aos conceitos e categorias utilizadas para o entendimento da tese, coloco em destaque aqueles centrais na recomposição das experiências sociais dos interlocutores em diálogo com o presente em busca de respostas para as questões levantadas. Destaco primeiramente a noção de “trajetória” de Bourdieu (2008: 185-191), no sentido de percorrer as singularidades da vida dos interlocutores interconectadas aos contextos sociais multilocalizados, para indicar que não se trata de um estudo biográfico pautado em um relato coerente e linear da história de vida, a ideia de trajetória utilizada destaca as experiências sociais dos “migrantes” e descendentes no processo de deslocamentos para o município de Breves, em um movimento descontínuo atravessado por diferentes discursos de poder, espaços, temporalidades, relações sociais que envolviam a vida em grupo.

Sendo que para analisar os acontecimentos e os contextos envolvidos nas trajetórias dos “migrantes” recorri ao conceito de experiência de Thompson (1997) com a intenção de dar visibilidade às práticas interculturais decorrentes dos contatos pela região de Breves através das narrativas orais e nas documentações cartoriais. E nesse sentido, inserir as diversas experiências vividas pelos interlocutores, ainda não estudados na região de Breves sob esses aspectos e sob esses aspectos assentar as bases para analisar os processos de deslocamentos de modo mais inclusivo, dinâmico e fluído com a participação de “migrantes” de diferentes grupos sociais.

E nessa direção os grupos estudados não podem ser enquadrados em categorias ou estruturas fechadas em si mesmas e sim em sistemas dinâmicos, Nesse sentido, como dito antes essa proposta parte da dos estudos de Almeida e Palmeira (1975) na qual o autor levantou vários argumentos para repensar o processo de “migração” e se desvincular de uma “pré-história” da migração que estudava os “fenômenos migratórios” isoladamente no tempo e no espaço (Almeida e Palmeira 1975: 09) e por esse motivo o termo não se adequa com a realidade da pesquisa, por isso, utilizo a categoria de deslocamento para demonstrar que o processo em Breves foi dinâmico e envolveu uma constante movimentação dos grupos “nordestinos”, “judeus”, “portugueses”, “americanos” por toda a região de Breves.

Desse modo, Martins (2012: 16) ao apresentar a categoria como forma de análise afirma que a palavra deslocamento permite identificar o contexto, as razões que impulsionaram a movimentação desde seus lugares de origem como na região de Breves, situações recorrentemente registradas nas trajetórias dos “migrantes”. Portanto, deslocaram-se internamente por diferentes motivos, dos espaços de rios e florestas para a cidade ou vice-versa. Assim, o uso da categoria permite ver as variações das situações de motivações, marcando as diferenças entre os grupos e os lugares de origem.

O uso da categoria deslocamento também permitiu questionar o termo migrante como generalizante para repensar o fato “dessa sistematização prescindir de categorias nacionais, regionais ou mesmo nativas” (Sprandel e Dias 2009: 166-169). Nessa pesquisa não encontrei uma palavra específica para identificá-los, é nesse sentido que utilizo sempre as aspas como expliquei anteriormente, pensando em acentuar as particularidades dos interlocutores, não existindo um termo em comum para defini-los.

A situação chama atenção para a cautela em não definir no nosso trabalho uma designação para os grupos estudados logo em um primeiro impulso, antes de identificar quem era esse agente social (Martins 2012:10). Logo, o termo migrante se utilizado encobriria as identidades específicas dos interlocutores e poderia vir de encontro aos seus interesses pessoais nos lugares estudados.

Nesses moldes, também utilizo com frequência o termo interculturalidade para refletir as múltiplas práticas dos “migrantes” de forma articulada, determinadas por dentro dos interesses dos grupos de acordo com cada cultura. Na antropologia o termo tem sido usado pelos etnógrafos para descrever como grupos “subordinados ou marginais” selecionam e reinventam materiais a eles transmitidos por uma cultura dominante ou metropolitana. Assim, se esses povos subjugados não podem controlar facilmente aquilo que emana da cultura dominante, eles efetivamente determinam, em graus variáveis, o que absorvem em sua

própria cultura e no que o utilizam. O conceito também leva a pensar nos deslocamento como fenômenos da “zona de contato” entre diferentes grupos sociais (Pratt 1999: 04).

Outro termo utilizado nessa escrita é o de fluxos, que segundo Hannerz já se tornou “transdisciplinar, um modo de fazer referência a coisas que não permanecem no seu lugar, a mobilidades e expansões variadas, à globalização em muitas dimensões”, caracterizados na atualidade por “fluxos de capital, trabalho, mercadorias, informações e imagens; e, por isso, economistas, demógrafos, pesquisadores da mídia, geógrafos e outros profissionais, todos lidam com fluxos” (Hannerz 1997: 10). Nesse sentido, foi largamente utilizado no capítulo 3 para referir as movimentações causadas pela economia da borracha e da madeira na região, principalmente de navios interessados em carregar seus porões de matéria prima e de certa forma interagem diretamente com os moradores de Breves.

Além disso, os processos econômicos ocorridos em Breves, como resultado de contradições históricas globais, expressam conflitos sociais, não explicados somente por questões econômicas. Trata-se de destacar a dimensão social das fronteiras constituídas nos confrontos entre atores sociais na arena das lutas territoriais em diferentes momentos da trajetória dos grupos estudados.

E sobre as fronteiras, diferentemente do que Marcus (2001) argumentou sobre uma diluição delas por meio da globalização, de fato esse fenômeno tem gerado discussão e foi observado em campo. No entanto, não somente essa definição explica a complexidade das narrativas pautadas na década de 1970, quando essas fronteiras ainda eram bem nítidas, aparecendo como espaços de poder e distinção social, incluindo territórios fixos onde os grupos étnicos (portugueses e nordestinos) travaram conflitos para consolidarem seus direitos.

A questão das fronteiras étnicas foi amplamente discutida em Barth (2000: 26) e para os propósitos dessa escrita converge à análise que a distinção entre as categorias étnicas não dependem da ausência de mobilidades, contato, informação, embora impliquem em processos de inclusão e incorporação decorrentes de interação ao longo das trajetórias de vida acarretando mudanças de participação e pertencimento as distinções são mantidas. Ou seja, a “interação dentro desses sistemas não leva a sua destruição pela mudança e pela aculturação: as diferenças culturais podem persistir apesar do contato interétnico e da independência entre etnias”. Desse modo, para o autor, a “manutenção de fronteiras étnicas implica também a existência de situações de contato social entre pessoas de diferentes culturas: os grupos étnicos só se mantêm como unidades significativas se acarretam diferenças marcantes nos comportamentos, ou seja, diferenças culturais persistentes” (Barth 2000: 35).

Assim, aspectos da categoria fronteira também foram explorados por autores como Sprandel (1969) que reafirma a ideia, mencionando a fronteira como lugar da interação entre grupos para o desenvolvimento da consciência étnica de seu próprio grupo e de si, sendo que por meio desses contatos ou interdependências étnicas, as diferenças culturais tendem a persistir, ou mesmo a serem realçadas (Sprandel 2005: 24).

Martins (1997) complementa ao mencionar que a fronteira é essencialmente o lugar da produção da diferença. É isso que faz dela um lugar singular: À primeira vista é o lugar de encontro dos que, por diferentes razões, são diferentes entre si, como os índios de um lado e os civilizados do outro; como os grandes proprietários de terra, de um lado e os camponeses pobres, de outro. Mas, o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro (Martins 1997: 150).

Questões relacionadas à fronteira também remetem ao uso da palavra identidade na antropologia que nos últimos anos tem gerado muita polêmica quanto a banalização do termo. Segundo Agier (2001) a identidade cultural se tornou lugar comum para reforçar processos identitários, nos quais a diferença cultural não se constitui apenas como um objeto identitário, mas um recurso político e econômico para indivíduos e redes à procura de um lugar na modernidade (Agier 2001: 21).

E nessa interconexão menciono o uso da memória como categoria de análise para refletir sobre as identidades dos grupos estudados à medida que nas suas lembranças os interlocutores conseguiram mostrar as suas diferenças, relacionadas especialmente ao pertencimento a um grupo familiar e com ele se identificar motivados pelos interesses do presente. Assim, memória e identidade social (Candau 2012; Pollak 1992) caminharam juntas nesse processo.

Nesse cenário, é oportuno lembrar que quando se rememora a trajetória de uma vida “o passado evocado pelo presente, não é o mesmo constituído pelos eventos decorridos no passado, mas uma interpretação criativa entre a experiência e a recordação, convertendo o passado em memória” (Peralta 2007:17). Esse exercício trata-se, portanto, de um sistema de criação de esquemas práticos sob o qual se expressam memórias e diferencialidades, organizadas na forma como os indivíduos entendem o mundo e nele atuam, ainda que conceda espaço para a maleabilidade e a improvisação, permitindo nesta medida, a adaptação à mudança social (Peralta 2007:17).

Nesse contexto, em campo me deparei com o que Bosi (1994: 63) define como memória de velhos, através das narrativas orais dos meus interlocutores mais idosos, foi possível notar a função social atribuída a essas pessoas de “lembrar, ser a memória da

família, do grupo, da instituição da sociedade”. Como afirma a autora “haveria para o velho uma espécie singular de obrigação social, que não necessariamente pesava sobre os mais novos”, talvez por isso em momentos da escolha dos nossos interlocutores de pesquisa, somos geralmente levados a seguir a mesma lógica.

Outro termo proposto para pensar nessas identidades foi utilizado por Machado (2014) ao propor o uso de “diferencialidades” como alternativa para acompanhar a produção das diferenças, da multiplicidade das experiências vividas em conjunto como o motor de produção de códigos e moralidades em comum, sempre sujeitas aos imponderáveis da vida social, contrapondo-se a “identidade” que remete a uma imaginação reificada de um grupo social (Machado 2014:12).

As orientações de Bauman (2001) também se adequam ao sentido que é dado a essas identidades atuais de descendentes mais novos como Íria Chocron que falam em identidades herdadas ou adquiridas, porém apresenta ações diretamente ligadas ao mundo globalizado das mídias sociais para reafirmar suas diferenças, por esse motivo recorro com ênfase ao uso da categoria identificação no sentido de mostrar uma atividade incessante, sempre inacabada, aberta em que todos estão engajados, por necessidade ou escolha (Bauman 2001: 129).

Outro conceito chave para essa pesquisa é o de família, procurei pensar como as famílias eram constituídas perante as narrativas orais conciliando com o que observava nos momentos das entrevistas e como os interlocutores definiam sua família, sem esquecer que as documentações também apresentavam perfis de famílias variados, não podendo estabelecer um padrão específico, porque em cada tempo existiu um perfil de família condizente com a situação social vivenciada e as constantes negociações entre os grupos (Scott 2009: 14).

Assim, temos, nos lugares de pesquisa, famílias no perfil patriarcal (Corrêa 1981) com a figura do pai preponderante, o dono seringueiro e do comércio que subjugava a família e os trabalhadores sobre seu domínio. E ainda as famílias fora do padrão nuclear, com filhos bastardos em comum convívio na família; famílias com a existência de concubinato; famílias com avós e tios morando sob a mesma casa, em um perfil mais extenso (Silva 1998; Brugger 2002).

Outro conceito muito utilizado é o de redes migratórias (Truzzi 2008) em que ampliou a noção cadeias migratórias para mostrar como as informações das pessoas que estavam nos locais de destino foram importantes para amparar os “migrantes”, inserindo-os na esfera social de Breves. A diferença de outras explicações sobre redes em Truzzi é que ele

esclarece a escolha de destinos, embora ainda focalize muito na questão do emprego. Explicação que não abarca a complexidade das relações envolvidas nas redes, por esse motivo há de se pensar também nas redes sociais (Soares 2002; Brumes 2010) que incluem as redes com estratégia de interação de pessoas, trata-se, portanto de noções de redes diretamente relacionadas ao coletivo, mas que incluem desejos pessoais para os deslocamentos. Ou seja, escolhas que geram várias oportunidades, trocas de experiências e reflexões sobre as melhorias para o grupo.

Nesse sentido, a noção de redes sociais abre para uma realidade encontrada em campo, uma rede social, porém no espaço virtual. Um ponto de encontro com os familiares que estão desligados pelos espaços físicos, encontrando dessa forma uma maneira de atualizarem os contatos e interesses por meio da virtualidade. Então, uma investida nessa tendência fez sair do campo convencional e adentrar a outros espaços de interação para um “falar de si”, de suas experiências cotidianas em outros lugares.

Assim, evidenciou-se nos usos da internet especificamente o Orkut uma rede social criada em 2004 e desativada em 2014 e o Facebook lançado em 2004 que foram utilizadas como redes de encontros entre os descendentes de “migrantes” para manter contato com seus ancestrais e reafirmar as identidades. Esse tipo de rede de relacionamentos gerados pela internet já ganhou espaço nas produções científicas das últimas décadas e ajudaram a refletir sobre o papel dessas redes na vida dos descendentes de migrantes.

Cogo (2014: 92) estudou entre os anos de 2012 e 2013 como a presença crescente de “norte-americanos, espanhóis, portugueses, senegaleses, haitianos, bolivianos, mobilizou na mídia brasileira, um debate público em torno dessa nova imigração”, chamando a atenção de setores governamentais e empresariais, organizações de apoio às migrações, movimentos migratórios, redes sociais e sujeitos migrantes.

Segundo a autora, a partir desses debates na mídia, surgiram novas iniciativas de usos da internet por parte desses novos imigrantes que escolhem o Brasil como destino através da criação e ocupação de diferentes espaços como sites, blogs, sites de redes sociais como Facebook, tweeter, whatsapp, dentre outras para um “falar de si” e de suas experiências migratórias, assim como para a geração de dinâmicas de interação e conversação que ligadas a uma conexão on line entre seus grupos, reafirmam por meio de celulares, computadores, tabletes, notebooks o seu pertencimento ao grupo.

Já no que concerne à percepção dos conceitos de comunidade, encontrei basicamente três tipos: as imaginadas, de vizinhança e as relacionadas à religiosidade. Assim

em se tratando de comunidades imaginárias essa conceitualização é acionada quando focalizarmos nos “processos e nas estruturas de sentimento que permeiam a imaginação da comunidade, no qual a noção de pertencimento era na maioria das vezes imaginária, sem vínculos tradicionais de espacialidade ou temporalidade” (Gupta e Ferguson 2000: 31- 34). Abriu-se espaço para pensar no conceito de “comunidade imaginada” em Anderson (2008: 31- 34), pois nela o ato de lembrar é interpretado como uma âncora simbólica, uma forma como os “migrantes” reconstruíam imaginativamente seu novo mundo em torno das lembranças da terra natal com as gentes dispersas nesse território.

Gupta e Ferguson (2000) em seus estudos ressaltam que dentre as estratégias de reterritorialização utilizadas pelos migrantes estava o uso da memória do lugar para construir imaginativamente seu novo mundo, sendo a “terra natal” um dos símbolos unificadores mais poderosos para povos móveis e deslocados. Dessa forma, os autores assinalam a necessidade de abandonar a ideia ingênua de comunidade como entidade literal, e atentar também para a “profunda “bifocalidade” que caracteriza as vidas localmente interconectadas, bem como ao poderoso papel do lugar na experiência vivida (Gupta e Ferguson 2000: 36- 37).

Aqui abro um parêntese para explicar que na região de Breves o sentido de comunidade, além da concepção de Anderson (2008) de comunidades imaginadas, denota-se a ideia de comunidade ligado a imagem de um santo padroeiro. A exemplo da Comunidade Nossa Senhora de Nazaré onde residem descendentes de “migrantes” portugueses inclui-se nessa denominação que segue a proposta da Igreja Católica de Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) surgida no contexto da década de 1970, baseada em uma tendência nacional. Em várias regiões do Brasil, em que as CEB's implantaram-se, as compreensões de comunidade foram redefinidas, para permitir a organização dos rituais litúrgicos e eventos católicos, diante das necessidades dos seus moradores, diminuindo em certo nível a influência direta das paróquias localizadas nas cidades em que estavam vinculadas.

Ainda nessa perspectiva destaco também a existência de “comunidades de vizinhança” (Weber 2009: 247), caracterizadas pela proximidade das moradias em bairros e margens de rios, estratégia utilizada por alguns interlocutores para denominar outras formas de agrupamentos de “migrantes” na região de Breves. Isso porque foi possível perceber nas narrativas uma interação comunitária entre os grupos vizinhos, como afirmou Weber (2009: 247) que também constituem comunidades “nomeadamente, descontínuas, mas hábeis para mostrar as circunstâncias dos participantes de cada ação comunitária”. Pode-se inferir nas formas de ajuda mútuas, empréstimos de favor, isto é, empréstimos gratuitos e sem juros de bens de uso e de consumo.

Em outras percepções a pesquisa na região de Breves despertou para uso da categoria elite. Nesse sentido, levei em consideração o que era ser parte da elite em Breves, por considerar que essa categoria deveria ser contextualizada conforme o objeto de pesquisa. No entanto, existe uma definição encontrada em Busino (apud Heinz, 2006) o qual afirma elite como “uma minoria que dispõe, em uma sociedade determinada, em um dado momento, de privilégios decorrentes de qualidades naturais valorizadas socialmente (por exemplo, a raça, o sangue etc.) ou de qualidades adquiridas (cultura, méritos, aptidões, etc.)” e serve para repensar em uma definição de elite para a região de Breves, no período de pesquisa, vistos através das descrições das fontes cartoriais.

Nos finais do século XIX, elite estava relacionada a um grupo de patrões da borracha, proprietários de seringais, comércio e bens na cidade e nos espaços de rios de dois grupos étnicos: os portugueses e os nordestinos, esse último grupo apesar de genericamente conhecidos como homens pobres construíram fortuna. No século XX, a partir dos anos de 1940 há uma mudança no perfil de elite, que passa a acrescentar outra figura: o madeireiro, ou industrial. No entanto, muitos são antigos patrões da borracha originários de Portugal e dos estados dos brasileiros como o Nordeste que apenas migraram para o referido negócio. Contudo, surgiu a figura do “estrangeiro” que podia ser qualquer “migrante” de outro país para acrescentar outras noções de elite.

Diante dessa apresentação, menciono a importância desses conceitos e categorias em destaque como parte do aporte teórico da tese para evitar incidir em abordagens desconexas das práticas interculturais dos interlocutores em estudo. Tem em mente focalizar nas diferenças em um diálogo sem exotismos (Peirano 1999: 05), julgamentos dos comportamentos e atitudes no interior das relações sociais dos grupos em contato com o exterior, acredito ser essa a grande lição da antropologia para a construção de um conhecimento mais digno dos nossos objetos de pesquisa.

1.3. As opções metodológicas

1.3.1. A etnografia multi-situada e a micro-história

Para consolidar esses estudos alguns passos teórico-metodológicos foram seguidos para a construção dessa escrita que segue a proposta de uma etnografia “Multi-local ou Multi-situada” (Bourdieu 1972; Marcus 2001, 2016) para inserir as especificidades da

região de Breves em contextos mais amplos. Nessa linha, também utilizei as orientações da micro-história (Ravel 2010, Ginsburg 2006) no sentido de potencializar a proposta etnográfica de uma pesquisa Multi-situada focalizada no diálogo entre o local/global.

É, nessa linha de argumentação que Marcus (2016), chamou a atenção para as etnografias escritas em contextos de mudanças históricas, relacionadas à formação do sistema de Estado e a evolução de uma política mundial. Apontou a dificuldade que ronda antropólogos no uso de umas poucas técnicas consagradas na área para trabalhar as mudanças na história, economia e política, tendo em vista que os etnógrafos interpretativistas interessam-se mais por problemas de significado cultural, deixando as relações sociais adormecidas nas abordagens, com poucas reflexões sobre as formas de interpretar mundos culturais inseridos em sistemas mais amplos e impessoais (Marcus 2016: 238).

Em alguns aspectos essa perspectiva foi primeiramente pensada pelo viés sociológico de Pierre Bourdieu (1972: 13-20) nas primeiras incursões etnológicas na Cabília da Argélia colonial e a sua própria aldeia de infância no Béarn sudoeste da França tenha permitido reavaliar sua abordagem sociológica e “delinear outras interpretações ao seu projeto científico numa nova chave interpretativa”. O empreendimento de Bourdieu revelou as “raízes etnográficas gêmeas da sua empresa teórica, dissolveu a figura caricatural do teórico da reprodução, indiferente à mudança histórica, e afastaram a ficção acadêmica do teórico da prática”. As inovações conceituais de Bourdieu foram guiadas por questões observadas na pesquisa de campo com o objetivo de perceber as transformações sociais, na disjunção cultural e na divisão da consciência.

Seus estudos incluíram “cada local como um laboratório vivo para a análise de modo cruzado do outro local, permitiu ainda iniciar um corte com o tradicional estruturalismo, deslocou desta forma seu foco analítico da estrutura para a estratégia, da álgebra mental mecânica das regras culturais para a fluida ginástica simbólica dos corpos socializados”. Nesse sentido, Bourdieu pratica uma “etnografia multi-situada solidamente fundamentada no trabalho de campo nos dois locais, alimentada pela transferência metódica de esquemas conceituais e resultados empíricos de um para o outro”, antes mesmo do termo ser utilizado para definir um tipo de metodologia distinta (Wacquant 2006: 13-21).

E aqui cabe uma questão: E quando o campo for mais complexo e apresentar múltiplos lugares estudados não registrados somente pela presença física do pesquisador junto aos seus interlocutores?

Essa foi uma realidade enfrentada nessa pesquisa, os “migrantes” e os lugares diretamente ligados às suas trajetórias de vida apareceram não somente em campos

tradicionais da antropologia, mas nas documentações reservadas nos arquivos cartoriais de registros civis e imóveis e nas narrativas orais dos interlocutores sobre seus lugares de pertença, algo que a experiência de Bourdieu descrita acima não conseguia abarcar.

Dessa forma, foi na definição de etnografia multi-local ou multi-situada de George Marcus (2001) que encontrei maior embasamento para repensar a pesquisa e a escrita dessa tese, sem deixar de verificar também seus limites, apontados mais a frente. Assim, nas percepções de Marcus (2001, 2007) o conceito de espaço e lugar são multi-localizados porque os aspectos culturais são estudados em movimento, sem espaço ou lugar definido.

Ou seja, os lugares estudados não podiam ser pensados restritos a apenas um local, o importante era entender a formação das práticas culturais produzidas em locais diferentes, não necessariamente às condições de um determinado grupo de sujeitos em particular (Marcus 2001: 12), a estratégia permitiu então repensar como outros lugares em suas diferentes dimensões (sociais, econômicas, políticas, religiosas) influenciaram a produção de novas dinâmicas de vida dessas pessoas nos lugares de destino e de que forma suas práticas foram ressignificadas na interação com os moradores naturais da região.

Portanto, as conexões em diversas escalas de análises existentes nessa escrita levou em conta os acontecimentos locais intimamente relacionados numa rede inter cruzada com níveis mais amplos e a partir dessa relação tornou viável a produção de uma etnografia nos seus próprios contextos de significação (Abu-Lughod 2000: 264). Para os propósitos da pesquisa a etnografia nessa escrita descarta as dicotomias global e local, considerando as mediações, os vínculos existentes nas relações sociais entre os migrantes e os moradores locais, antes vistos como contraditórios. Isto significa que as conexões deixam de ser pensadas como oposições, passam a ser vistas em termos complementares.

A proposta dos princípios metodológicos da micro-história por meio da redução da escala de observação, permitiu intensificar a exploração do objeto, fazendo uma leitura do universo em que os migrantes estavam inseridos para conseguir fazer o jogo das escalas entre o micro e o macro e entendê-los dentro de um sistema multi-local. Nesse sentido, suas experiências de vida foram amplamente valorizadas em todos os capítulos, por meio do cruzamento entre as narrativas orais e as documentações cartoriais e visuais.

Ravel (2010) apontou caminhos para o entendimento da micro-história, desfazendo um equívoco recorrente “ela não estuda objetos de tamanho reduzido, mas “a escolha de uma escala peculiar de observação fica associada a efeitos de conhecimentos específicos e que tal escolha pode ser posta a serviço de estratégias de conhecimento”. A micro-história na sua concepção “convida-nos a efetuar uma volta crítica aos procedimentos

e instrumentos da análise histórica que nos eram mais familiares tão familiares que nos pareciam evidentes” (Ravel 2010: 439).

Esse caminho metodológico permitiu um olhar mais crítico sobre as documentações escritas, fazendo perceber como por meios rastros, fragmentos, vestígios em meio às folhas amareladas e por vezes corridas por traças e roedores escondiam-se relações sociais, inspirada no exemplo de Ginzburg (2006) que narra a história do moleiro Domenico Scandella, dito Menocchio, queimado por ordem do Santo Ofício, a reconstrução de sua trajetória foi baseada em documentação escritas (processos judiciais) e a análise do ator deu condições de saber quais eram suas leituras e discussões, pensamentos, sentimentos o que o tornou um homem “como nós” e “um de nós”, mas também “muito diferente de nós”. Embora o meu talento não chegue a tanto, procurei mostrar que a riqueza do trabalho em fontes escritas reside na reconstrução analítica da diferença entre os grupos para reconstruir a fisionomia, parcialmente obscurecida de culturas e contextos sociais que permitiam descortinar aspectos das trajetórias de “migrantes” não alcançados pelos interlocutores (Ginzburg 2006: 09).

Diante dessas considerações retomando a Ravel (2010: 444) a experiência micro histórica de redução da escala de observação possibilitou analisar as vozes de pessoas comuns, sobre o jogo da variação de escalas, interacionadas com um amplo contexto social, surgindo como chave de entendimento de ângulos e contextos antes ignorados nos processos sócio-históricos em todos os níveis, desde o local até o global, resultantes de uma multiplicidade de estratégias e de táticas individuais e coletivas. É essa multiplicidade desordenada e em parte contraditória que ajudou entender a complexidade das transformações ocorridas no mundo social desses migrantes.

1.3.2. A etnografia do arquivo

A concepção de trabalho de campo em arquivo foi reformulada na década de 1980, a partir dos novos desafios que a globalização dos tempos e dos espaços trouxe à prática etnográfica, sob as inspirações de Clifford e Marcus (1986), referidos anteriormente e influenciaram alguns pesquisadores a repensarem a prática etnográfica em instituições ou arquivos pessoais. Segundo Cunha (2004: 293) na pesquisa em arquivos se apresenta uma questão preponderante que se difere das pesquisas convencionais da área da antropologia: não há encontro face-a-face com as pessoas que se pretendem estudar, é um encontro mediado por documentação. E, por isso, e “na ausência do *“being there”*, da fala direta do

Outro e da situação de simultaneidade entre objeto de estudo e sujeito que estuda, atribuiu como antropologia histórica, algo relacionado com museologia ou com “antropologia de gabinete” (Cunha 2004: 293).

Para um melhor resultado da pesquisa foi necessário exercitar a etnografia nos arquivos do cartório civil Matos e com isso adentrar ao cotidiano dessa instituição, conhecer como a documentação é produzida e armazenada, quem são os responsáveis pela manutenção e o entendimento existente sobre conservação documental e organização do arquivo de seus funcionários. Assim, os arquivos foram utilizados nessa pesquisa como agentes ativos de história e memória, numa interlocução presente/passado, não somente como fonte soberana de informação. Desse modo, “problematizou-se também os sujeitos e instituições que os fizeram e fazem ser como são” (Frehse 2005: 132). Isso significou dentre outras questões, atentar para a composição das memórias daqueles que produzem os arquivos, tendo em vista que estão imersos em um espaço discursivo produto de inclusões e exclusões de saberes visivelmente detectada nas elaborações das identificações dos grupos.

Dessa maneira, o meu contato com a instituição ocorreu desde o ano de 2015 quando comecei a negociar minha entrada no recinto em uma visita ao Tabelião Titular Raimundo Matos, este por sua vez, atenciosamente falou do período das documentações e autorizou a pesquisa. No início de 2016, voltei ao cartório e conversei com o Tabelião Substituto Evandro Carlos Custódio de Deus, conhecido como Caxias, o mesmo explicou ser possível a pesquisa somente no período da tarde quando o movimento era mais calmo.

Dos arquivos estudados este é o mais movimentado, dificilmente o atendimento está tranquilo. Nessa instituição, o local oferecido para pesquisar foi um anexo do cartório reservado à emissão de certidão de nascimento e óbito, pois conforme Evandro Carlos Custódio de Deus mencionou: “*lá o movimento é menor e terá mais espaço para você, fica um funcionário lá que vai lhe auxiliar, qualquer coisa que precisar avisa*”. De fato, o movimento era menor à tarde no anexo, mas muitas vezes também utilizei o horário matutino para acompanhar o movimento sempre registrado no caderno de campo.

Durante os seis meses de pesquisa no local, fui muito bem atendida pelo funcionário Elenilson Inajosa Farias, com quem dividia o balcão e conversava sobre as informações existentes nos livros e o cotidiano de trabalho do lugar e na ausência dele com José Mauro Gomes Braga. Entretanto, havia nesse espaço uma circulação de muitas emoções: ora de alegria com o registro de novas vidas; apreensão por tantas mães adolescentes sozinhas, declarando o nascimento de crianças sem paternidade e a tristeza

visível nos olhares desolados e no choro de quem tinha perdido alguém, mas precisava ser forte para os trâmites da liberação do enterro do ente querido.

Portanto, os sentimentos atravessavam a burocracia dos arquivos, confesso ter ficado muitas vezes apreensiva naquele recinto, em muitos momentos parei o que estava fazendo para ouvir as dores e dar uma palavra de apoio àquelas pessoas. Hoje compreendo que tudo aquilo era parte importante para minha experiência, pois estimulou minha sensibilidade para os contextos das produções das certidões de óbitos analisados nessa pesquisa.

Pensei várias vezes abandonar esse arquivo, mas com o início da escrita deste texto, vi nele uma importância fundamental, pois somente ali poderia ter uma ideia da naturalidade dos “migrantes” deslocados. Ainda assim, senti a necessidade de ir além do ato de coleta das fontes e anotações etnográficas sobre o cotidiano da pesquisa como vinha fazendo. Então, fui movida a vislumbrar melhor a trajetória e a funcionalidade da instituição, eram poucas as informações sobre o cartório e seus responsáveis, por isso marquei uma conversa com o Tabelião Raimundo de Oliveira Matos no dia 25 de março de 2017 as 10 h no escritório da sua casa, localizado ao lado do cartório, à Rua Wilson Frazão, 172.

Era um sábado, o cartório funcionava internamente, quando cheguei ele estava à minha espera. Sua casa é uma das mais antigas de Breves, as paredes e teto de madeira de lei (angelim pedra) e o piso com tábuas intercaladas de araracanga e sucupira, coloriam o ambiente nas cores amarelo e preto, assim como uma tela de um artista local em destaque na sala. A mesa de madeira, a estante de livros, juntamente com o diploma do filho mais velho formado em direito, davam um tom formal de escritório de advocacia ao lugar.

Durante os primeiros momentos da conversa, o Sr. Raimundo de Oliveira Matos ou apenas Matos como é chamado na cidade fez questão de explicar as atribuições do cartório ao afirmar: “*o título na verdade é Serviços Notariais e de Registros*”, desdobrados da seguinte forma: “*a nota é o tabelionato, a parte da procuração, escritura pública compra e venda, divórcio, reconhecimento de firmas e a autenticação de documentos*”. E a parte das atribuições dos registros compreende aos “*registros civil de pessoas naturais envolvendo casamento, nascimento, óbito, registro civil de pessoas jurídicas, os contratos e os registros de títulos de documento para dar seguridade e tornar um documento público*”. E por último, o tabelionato de protestos, “*que é específico daqui, o registro de protesto*”.

Em seguida, contou a sua relação com o cartório desde o ano de 1970, quando entrou na instituição com a função de copista, três anos mais tarde tornou-se escrevente e substituto eventual, na ausência do tabelião titular Aluízio Lins e em seguida de sua esposa

D. Zilda Lins. Explicou que o cargo era hereditário, realidade transformada a partir do advento da constituição de 1988, quando a vaga passou a ser preenchida mediante concurso público.

Eu na verdade fui nomeado tipo um interventor aqui, entendeste como um temporário, porque eu não sou concursado, então, a constituição estadual me efetivou, o conselho estadual me deu uma portaria para mim responder interinamente, eu sou o titular interino do cartório por tempo de serviço, até que o concurso seja efetivado, porque eu estou me aposentando agora em julho, aí abre a vaga, nenhum dos meninos (filhos) quiseram até porque não compensa, eles têm a advocacia particular (Raimundo de Oliveira Matos, 2017).

Nessa narrativa, o Tabelião refere-se à lei 8.935, de 18 de novembro de 1994 que regulamenta o artigo 236 da Constituição Federal, dispondo sobre os serviços notariais e de registro, referente ao capítulo 1, Art. 14, da delegação para o exercício da atividade notarial e de registro depende dos seguintes requisitos:

I – Habilitação em concurso público de provas e títulos; II - nacionalidade brasileira; III - capacidade civil; IV - quitação com as obrigações eleitorais e militares; V - diploma de bacharel em direito; VI - verificação de conduta condigna para o exercício da profissão. Sendo que o § 2º ao concurso público, determina que poderão concorrer candidatos não bacharéis em direito que tenham completado, até a data da primeira publicação do edital do concurso de provas e títulos, dez anos de exercício em serviço notarial ou de registro.⁵

A conversa sobre a mudança trazida pela lei destacada anteriormente, foi um dispositivo na memória do tabelião, que se recordou da desativação dos cartórios do interior fechados pelo tribunal judicial por falta de pessoas concursadas para trabalhar nesses locais que atendam às exigências da lei, pois segundo suas explicações:

“Já fizeram vários concursos, mas não aparece nenhum interessado para ir fazer registro de nascimento gratuito, ele tem uma renda mínima que parece que é dois salários mínimos que o tribunal repassa, ninguém aparece porque têm que ser bacharel em direito” (Raimundo de Oliveira Matos, 2017).

Diante dessas exigências os arquivos do “interior” foram realocados para o cartório da cidade, essa ação gerou na opinião do interlocutor “a problemática que a gente tem que fazer o serviço itinerante de registro, e se deslocar para o interior”. Após essas

⁵ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8935.htm

palavras do interlocutor, posicionei-me na conversa para falar sobre o papel do Estado na criação de leis universais, que não se adequam às especificidades da região, tomo com isso um gancho para chegar ao assunto da tese e afirmo que trato dessa questão nos meus estudos relacionados ao fato das generalizações cartoriais, encobrir muitas características dos migrantes nordestinos, tão caras as pesquisas sobre esses grupos e explico-lhe a importância dos livros que trazem referências à naturalidade dos registrados. Sobre essa questão menciona: *“Nos livros mais antigos, você ainda vê as pessoas se autodenominando natural de algum lugar, tipo cearense, pernambucano, nesses novos, isso não aparece mais”*.

Nesse momento, acrescentou que poderia encontrar essas informações nos livros de registros de casamentos e óbitos, *“lá está mais específico aparece a naturalidade dos cônjuges, o estado civil deles”*, eu havia começado pelos registros de nascimento e não estava tendo muito êxito na procura.

Para buscar mais informações na memória do interlocutor sobre suas experiências com os arquivos, pergunto quais são os grupos de migrantes que ele mais encontra nos documentos? Sua resposta: *“a maior é de portugueses. Alguns que vieram para cá, o seu Brito Rendeiro, por exemplo, que era português, o pai do Conradim que era Barros, originários de Portugal”*.

Quando lhe perguntei sobre os “judeus”, disse não se lembrar deles utilizando serviços do cartório, explicando que: *“a maioria vinha com tudo documentado, passaporte feito”*, e retorna sua narrativa para os portugueses referindo-se à questão do passaporte e a utilização das leis internacionais para adquirir dupla cidadania: *“tem o caso dos descendentes dos Brito, muitos deles já pediram a certidão de inteiro teor para ter o direito no passaporte para viajar para Portugal, porque a exigência para fazer isso é a posse desse documento”*.

A conversa então enveredou para a importância dos arquivos do cartório nas pesquisas sobre Breves e da ausência de cursos de bacharelado em História na região para potencializar as informações presentes nos documentos ali existentes, logo expliquei a minha dificuldade com relação ao tempo restante do curso e do meu desejo de investir mais nas documentações. Muito solícito, diz que posso ficar lá no arquivo mesmo, em uma mesa desocupada, inclusive dia de sábado quando não tem movimento no cartório e o número de funcionários é reduzido, tendo em vista que adotam um sistema de rodízio de trabalho nesse dia. Porém, continuei no anexo até o final da pesquisa, pois lá poderia acompanhar a movimentação cotidiana da instituição de forma explícita.

Pedi então para conhecer o arquivo, pois até aquele momento os livros eram trazidos pelo funcionário Elenilson e eu ainda não havia entrado nesse cômodo do cartório,

imediatamente o Tabelião me convidou a entrar na sua casa, onde existe uma porta com acesso para o cartório. Seguimos pela cozinha e entramos no arquivo. Ele apresenta os funcionários e se volta para o espaço onde estão os livros de nascimento (figura 11) e fala: *“olha os arquivos do cartório do interior como vieram, é um investimento muito grande para restaurar tudo, há pouca procura por esses documentos, aqui estão todos os cartórios dos distritos, Mapuá, Curumú, Jacarezinho, São Miguel dos Macacos”*. Naquele instante aquela documentação despertou-me a atenção e posteriormente tornaram-se as principais fontes dessa pesquisa.



Figura 02 – Livros de registros civis dos distritos de Breves – Fotografia: Dione Leão – 25/03/2017

Na figura 04 pode-se ver o estado de conservação dos livros de registro civil dos cartórios dos distritos de Breves mencionados pelo Tabelião, alojados ao lado dos livros de registros da cidade. Diante desses documentos pergunto sobre a periodicidade desses livros.

Sua resposta foi a seguinte: *“Eu nem sei, quais são os anos que começa esses do Mapuá, eu nunca manuseei, inclusive eu tive problema de alergia com arquivos por ficar muito tempo mexendo em papéis”*. Aproveito para fotografar (figura 05) sua indicação sobre o lugar de cada registro. *“Aqui é de pessoa jurídica, aqui óbitos, nesse armário ficam os inventários, para cá os protestos”*. Quando chega nos protestos, destaca ser este o único

arquivo que pode ser exterminado, depois de 10 anos, perdem a validade jurídica: *“então, a gente faz um termo leva para o juiz, ele homologa e permite a incineração”*.

Com referência à conservação da documentação e o uso dos arquivos para pesquisa, ele ressalta a necessidade de um processo de microfilmagem como dos arquivos públicos, haja vista que *“a quantidade de papel acumulado durante um ano em um cartório é muito grande”*. E informa que para melhorar o atendimento e as pesquisas internas nos arquivos, os funcionários informatizaram os índices dos livros de registros de nascimentos, *“hoje se você quiser consultar um nome a gente joga no computador e já é possível ver, tem desde o início, todos os livros no eletrônico”*.

Quanto ao estado desses documentos, o interlocutor reitera sua preocupação com a conservação dos livros pertencente ao arquivo, revelando que: *os “livros A, o B e o C, de nascimento eu levei para Belém, tinha aquela escola Salesiana dos padres, eles fizeram esse trabalho de restauração para cá”*.

Nota-se, portanto, que nos arquivos pesquisados existe uma preocupação dos responsáveis pelas instituições em organizar preservar o acervo documental, mas não há um investimento de recursos que viabilizem essa manutenção física. Embora tenham consciência de que os arquivos são lugares de guardar os documentos e por essa razão estão expostos à degradação, tornando-se necessário encontrar procedimentos e medidas que permitam desacelerar a degradação dos documentos desse arquivo, por meio de tratamentos específicos relacionados a reparos e as formas como são condicionadas essas documentações (Camargo; Belloto 1999: 18).

Desse modo, a questão central para pensar numa etnografia de arquivo está não no seu caráter diferenciado do campo, uma questão de perspectiva. Vamos pensar da seguinte forma, se o objeto de estudo da antropologia são as práticas, as experiências culturais, a partir de Geertz, esta se assemelha à leitura de um texto, ou seja, é como interpretar um documento. A interpretação etnográfica do arquivo sob esse olhar mostrou nessa escrita como *“uma releitura ou comentário sobre outras interpretações que se encontram fragmentadas no campo”* (Frehse 2005: 132).

Essa forma de ver e pensar o arquivo são bem diferentes da área da história que toma as documentações em si como objeto de análise, por sua vez os antropólogos levam em consideração as marcas e inscrições existentes nos arquivos os quais devem também ser interpretados, por apresentarem *“temporalidades múltiplas inscritas em eventos e estruturas sociais transformados em narrativas subsumidas à cronologia da história por meio de artifícios classificatórios”*. Assim, destaca-se repensar o caráter *“polifônico e contingente das*

informações contidas nos arquivos, bem como as modalidades de uso e leituras que ensejam” (Cunha 2006: 291).

Dessa maneira, a etnografia do arquivo foi utilizada nessa pesquisa mediante a minha intencionalidade enquanto historiadora e aprendiz de antropóloga em não focalizar somente na documentação em si ou em ouvir e analisar as interpretações produzidas pelos sujeitos e grupos estudados, mas também entender o contexto social e simbólico da produção desses arquivos.

Foi esse o ponto nevrálgico que possibilitou tomar os arquivos como um campo da etnografia, a disposição em analisar as vozes que constituem os arquivos formados por grupos sociais e instituições (Cunha 2004: 293). Nesse sentido, foi preciso conversar regularmente com o Tabelião Titular Raimundo Matos do Cartório Civil Matos e através da história da sua experiência no arquivo para entender também a organização documental as estratégias de conservação limitadas pela falta de recursos e as críticas desferidas ao poder público pela falta de valorização do patrimônio documental pertencente à instituição e ainda a preocupação com o futuro da documentação.

Assim, como foi com Eder Jorge Barbosa do Cartório de Imóveis Dário Furtado, também interessado com a conservação da documentação, das contribuições da pesquisa para valorizar as discussões com a propriedade de terras na região em um enfoque mais histórico da sua produção. Por esse motivo mostrou-se sempre disposto a explicar as mudanças existentes nas documentações de uma década para outra, apontando opiniões para formas desse conjunto de documentações serem caminhos viáveis para pesquisas, o que de fato veio a ocorrer nessa escrita. A sua idade não permitiu reconstruir a trajetória do cartório, apenas com informações sumárias sobre os primeiros donos, as antigas acomodações e a organização do arquivo.

Com relação ao funcionário Elenilson Inajosa Farias, as conversas com ele inseriram uma realidade até então desconhecida na minha vida profissional e de fato me fez ver a documentação sob outros ângulos, principalmente a forma de questionar as designações genéricas que encobriram e impossibilitaram muitos aspectos da pesquisa, demonstrando por um lado os limites das documentações e por outro a chance de questionar os interesses do Estado diante de formulações genéricas que encobriram as especificidades dos grupos.

Desse modo, parafraseando Cunha (2006: 293) os “arquivos *etnográficos*”, tradicionalmente reconhecidos como repositórios de informações sobre os “outros”, passaram a ser reconhecidos como lugares onde o processo de construção de sua objetivação pode ser compreendido”, esta é uma das contribuições da antropologia para pesquisadores de outras

áreas de conhecimento que pesquisam em arquivos, instigando olhares não somente para documentos em si, mas também aos contextos universalizantes em que foram produzidos (Cunha 2006: 293).

De modo geral, as experiências apresentadas, indicam um olhar para as inter-relações entre o local e o global e apontam novos usos das fontes documentais em questão, desviando-se as atenções para representações humanas ocultas, nas formas como foram concebidas e arquivadas. Diante dessas estratégias os sujeitos históricos sociais emergiram dos arquivos, ganharam vozes, e as práticas culturais específicas de lugares desconhecidos ganham contextos mais amplos.

Enfim, as experiências multi-situadas onde assento o fazer etnográfico da tese, focalizado na relação presente/ passado em vista de um futuro de grupos que até o momento, não foram estudados nessa perspectiva no Arquipélago de Marajó, abre novos espaços para produção de conhecimento através dos diálogos entre as fontes em diferentes espaços e temporalidades. Nesse entendimento, as fontes escritas dos arquivos cartoriais somente adquiriram sentido social através do cruzamento com as narrativas orais. Ressalto que encontrei nesse cruzamento, uma estratégia para perceber como aparecem os discursos ocultos de poder do estado articulado a valorização dos donos do capital na região.

Estive atenta à forma como as documentações se referem aos “migrantes” com a intenção de qualificar ou desvalorizar seu papel na região e procurava nas conversas com os interlocutores, inclinar questionamentos no intuito de desdobrar e potencializar, muitas informações contidas nesse tipo de fonte e vice-versa, uma vez que a investida nos arquivos também suscitavam novos questionamentos aos interlocutores.

Documentos produzidos no contexto da morte, como as certidões de óbitos os quais estudei para recompor parte das trajetórias dos migrantes, ao contrário do que se pode pensar à primeira vista contêm ricas e variadas informações sobre múltiplos aspectos da vida do morto, bem como da sociedade em que viveu. Por isso, nas mãos do pesquisador podem se transformar em testemunhos sobre a morte, mas a acima de tudo sobre a vida, em sua dimensão material e espiritual (Furtado 2009:93). Além de traços de rituais de sepultamento e a causa morte, importantes na contextualização de doenças como a malária ou aquelas relacionadas aos problemas no intestino pelos interlocutores que mais atacavam os indivíduos no período estudado ou ainda a forma trágica que morreram, principalmente em contextos amazônicos pela violência das águas. As “causas mortis” que vistas sobre outros sentidos, revelaram também situações de conflitos nos finais da vida de migrantes assassinados em condições de violência.

Sobre os registros de casamentos e óbitos do Cartório Civil Matos demonstram que em princípio que todas as composições sociais estão presentes nessas documentações, são fontes democráticas, não delimitadas a certa categoria social, mesmo que para determinados momentos e locais, uma parcela dessas documentações, por algum motivo não tenham sido anotados ou extraviados pelas instituições mantenedoras, esses livros de fato incluem todos os setores da sociedade (Pinsky 2009: 142). Os registros civis e de imóveis permitiram nessa escrita revelar as relações sociais e de poder, práticas (Pinsky 2009: 143). Por se tratarem de fontes nominativas (documentos que trazem nomes de pessoas), esses registros se prestam a cruzamentos entre si e com outras fontes nominativas. Aos pesquisadores das áreas da história, antropologia, dentre outras, possibilitam, por exemplo, a reconstituição de redes sociais a identificação de diversos aspectos que marcaram a vida das pessoas e grupos, relacionados por exemplo, a hierarquia sociais, às práticas religiosas, ao sistema de compadrio.

Entretanto, se essas documentações por um lado abriram para qualquer pessoa fazer o registro como dito antes, na região de Breves dentro um aspecto mais democrático de suas produções. Por outro, as distâncias de uma localidade a outra onde estavam os cartórios do interior, restritos aos distritos municipais (cidade de Breves, Curumu, Mututi, Antônio Lemos, Itaquara e Mapuá) dificultavam a ida das pessoas que moravam distantes dos cartórios para realizar os registros de casamentos e óbitos.

Menciono que a trajetória da família também ganhou visibilidade nesse tipo de documentação à medida que revelaram muitas informações, dentre outras sobre as relações familiares numa perspectiva da família extensa (Furtado 2009: 112) que utilizo nessa escrita com referências a filhos adotivos e outros laços que ultrapassaram a consaguinidade nos locais de pesquisas.

Nos livros de registro de imóveis, foi possível notar principalmente as características das moradias e das propriedades que faziam parte da paisagem da cidade e dos espaços de rios e florestas, a vizinhança, as edificações construídas na propriedade, o tamanho da propriedade e as divisões dos pavimentos da casa. Além da existência de trapiches, barracões, pequenas igrejas, se a cobertura era de palha ou madeira, desvendando também traços da composição social de seus habitantes, permitiu-se determinar a que grupo social pertenciam. E, ainda observar a expansão das fronteiras da região como um todo, o crescimento das vendas dos imóveis em dada época priorizando certas localidades dos espaços rurais ou dos novos bairros surgidos na década de 1970.

De tudo isso, é preciso ver ainda que muitos adultos não legalizavam suas uniões ou não tiveram suas mortes anotadas, tão pouco condições econômicas de vender seus imóveis mediante os custos dos cartórios, aspectos consideráveis para o entendimento dos limites dessas documentações.

Outro aspecto a considerar diz respeito aos nomes das pessoas que aparecem nos registros dos eventos vitais alterados nas documentações, caso do judeu Abraham Chocron, registrado como Abraham Siqueira, uma estratégia utilizada pelo Estado para misturá-los nas sociedades de destino, por conta de perseguições religiosas e os estigmas sociais sob a figura do “judeu”. Essa foi uma dificuldade latente nessa pesquisa, somente possíveis de serem solucionadas quando partir para o confronto e cruzamento das informações dos registros vitais com outras fontes documentais como feito por diversos pesquisadores que se “debruçam no estudo dos mais diferentes temas dos quais estão incluídos a migração, os matrimônios, família, relações de gênero, parentesco, compadrio e amizade” (Pinsky 2009:167).

1.3.3. A Etnografia da entrevista e a história oral

Para demonstrar o vivido em campo e captar as experiências sociais manifestadas nas narrativas orais, utilizei a entrevista enquanto um campo etnográfico nessa pesquisa. A entrevista nesse sentido envolveu uma prática social baseada no diálogo sob o qual pesquisadores e investigados são agentes que interagem mesmo condicionados por trajetórias sociais e universos simbólicos diferenciados (Pizarro 2014:57).

Nesse sentido, o diálogo serviu para estabelecer “uma compreensão de diferenças entre dois mundos” e aproximar as pessoas seguindo, portanto, uma “orientação fenomenológica implícita que enfatiza a constituição de um mundo comum, um entendimento comum, uma aproximação” (Crapanzano 1998: 60). Assim, a experiência com a etnografia da entrevista, abriu espaço para a interação entre o interlocutor e o pesquisador, retirando em parte aquela formalidade habitual de uma entrevista comum, aproximando-os das relações sociais estabelecidas com o objeto de pesquisa.

Dessa forma, ao estabelecer uma relação dialógica, as partes envolvidas estabeleceram uma compreensão dupla, isso significa dizer que nessa relação o “Outro é igualmente estimulado a nos compreender. Isso se deu graças à ampliação do próprio horizonte da pesquisa, incorporando, em alguma escala, o horizonte do Outro” (Crapanzano 1998:60).

Aliás, o próprio uso da palavra interlocutor na antropologia, no sentido literal do termo é aquele que toma parte da conversa, um indicativo de que métodos muito sistematizados não cabem na proposta. Então, seguia apenas um roteiro temático nas entrevistas que permitia uma maior fluência do diálogo. No entanto, não poderia deixar de notar que a experiência com a etnografia da entrevista, assim como qualquer outra apresentou limites, isso nas primeiras tentativas de aplicação em apenas um caso por conta da falta de intimidade com o interlocutor ou talvez pela sua timidez. E serviu de alerta para as experiências subsequentes.

Contudo, Crapanzano (1998: 60) adverte: “em nenhum momento o antropólogo deve abdicar de posicionar-se no interior de seu próprio horizonte, isto é, de sua disciplina, visto que ela própria é resultado de uma cultura científica de origem ocidental”. Assim, o pesquisador abre espaço à perspectiva do “Outro”, sem abdicar da sua, uma vez que o seu esforço será sempre o de traduzir o discurso do Outro nos termos do próprio discurso de sua disciplina. Exercita-se com isso, uma transferência de sentido de um horizonte para outro.

Naves (2007) que se utilizou da experiência da etnografia da entrevista indagou-se muitas vezes sobre a possibilidade de realizar uma tentativa de pesquisa etnográfica dessa natureza, tendo em vista que os procedimentos usados para este tipo de entrevista não pressupõem necessariamente uma pesquisa de campo no sentido canônico da palavra, cuja técnica é a da “observação participante”, envolvendo, entre outras coisas, um contato prolongado com o “nativo” (Naves 2007: 156).

Esta autora pondera que apesar das diferenças entre a prática etnográfica e a da entrevista, existem pontos em comum entre as duas. “Um deles, e talvez o mais importante, é o zelo antropológico no sentido de não separar empiria e teoria” (Naves 2007:156-160), partindo do pressuposto de que a entrevista é uma obra em si, e não um subsídio empírico para uma teorização posterior.

Nesse ponto as afirmações de Peirano (2014: 386) podem contribuir para um repensar sobre uma etnografia da entrevista especificamente no trecho: “o trabalho de campo deve se fazer no diálogo vivido, revelado por meio da escrita, ultrapassando o senso comum ocidental que acredita que a linguagem é basicamente referencial”, nos leva a crer que é possível dar condições para transformar a entrevista tradicional em etnografia, imersa em um processo envolvendo: a escuta, o diálogo e a escrita.

Considerarei esse um ponto crucial da proposta, convergindo com a minha opção em buscar a trajetória de vida dos interlocutores, inspirada em Bourdieu (2008), apresentando a intenção de captar aspectos das experiências de contato desses indivíduos em grupos para

responder os pontos fundamentais que ancoram a tese por isso descartei a história de vida ou a biografia, técnicas cuja aplicação demanda longo tempo com o interlocutor, exige poucos interlocutores, não se esgota em uma ou duas entrevistas, depende muito do que o interlocutor pode contar de si mesmo e a duração delas é limitada devido ao cansaço. Sem esquecer de mencionar as dificuldades financeiras em chegar até locais como o Mapuá que demandam recursos extras de custo muito alto para uma pesquisadora sem apoio de bolsas de pesquisa.

Desse modo, as análises das narrativas orais dessa pesquisa não dizem respeito só aos eventos descritos, mas ao lugar e significado dos eventos dentro da vida dos narradores, e é por isso que, para entender o seus significados é preciso estar atento à relação presente/passado inerente a qualquer narrativa de trajetória de vida, por esse motivo, mas uma vez parafraseando Portelli (2016: 12) “eu precisei ir e vir, por duas ou três gerações seguindo o fluxo das memórias dos interlocutores existentes em suas narrativas orais” para apresentar uma visão mais adequada das suas recomposições dos contextos nos quais estavam imersos.

E ao refazer os caminhos metodológicos das minhas práticas anteriores ao doutorado ressalto que mesmo sem ter visto nenhuma experiência prática dessa metodologia, eu já levava meu caderno para campo para anotar as minhas observações sobre o contexto em que se desenvolviam as entrevistas ancoradas em Rizzini (1999: 63) que me apresentou uma discussão da entrevista como forma de registrar as percepções dos interlocutores, sem se referir a designação de etnografia da entrevista. A autora indicou o uso de diário de campo para anotar as interferências, mudanças de humor, tom de voz, expressões faciais, os detalhes que cercam a paisagem do local, dentre outras observações.

Nesse sentido, as ideias de Rizzini (1999) foram aperfeiçoadas quanto às anotações no caderno para a captação escrita de todo o processo comunicativo. Assim, como também atentei para outras indicações sobre a prática etnográfica, referente ao fato de que “as palavras não são o único meio de comunicação: silêncios comunicam, bem como os outros sentidos (olfato, visão, espaço, tato) têm implicações que é necessário avaliar e analisar” (Peirano 2014: 386).

Dessa forma, como apresentado apesar do sentido dado a entrevista para coletar narrativa nessa proposta, denoto que esta é forma mais antiga e mais difundida de coleta de dados dessa natureza nas ciências sociais, a entrevista com o gravador, ou no meu caso o celular. Sendo que como toda entrevista exige um preparo prévio, segui uma versão de modelo semiestruturado inspirada por Rizzini et al (1999) ao se tratar de um tipo de

entrevista mais flexibilizada, com maior liberdade para inserir outras questões que porventura surgirem no decorrer da entrevista.

Para Rizzini et al (1999) nesse tipo de técnica há uma diretriz a seguir, mas a mesma não dita a forma como a entrevista irá se desenvolver, “na medida em que as questões não são colocadas numa determinada ordem nem exatamente da mesma forma com que foram inicialmente definidas”. Requer ainda, em muitos momentos certa habilidade do entrevistador, em reinserir a temática na discussão quando os entrevistados de alguma forma se distanciarem dos objetivos da pesquisa.

Outra observação foi que se tornou uma prática sempre antes do início da entrevista apresentar ao interlocutor os objetivos e interesses da pesquisa e, evidentemente, solicitar a divulgação ou não de seu nome na produção final da tese, diante disso, uma interlocutora foi identificada com iniciais fictícias. Pois, levei em consideração que é preciso avaliar com bom senso os riscos envolvidos na publicação dos resultados da pesquisa, porque nossas conclusões não podem constranger, humilhar ou trazer prejuízos para as populações estudadas, conforme mencionou Debert (2004), no estudo do “outro” não se trata apenas de tornar esse “outro” menos enigmático, como queria Geertz.

Diante dessa observação, ainda utilizando-me das indicações de Debert (2004) “é especialmente importante refletir como os significados produzidos pelos cientistas afetam de maneiras distintas a vida cotidiana do pesquisador e dos grupos tradicionalmente pesquisados, politizando o debate em domínios que reagem a qualquer tentativa de politização” (Debert: 2004, 45).

Ainda, no que se refere a essa experiência, aponto que no tratamento dos dados empíricos, após a etnografia da entrevista, referente a transcrição das conversas optei por transcrever todos os detalhes, as interrupções, os barulhos, os risos, os silêncios e quando foi viável inseri na escrita da tese no sentido de dar uma dimensão maior das ocorrências durante a conversa, sem a pretensão de imprimir uma verdade totalizante dos fatos narrados (Clifford 2016: 38).

A obra mais recente de Portelli (2016) na área da história oral também incluiu maior ênfase ao diálogo e na relação estabelecida com o interlocutor, principalmente ao que convencionalmente ele deixava escapar nas suas análises que era o contexto das produções das entrevistas, uma retrospectiva da sua prática e as novas aberturas proporcionadas por uma sensibilidade antropológica no processo do relato das experiências de vida e aos aspectos daquilo que não era dito de forma mais clara e por vezes é negligenciado pelo pesquisador pode marcar a diferença entre os interlocutores.

Desse modo, os pontos observados sobre a entrevista desviaram o olhar para outra questão presente nos trabalhos envolvendo a narrativa: a performance. Essa foi uma realidade observada na pesquisa de campo, em muitos casos os corpos dos indivíduos movidos pela força das memórias às vezes tensas, indignantes ou engraçadas deixaram transparecer e acrescentaram ação aquelas memórias sobre suas experiências de contato. Nesse direção, as leituras de Turner (1986) e Hartman (2005) auxiliaram o entendimento desses momentos como parte do processo e a significação das estratégias narrativas dos interlocutores.

Hartman (2005: 127) traz para a discussão o uso da performance que nesse caso envolveu momentos das entrevistas, relativos as expressões, como representativas das “articulações e formulações da experiência em unidades de análise estabelecidas pelos seus próprios membros”. Nesse caso, reitera que os participantes de uma performance, “ritual ou evento narrativo não necessariamente partilham uma experiência ou significado comuns, o que eles estão partilhando é somente a sua participação neste ou naquele evento.

Algo mais a destacar sobre a performance é que existe dois níveis interpretativos: “o dos membros da cultura estudada, que interpretam suas próprias experiências em formas expressivas, e o dos antropólogos, que interpretam essas expressões para seus pares acadêmicos (produzindo eles próprios outras expressões)” (Bruner 1985:10 apud Hartman 2005: 127).

Diante dessa observação, as narrativas orais são utilizadas como eixo para questões ligadas à memória, subjetividade, diálogo, performance que estão na pauta dos estudos antropológicos, históricos, sociológicos, dentre outros. Sendo que o uso crítico das fontes orais requer abordagens e procedimentos específicos, adequados à sua natureza e forma particulares. Assim, conforme mencionou Portelli (2016: 10) ao contrário da maioria dos documentos históricos, as fontes orais não são encontradas, mas cocriadas pelo pesquisador. Isso significa dizer, que elas “não existiriam sob a forma em que existem sem a presença e o papel ativo do pesquisador na entrevista feita em campo” (Portelli 2016: 10).

Em suma, se por um lado a etnografia da entrevista abriu novos olhares sobre o contexto de produção, direcionados para observações dos ambientes, das subjetividades da relação pesquisador/pesquisado e o aprimoramento do diálogo na pesquisa de campo com os interlocutores. Por outro, a história oral há muito tempo utilizada nas minhas pesquisas seguiu seu legado de repensar na produção das narrativas orais enquanto documentos reveladores das ações humanas, permeados pelas intencionalidades do tempo presente em momentos de reconstrução das experiências pessoais da vida em grupo, aspectos enfatizados

nas minhas análises das experiências de contato dos “migrantes” selecionados para compor a temática em curso.

1.3.4. Fotoetnografia e outros usos da imagem

No decorrer da etnografia a fotografia ganhou grandes proporções na pesquisa, comecei utilizando para fotografar os arquivos e documentos, posteriormente nas visitas aos entrevistados. Os passos da pesquisa de campo foram registrados formando um arquivo das sequências da pesquisa na relação com os entrevistados. Nessa ação, os comportamentos, as situações vividas, os objetos em interações com as pessoas nesses espaços aparecem, não somente para legitimar a presença no campo (Samain 1998: 10) e sim na recomposição de caminhos.

Neste caso, a partir da utilização da fotografia enquanto narrativa fotográfica o Outro também veio à tona, o olhar etnográfico neste texto é capaz de conduzir o desenvolvimento de uma forma narrativa mais aprofundada, não se restringindo apenas ao texto na construção de sentidos e à fotografia como ferramenta de pesquisa de campo, mas também à imagem como discurso. Sendo possível, na construção de uma narrativa visual, ter-se uma maior eficácia na difusão dos resultados obtidos (Archutti 1997: 2004). Desse modo, não existem fotografias que não sejam portadoras de um conteúdo humano e, conseqüentemente, que não sejam antropológicas à sua maneira. Toda fotografia é um olhar sobre o mundo, levado pela intencionalidade de uma pessoa, que destina sua mensagem visível a um outro olhar, procurando dar significação a este mundo (Archutti 2004: 83).

Então, a ideia em utilizar fotografias nessa pesquisa segue essas prerrogativas, por isso procurei não mostrá-la como algo redundante ou mera ilustração, elas acompanham o fluxo das narrativas e servem para apresentar aspectos da vida dos interlocutores em interação uns com os outros, ou até mesmo com a pesquisadora. E nesse sentido, elas apontam dinâmicas de vida dos lugares onde vivem ou viveram os interlocutores, incluindo as “coisas” (objetos) como parte das composições das cenas reveladas nas imagens. E, como forma de apresentá-las mais adequadamente conforme esta opção metodológica a configuração seguiu outro padrão do exigido pelo programa.

Relativo à utilização das pinturas em tela pertencentes aos arquivos de Maria Nely Balieiro, uma artista local estas foram utilizadas nessa escrita para mostrar algumas cenas do cotidiano da cidade na década de 1960 e as cenas foram explicadas conforme as exposições da própria artista, pois as imagens retratam também a sua vida. As composições

são frutos da sua memória sobre a cidade. Imagem e memória caminham juntas e em certos momentos são idílicas, carregadas de lembranças emocionantes sobre a vida na área potuária da cidade.

Nesse caso, representaram as imagens mentais da artista recuperadas por meio da habilidade com o uso dos pincéis, tintas e telas, porém utilizadas como representativas das experiências dos contatos com os “estrangeiros” e “migrantes” de vários estados do Brasil. Assim, a importância das pinturas de Necy como é conhecida na cidade mereceram destaque nesse trabalho por também permitirem análises sobre “indivíduos de outras culturas” (Burke 2004: 154) vistos nas pinturas através dos navios, das casas e comércios no bairro Centro da cidade.

Nessa linha de análise, as lembranças individuais, memórias subjetivas entrecruzadas com a memória da cidade, conforme assinalaram Cunnegato e Rocha (2008) permitem que com essa estratégia o ouvinte seja levado ao espaço narrado e a poesia da narrativa interpele, tanto o narrador quanto o ouvinte. Logo, “a pintura é feita também no jogo destas memórias, o que permite a nós, espectadores, nos lançarmos e aderirmos a esta como parte constituinte de nós mesmos” (Cunnegato e Rocha, 2008: 08). As descrições de Necy sobre suas pinturas demonstram seus itinerários pela cidade durante a década de 1960 e demarcaram os espaços das suas vivências e com um isso apresenta a cidade do passado em conexão com o presente.

No entanto, em vista das transformações dos espaços da área central nos últimos trinta anos ter sido latente as pinturas apresentam um limite de leitura aos leitores mais jovens, pois somente os contemporâneos a artista conseguem identificar os lugares esboçados, sendo necessárias explicações daqueles que viveram o período sobre qual perímetro da cidade é retratado a imagem, até mesmo para a pesquisadora. Nesse caso, cruzei as explicações de Necy com as documentações do cartório de imóveis Dário Furtado como estratégia para situar o leitor no contexto da época representada, não necessariamente para analisar o conteúdo da imagem.

CAPÍTULO 2

MIGRANTES E DESCEDENTES EM REDES E CONTEXTOS

Ao eleger as passagens da vida de “nordestinos”, “portugueses”, “judeus” e “americanos” por meio da análise das fontes mencionadas anteriormente, para repensar a questão das experiências de contatos entre os referidos grupos com os moradores naturais da região na produção de práticas interculturais recorri primeiramente à noção de *trajetória* definida por Bourdieu (2006: 189), como uma série de “posições” sucessivamente ocupadas por um mesmo sujeito, em um movimento descontínuo marcado por muitos contatos e diferentes interesses nas suas identificações.

Assim, a noção de trajetória de Bourdieu (2006) dos “migrantes” e descendentes remete a outros conceitos que norteiam a produção do capítulo, e para um melhor entendimento apresento-os nesse capítulo inseridos dentro de três eixos de análises, diante das apresentações de interlocutores “migrantes” ou “descendentes” selecionados.

O primeiro está relacionado com a identificação de cada um e o sentimento de pertencimento. E dessa forma, a questão remete aos jogos das identidades presente nas narrativas no sentido de pensá-las dentro dos interesses do presente (Candau 2012; Pollak 1992), “multiplamente construídas ao longo dos discursos, práticas e posições que podem ser semelhantes ou antagônicas” (Hall: 108), mas sempre em movimentos de transformações.

Assim, em muitos momentos perante os acontecimentos narrados das experiências de contatos, os interlocutores remeteram aos ancestrais “migrantes” para definir o sentido de um pertencimento ligado a família biológica. Dessa forma, notou-se que nessas descrições a família aparecia como um conjunto de posições socialmente ocupadas num dado momento por uma identidade biológica instituída servindo como suporte para um conjunto de atributos e atribuições que lhe permitiram intervir como agentes eficientes em diferentes campos, dentro dos padrões de família nuclear ou extensa (Silva 1998; Brugger 2002).

O que não deixou de se considerar a ideia de identidades móveis, tendo em vista que os descendentes de “migrantes” mais antigos falaram em identidades herdadas ou adquiridas, porém os mais novos apresentaram ações diretamente ligadas ao mundo globalizado das mídias sociais para reafirmar seu pertencimento, por esse motivo recorro com ênfase ao uso da categoria identificação no sentido de mostrar uma atividade incessante,

sempre inacabada, aberta em que todos estão engajados, por necessidade ou escolha (Bauman 2001: 129).

O segundo está relacionado às motivações que levaram os grupos a se deslocarem para a região, identificadas sob a justificativa do trabalho, questões familiares, novos desafios que apontaram para o papel das redes migratórias (Truzzi 2018) e das redes sociais (Barnes 1987) que incluiu outros processos através dos quais os indivíduos e grupos mobilizaram apoio sob variados pretextos, influenciando as atitudes e ações para os deslocamentos na região de Breves.

O terceiro está associado aos contextos multilocalizados (Marcus 2001) e a micro-análise (Ravel 2008) dos acontecimentos históricos relacionados às narrativas orais dos interlocutores de ordem local/global, ocorridos em diferentes tempos e lugares que inseriram os locais em uma escala maior no período.

Outra ideia de contexto é da produção das narrativas orais dos interlocutores envolvendo os aspectos que estão além do ato da fala, mas diz respeito à performance dos interlocutores (Hartman 2005; Turner 1997) enquanto um sistema de comunicação que permite perceber a reflexividade das palavras nas expressões corporais dos interlocutores ao liberarem emoções dentro do enredo da cena narrada para envolverem os ouvintes.

Além da performance a subjetividade foi componente recorrente em campo e também permite ver aspectos da vida dos interlocutores que ajudam a entender as relações pesquisador e pesquisado nas narrativas (Coelho 2016) que estão dentro da pauta de um trabalho etnográfico.

Diante dessas considerações iniciais, sigo para a apresentação dos “migrantes” e descendentes chaves da pesquisa, a começar pelos “nordestinos”, em seguida os “portugueses”, “judeus” e sobre os “americanos” dos quais não existem descendentes na região, faço algumas considerações sobre a presença deles por meio das referências de dois interlocutores que conviveram com uma família na vila Lawton no Jaburu, porém as experiências de contato com esse grupo estão evidenciadas no capítulo 3.

2.1. Os “Nordestinos”

Segundo aponta o estudo de Cancela (2011) sobre dados referentes à migração nordestina em direção estado do Pará “pesquisas oficiais indicam que após as secas de 1877-78 e 1888-89 cerca de 17.000 migrantes nordestinos tinham se deslocado para o Estado” (Cancela 2011: 72-73). E, que entre os anos de 1899 a 1900, chegou à cidade de Belém algo “em torno de 8.000 pessoas, ficando assentadas, em sua maior parte, nas áreas do entorno da estrada de ferro de Bragança, a nordeste de Belém, onde estavam localizados os núcleos coloniais apoiados pelo governo” (Muniz 1916: 51-52, apud Cancela 2011: 72-73).

As investigações realizadas por essa autora em outras fontes como registros da Companhia de Vapores do Ceará também apontam que entre os anos de 1869 a 1900, aproximadamente atestaram 300.000 teriam deixado o Ceará. E, “destes, cerca de 255.526 (85%) vieram para a Amazônia. Os demais se deslocaram para o Sul do país, mais precisamente para os estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo” (Cancela 2011: 72-73).

Todavia é preciso frisar que os dados demográficos referentes ao número de trabalhadores nordestinos deslocados para os seringais da Amazônia são imprecisos e as informações permanecem ainda fragmentadas em meio às fontes disponíveis, tornando-se quase impossível descobrir ao certo quantos homens, mulheres e crianças se dirigiram para esse território. Entretanto, Cancela (2011) ressalta que não há como desprezá-los, pois servem como indicativo importante da presença de migrantes na região (Cancela 2011: 67).

Nesse sentido, no que se refere ao fluxo migratório com destino a região de Breves, a pesquisa realizada nos livros de óbitos e casamentos do Cartório Matos mostrou que no período de 1890 a 1979 foi registrada nas margens de dezenas de rios da região de Breves, pertencentes aos distritos do Mapuá, Jaburu, Mututi, Macacos, Itaquara, Curumu, o total de 148 nordestinos, sendo que 11 eram da Paraíba, 106 do Ceará, 24 do Rio Grande do Norte, 05 do Maranhão, 04 de Pernambuco e 01 da Bahia.⁶

Esses dados denotam a existência de uma composição variada de “migrantes” vindos dos estados do Nordeste e estes moradores estavam incluídos nos eventos da região de Breves. Embora por muito tempo tenha ressoado sobre eles representações “articuladas ao plano das ideologias da cultura brasileira e do caráter nacional brasileiro, ou, inversamente,

⁶ Em anexo está a lista com a relação dos nomes encontrados e os locais onde viviam – p. 194.

como algo que pudesse ser deduzido mecanicamente da infraestrutura” (Guillen 1989: 83), sob o qual se destacava uma das esferas mais privilegiadas dessas ideologias: o trabalho.

Assim, na Amazônia da segunda metade do século sob os efeitos dessas ideias a representação desses grupos ficou consagrada pelo viés do trabalho para os seringais, dos nordestinos que vieram para as frentes de colonização (Bragantina); dos nordestinos que abandonaram os seringais e se dirigem para as cidades. Mais recente esse nordestino está associado à colonização, tal como ocorreu com abertura da Transamazônica, mas indelevelmente associada aos trabalhadores nas grandes obras. E ainda, uma subcategorização apareceu com o maranhense nos garimpos.

Em diálogo com Guillen (1989: 1989: 81), gostaria de argumentar que essa forma de descrever os nordestinos sob a ideologia do trabalho é apenas uma das representações da realidade. E, como tal, é uma construção social que quando levada a exagero, correm o risco de homogeneização como ocorrido na maioria dos seringais da Amazônia que definiu os trabalhadores como “seringueiros”, encobrindo as dinâmicas existentes entre os grupos sociais no processo de produção de suas diferenças sociais.

A partir dessas observações, passo a apresentar outros elementos para a recomposição das trajetórias dos interlocutores “nordestinos” que se deslocaram para a região de Breves em diferentes temporalidades e assim como os outros grupos de “portugueses” e “judeus” foram de grande relevância para essa pesquisa na elaboração das temáticas que compõe os capítulos.

2.1.1. Dona Laura Gomes da Costa (65 anos).

Meu primeiro contato com Dona Laura, moradora da cidade de Breves ocorreu ainda na década de 1990, por intermédio do meu esposo que a conhece desde a infância. Revê-la é sempre sinal de alegria por ela ser uma pessoa muito extrovertida, e em todos os encontros me contagiava com sua autoestima e capacidade de superação. Há alguns anos ela teve perda total da visão, mas isso não a tornou uma vítima das circunstâncias. Ao contrário os desafios da vida fortaleceram-na cada dia mais e revela uma mulher empoderada, consciente da sua contribuição social na região. Suas narrativas orais espalhadas ao longo dos capítulos dessa tese, assim como das outras interlocutoras e interlocutores migrantes ou descendentes dos estados do Nordeste apresentam informações que são relevantes para a elaboração deste estudo.

A entrevista com Dona Laura aconteceu na tarde de 28 de junho de 2017. Nesse dia, antes de entrar na sua casa, visualizei na parede externa uma placa de venda e tomei essa informação como o primeiro assunto tocado na nossa conversa, quando eu ainda estava na porta de entrada. Dona Laura perguntou: *Viu a placa de venda minha filha?* Respondo que sim. A casa está localizada no bairro Centro, há alguns metros da avenida principal da cidade. É um imóvel com poucos cômodos, construído em madeira, mas bastante aconchegante.

Depois, fui convidada a entrar por Dona Laura que se encontrava na companhia da única filha que no momento estava sentada na cama situada no primeiro quarto. E ao passar pela porta do cômodo, minha anfitriã logo me questionou: *Você já conhece a minha filha não é?* “Sim!” É a minha resposta. Volto então o meu olhar para Laurilene e faço um sinal de aceno, uma jovem que teve a mobilidade comprometida por conta de uma paralisia nas pernas quando criança, necessitando de uma cadeira de rodas para se movimentar.

Em seguida, a interlocutora faz questão de mostrar toda a casa e confessa a vontade de negociá-la o mais rápido possível para retornar a sua terra natal onde pretende terminar os dias. Desse modo, nossa conversa começa pelo fim, pelo seu desejo de retorno ao Maranhão onde pretende terminar seus dias. Embora ressalte ter uma vida estabilizada na cidade, a idade, o tempo de residência na região, os laços de amizade consolidados não a impedem de fazer projetos para o futuro⁷.

Ao lhe perguntar sobre os motivos que a faz querer retornar, ela menciona que um deles é a questão da violência e afirma não se sentir mais segura em Breves, embora destaque que conta com a ajuda de uma pessoa muito especial na função de cuidador delas durante o dia. A preocupação com o futuro é algo marcante nessa altura da nossa conversa, a interlocutora acredita que no Maranhão ela e a filha estarão mais bem amparadas ao lado dos familiares.

Após contar seus projetos futuros, aos poucos dona Laura foi montando o cenário para a entrevista, seja na rede armada para ela sentar ou no banco escolhido para acomodarme na sala/quarto de sua casa. Entretanto, no instante em que eu me preparava para elaborar a primeira pergunta foi Dona Laura com toda sua espontaneidade, quem fez o primeiro questionamento: *Mas esse seu trabalho é na área da Educação?* Digo-lhe: “Não, é uma tese de doutorado na área da Antropologia”. Passo, dessa forma, a compartilhar informações sobre o tema e objeto da pesquisa e sobre o curso, algo ocorrido no início das entrevistas com

⁷ Sayad (1998) destaca em seus estudos sobre migração questões relativas a condição de provisoriedade que parece nortear a vida de muitos migrantes, alimentando um constante desejo de retorno para a terra natal, mesmo considerando todas as conquistas nos lugares onde consolidaram bens e relações afetivas conquistados nas terras de destino (Sayad 1998: 45-46).

todos os interlocutores, no sentido de situá-los e deixar claras questões éticas relacionadas à “restituição do saber” (Debert 2004; Ramos 2004; Rial 2014) reelaborados a partir das narrativas deles. Faço então a promessa de entregar o texto final para Laurilene fazer a leitura dos resultados da pesquisa à interlocutora e mostrar suas contribuições na recomposição das trajetórias dos nordestinos na região.

Após esse momento de esclarecimentos sobre a pesquisa solicitei a Dona Laura informações sobre os motivos que a levaram deixar o Maranhão e se deslocar para Breves. A intenção era incentivar o deslanche de memórias sobre passagens de sua vida desde a saída da terra natal para Belém, e as redes de apoio configuradas para assegurar uma recepção em outro Estado. Nesse exercício de pesquisa, Dona Laura narra:

“Eu vim para o Pará para estudar, porque eu sou sertaneja. Eu nasci em uma cidade do Estado do Maranhão, Penalva do Castelo. Naquela época era muito difícil escola, não é como nos dias de hoje que só não estuda quem não quer, porque em qualquer espaço ribeirinho tem uma escola. Antigamente não era assim. Era muito difícil. Então meu pai tinha assim muito desejo que eu fosse alguém na vida, ele então se comunicou com Laura que era irmã dele e morava em Belém e disse para ela vir me buscar no Maranhão. E eu sempre falava quando eu era criança que eu queria vir para o Pará” (Laura Rosa, 2017).

Ressalto que na digressão de Dona Laura a narrativa apresentou um recorte temporal delimitado: o início dos anos de 1960, quando deixou a cidade de Penalva no Maranhão com aproximadamente dez anos de idade, para morar em Belém com uma tia e dar seguimento aos estudos. Este um aspecto importante que pude verificar na trajetória de deslocamentos de centenas de nordestinos que assim como Dona Laura, deixou seus lugares de pertença e enfrentou todo um processo de desarraigamento para se instalar em outros lugares motivados por expectativas de um futuro melhor. Porém, amparados por redes de relacionamentos, especialmente os laços de amizade, familiares e de conterraneidade que serviram de pano de fundo para a consolidação desse processo (Tilly 1990: 88).

As análises abertas por Tilly (1990) e aperfeiçoada por Truzzi (2008) sobre as redes migratórias permitem notar a ideia de “redes” diretamente vinculada a uma forma específica de migração, envolvendo arranjos e informações fornecidas por parentes e conterrâneos. No caso dessa interlocutora, membros de sua família já estavam instalados em Belém e posteriormente em Breves, como será observado na continuidade da narrativa.

“Primeiro eu estudei em um grupo perto de casa, no Telégrafo. Eu estudei na época da lei 4.024/61 quando era grupo escolar. Então, eu estudei no grupo escolar Augusto Montenegro. Depois eu passei nove anos da minha vida estudando no colégio de freiras, lá

eu fiz o meu primário que antigamente era de primeira à quinta série. Lá você cursava o normal regente você tinha que fazer um exame chamado de exame de admissão, era assim que funcionava a coisa. Eu fiz o exame de admissão e graças a Deus fui aprovada. Eu tirei meu primário com 13 anos de idade. Naquela época quem tirava o primário de primeira à quinta série era chamado de professor leigo. Ele poderia lecionar. Daí eu fiz admissão e passei a cursar o normal Regente, que é de primeira até o 4º ano. Eu me formei de professora regente de ensino. Por último me especializei em educação física pela UEPA convênio com a Federal, só que meu diploma saiu pela Universidade Federal do Pará. Mas fui trabalhar no São Miguel, do Maternal até a quinta série. As turmas da época eram todas multisseriadas porque eu sou formada como professora pedagógica. Primeiro me formei de Regente de ensino normal, depois eu fiz o pedagógico. Isso tudo em Belém” (Laura Rosa, 2017).

Como visto não são poucas as lembranças envolvendo sua formação e experiência como professora até chegar à região de Breves como parte importante de sua trajetória, especificamente na vila denominada São Miguel dos Macacos como é popularmente conhecido o lugar para onde se deslocou. Quando novos desafios apareceram e outras redes de contatos se fizeram na vida da professora migrante que assim como outras pessoas de diversas regiões do Brasil desde a década de 1960 chegaram ao Marajó para contribuir com o processo educacional e desenvolvimento do arquipélago⁸, como ela narra no relato a seguir.

“Meu tio Celso, era gerente da COMIG⁹ e em conversa com os donos da empresa que era uma sociedade, um dos donos era o Doutor Elias Gatasse Calume, o doutor Leônidas Sertório Miranda, José de Ribamar e Doutor Jonas Cortês Moreira, esses eram os sócios donos da empresa, então eles conversando com o meu tio Celso, porque lá na verdade nunca tinha tido professor qualificado, então conversando com o meu tio Celso eles disseram que estavam precisando de uma professora qualificada para São Miguel, o meu tio Celso disse: olhe lá em casa minha esposa cria umas moças inclusive uma é sobrinha dela, agora eu não sei se alguém vai querer vir para cá. Meu tio passava um tempo lá um mês mais ou menos e ia para Belém lá para casa onde eu fui criada, casa dele e já chegou conversando comigo, era eu Laura, Maria e Bárbara, as três pessoas que eles criavam. Ele disse assim: olha lá na vila São Miguel dos Macacos onde eu trabalho estão precisando de

⁸ Para conhecer a trajetória de outras professoras migrantes deslocadas para o arquipélago de Marajó, em especial a cidade vizinha de Melgaço, ver Baía Sarraf (2018).

⁹ Empresa exportadora de madeira com filial na Vila São Miguel no rio Macacos e sede em Belém.

professoras qualificadas, quem de vocês quer ir para lá? Eu peguei e disse eu, eu quero ir e ele: disse tu vais mesmo minha filha? Eu disse eu vou! Eu trabalhava em Belém trabalhava no colégio no Colégio São Jerônimo eu fui professora de vários colégios em Belém” (Laura Rosa, 2017).

Desse modo, seu tio Celso serviu como um contato com o novo destino e lançou uma previa das oportunidades no tocante às perspectivas de emprego e alojamentos iniciais, recursos e assim viabilizou a viagem para a região de Breves. Nesse sentido, cabe sublinhar o papel ativo dessas pessoas no local de origem como influenciadores dos comportamentos “de novos migrantes potenciais, estimulando ou refreando projetos, expectativas e investimentos futuros” (Truzzi 2008: 203). Por isso, para essa discussão inicial nas análises de processos de migrações as redes sociais são importantes meios para os migrantes obterem informações sobre os locais de destinos.

Dessa maneira, a decisão de Dona Laura de migrar para o Pará estava diretamente ligada ao desejo dos familiares do Maranhão em realizar um projeto por meio do acesso à educação. Mesmo os pais sendo sertanejos para utilizar o termo mencionado por ela, queriam para filha outro destino, o de um ensino de qualidade e consequente profissionalização. No entanto, importa notar não ter sido somente a busca por posto de trabalho o único motivo do deslocamento para a vila de São Miguel do rio Macacos, mas também a oportunidade de desafiar e superar seus próprios limites, “conquistar a independência” em novas terras.

Mediante as análises que proporcionaram entendimentos sobre a o presente e o passado reelaborado pela interlocutora, relativos às motivações para o seu processo de deslocamento do Maranhão para Breves, em um momento específico de sua narrativa mesmo anteriormente identificada como sertaneja a interlocutora acrescenta questões relativas à sua identidade marcada pela interação com outras práticas culturais

“Engraçado que quando eu ando por aí, o povo não acredita que eu sou Maranhense, porque eu sou uma senhora branca. Então eles dizem que tenho mais aparência de uma mulher europeia. Porque se a gente for conhecer a genealogia da gente, pois a gente não conhece não é? Eu só sei que meu pai era branco de olhos azuis e loiro e minha mãe que era negra” (Laura Rosa, 2017).

Dessa forma, ao mesmo tempo em que ela levanta a possibilidade de uma suposta ancestralidade europeia na sua família isso devido à sua aparência, também ressalta uma descendência “negra” associada às raízes africanas, de modo que suas crenças religiosas estão atreladas a esses laços interétnicos dos quais não pode se desvencilhar.

A fotografia a seguir demonstra uma mulher de pele branca e de olhos azuis cultuando santos e também orixás todos dispostos em um pequeno altar por ela denominado de “*meu congazinho*”, (ver figura 03), explicação importante para entendermos a forma plural como se identifica: um ser humano resultante de várias crenças adquiridas pelas experiências dos contatos na sua trajetória de vida.



Figura 03 – Dona Laura Rosa ao lado de imagens de santos e orixás, 2017. Fotografia: Dione Leão

Assim, a imagem do “congazinho” nesse sentido, desempenha um papel crucial na comunicação intercultural, uma linguagem fecunda ao transmitir códigos e mensagens subentendidos desdobrados em várias direções, sem formar um caminho retilíneo ou unidimensional (Cusicanqui 2015: 73), questões referentes à religiosidade de Dona Laura serão problematizadas no capítulo 4.

E sobre a interação com os moradores naturais da região, Dona Laura afirmou ter se entrosado rapidamente com as pessoas por ter uma personalidade muito carismática, inclusive casou como um “caboclo da ribeira” com a mesma definiu o pertencimento do esposo por se tratar de um morador da região, de quem falou pouco na entrevista. Ela destacou ainda a existência de uma rede de relacionamentos com conterrâneos e com grupos de migrantes judeus que viviam na vila São Miguel.

“Na empresa Comig tinha muito maranhense, muito conterrâneo, tinha também cearense, paraibano, mineiro. A maioria foi embora outros ainda ficaram por lá, mas agora existem poucos só umas quatro no máximo seis famílias de nordestinos por lá. Também tinha judeu, inclusive a mãezinha Santa que eu chamava de mãe com maior carinho, o nome dela era Oneide Correia Siqueira, ela era descendente de judeu, ela era nossa cozinheira. E, tinha também o Samuel Siqueira que era parente dela e também era descendente de judeu. Ele era comerciante, morava do outro lado da vila. Tinha também o João Bothebol Miranda, que era descendente de judeu e foi meu colega de COMIG” (Laura Rosa, 2017).

Portanto, Dona Laura, migrante do estado do Maranhão, moradora da cidade de Breves, porém com vasta experiência na vila São Miguel do rio Macacos onde por muitos anos desempenhou a profissão de professora, apresentou uma trajetória marcada pelas experiências de contatos entre diferentes grupos, desde os moradores naturais da região com os quais adquiriu muitos conhecimentos sobre as práticas culturais locais, aos migrantes de vários estados do Brasil e do exterior, caso dos judeus-marroquinos da família Siqueira e Bothebol, aspectos importantes para o entendimento de uma identificação marcada pela interculturalidade, perceptíveis em momentos de entrevista e acompanhadas no decorrer dos capítulos.

Nesse caminho de recomposição das trajetórias e de pessoas deslocadas para Breves em diferentes temporalidades, em outro espaço da região de Breves, rio Mapuá outros interlocutores ganharam destaque em uma paisagem cercada de água, florestas e centenas de residências distribuídas entre vilas e comunidades como apresentado na introdução. Dentre eles:

2.1.2. Dona Vitória de Paula Nogueira (102 anos)

Filha do Cearense Antônio de Paula originário da cidade de Viçosa, que chegou à região no início do século XX, tem 102 anos, memória e altivez invejável, sendo válido ressaltar que sua narrativa permitiu conhecer não somente a trajetória de seu pai e a rede de contatos com outros migrantes estabelecidos na região do Mapuá entendidos como parte do seu grupo social. No momento de entrevista realizada no dia 07 de novembro de 2017 ela se encontrava no rio Cumaruzinho na região do Baixo Mapuá, pois o período era de seca na região e a mobilidade no rio estava restrita, principalmente na localidade chamada Torão onde fica sua residência e por esse motivo a família preferiu deslocá-la temporariamente para

a casa do sobrinho até o rio voltar ao normal, provavelmente nas semanas posteriores quando a fase de cheia se consolida com o aumento do fluxo de chuvas no Arquipélago de Marajó ¹⁰.

No encontro com a família de Dona Vitória, quando nos aproximávamos da ponte que interliga o rio à casa, uma cena chamou a atenção, as crianças menores se assustaram com a nossa presença, em tempo ressaltado que me acompanhavam Eliane Costa que também realiza pesquisa na região, o motorista da lancha Sr. Manoel e o guia Sebastião e correram aos prantos para o lado das mães. Elas pensavam se tratar de agentes de saúde em tempos de campanha de vacinação pela região.

Essa reação das crianças deixou evidentes as dúvidas e apreensões proporcionadas pela nossa presença no contato inicial, momento carregado de tensão, fazendo quase sempre eu me sentir uma espécie de “invasora” naqueles espaços (Geertz 2008: 185). Era objeto de curiosidade, afinal sempre estava usando um colete salva-vidas e isso era algo estranho e, em alguns casos assustador, porque os donos das pequenas serrarias existentes no local pensavam se tratar de funcionários do **Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis** (IBAMA) fazendo ações de fiscalização que resultam na aplicação de multas e até fechamento de serrarias espalhadas ao longo do rio que funcionavam de forma irregular.

Assim, em alguns casos a comunidade estudada “pode ela própria experimentar um leve “choque” com a nossa presença e talvez devêssemos denominar esse momento de “choque com o antropólogo”, como assinala (Wagner 2009: 49)”. Essa sensação somente era amenizada quando Sebastião, ou simplesmente Sabá, como todos o conhecem, enquanto morador da região do Baixo Mapuá abria passagem para nossa entrada nas propriedades apresentando-nas como professoras da cidade de Breves em pesquisa no local.

Reporto nesse momento da escrita a uma das questões mais fundamentais da antropologia assinaladas por Lima (2013): a identificação com; pelo o outro e a suposição de que os outros são como nós é um sinal de completa incapacidade de identificação com eles, pois a identificação verdadeira vem a ser condicionada, primeiro, por uma avaliação da distância entre si e os outros e, depois, pela disposição para assumir as expressões dos outros. Trata-se, assim, de um tratamento aparentemente paradoxal da identificação, uma vez que sua precondição é o reconhecimento da diferença do outro (Lima 2013: 11).

¹⁰ Em praticamente todo o Arquipélago de Marajó chama-se de estação mais chuvosa os meses compreendidos de dezembro a maio, regionalmente chamado de inverno com os maiores índices entre fevereiro e abril ou a menos chuvosa que vai de junho a novembro. Apresentando entre as duas estações um período de transição em que pode haver antecipação ou retardo das chuvas, com maior ou menor intensidade, o que é normal em termos de variação atmosférica (Lima et al 2005:69).

Por conseguinte, após serem informados por Sabá sobre a identidade dos visitantes, Dona Vitória deu a permissão para entrar na casa onde ela se encontrava no momento da entrevista. Destaco ainda que após perceberem não serem quem julgavam o choro das crianças foi contido. E, perdido o medo, dentro de alguns minutos, era como se não tivesse ocorrido nada e já estavam todas sentadas no chão da casa da interlocutora a interagir em uma roda de conversas e fazendo poses para a câmera fotográfica conforme observado na figura (04) a seguir:



Figura 04 – Fotografia na casa de Dona Vitória Nogueira – rio Mapuá 2017 – Fotografia: Sebastião

Na digressão sobre a trajetória de sua família, Dona Vitória em meio às vozes das crianças filhas de sobrinhos e netos, como observado na figura 04, inicia a narrativa falando de si. *Eu nasci aqui no Mapuá, era só uma casa no meio do mato! Não aqui nesse lugar, mas lá no lugar chamado Juliana.* E nesse contexto de lembranças da casa antiga articula sua memória ao tempo presente: *Hoje a gente já tem uma casa melhorzinha. Mas uma casa de primeiro quando era do tamanho dessa já estava bom demais!*

Continuando a narrativa sobre a trajetória familiar de Dona Vitória na região do Mapuá, pergunto sobre as motivações do deslocamento de seu pai da cidade de Viçosa no Ceará para a região, ela explica: *Meu pai veio rapaz para cortar seringa. Veio sozinho,*

solteiro porque falavam que no Mapuá se ganhava muito dinheiro na seringueira e então ele veio, foi seu Antônio Joaquim que trouxe ele.

Entretanto, quando Dona Vitória diz que o pai “*veio sozinho*” está se referindo à ausência da família biológica no processo de deslocamento. E nas entrelinhas da representação de família para a interlocutora, afirma a existência de outro laço, o de conterraneidade diretamente associada a ideia de redes migratórias na decisão de migrar. No trecho de sua narrativa desponta a figura do Sr. Antônio Joaquim do Nascimento, comerciante responsável pelos deslocamentos de outros nordestinos para o Mapuá, dos quais se tornou o “*patrão*”, mas a trajetória dele será apresentada pelos netos, mais a frente nesse capítulo.

O Sr. Antônio de Paula pai de Dona Vitória, chegou ao Mapuá em um período no qual a visibilidade do Pará estava associada “às consequências da intensificação da atividade econômica de extração do látex que desde as últimas décadas do século XIX permitiu crescimento considerável para comerciantes e negociantes do produto” (Lacerda 2017:17).

Dessa maneira, a perspectiva de analisar a trajetória de deslocamento do Sr. Antônio de Paula por meio dos laços de conterraneidade estabelecidas com o Sr. Antônio Joaquim Nascimento não deixa de considerar os migrantes como agentes econômicos, tendo em vista acreditarem que suas decisões potencialmente maximizaram sua situação econômica, como também recuperam as variáveis culturais dos grupos deslocados que devem ser consideradas em conjunto com as de caráter econômico (Truzzi 2008: 209).

Diante dessas considerações, estar atenta às redes forjadas nos diferentes lugares da Amazônia emerge como um importante instrumento de reavaliação de vivências históricas a partir de outros olhares, no qual o fator econômico é importante. Contudo, o centro de análise são as pessoas e as formas como estas se articulam e interagem segundo uma lógica dos mecanismos de funcionamento próprios das dinâmicas de redes (Polónia 2012: 06).

Desse modo, Dona Vitória, nascida no Mapuá tem nas memórias das vivências do pai uma ligação com a sua identidade, ela se identifica como filha de “nordestino” podendo ser percebidas no seu sotaque heranças culturais deixadas pelo pai. Nesse sentido, em diálogo com as ideias de Pollak (1992: 05) podemos dizer que a identidade de Dona Vitória é um fenômeno construído social e individualmente por meio de uma memória herdada. No qual o “sentimento de identidade está sendo tomado no seu sentido mais superficial, mas que nos basta no momento, que é o sentido da imagem de si, para si e para os outros”. Ou seja, é uma “imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua

própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros”.

E seguindo a trajetória dos “nordestinos” para a região de Breves, ainda no Alto Mapuá, vive outra família de origem nordestina: Os Nascimento, a qual vamos adentrar através das narrativas de dois dos seus membros.

2.1.3. Sr. José Maria Serafim do Nascimento

Filho de Expedito Greso do Nascimento e neto de seu Antônio Joaquim do Nascimento. Esse interlocutor migrou nos anos de 1980 para a cidade de Breves juntamente com a esposa. Cheguei a ele através de uma rede de contato iniciada com um sobrinho Cristiano Serafim, depois com o pai de Cristiano conhecido na cidade como Serafim, que é irmão mais velho do Sr. José e o indicou para fazer a entrevista por considerá-lo como sendo *“bom de memória. Sabe contar mais do que eu”*. Dirigi-me ao encontro desse possível interlocutor no final da tarde do dia 09 de dezembro de 2016, em sua casa situada no bairro Aeroporto em Breves. Ele estava sentado em uma cadeira no seu quintal, quando me apresentei e falei do meu interesse em conversar sobre a presença da sua família na região. Ele concordou em falarmos mais detalhadamente no dia seguinte.

No outro dia, quando cheguei a sua residência, ele solicitou gentilmente a minha entrada, acomodando-me em uma cadeira de frente para a sua, dispostas na sala de sua casa, onde estava um de seus filhos assistindo televisão em volume muito alto, por isso o Sr. José Maria pediu para desligar o aparelho e assim o rapaz fez. Percebi em sua feição séria, a expectativa de uma pergunta inicial, pedi então para contar sobre a trajetória da sua família até chegar a Breves. Ele começou pela sua ascendência. Disse ser neto de Antônio Joaquim Nascimento e mencionou sobre a chegada do avô ao Mapuá e as relações estabelecidas com os moradores dali.

A imagem do avô apresentou-se diretamente associada ao seu papel de comerciante nas duas fases da borracha, ofício repassado para os filhos como ele relatou:

“Meus avós moravam no Mapuá. Meu avô veio do Ceará, nos primeiros tempos da borracha, foi quando ele começou esse comércio da borracha lá. Os moradores de lá que retiravam a borracha e vendiam para ele. Com o dinheiro da borracha ele comprava mercadoria para o comércio. Meu avô comprava as mercadorias de Belém na firma J. Fonseca lá próximo do mercado Ver-o-Peso. Depois ele passou o comércio para os filhos, lá no Cumaru e eles de lá do Mapuá traziam a borracha até aqui em Breves, no Corcovado

onde pegavam uma requisição de tantas toneladas de borracha e pegavam o dinheiro lá na J. Fonseca, em Belém” (José Maria Nascimento, 2016).

Observa-se na narrativa do Sr. José Maria que o motivo para a vinda do avô para a região está relacionado à atividade extrativa da borracha na primeira fase do comércio de comercialização desse produto que era vendido diretamente para as casas aviadoras com sede na capital Belém. Ele também acrescenta informações sobre a segunda fase da borracha (1939-1945) quando surgiu no contexto local a usina de beneficiamento e exportação de borracha denominada Santa Mônica instalada na vila de Corcovado nas proximidades de Breves na década de 1940, assumindo a função das antigas casas aviadoras de Belém, outras referências sobre essa empresa serão apresentadas no capítulo 3.

Nesse período toda a produção era entregue na empresa que repassava para as embarcações enviadas pelo governo federal, responsável pela coleta do produto. Sem esquecer-se de mencionar o fato de em Corcovado existir um representante do Banco de Crédito da Borracha S.A (BCB) que possuía a exclusividade das transações finais de compra e venda desse produto na região, e fazia o pagamento aos comerciantes conforme indicado pelo interlocutor ¹¹. A existência da instituição demonstrava as estratégias de controle do Estado sob a produção dos trabalhadores da referida vila.

Nesse sentido, as memórias do Sr. José Maria inserem Breves também a um contexto mais amplo: a Segunda Guerra Mundial quando a queda das colônias europeias em poder dos japoneses havia afetado consideravelmente o abastecimento de borracha, necessárias aos esforços de guerra dos países aliados (Estados Unidos, França, França, Inglaterra e URSS), bem como as demandas de borracha pelas indústrias não-bélicas, em função da própria guerra aumentou significativamente no período (Alves Filho et al 2000: 34).

É nessas circunstâncias que o Brasil apesar da simpatia do presidente Getúlio Vargas pelo regime fascista alinhou-se com os países aliados, levando o governo Vargas a assinar um Acordo com Washington (EUA), em 1942, comprometendo-se a produzir borracha para os aliados (Secreto 2007: 60-61). Dessa forma, os navios do governo brasileiro serviam a esse propósito, ancoravam em Corcovado para abastecer-se da seringa coletada das florestas das dezenas de localidades da região, inclusive o Mapuá como mencionado pelo interlocutor.

¹¹ Para mais informações sobre Corcovado ver Leão (2014:71-72).

Nesse contexto, retomando a entrevista com o Sr. José Maria, em referências aos negócios da família no lago do Socó lugar de pertencimento do interlocutor, ele acrescentou: *“Foi lá que eu nasci, meu pai se casou e foi morar no lago do Socó e montou um comércio que negociava borracha”*. Nesse sentido, as experiências recontadas em momentos de entrevista sempre retomavam a região do Mapuá, a presença do avô Antônio Joaquim do Nascimento naquele local com poucas referências à cidade de Breves para onde migrou posteriormente. Assim, é nesse cenário e para ajudar na recomposição sobre a trajetória da família Nascimento que outro membro da família entra em cena:

2.1.4. Sr. Joaquim Santos do Nascimento (79 anos)

Entrevistei o interlocutor em 08 de novembro de 2017, em sua casa localizada na localidade Santo Antônio no Baixo Mapuá. Era uma manhã ensolarada e o avistamos tomando banho no rio em frente de sua casa. Quando nos aproximamos ele nos saudou e em seguida recolheu-se para o interior de sua residência. Foi sua esposa Dona Joana Nascimento quem nos acolheu. Eliane então nos apresentou e fomos convidadas a entrar e sentar na sala à espera do Sr. Joaquim, enquanto Dona Joana preparava um café.

No retorno após sermos apresentados, ele então começou sua digressão apresentando parte da sua genealogia familiar:

“Sou filho de Expedito Nascimento, neto de Antônio Joaquim do Nascimento. Meus tios eram Antônio, Raimundo, Wilson, Estela e Maria, isso com a primeira mulher do meu avô. Já com a segunda, porque a primeira ficou parálitica que era a mãe desses que eu falei primeiro. Então ele deixou e casou com outra, teve mais um bocado com essa outra. Era o Lourival, o Joaquim, o Francisco, Julieta, Nair, Ambrosina, Tereza e Maria José. Ele morreu com oitenta e poucos anos. Meu avô veio do Ceará para trabalhar com borracha, ele sempre foi negociante, nunca trabalhou com roça ou seringueira, ele mesmo não, meus pai e tios que trabalhavam. Ele morava num barracão, aqui embaixo, pra lá da comunidade São Benedito, um barracão enorme lá, São Gabriel. Depois ele comprou essa fazenda lá para o Cururu, ele desmanchou o barracão e levou para lá, para fazer outro lá” (Joaquim Santos Nascimento, 2017).

Sobre a vinda do avô do Ceará para a região de Breves, ele aponta motivações relacionadas com a borracha na região, utilizando-se da palavra negociante para referir-se a função destacada de dono de barracão na região do Baixo Mapuá, localidade denominada São

Gabriel, diferenciando-o dos filhos que seguiram as atividades mais comuns ao restante dos moradores relativas à extração da seringa e produção de farinha.

Porém, o Sr. Joaquim apresenta outros fatos das suas experiências de vida para ancorar suas memórias e se situar numa estrutura familiar (Candau 2012: 139). A forma de se identificar do interlocutor diretamente relacionada à figura do avô reflete o papel exercido pelo patriarca da família Nascimento na região do Mapuá no passado como negociante promissor. Isso porque ser neto de Antônio Joaquim do Nascimento ressalta também uma diferença no seu status atual na região do Mapuá.

Nesse caso, sua identidade se alimenta dos jogos de identificação do presente, aos quais submete o passado de uma linhagem privilegiada no momento da construção da memória para assegurar um status de si mesmo, salvaguardando a memória de seus ancestrais, o interlocutor protege também a sua (Candau 2012: 139). Isso parece ocorrer com a maioria dos descendentes de migrantes portugueses e em raros casos como o dos “Nascimento” de origem nordestina, “durante a reconstituição de sua filiação encontra-se a possibilidade de embelezá-la ou enobrecê-la” para diferenciá-los das demais famílias compostas por famílias mais empobrecidas.

Sobre essa questão, abro de antemão um espaço para adiantar algumas reflexões sobre os estigmas (Goffman 1988) relacionados à imagem do “migrante” nordestino que serão abordadas no capítulo 5, apenas para contextualizar as referências involuntárias presente na narrativa do interlocutor. Esse fato é fruto da homogeneização em torno desses grupos que quase sempre foram vistos como “flagelados da seca, miseráveis que transitavam pelo sertão ressequido, merecedores de assistência, caridade e favor” (Secreto 2007: 35-36).

Em virtude às referências à seca no Nordeste ocorridas durante o século XIX estar vinculadas às crônicas naturalistas com forte recorrência ao horroroso para narrar a trajetória dos “nordestinos”. Pois, nessas descrições, famílias inteiras apareciam morrendo de fome, pais vendendo os filhos, comendo-os, abandonando-os. Mulheres vendendo-se por um prato de comida, prostituindo-se. Corvos comendo crianças exauridas, ainda vivas. Mortos transportados em redes tendo por vezes os corpos jogados em qualquer lugar e a qualquer momento (Secreto 2007: 35-36).

Em fim, todas as imagens infernais foram utilizadas para descrever o ocorrido no Nordeste nas épocas da seca e impregnaram as narrativas de historiadores e sociólogos do século XX. E, ainda as do presente, isso acontece porque ficou absolutizada uma representação negativa envolvendo a relação Nordeste – Seca – Miséria. E dentre outros

motivos esse imaginário acabou acarretando certa reserva em ser associado com a figura genérica do retirante “nordestino”.

2.1.5. Sr. José Silva Filho (94 anos)

Outro importante interlocutor para esta pesquisa é o Sr. José Silva Filho de 94 anos, ele foi colaborador de uma pesquisa sobre os bairros de Breves no ano de 2009 e eu não o encontrava havia alguns anos. No momento que soube da sua chegada à cidade aproveitei a chance para conversarmos, pois é cearense, nascido em Cascavel e veio há mais de 60 anos para a região, mas apesar de ser “nordestino”, ele se considera um brevesense nato.

E em busca de sua colaboração para esse estudo, fui ao seu encontro no dia 03 de abril de 2017, na casa de uma das suas filhas, ele residia em Belém. Era viúvo de Dona Raimunda Cirino da Silva e com ela teve onze filhos: Silvia, Silvio, Luiz, José Silva Jr. (falecido), Alba, Maria das Graças, Fernando, Benedita, Paulo Sérgio, Carlos e Renata e ainda é pai de José Nazareno fruto de um relacionamento anterior.

Naquele dia, antes de iniciar nossa conversa, ele estava atento ao portão da casa, sentado em uma cadeira de balanço, situada à beira da piscina a minha espera. Era início da noite, chovia muito. Quando entrei perguntou para a filha de nome Alba se eu havido chegado, não o encontrava havia alguns anos.

Antes de chegar até ele, Alba a filha que fez a mediação para o encontro, vem nos receber (João, meu esposo acompanha na visita) e me apresenta à irmã Graça, alguém de quem sempre remete nas suas conversas e diz: *“Graça é quem cuida do seu Zé Silva em Belém”*. Seguimos na frente as três em direção ao interlocutor, João vem atrás. O Sr. José Silva estava elegantemente vestido com uma camisa verde de mangas compridas e bermuda, gentilmente me cumprimenta, apresento-lhe também meu esposo, então, olha para João e pergunta: *De que família você é? Será que te conheço?* João então diz: *Sou da família Melo*. Seu José se volta para mim: *e você?* Respondo: *Sou dos Leão*. Continua a indagar-me: *mas dos Leão do Curumú?*

Essa associação aos Leão do Curumú, um dos rios da região tem sido frequente nos últimos 10 anos, desde que o prefeito Xarão Leão assumiu o governo em Breves e a família ganhou mais visibilidade no cenário político. Por conta dessa associação fui obrigada a investigar o ramo dos Leão pertencente a minha família. Depois de conversas com tias e meu pai, descobri que não sou da família do ex-prefeito, como mencionei anteriormente. A situação faz refletir novamente como o ofício do pesquisador/antropólogo é “obrigado a

incluir a si mesmo e seu próprio modo de vida em seu objeto de estudo, e investigar a si mesmo” (Wagner 2009: 39).

Então, logo respondi: *não Sr. José eu sou dos Leão do Mapuá*. Ele diz: *Ah! Isso mesmo tinha Leão no Mapuá, no Curumú e mais naquele outro rio, mais embaixo, não lembro agora*. A conversa dos rios é levada adiante, quando afirma: *“conheço todos esses rios de Breves”*. Devido ao fato dele se remeter aos rios, indago se já havia morado no interior. Ele de pronto responde: *“não, não, mas conheço, eu já andei tudo por aí”*.

Na continuação da conversa é importante ressaltar a exemplo do ocorrido com os outros interlocutores não monopolizei o ato de questionar, que ora era protagonizado por mim, ora por ele. Assim ele me devolveu a pergunta, você conhece o Cantagalo? Logo respondi: *sim, o lugar onde morava a família Félix*. Quando falo isso, relembra as suas funções na prefeitura, nos tempos em que era fiscal de impostos e ficou quinze dias no Cantagalo, realizando suas atividades na redondeza em companhia de Sebastião Félix.

Nesse momento, sua memória remete a outro descendente de português Hermes Melo. *“Quem morava ali no Aramã era seu Hermes Melo, bem na boca do Tauajuri”*. Alba está sentada na cadeira de frente para mim então me diz baixinho: *ele conhece todos esses rios*, Sr. José Silva reage: *o quê?* A filha diz: *ele tem problemas de audição, mas é muito atento*. Eu lhe digo: ela está me dizendo que o senhor conhece todos nessa região. E isso é ótimo para mim, porque o senhor vai me situando.

E diante de tantas menções sobre pessoas que moravam no interior, compartilho com ele alguns dados oficiais sobre o aumento da população entre as décadas de 1950 e 1980¹², na expectativa de conhecer suas memórias sobre essa movimentação de moradores vindos dos espaços do “interior” para a cidade. Questiono se a população da região de Breves antes desse período vivia a maioria na cidade ou no interior? Ele por sua vez diz: *Quando eu cheguei aqui, a população do interior era duas vezes maior que a da cidade*.

Esses aspectos da conversa com o Sr. José Silva apresentou uma identificação mais enfaticamente relacionada a Breves, o que em sua percepção o legitima como exímio conhecedor dos espaços da região, até mais do que os nativos. Razão que fortalece o seu

¹² Índices populacionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) atestam com maior ênfase o crescimento populacional na região a partir dos anos de 1950 quando a população do município que era de 28.675 habitantes e subiu para 32.613 na década de 1960, uma década depois 1970 chegou a 38.234 o número de habitantes, mas foi em 1980 que o salto foi maior, 55.749 habitantes. Logo, entre 1970 a 1980 Breves vivenciou um intenso fluxo migratório, provocado principalmente pela desaceleração dos negócios gomíferos e a ascensão da extração e exportação de madeiras na região, deslocando centenas de moradores dos espaços rurais para o espaço da cidade.

sentimento de pertencimento à região, seu ponto de chegada ser bem maior do que ao Ceará, seu ponto de partida, pouco mencionado em suas digressões.

Nessa direção, pode-se observar nessa postura do interlocutor uma forma de reconfigurar sua identidade com a convivência no lugar, a partir do ponto de vista que se deve “abandonar qualquer enfoque da identidade concebida necessariamente como monolítica, única ou estável, ou ainda como dotada de existência própria” (Penna 1992: 56), considerando a multiplicidade de percepções sob os modos de identificações dos interlocutores.

Ainda sobre as tentativas de entender as motivações para o seu deslocamento, deixou entrever que veio sozinho, mencionando ter “*um espírito aventureiro como qualquer nordestino, todo mundo dizia: quer ficar rico vai para o Pará*”. *A mais pura mentira! (tom de indignação) faziam era enganar as pessoas com aquelas propagandas dos tempos de Vargas. Desfechando uma crítica a propaganda Varguista de arregimentação de mão-de-obra que explico mais a frente nesse capítulo.*

Naquele primeiro encontro sobre sua vinda para o estado, informou que antes de vir para Breves, viveu primeiramente em Belém por um curto período:

“Tive muita dificuldade, morei ali no quartel general, ali era só Anhangal, arranjei uma namorada lá (risos) perto do presídio São José. Então, eu ia de noite” (para um pouquinho de falar, como se recordasse do momento, ri e retorna para a narrativa). *É tempo bom era aquele.* Tento falar de Cascavel a cidade onde morava, no intuito de conseguir mais informações sobre as suas relações sociais na cidade natal, assim pergunto se voltou alguma vez para lá para visitar a família, ele apenas me diz: *Não, não nunca mais voltei, eu fui até Fortaleza três ou quatro vezes,* mas sobre isso não dá mais explicações e desvia a conversa para a sua chegada em Breves.

“Eu cheguei em 1946, no fim da Segunda Guerra mundial no Pará, meu pai trabalhava na lavoura lá, eu saí de Cascavel direto para o Amapá em 1938, para trabalhar em um campo de pouso americano, lá no Amapá. Quando a Alemanha se rendeu acabou o campo e nós viemos. Então, vi um anúncio no jornal, contratando gente para trabalhar em Corcovado, onde tinha uma grande usina de beneficiamento de borracha sociedade anônima, lá trabalhei onze anos” (José Silva, 2017).

Assim, com base na narrativa de sua trajetória notei o que ele selecionou como sendo importantes para reconstruir suas histórias e expressar seus valores. Através do “dito, mas também do não dito, pois, frequentemente a narrativa não contada carrega um peso igual

ou maior que aquela contada ao revelar mensagens que marcam as vidas dos interlocutores” (Langdon 1993:155).

Desse modo, o silenciamento sobre o seu ponto de partida: o Ceará “Não dito”, somente pode ser compreendido se levarmos em consideração “as marcas que os interlocutores imprimem às suas interpretações e às suas existências” (Kofes 1998: 24-25). Nesse cenário, é oportuno lembrar que “o passado evocado pelo presente, não é o mesmo constituído pelos eventos decorridos no passado, mas uma interpretação criativa entre a experiência e a recordação, convertendo o passado em memória” (Peralta 2007:17).

Como visto com o Sr. José Silva e essa observação também se estende aos demais interlocutores: o exercício de rememorar a trajetória de vida trata-se de um sistema de criação de esquemas práticos sob o qual se expressa à forma como os indivíduos entendem o mundo e nele atuam, concedendo espaço para a maleabilidade, a improvisação e a adaptação à mudança social (Peralta 2007:17).

Após essas considerações, retomo para o último trecho da narrativa do Sr. José Silva, no sentido de enfatizar outras questões preponderantes na escrita da tese relacionadas ao contexto global com quais se relacionam suas memórias. Primeiramente diz se tratar de um período bem expressivo para o cenário internacional, a Segunda Guerra Mundial, assim como se refere aos efeitos sobre a produção e necessidade de mão-de-obra em diversos seguimentos no qual o interlocutor estava inserido, pois como observado o primeiro trabalho executado por ele não foi diretamente com a borracha, apesar de estar ligado a essa atividade e tão pouco somente ao estado do Pará, na sua narrativa se sobressai a construção de um “campo de pouso” no Amapá para suporte dos Estados Unidos no Brasil no ano de 1938, quando veio de Cascavel direto para executar tal tarefa.

Em vista disso para um melhor entendimento é preciso pontuar que durante a Segunda Guerra Mundial, como parte dos acordos políticos com os Estados Unidos, o Brasil contribuiu com a construção de inúmeras bases aéreas para o patrulhamento do litoral e para escolta dos comboios dos navios mercantes em território nacional. Uma dessas bases estava localizada no Amapá, a 302 km da capital Macapá, local mencionado pelo Sr. José Silva.

A base fazia parte da rota aérea do Atlântico Sul, que começava em Miami e terminava no Brasil, principalmente no Nordeste, onde era o ponto mais próximo para a travessia do oceano com destino ao continente africano e depois europeu. Mesmo com a

aparente postura de neutralidade do Brasil o presidente Getúlio Vargas autorizou a construção e ampliação de bases aéreas e navais pela Panair do Brasil¹³.

A base do Amapá era utilizada principalmente para o atracamento de dirigíveis ou também conhecido como Zepelim ou Blimps usados no patrulhamento do litoral à caça de submarinos nazistas e para comboio dos navios mercantes. Após o término da guerra foi devolvida aos brasileiros pelo governo dos Estados Unidos e durante um período foi utilizada pelo Ministério da Aeronáutica e por outros órgãos governamentais. Atualmente, existe um pequeno museu em um dos poucos prédios ainda existentes no local. A torre de atração dos dirigíveis, que devido à ação do tempo e falta de manutenção está toda deteriorada é um dos maiores vestígios da presença dos americanos no local¹⁴.

Ainda no contexto da narrativa do Sr. José Silva, é necessário mencionar as relações sociais ocorridas na vila¹⁵ de Corcovado, formada por grupos de vários lugares conforme dito pelo interlocutor, pessoas mobilizadas pelas propagandas dos jornais espalhados pelas cidades do nordeste e os convites transmitidos pelos moradores locais na região de Breves, realidade que tornou a composição social da vila singularizada. Em vista de em Corcovado, existirem pessoas tanto das localidades da região como era o caso do distrito de São Miguel dos Macacos, Antônio Lemos, Jaburuzinho, mais principalmente, a grande força operária provinha de estados do Nordeste brasileiro.

“Foram pessoas que o empresário Átila Bibiano naquela época conseguiu trazer quando a usina de Corcovado foi inaugurada, se vivia o tempo do soldado da borracha e uma leva de jovens que foram tiradas de suas famílias do Rio Grande do Norte, da Paraíba, da Bahia, Ceará, Maranhão e Acre como soldados da borracha vieram para Belém e foram recrutados para trabalhar aqui em Corcovado” (José Silva, 2017).

Sob esse olhar a sua decisão de migrar para a região de Breves também estava diretamente ligada às ações do Governo Vargas impulsionados pela propaganda de arregimentação de trabalhadores no Nordeste do país para servir às expectativas da década de 1940 de “conquistar a terra, dominar a água, sujeitar a floresta” (Secreto 2007: 77) como tarefa primordial para o mundo rural amazônico do período varguista, ao investir em um plano para fixar o trabalhador nordestino à região amazônica, utilizando-se do pretexto das

¹³ Informações sobre a base militar foram retiradas do site: <http://segundaguerra.net/a-desconhecida-base-aerea-de-amapa-amapa-airfield-ww-ii/>

¹⁴ Idem

¹⁵ O sentido de Vila é definido como espécie de conjunto de casas padronizadas construídas e cedidas aos funcionários pelas empresas madeireiras dispersas pelas margens dos rios de Breves com água encanada (caso de Corcovado) e energia elétrica (cada empresa tinha um horário de fornecimento de energia, conforme as suas necessidades prioritárias e não dos funcionários). E as vilas compostas por grupos familiares e agregados não diretamente ligadas a uma empresa, mas controladas por um sistema patriarcal.

periódicas secas que atingiam o Nordeste como justificativa moral para encaminhar os “nordestinos” a outro destino, no caso do Sr. José Silva primeiro o Amapá e em seguida o Pará.

Assim, a região de Breves entrava nos planos do governo para atender a nova regulação econômica exigida pelo Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para o Amazonas (SEMTA) que espalhava em centenas de cartazes no nordeste brasileiro a imagem de uma Amazônia idílica com fartura: casa, lenha, porcos, galinhas, boi, crianças brincando, mulheres lavando roupa, casas protegidas por cercas, a propaganda tinha como público alvo camponeses para o qual a agricultura era parte significativa da sua trajetória (Secreto 2007: 77).

Nesse contexto, não somente os cartazes serviam como objeto de divulgação da iniciativa governamental, o jornal também era peça fundamental nessa missão. A confirmação dessa afirmativa pode ser visualizada na transcrição da mensagem presidencial de Getúlio Vargas estrategicamente utilizada para destacar a militarização da sociedade e invocar sentimentos patrióticos nos brasileiros, em especial nos nordestinos no ano de 1943 em um periódico do Acre:

Seringueiros! Dedique todas as energias à batalha da borracha. Precisamos de mais borracha, pois é sobre ela que se encontra a guerra moderna. Pois são grandes os equipamentos que necessitam de goma elástica, produzidas sem repouso. Nas guerras modernas não fazem somente soldados que estão nos campos de batalha, mas toda a nação: homens, mulheres, velhos e crianças. E vós desbravadores da Amazônia, sois mais importantes soldados; unidos veremos sibilhar a bandeira do Brasil (Jornal O Acre, 1943, nº 742, Rio Branco – AC)¹⁶.

Diante dessas contextualizações proporcionadas pela análise das narrativas do Sr. José Silva, foi possível visibilizar uma trajetória marcada por eventos mundiais que conforme dito estão nos motivos de seus deslocamentos, assim como dezenas de nordestinos deslocados para a região na segunda fase da borracha.

Sendo que o discurso de prosperidade divulgado nas propagandas varguista foi o estopim para aguçar seu “espírito aventureiro” e experimentar novas dinâmicas de vida nos espaços de Corcovado onde constituiu vínculos com a população local, em seguida nas andanças pela região de rios e florestas referência fundamental para a reconfiguração da sua identidade.

¹⁶ Fonte: Revista Exército Brasileiro vol. 151 – 1º quadrimestre 2015, p. 14.

Ressalto que nos últimos meses de escrita da tese, o Sr. José Silva foi acometido de uma enfermidade e infelizmente veio a falecer no mês de abril de 2018, porém antes disso ocorrer nos momentos em que já se encontrava na cama de um hospital, suas últimas conversas com as filhas trouxe à tona, muitos traços do seu passado nunca antes revelados para a família.

Em conversa pelo aplicativo whatsapp a filha Alba do hospital onde ele se encontrava internado enviava áudios e mensagens repassando as descobertas, dentre essas uma se destacou: *“Hoje ele nos contou que saiu de Cascavel em 1938 de carona em um caminhão, ele tinha duas irmãs uma mais velha que ele e a outra mais nova, ele disse que saiu de Cascavel com 14 anos”*.

Pensar nas memórias do Sr. José Silva à beira da morte despertou várias questões, uma delas diz respeito ao ritual de morte do interlocutor estar adaptado ao mundo moderno, o uso do aplicativo whatsapp permitiu uma conexão comigo, mesmo ele estando distante. Suas palavras dirigidas a mim em áudio gravado do celular de Alba diziam o seguinte: *Professora Dione um forte abraço, eu estou aqui não sei se vou ou se fico!*

Em outro momento recitou poemas em forma de cordel e por último disse: *Um dia pode ser que nos encontraremos de novo e eu vou cantar: Lá vem ela, toda faceira, com seu jeitinho angelical*. Foi a sua despedida, um momento extremamente emocionante vivido no desenrolar dessa pesquisa, um toque na alma de uma aprendiz de antropóloga reaprendendo a olhar a relação pesquisador e interlocutor sob os ângulos da emoção e afetividade.

Lidar com o Sr. José Silva nesses últimos momentos de sua trajetória no plano terreno obrigou a pensar na morte como uma reflexão sobre a vida (Maranhão 1998: 63). Digo isso, porque nos seus momentos finais nesse plano foram os traços de suas origens a sobressaírem por meio das práticas de oralidade representadas pelo estilo repentista e o poema de cordel, elementos típicos da terra natal do intercultur e pelas memórias do lugar.

Assim, o exemplo do interlocutor revelou o caráter intersticial do migrante. Um ser pertencente a “entre lugares” recriados sob novos signos de identidade e na acentuação da diferença por meio das experiências intersubjetivas individuais ou coletivas. Nas palavras de Bhaba (1998) “este é um modo de pensar questões relativas à identidade em locais e tempos contemporâneos, cuja característica é a não fixidez, o movimento, a fluidez do que antes era tido como estático” (Bhaba 1998: 19-20).

Por conseguinte, porém na mesma linha de análise, após alguns dias do falecimento do Sr. José Silva encontrei sua filha Alba e novamente voltamos a falar dos

áudios enviados, ela então detalhou o contexto das revelações do pai antes da morte permitindo entendimentos de outras motivações do seu deslocamento para a região relativas a um possível desentendimento familiar: *“eu disse para ele: mas o Sr. veio do Ceará muito novo, coitada da sua mãe deve ter ficado muito triste! E ele me disse: a minha mãe sim, mas meu pai não!”*.

Dessa maneira, ainda nessa reconstrução de dados sobre os “nordestinos”, relato outro encontro.

2.1.6. Juarez Cavalcante (85 anos)

Nosso encontro se realizou em 13/03/2016 em sua residência no bairro Centro, contudo é importante dizer que reveza moradia com a outra casa no rio Itaquara. A entrevista com ele foi mediada pela filha Socorro Cavalcante professora na cidade de Breves, através dela conheci um pouco da trajetória do pai, sendo que em um primeiro momento chamou-me a atenção à possibilidade de desvendar a presença de nordestinos na região, pois o pai era filho de um “paraibano” deslocado para Breves, especificamente para a região do Itaquara.

Com relação à sua origem o Sr. Juarez explicou que a família veio de João Pessoa na Paraíba, no início do século XX para trabalhar com a borracha. Eles eram quatro irmãos que resolveram vir para o Pará, e de acordo com sua narrativa: *“o papai era paraibano e casou com uma portuguesa, veio com 18 anos, se chamava Albérico Leopoldo Cavalcante, ele morou primeiro no rio Aranaí onde eu nasci”*. Logo, as relações interculturais já estavam na sua base de formação familiar, demonstrando uma interação através do casamento entre um “paraibano” e uma “portuguesa”.

Eu lhe perguntei se sabia o motivo do pai ter se mudado da Paraíba, então me respondeu:

“Não, meu pai dizia que não era pobre na Paraíba, era filho de gente influente, por isso não entendo porque veio para a região de Breves, para trabalhar na seringa, ele contava que a família dele lá era tudo gente braba assim, ele me disse que tinha um irmão que tinha nove filhos só homem esses nove filhos cada um tinha um revolver, eles botavam numa gaveta e enchia com nove revolver, não sei se foi por isso” (Juarez Cavalcante, 2016).

Temos nesse trecho uma informação importante sobre as motivações de deslocamentos, colocando no centro das discussões questões pessoais como impulsionadoras da mudança de vida em outro lugar. Como visto não se trata apenas de uma questão puramente econômica, pois as pessoas podem se mudar por conta de abusos, violência,

amores, “espírito aventureiro” dentre outros motivos, atrelados aos seus desejos pessoais, sendo o pretexto econômico muitas vezes apenas o pano de fundo desse processo. Assim, apesar das forças “estruturantes”, os percursos apresentam características individualizadas de acordo com os interesses de cada indivíduo em redefinir sua trajetória articuladas à expectativa de “sucesso” na nova terra.

Ressalto algo que me chamou a atenção no encontro com o Sr. Juarez o mesmo disse não ter sofrido estigmas negativos na região por ser um descendente de migrante nordestino, fato destacado no final de nossa conversa quando menciona ser um homem *“sempre muito respeitado no Itaquara! Fui juiz de paz e tanta coisa, eu tinha muita influência no Itaquara, negociavam comigo, tinha muito compadre, comadre, tinha dinheiro na década de 80. Comecei como empregado e depois virei patrão”*.

Destacar a ascensão social resultante da reviravolta dada em sua trajetória de migrante pobre a “patrão” repassa o lugar de sua fala, alguém incluído em uma classe média para os padrões da cidade (dono de comércio no interior, casas no centro da cidade, barcos, dentre outros). Por isso, quero enfatizar aqui a identificação atual do Sr. Juarez como reflexo de toda sua trajetória de vida, deixando entrever o caráter da identidade enquanto algo flexível, destacada conforme o momento vivenciado, possivelmente se nossa conversa fosse realizada antes de suas conquistas na fase de juventude, se definiria de outra forma, de modo que o presente influencia determinantemente o jogo das identificações.

Diante desses elementos, observo que “as representações não são simples imagens, verdadeiras ou falsas, de uma realidade que lhes seria externa; elas possuem uma energia própria que leva a crer que o mundo ou o passado é efetivamente o que dizem que é” (Chartier 2009: 52) e não há como questioná-los, porque são representações da forma como cada um lembra de si.

Desse modo, perceber as representações ligadas à identificação dos interlocutores é uma forma de compreender as imagens perpassadas nas memórias sobre si. Pois, “a memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar informações passadas, ou que ele representa como passadas” (Le Goff 2003: 419).

Outro importante interlocutor dessa pesquisa também se identificou como descendente de “nordestino”, apesar de mencionar outras origens na composição da sua família.

2.1.7. Sr. Augusto César Leite Barros (60 anos).

Filho de Sandoval da Costa Barros e Albina Leite Barros, neto paterno dos nordestinos Leontino da Costa Barros e Maria Sarges Barros e maternos do português Laurelino Leite e da nordestina Luiza Costa Barros, no entanto se identificou como descendente de nordestino em momento de entrevista. Ele é um antigo colaborador das minhas pesquisas desde os tempos do mestrado, sempre solícito compartilhando comigo seus saberes sobre a região de Breves e a vasta experiência exercida na secretaria de cultura do município.

Atualmente reside em Soure com a esposa Dona Filomena Barros, fazendo visitas à família em Breves sempre que possível. Foi em uma dessas ocasiões, nas férias de julho de 2017 especificamente no dia 28 que nos encontramos para a entrevista realizada na casa de um de seus sobrinhos, localizada no centro da cidade. Ao chegar fui acomodada numa área externa da residência, onde existia um sofá vermelho, uma mesa de centro e cadeiras, local onde ocorreu a conversa.

Primeiramente, o Sr. Augusto, disse conhecer meu pai desde a infância *“nós estudamos nos tempos do Externato Evangélico aqui em Breves fico feliz em saber que você é filha do Leão, um amigo meu, a gente se conhece, mas eu não sabia quem eram seus pais”*. Eu agradei a disponibilidade em conversar comigo e ele me envaideceu falando do meu trabalho na região, o quanto considera que as minhas pesquisas são valorosas para o local.

Nessa troca de gentilezas, aproveitou para compartilhar os seus projetos futuros e solicitar a minha ajuda, respondi-lhe que será uma honra contribuir em sinal de agradecimento pela troca de conhecimentos estabelecida entre nós. Nesse caso, a nossa relação pesquisador/pesquisado sempre esteve regulada por laços de reciprocidade incluindo as três “obrigações” “dar, receber, retribuir” (Mauss 2003: 200-243), necessárias para a perpetuação das trocas do presente e futuras alianças intelectuais.

O Sr. Augusto pertence a uma das famílias mais tradicionais da cidade, os “Barros”, que começaram sua trajetória em Breves na região do rio Macacos, lugar onde nasceu e viveu parte da infância. Em seguida mudaram para a cidade, e ele explicou que em Breves havia três famílias com esse sobrenome sem relações parentesco *“era a nossa, a do Antonino e do seu Babá”*. Perguntei quem era descendente de português? Ele responde: *“Minha mãe Albina Leite Barros e a minha avó Luíza da Costa Barros vieram primeiro para o Ceará e depois para cá. Nós temos até o brasão dos Barros. Meu pai e minha mãe eram primos, os dois eram descendentes de portugueses também”*.

Durante a nossa conversa, o Sr. Augusto foi capaz de apresentar um breve panorama de alguns moradores nordestinos que viveram na região de Breves, no sentido de contribuir com a pesquisa, utilizados em outros momentos dessa escrita, embora mencione: *“lembro-me de alguns, mas vou lembrando devagar”*, lhe digo para não se preocupar sobre o ato de relembrar, pois este é um processo que demanda tempo, estratégias de reativação da memória e digo-lhe que tem o tempo necessário para lembrar. O “lembrar alguns” e outros na composição das memórias do Sr. Augusto está relacionado com o fato de “lembrar com maior frequência das relações com aqueles que tocaram, afetaram de alguma forma sua vida” (Ricceur 2007: 436).

Sobre os motivos para o deslocamento da família para a região, o Sr. Augusto explica ter sido o avô Leontino da Costa Barros o primeiro a se deslocar e sobre o local de origem da família menciona: *“Minha família era de Merecejana, bem no centro de Fortaleza quando você chega vê uma imagem de Iracema é lá que eles moram, é um bairro de Fortaleza agora na região metropolitana”*.

E as motivações identificadas para o deslocamento da família especificamente para o rio Macacos se compara a de muito outros nordestinos à procura pela “riqueza” dos tempos da borracha, como o interlocutor argumentou:

“Eles vieram para trabalhar com a borracha, sempre tiveram estrada de seringa lá rio Macacos, no lugar chamado Capelinha. O que eu sei era que meu avô era cearense por parte de pai, foi ainda na época daqueles capitães de barranco que tinha sabe? Os coronéis, os títulos que eram dados pela intendência. Ele foi vereador, na época o título era de vogal, trabalhou como guarda livro com o Capitão Dário Furtado no cartório. Eu não tenho certeza do período, mas acredito que não ficou muito distante, eu acho que é do tempo do Antônio Lemos, dos intendentes, nesse tempo que ele foi vogal em Breves” (Augusto Barros, 2017).

Nesse sentido, a chegada do avô provavelmente se deu no final do século XIX, pois em 1907 já gozando de prestígio na região foi empossado ao cargo de vogal da nova sede do município a vila de Antônio Lemos no dia 13 de maio de 1907 perante a presença do então intendente municipal coronel Lourenço de Matos Borges (Costa 2000: 15)¹⁷, foi nesse

¹⁷ O Coronel Lourenço de Matos Borges foi citado na pesquisa como um dos coronéis portugueses que deixou a região do Mapuá para morar em Breves e na cidade fez carreira política perpetuando-se no poder por dois mandatos, sendo o primeiro de 1903-1906 período em que a sede do governo de Breves foi deslocada para o espaço rural uma vila denominada Nazaré localizada à margem estreita do rio Tajapurú e a partir da decisão de deslocamento do centro e poder para o local redefiniram mudou-se o nome da vila para Antônio Lemos em homenagem ao “todo poderoso” da política regional do período, ancorados pela lei municipal de nº 989, de 31 de outubro de 1907(Costa 2000: 15).

período que o avô lealista do Sr. Augusto assumiu o cargo de vogal em Antônio Lemos. Trato de antemão essa questão aqui, pois estão no cerne das noções de pertencimento do interlocutor que em momentos de entrevistas mencionou a história da sua família diretamente ligada a essa veia política repassadas do avô para filhos e netos.

E nesse percurso de levantamento sobre os nordestinos, apresento também as narrativas de outro “nordestino” vindo do Rio Grande do Norte.

2.1.8. Sr. Paulo do Nascimento Ferreira (71 anos).

O Sr. Paulo chegou à cidade de Breves no dia 21 de abril de 1972, quando tinha 25 anos de idade. Sua trajetória despertou certo interesse nessa pesquisa por trazer memórias mais recentes sobre os processos de deslocamentos, quando a fase da borracha já havia desacelerado e a madeira estava no auge de produção e exportação na região. Embora as motivações para seu deslocamento não estejam diretamente ligadas ao trabalho com a madeira e sim ao capital de giro oriundo dessa atividade.

Conheci o Sr. Paulo do Nascimento Ferreira ou Gata Velha como é conhecido na cidade, alcunha da qual ele não se importa de ser chamado dessa maneira, pois foi como ficou popular entre seus clientes, fui apresentada a ele na Loja Maçônica de Breves “Lavor Brevense”, no momento em que meu esposo ingressou na entidade dia 17 de maio de 2014, quando a família foi apresentada aos outros membros da loja.

Após esse momento, em um dia de festa, não recorro com precisão a data, compartilhando de conversas em comum em uma mesa no salão de recepções da loja maçônica, o Sr. Paulo começou a destrinchar memórias sobre sua trajetória e sua ligação com os moradores locais, relatava sobre as dificuldades de inserção social e a ajuda que recebeu de um grande amigo pelo qual tem enorme respeito e consideração o Sr. Lino Alves: o primeiro a fazer amizade em Breves. Fiz então o convite para tornar-se um interlocutor da minha pesquisa, ele imediatamente aceitou, depois de longo intervalo de tempo desde aquela conversa, finalmente o momento da entrevista aconteceu em 10 de março de 2018.

Após entrar em contato com Helena a filha do Sr. Paulo, pelo celular, o encontro foi marcado na casa dele, localizada no bairro Centro. Chegamos no local por volta das 18h30min (João me acompanhava), trata-se de uma propriedade grande repleta de árvores frutíferas, na frente existe um prédio composto por vários apartamentos para alugar, a casa de Helena também fica na propriedade. Existe ainda uma piscina em frente da casa do casal construída em madeira que fica localizada nos fundos da propriedade, sem esquecer de

mencionar como parte da paisagem um espaço, espécie de “maloca” utilizada nos momentos de recreação.

Então, o Sr. Paulo nos recebe sempre com um jeito que lhe é peculiar: muito extrovertido e amigável, por isso é uma figura muito querida por todos da maçonaria e um dos integrantes mais antigos da loja. Convida-nos a entrar na casa, Dona Heloiza, sua esposa também nos recepciona e oferece cadeiras para sentarmos em volta de uma mesa no pátio, mas depois de alguns minutos o inconveniente com mosquitos mudou o local da conversa para a cozinha, havia ainda no recinto um dos filhos do casal.

Então, sentamos todas à mesa para tomarmos um café com bolo, momento regado a risadas e descontração que durou alguns minutos. Em seguida fomos deixados a sós na mesa para dar início à entrevista. Depois de se identificar, o Sr. Paulo, começa a recontar sobre as motivações para o deslocamento de Juazeiro do Norte para Breves.

“O meu motivo foi trabalho, eu era profissional numa fábrica de joias lá em Juazeiro do Norte e o João Teixeira tinha aqui uma joalheria e ele era freguês lá da fábrica de Juazeiro. Então lá em Juazeiro eu fazia as peças mais sofisticadas como anel de maçons que ele vendia aqui, porque em 1971 quando foi inaugurada a Maçonaria era eu lá que fazia os anéis de maçons para cá para Breves, pulseiras de relógio, braceletes e essas coisas que vinha para cá era tudo eu que fazia e alguns tipos de alianças também” (Paulo Nascimento, 2018).

No trecho da narrativa do Sr. Paulo aparece uma conexão com Breves anterior a decisão de migrar, pois já existia uma ligação de trabalho entre o interlocutor e um comerciante local: o Sr. João Teixeira, natural do Maranhão morador de Breves e dono de uma ourivesaria na Avenida Presidente Getúlio Vargas, próxima ao prédio do Banpará. E foi o comerciante a trazê-lo para Breves, para onde veio primeiramente sozinho, apesar de ser casado porque precisava conhecer e avaliar as condições de vida local e se fosse favorável arrumar o terreno para estabelecer a família.

Seu caso se insere como explica Truzzi (2008) em uma alternativa comum em alguns casos de famílias que se utilizam da estratégia de enviar em primeiro lugar o chefe da casa, individualmente, para sondar oportunidades e enfrentar o período mais crítico da adaptação à nova terra. E depois de alguns anos e de várias remessas monetárias, os demais membros da família vão também se deslocando, reunindo-se progressivamente ao pioneiro, num processo característico de imigrações em cadeias (Truzzi 2008: 204).

Nesse processo, o Sr. Paulo ficou em experiência onze meses trabalhando na ourivesaria do Sr. João Teixeira em seguida retornou para Juazeiro. Após contar a primeira

experiência em Breves, recuou sua trajetória para outras experiências de deslocamentos anteriores ao Pará que incluiu Goiás, São Paulo e Paraná.

“Em 70, eu pedi para sair da firma ourivesaria Santo Agostinho e viajei pro Goiás, em Araguaína, passei uns oito meses em Araguaína, aí como a mulher adoeceu de malária, a outra mulher né (Dona Heloiza é sua segunda esposa), a filha que eu levei pra lá recém-nascida, porque minha mulher chegou lá ainda de resguardo, ela pegou malária justamente por isso, porque a gente ficou três dias no pau de arara, a gente só atravessava com corrente na roda pra chegar na divisa do Maranhão com Goiás. Aí depois que ela ficou boa endoidou para vir embora, porque a menina ficou boa de malária e adoeceu de pneumonia, chovia muito lá e ela endoidou pra vir embora pra Juazeiro de novo” (Paulo Nascimento, 2018).

Diante das argumentações do interlocutor entende-se que a migração para Goiás não foi efetivada por completo por falta de adaptação da primeira esposa e das filhas que sofriam com o clima e as doenças comuns na região, por conta disso ele relembra:

“Eu fui embora pra São Paulo, eu já tinha um bom dinheiro que tinha ganhado em Araguaína, de São Paulo eu fui para Londrina no Paraná, fiquei um mês em Londrina num hotel com a minha família, procurando um ponto para trabalhar, mas não consegui, aí voltei pra São Paulo de novo, depois fui pra Juquiá, aí um relojoeiro, um Sr. de idade arranhou um ponto pra mim gratuito, eu não pagava aluguel nada, trabalhei oito meses de novo e a mulher endoidou pra voltar pra Juazeiro. Me desmantelou de novo, como eu era um bom profissional a firma me contratou de novo fiquei lá até vir para Breves em 72” (Paulo Nascimento, 2018).

Como visto o Sr. Paulo experimentou outras rotas migratórias antes de se estabelecer definitivamente em Breves e apesar da ajuda recebida por algumas pessoas e ter força de vontade para trabalhar e de certa forma “sorte” como o mesmo mencionou, em todos esses lugares a adaptação da esposa novamente apareceu nesse outro trecho da narrativa, ressaltando a dificuldade do migrante em se acostumar longe da terra natal. Somente em Breves firmou a decisão de ir buscar a família e não retornar, e para isso contou mais uma vez com a ajuda do amigo Lino Alves Rebelo, comerciante na área portuária de Breves que ofereceu estadia e suporte para que o Sr. Paulo montasse seu negócio próprio.

Logo, se pode perceber a ajuda de uma rede migratória diante da trajetória do interlocutor veiculando as informações em favor do seu deslocamento para a região. Ressalto, portanto, que as redes sociais de amizade e conterraneidade mais uma vez apareceram como fundamentais para explicar como os nordestinos se fixaram no Pará,

“sobretudo, porque estas ajudam a reduzir o custo psicológico e econômico da migração” (Martes 2000: 73).

Como dito antes, o Sr. Paulo chegou em um momento na região no qual a cidade vivia uma intensa atividade econômica movimentada pelas madeiras, quando a população cresceu vertiginosamente por conta dos deslocamentos de moradores de espaços de rios para a cidade, ocasionando na década de 1980 um surto populacional e ele relembra aspectos da cidade na década de 1970, quando o processo de urbanização e o alargamento das fronteiras da cidade ainda não tinha sido consolidado.

“Era pequenina só tinha um pedaço de asfalto ali na frente da cidade, tinha aquela descida do banco na presidente Getúlio até o mercado, de lá era só lama pra frente. A cidade ia até na COSANPA, acho que não tinha 30 mil habitantes, cheguei no auge da madeira em Breves! A cidade cresceu tudo por conta da madeira, depois de 80” (Paulo Nascimento, 2018).

Em linhas gerais, nesse período ganharam destaque as migrações externas e internas na perspectiva local, “especialmente da floresta para a cidade, o nascimento de novos espaços de moradia, novas áreas de trabalho, comércio, serviços públicos e particulares, o que alteraram a cartografia do viver urbano” (Pacheco 2017: 17) que permeiam os capítulos posteriores.

Sendo que o Sr. Paulo Nascimento, dentre outros migrantes que como vimos nas apresentações de alguns e nas pesquisas cartoriais, viviam em vilas e comunidades dos espaços de rios e foram inseridos em um processo no qual os trânsitos e elaborações comerciais, culturais, afetivas e estéticas entre rural e urbano gestaram um espaço urbano peculiar, específico, portanto, sem fronteiras com a floresta e as águas (Pacheco 2017: 17).

Nesse contexto, os saberes transportados pelos migrantes muito deles descendentes de nordestinos, judeus e portugueses, “inseriram-se nas intervenções, criações planejadas, inusitadas, muitas delas provisórias, na feitura contínua da cidade” (Pacheco 2017: 17) incrementando as paisagens e as relações sociais decorrentes dessas experiências de contatos interculturais, como será destacado no capítulo 3.

Dessa forma, nesse tópico os “migrantes” e descendentes de “nordestinos” foram apresentados, destacando-se os aspectos das suas identificações ligadas aos seus lugares de origem, por meio de uma memória herdada de seus ancestrais, mas transformada pelas experiências de contatos entre os grupos e com os moradores naturais da região. Sem esquecer as exceções que preferiram se identificar com a região de Breves ao invés do lugar de origem, porém deixando entrever o pertencimento a estes lugares.

Quanto à motivação, a maioria foi influenciada por uma rede migratória nos seus deslocamentos para os espaços de Breves influenciados pela oferta de oportunidades de trabalho na região decorrente dos negócios da borracha e da região, com exceção do Sr. Paulo ligado a área da ouriversaria. Às questões do trabalho somaram-se a vontade de superar os limites sociais ou problemas familiares. No entanto, apesar de estarem diretamente ligados ao negócio da seringa da primeira e segunda fase da produção na Amazônia não se referiram aos seus ancestrais como “seringueiros”. Apresentaram-se nas identificações ligadas ao papel de comerciantes para indicar pertencimento ligado ao poder como forma de fugir de estigmas ligados a figura do nordestino como um pobre genérico.

2.2. Os “Portugueses”

Nesse momento do texto, o foco será direcionado, é a vez de sistematizar as narrativas na busca pela compreensão dos deslocamentos de pessoas vindas de Portugal para a região de Breves. Vale lembrar que Braga (1919) apresenta vestígios da presença de “portugueses” na região de Breves no século XVIII na ocasião em que a família dos Breves recebeu da coroa portuguesa um lote de terras às margens do Parauaú dando início ao povoamento português no espaço onde na atualidade é a cidade.

Segundo Emmi (2010:04) a forte presença portuguesa na Amazônia vem desde os tempos coloniais quando a província do Grão-Pará era diretamente ligada à coroa portuguesa, situação que só vai mudar em 1823, com a adesão do Pará à independência. Alencar (2010: 115) complementa atribuindo visibilidade ao processo migratório, “os projetos de colonização desenvolvidos” pelo governo da província do Pará nos primeiros anos da República e primeiras décadas do século XX, quando o Governo Provincial subsidiou a imigração de colonos de países situados no sul da Europa, dentre os quais estavam Portugal.

Nas explicações da autora o “objetivo desses projetos era implantar colônias agrícolas como forma de resolver a crise de alimentos de origem agrícola que a colônia vivia naquele momento, uma vez que a mão-de-obra agrícola havia se deslocado para a extração da borracha”. Nesse sentido, o governo estimulou a vinda de famílias de camponeses comprometendo-se em “subsidiar a viagem e fazer a doação de terras para estabelecer as centenas de famílias de migrantes de origem europeia” (Alencar 2010: 115).

No caso da região de Breves os documentos cartoriais registraram no período de 1889 a 1979 a existência de 38 pessoas identificadas como portuguesas, sendo que dentre essas foi possível encontrar alguns descendentes vivendo na região que ajudaram a

reconstruir a trajetória das suas famílias. E a primeira interlocutora mencionada é a matriarca da família Horta moradora do Lago do Jacaré no Mapuá.

2.2.1. Dona Irene Horta Moraes (95 anos).

A entrevista com a interlocutora no dia 03 de junho de 2016 na segunda viagem à região do Mapuá. Quando chegamos à comunidade, ela estava sentada em frente de sua casa à margem esquerda do lago do Jacaré no Alto Mapuá, acompanhada de muitas pessoas. Dona Irene mora com o filho, nora e netos em uma casa ampla com varanda, coberta com telhas de barro. Ao lado existe um comércio pertencente à família.

Nesse encontro pude perceber que ela é autorizada pelos demais membros de seu grupo familiar como a guardiã das tradições na comunidade Nossa Senhora de Nazaré, por isso está sempre cercada de netos, filhos, sobrinhos, noras que gostam de ouvir suas histórias. Nesse sentido, tem uma importante função social na sua comunidade, a de trazer à tona memórias esquecidas ou não conhecidas, podendo, com isso, ampliar a compreensão das relações sociais ocorridas ao longo do tempo na região. Nesse sentido, interlocutores mais idosos como Dona Irene, dentre tantos outros entrevistados são informantes privilegiados por recontarem momentos desse passado e apresentar perspectivas futuras sobre o lugar, à luz do presente (Ferreira 2000: 111).

Observo que no encontro com Dona Vitória e Dona Irene a figura das crianças se destacam na composição das cenas, como observado na fotografia a seguir (figura 05) a interlocutora estava sempre rodeada de crianças curiosas para desvendar os motivos da visita. Ao que pareceu a vida pública dos adultos naqueles lugares exerce um enorme fascínio sobre elas, pois permite atribuir um sentido às suas vivências familiares.



Figura 05– D. Irene Horta – Fotografia: Dione Leão – 02/06/2016

Diante dessas observações os feitos abstratos, as palavras dos “homens importantes”, a exemplo do avô de Dona Irene o Sr. Joaquim Nunes Horta “só se revestem de significado para o velho e para a criança quando traduzidos na vida cotidiana” (Bosi 1994: 74). Nesse contexto é importante destacar na existência da relação avó/bisavó/neto/bisneto diante do que me foi apresentado um elo muito forte, capaz de influenciar no futuro da comunidade. Tendo em vista que o “velho” é fundamental para religar pontos perdidos das histórias e tradições familiares, como ocorrido no encontro com as matriarcas Dona Vitória e Irene ao apresentarem as memórias de seus antecedentes.

Enfim, “o poder que o velho tem de tornar presentes na família os que se ausentaram, pois deles ainda ficou alguma coisa em nosso hábito de sorrir, de andar” (Bosi 1994: 74), traz para o centro da discussão um ponto importante: o valor dos idosos na vida social das famílias visitadas Horta e Nogueira.

Entretanto, despertar essas memórias nos interlocutores não é algo tão simples, menciono isso porque, nos momentos iniciais de minha conversa com Dona Irene ela não pareceu muito interessada em narrar suas vivências, e sim perguntava sobre a minha vida e ficamos muito tempo sentadas nas cadeiras da frente de sua residência, com muitas pessoas ao redor, ávidas pelo desfecho daquela visita.

Definitivamente aquele não era um momento propício para conversar com a interlocutora, ela disse estar com dor de cabeça, cansada, queria deitar na sua rede armada na sala de sua casa. Um sinal de que se as “lembranças às vezes afloram ou emergem, quase sempre é uma tarefa, uma paciente reconstituição” (Bosi 1994: 39) há de se ter cautela e respeitar o tempo dos interlocutores. Dessa forma, a estratégia foi sair da vila e visitar outros lugares e no retorno no final da tarde fazer outra tentativa com a interlocutora.

Depois de visitar o cemitério “português”, uma casa de forno e a escola da comunidade, após algumas horas retornamos (eu, Eliane e o guia Sebastião) à casa de D. Irene, o movimento ainda era grande a nossa volta, mas dessa vez fomos levados para a cozinha e isso limitou consideravelmente o número de pessoas no recinto. Em uma descrição breve do ambiente percorrido, observo que antes de chegar à cozinha passamos pela sala, composta por poucos móveis, a rede de Dona Irene está em destaque nesse cômodo, existem ainda sinais de devoção católica: na parede do início do corredor um quadro de Nossa Senhora de Fátima, entrelaçado com fitas multicoloridas reforçando o catolicismo como religião oficial dos moradores da comunidade.

Pareceu-me que o convite para adentrar a uma parte mais privativa da casa era também a senha para que as narrativas da interlocutora fossem acionadas, a cozinha se apresentava como um lócus privilegiado naquele momento da pesquisa, restrito apenas aos mais “chegados” sem dúvida aquele era um lugar muito mais inspirador do que as cadeiras da frente da casa e serviu como um importante *link* para aguçar as lembranças e sensibilidade da interlocutora.

Dona Irene então se sentou à mesa e começou a rememorar sobre seu avô Joaquim Nunes Horta, seu semblante mudou consideravelmente se comparado com os primeiros contatos feitos pela parte da manhã. Sobre o avô diz:

“Ele era alto, branco, loiro de olhos azuis, mas nenhum filho saiu assim, eu nasci preta, porque puxei para minha mãe que era daqui. Meu avô era comerciante forte mesmo, veio de Portugal para morar para cá. Veio com 14 anos. Ele que me contava sua história, rapazinho novo, veio ele e mais um parceiro com ele, João Pina. Veio trabalhar com comércio. Ele casou com uma mulher que morava em Bagre. A casa dele era a primeira acolá (aponta para a janela), onde está morando meu filho, depois ele se mudou daí lá para Carnaúba¹⁸, foi quando o negócio deu forte mesmo, quando ele se passou para lá para a

¹⁸ Os descendentes de portugueses chamam Carnaúba ao lugar onde morou Joaquim Nunes Horta devido existir no lugar os vestígios de uma árvore de Carnaúba que serve como o marco inaugural da família no Lago do Jacaré.

Carnaúba, ele trabalhava só no comércio mesmo, trabalhava com borracha, comprava e revendia” (Irene Horta, 2016).

Para cruzar informações com a narrativa de Dona Irene sobre o avô Sr. Joaquim Nunes Horta, as descrições da certidão de óbito, presente nos arquivos do Cartório Matos ganham relevo nesse momento da escrita conforme visto na descrição do documento abaixo:

“Aos vinte e dois dias do mês de novembro de 1948, nesta cidade de Breves, em meu cartório situado à Avenida Presidente Getúlio nº 03, compareceu Sebastião Horta Félix, paraense, comerciante, residente e domiciliado no rio Mapuá, declarou que vinha registrar o falecimento de seu avô materno Joaquim Nunes Horta, natural de Portugal, casado, proprietário, 84 anos de idade, nascido no dia 28 de setembro do ano de 1864, filho de José Nunes Horta e Ana Maria de Jesus, o falecido era de cor branca, casado com Dona Josefina Pinto Horta, natural do Estado do Pará, doméstica, sobrevivente. Que seu avô Joaquim Nunes Horta, morreu no dia 06 de outubro de 1948 às 18 horas no lugar lago do Jacaré, Alto Rio Mapuá, onde residia e era domiciliado que fica viúva dona Josefina Pinto Horta com os seguintes filhos: Joaquim, José, Maria, Ana e Finoca, todos maiores”¹⁹.

Em linhas gerais, dentre outras informações relevantes, o documento apresenta a possibilidade de rever os antecedentes da família Horta desde os bisavôs portugueses de Dona Irene, a data de nascimento do avô e presumir que ele tenha chegado ao Mapuá por volta de 1878, levando-se em consideração a idade de 14 anos do Sr. Joaquim, quando aportou no Mapuá.

Com relação ao amigo e acompanhante do avô, mencionado por Dona Irene, não há registro nos arquivos do cartório sobre o mesmo, em listagens de passaportes dos arquivos nacionais e internacionais pesquisados, nem mesmo nos túmulos do cemitério da localidade onde fixaram moradia e o Sr. Joaquim Nunes Horta foi sepultado. Mas, sobre ele, além de Dona Irene, Dona Vitória de Paula disse lembrar a presença de um Pina na região do Mapuá embora o denomine de Antônio Pina, apesar da confusão com o nome, pela semelhança da descrição entre elas, tudo indica ser a mesma pessoa.

“O seu Pina era amigo do velho Horta, ele veio com ele de Portugal eu acho, porque desde que eu me entendi, ele estava lá, ele não casou aqui no Mapuá, ele morreu aqui, não teve filho nada, era Antônio Pina, o nome dele, ele morava no Lago do Jacaré com o velho Horta. Era um homem bem claro, um homão grande, conversador que só ele” (risos) (Vitória Nogueira de Paula, 2017).

¹⁹ Livro de Registro de Óbito nº 07, não é possível ver o número da página.

Para uma melhor contextualização histórica do período e das relações estabelecidas com os portugueses na região cabe dizer que o Sr. Joaquim Nunes Horta e o Sr. Pina, chegaram em período no qual o grupo predominante na vida comercial do Pará ainda era constituído na sua maioria pela comunidade de origem portuguesa. Não somente Belém, mas também outras capitais como São Luís, Recife, Salvador e Rio, possuíam grandes contingentes de comerciantes portugueses nos meados do século XIX, grupo que praticamente controlava as atividades das diversas regiões exportadoras.

Segundo Weinstein (1993: 77) a influência portuguesa foi particularmente evidente na Região Norte do Brasil, uma vez que o Pará, devido à proximidade geográfica e aos ventos dominantes, havia mantido ligações econômicas e culturais íntimas com Lisboa, mesmo depois da independência do país. Porém, como o volume de produção de borracha aumentava e cada vez mais se distanciava de Belém e de suas vizinhanças, os comerciantes começaram a sentir a diferença. Desse modo, gradualmente, “os portugueses cederam o controle das operações de exportação a capitalistas estrangeiros (ingleses, franceses, alemães) com maiores recursos financeiros e melhor relacionamento comercial nos seus mercados de origem” (Weinstein 1993: 77).

Assim, “houve um possível deslocamento da influência de comerciantes portugueses para outras áreas, especialmente as casas aviadoras que começaram a surgir como entidades distintas na década de 1860” (Weinstein 1993: 77). Eram essas casas aviadoras localizadas em Belém que negociavam a produção de borracha com comerciantes como o Sr. Joaquim Nunes Horta, dentre outros da região de Breves.

Essas explicações ajudam a entender a rede de comércio que alimentava os negócios dos comerciantes de Breves e o poder que estava atrelado a esses “patrões” da borracha de origem portuguesa que se estabeleceram na região. Nas memórias de D. Irene, o controle na área comercial no Lago do Jacaré era consequência do carisma de seu avô com os moradores do lugar: como ela relata: “*meu avô era muito alegre, conversava com todo mundo, sabia agradar toda a gente, todo mundo daí desse centro²⁰ vinha comprar dele, toda essa área era dele*”.

Entretanto, é necessária uma ressalva na análise de suas narrativas, assim como ocorrido com Dona Laura: a tradição oral, a história e a antropologia precisam levar em consideração não somente a formação das narrativas como também o posicionamento dessas

²⁰ No caso o sentido de centro está relacionado a um lugar localizado nos limites do rio Mapuá, na última fronteira que é o lago do Jacaré.

formas narrativas na hierarquia de outras narrativas para transmitir o conhecimento para as próximas gerações (Cruikshank 2006: 150).

É necessário também atentar para uma trama étnica da dominação a partir de uma matriz colonial, que cruza a contemporaneidade e se instala no presente da narrativa de Dona Irene, mesmo involuntariamente reforça um discurso “ser poderoso é ser branco” (Fanon 2008: 60) com isso desvalorizando a sua cor e do seu grupo, na maioria resultante de relacionamentos interculturais entre nordestinos, portugueses, indígenas e negros na região.

Desse modo, a mesma narrativa que traz a “origem” da família portuguesa e a formação da localidade estudada, serve para ocultar a presença de outros grupos. Isso porque na forma de recontar a trajetória do seu grupo no Mapuá, somente os personagens “relevantes” na concepção da interlocutora ganharam visibilidade, inclusive a mesma não se sente herdeira legítima dessa tradição por não ter o mesmo tipo físico de seu ancestral conquistador definido por ela e na certidão de óbito como de pele branca.

Acredito que um olhar por esse ângulo se constitui em uma estratégia para repensar a naturalização do sistema mundial permeado na política de identidade e pode se tornar uma ameaça para as identidades sociais, se construída com base sobre uma visão dominante de uma identidade forjada em conceitos universais abstratos da modernidade/colonialidade (Mignolo 2008:290).

Nessa linha de análise de submissão ao estereótipo do “português rico e bem sucedido” comuns na região, à imagem de migrante pobre recaem para os nordestinos, como mencionados anteriormente, vistos quase sempre como trabalhadores da borracha, seringueiros vivendo em habitações muito precárias nas margens dos rios. Visão que serviu para invisibilização de homens como o Sr. Antônio Joaquim Nascimento que veio do nordeste especificamente para exercer o ofício de comerciante na região do Mapuá. A ele somam-se outros que fugiram as regras e ocuparam papéis diferenciados nos espaços da cidade estudados ao longo dos capítulos.

Para adensar essa linha de pensamento vamos conhecer melhor a trajetória de outro português o Sr. Constantino Félix, recontada no encontro com um dos seus netos.

2.2.2. Sr. Antônio Félix

No retorno da segunda viagem ao Mapuá, dia 04 de junho de 2016 parei juntamente com Eliane na vila dos Félix (Comunidade São Sebastião) na confluência do Aramã onde mora seu Antônio Félix, filho de Sebastião Horta Félix, Neto de Constantino Martins Félix. A sua procura, seguimos em uma ponte para o comércio da vila, onde o Sr. Antônio atendia aos clientes juntamente com dois funcionários.

Muito atencioso conversou conosco sobre a família no rio Mapuá.

Meus avós e pais trabalhavam com o negócio da borracha, até hoje ainda tem o casarão lá no Cantagalo, depois passamos para a madeira, eles vendiam para Macapá que mandavam para os americanos. No começo era borracha e farinha, a maioria dos fornecedores de borracha e farinha era de lá do Mapuá, depois já por último veio a madeira, nós passamos para Santana Madeiras, era de Macapá, nós vendíamos 98.000 m³ por ano (Antônio Félix, 2016).

O trecho da sua narrativa indica um foco na economia local e está diretamente relacionada ao poder econômico exercido pela família na região desde o início do século XX e demonstra relações sociais ligadas a contextos mais amplos ao colocar Breves na rota da borracha e da madeira. Aliás, todos os interlocutores da pesquisa quando questionados sobre as lembranças da família Félix, mencionam os jogos de poder especialmente com relação à presença da segunda geração da família liderada pelo pai do Sebastião Horta Félix no local conhecido como Cantagalo no Alto Mapuá.

No entanto, a figura do interlocutor em questão, está desvinculada desse campo de lembrança, aparece mais como uma pessoa pacífica que se relaciona bem com a vizinhança, sendo um dos filhos mais novos de Sebastião Horta Félix, viveu parte da adolescência e fase adulta em constantes trânsitos entre Belém/Breves/Mapuá e por esse motivo ele sugeriu que eu entrevistasse um tio mais velho por se considerar a pessoa perfeita para falar do passado da família.

Entretanto, não considerei a argumentação do Sr. Antônio de não ser a pessoa indicada para falar da trajetória da família, acho que fiz a escolha certa para o momento da pesquisa, pois através das pistas dadas por ele em momentos de entrevista foi possível um investimento mais elaborado nas documentações que abriram os horizontes de investigação para “o cruzamento de dados orais e escritos de forma complementar uma à outra” (Alberti 2018: 77-84) utilizadas como alternativas para entender os contatos e as redes de relacionamentos travadas na região.

Após mencionar a localização da família, no passado, como moradores primeiramente da Vila Amélia e em seguida no Cantagalo, até chegar ao momento atual, quando foi entrevistado, o Sr. Antônio se identifica como descendente das três famílias em estudo no Mapuá: *“Sou Nascimento, Félix e Horta! Nascimento por parte da minha mãe que era filha do vô Antônio Joaquim Nascimento, Horta da minha vô Sinhá Horta, filha do Joaquim Nunes Horta e Félix do meu avô Constantino”*, demonstrando uma descendência ligada a relacionamentos interculturais na região do Mapuá.

Para recompor alguns traçados da trajetória dos Félix as documentações do Cartório Matos serviram como caminho para desvendar aspectos que a memória do Sr. Antônio não permitiu adensar devido a sua idade, e também porque teve pouco contato com o avô, o patriarca da família Félix: Sr. Constantino Martins Félix. Entretanto, a certidão de óbito do mesmo, trouxe algumas informações importantes para a análise da família na região, como pode ser visto na transcrição integral do documento.

*Compareceu o Sebastião Horta Felix no dia 02 de novembro de 1959 no lugar Cantagalo, comerciante, solteiro, registrou o falecimento de seu pai Constantino Martins Félix, natural de Portugal com 68 anos de idade, nascido no dia 22 de março de 1881 no lugar Povia Freguesia de Cernache do Bom Jardim conselho de Certã, distrito de Castelo Branco. Era de cor Branca, filho de Marcelino Martins Carnapete e Maria Luiza Felix natural do Pará, doméstica. Morreu no dia 26 de novembro de 1959 em sua residência na vila Amélia, sem assistência médica, com problemas no intestino. Ficou viúva Dona Maria Horta Félix com os filhos: Sebastião, Araceli, Marcelino e Pedro.*²¹

Em análise ao registro de óbito realizado pelo Cartório do Mapuá, arquivado no Cartório Matos, é possível trazer a público muitas informações sobre a origem da família do Sr. Antônio Nascimento Félix, primeiramente o local de origem do Sr. Constantino Félix, traços relacionados à cor selecionada segundo os “julgamentos de classificação determinantes para o Estado” (Bassanezi 2009: 166) e a filiação, remontando aos nomes dos bisavós do interlocutor da pesquisa. Assim, o mesmo era bisneto de um português com uma brasileira (paraense), fator preponderante para repensarmos as experiências dos contatos, e também a escolha do destino do Sr. Constantino ter sido o Pará e não outro estado brasileiro, pois, já existia um vínculo na trajetória da família com essas terras.

Em consulta realizada no registro de passaporte expedido pelo governo civil de Castelo Branco, lugar Cernache do Bomjardim, período de 1848/1975, foi possível visualizar

²¹ Pesquisa realizada no dia 18 de fevereiro de 2017 no livro de registro de óbito quarta circunscrição - Distrito do Mapuá 16/04/1937 a 10/06/1971, p.07.

a solicitação para deslocamento requerida pelo Sr. Constantino Martins Felix tendo como destino o Pará no dia 28 de maio de 1902.²² E a partir desse vestígio, pôde também ser levantado um período aproximado para a chegada do migrante nas terras do Mapuá, momento comercialmente promissor em vista dos negócios da borracha ainda estarem em alta, servindo como um atrativo para novos empreendimentos no referido Mapuá, um dos lugares mais movimentados do arquipélago de Marajó devido à abundância de seringueiras e mão-de-obra consumidora de mercadorias variadas.

Descobriu-se também a ligação com os Horta e o nome da avó do interlocutor, da qual o mesmo não conseguiu lembrar em momentos de entrevista, disse apenas ser neto de Sinhá Horta como era conhecida na região, a mesma era filha do Sr. Joaquim Nunes Horta e teve com Sr. Constantino quatro filhos, Sebastião, Araceli, Marcelino e Pedro como observado no registro de óbito.

No documento também se destaca o papel do Sr. Sebastião Horta Félix, pai do interlocutor e filho primogênito do Sr. Constantino e Dona Maria (Sinhá) que ao aparecer como registrante do óbito, esclarece também a sua profissão de comerciante, atividade repassada para o filho Sr. Antônio como apresentado anteriormente.

Mas, é ao tomar frente da família em um momento tão difícil como a morte do pai visibilizada na atitude de registrar o óbito, que o Sr. Sebastião Horta Félix demonstra o papel geralmente relegado aos filhos ou parentes emocionalmente mais preparados para dar seguimento ao legado da família. Essa ainda é uma realidade ainda observada no cotidiano do cartório Matos, nos momentos de etnografia nos arquivos dessa instituição, notei essa especificidade, cabia aos filho(a)s mais velhos em primeira categoria, em seguida genros e noras e por último os netos o registro de óbito de pessoas no período de pesquisa.

A ligação entre os Félix e os Nascimento foi confirmada em mais um registro de óbito, no qual o Sr. Sebastião Horta Félix também apareceu na condição de registrante. Agora se tratando do falecimento de sua sogra Dona Rita Gomes do Nascimento natural do estado do Ceará, no dia 14 de maio de 1964 no lugar Cantagalo. Ela era, a primeira esposa do Sr. Antônio Joaquim Nascimento já apresentado anteriormente com quem teve cinco filhos: Antônio, Raimundo, Expedito, Maria e Stela, sendo a última esposa do Sr. Sebastião Félix e mãe do Sr. Antônio Félix.

Em outra certidão de óbito, o Sr. Sebastião retoma a posição de registrante para confirmar a existência de uma rede familiar que contribuiu para que os Félix se fixassem na

²² Retirado do Registro nº 17, f. 37 f. (parte) livro 2, mc. 277 através do site digitalq.adctb.dgarq.gov.pt/DetáulsForm.aspx?id=1059532

região do Mapuá, ao trazer a notícia do óbito de seu tio José Martins da Silva, colocou em evidência a presença de outro membro de origem portuguesa deslocado para o Pará, irmão do Sr. Constantino Félix que foi casado com Dona Ana Pinto Horta, também filha do Sr. Joaquim Nunes Horta, natural do Mapuá.

Quero dizer com isso que pode ocorrer de imigrantes deslocarem-se sozinhos para diferentes destinos como, por exemplo, o Mapuá. Mas, geralmente “o fizeram como participantes de um processo social que se estendia muito além deles próprios” (Truzzi 2008: 2015). Além disso, o modo como enfrentaram no passado os desafios na nova terra indica que se valeram amplamente de laços prévios. Buscando aprofundar a maneira como oportunidades estruturais se traduzem concretamente em ações familiares e individuais, nesse sentido, a perspectiva de redes pode ser pensada a partir de documentações e “oferecer explicações bastante satisfatórias a muitas questões”.

Outro interlocutor descendente de “portugueses” estabelecido na cidade de Breves, também apresentou passagens da trajetória do Sr. Brito Rendeiro na região de Breves.

2.2.3. Sr. Francisco Vale Rendeiro (64 anos).

Ou “Chico do Remo” como fez questão de se definir no início da entrevista é descendente do português Brito Fernandes Rendeiro, encontrei com ele no dia 03 de março de 2018 em sua casa localizada no bairro Centro da cidade de Breves. Iniciei a entrevista como de costume explicando meu objeto de pesquisa com a intenção de mostrar a importância de sua memória para a reconstituição da trajetória dos migrantes no espaço da cidade. Pois, em momentos de entrevistas com outros interlocutores a figura de seu pai era recorrente nas conversas como um migrante português.

Sobre o pai ele faz logo essa relação da ausência de portugueses nos espaços da cidade apontando alguns com o qual o pai mantinha relações de amizade pela questão dos laços de conterraneidade, suas primeiras palavras sobre o pai foram: *A história do meu pai é diferente, ele veio trabalhar sozinho, em 64, de português mesmo que eu encontrei aqui foi o pai do Conradinho, o seu Ricardo, o seu Antônio também, lá da feira.*

No trecho da narrativa, além de mencionar a ausência de portugueses no espaço da cidade, pontuando apenas três pessoas que fazem parte da sua lembrança, todos já falecidos, ele associa o caso de migração do seu pai como algo diferente da maioria conhecida, referindo-se ao fato de ter vindo sozinho de Portugal para o Brasil, apresentando

inicialmente a ausência de uma rede de apoio de outros membros da família no país. No entanto, em outro momento deixa escapar:

Ele veio sozinho, a convite do pessoal da COMIG lá do São Miguel dos Macacos, aí daqui ele encontrou com uns primos dele e foi trabalhar em Belém, depois foi para Soure e fundou o Soure Hotel que até hoje existe, ele comprou, era dele. Depois que ele vem para a cidade de Breves, a convite do pessoal da BISA, aí começou a trabalhar pra cá. Ele tomava conta do armazém da BISA (Francisco Rendeiro, 2018).

Desse modo, havia parentes dele no Pará, com quem saiu de São Miguel dos Macacos seu primeiro destino de trabalho na empresa de beneficiamento e exportação de madeiras COMIG, a mesma para onde Dona Laura Rosa veio trabalhar, mas fizeram o caminho inverso, ela veio de Belém para São Miguel e o Sr. Brito de São Miguel para Belém onde existia uma rede familiar para ampará-lo.

Denoto ainda na atitude do pai do Sr. Francisco as dinâmicas de mobilidade internas de Belém para Soure e de Soure novamente para Breves como estratégia para “progredir na vida” e “uma necessidade do indivíduo em realizar esta trajetória ascendente, embora a decisão individual seja decisiva nesse processo de deslocamento a multilocalização aparece como estratégias para uma colocação pessoal e conseqüentemente da família” (Peixoto 2004: 22), pois a essa altura o Sr. Brito já havia casado.

A mãe do Sr. Francisco Rendeiro se chamava Edilce Vale Rendeiro, mas como informado na intimidade era conhecida como Paulita: *“todo mundo chamava ela assim aqui em Breves, Paulita Rendeiro, ela era do São Miguel dos Macacos, foi lá que começaram a namorar lá, ela era de lá”*. Com Dona Paulita, o Sr. Brito teve seis filhos sendo que conforme mencionado pelo Sr. Francisco: *faleceu um agora em janeiro em Macapá, o Jorge, agora tem o João, o Carlos, a Fátima, a Zeca e eu, eu sou o mais novo da família, o João é mais velho. Sendo que dos seis, três nasceram em Soure e três em Breves.*

Na narrativa do Sr. Francisco surge outra empresa além da COMIG de São Miguel dos Macacos, a empresa madeireira BISA, sigla para Breves Sociedade Anônima que será mais bem detalhada no capítulo 3, onde assim como na COMIG o Sr. Brito desempenhou ofício ligado a venda de mercadorias no armazém da empresa, facilitando o desempenho na sua ocupação após o fechamento da empresa: a de comerciante. Sua trajetória na cidade está vinculada ao papel de comerciante do ramo de armarinhos na área comercial da cidade.

O Sr. Francisco explica uma mudança de nome do seu pai ao chegar no Brasil:

“Quando ele veio era Brito Antônio Fernandes Rendeiro, depois no cartório tiraram e colocaram Brito Fernandes Rendeiro tiraram o Antônio. Eu também lembro que o vovô era João Carlos Fernandes Rendeiro e a vovó era Natária Rendeiro. Eles moravam em Portugal e nunca vieram para cá, só um irmão meu conheceu eles” (Francisco Rendeiro, 2018).

Nesse fio de lembrança menciona que o pai foi duas vezes visitá-los: *“em 58 e 65, em 65 ele já foi com o meu irmão, o Carlos, o único que conhece Portugal é o meu irmão, inclusive ele tem um filho que mora lá”*.

Com essa abertura, recordei da conversa que tive com o tabelião Raimundo Matos sobre a emissão de documentos dispostas pelo cartório a alguns membros da família Brito para darem entrada na dupla cidadania e pergunto se ele realizou esse procedimento. Sua resposta foi a seguinte:

“Da minha família, só eu que não tenho dupla cidadania, os meus irmãos, sobrinhos tem, agora tá facilitado muito, o problema é que com relação à documentação eles são muito exigentes, do cartório eles querem a primeira via dos documentos e tem que tirar a original mesmo, eles são muito exigentes nessa parte, e eles têm razão não é? Isso demanda muito tempo tem que viajar para Belém, quando eles chamam para a entrevista tem que ir, se não perde a oportunidade” (Francisco Rendeiro, 2018).

A busca pela dupla cidadania enquanto um elemento político envolvendo a questão da diferença (Agier 2001) de um descendente de “migrante”, envolve toda uma burocracia inerente ao processo para obter a cidadania portuguesa parece ser um dos impedimentos do Sr. Francisco para dar entrada no pedido de dupla cidadania, uma vez que já existem descendentes da família do Sr. Brito vivendo em Portugal, um de seus netos, conforme mencionado. Graças à lei da obtenção da dupla cidadania é possível os descendentes de portugueses transitarem, estudarem, trabalharem ou residirem legalmente em Portugal. E desde a entrada em vigor do decreto-lei 71/2017, os descendentes em segundo grau de nacionais portugueses também tiveram a diplomação facilitada²³.

Dessa maneira a questão da identificação do Sr. Francisco está atrelada a seu pertencimento na cidade de Breves e não a Portugal e por esse motivo a resistência em assumir uma dupla cidadania perante a lei, sendo solicitado frequentemente por um de seus filhos a realizar tal processo recorre ao argumento burocrático do Estado.

²³ Para mais informações ver o site <http://expresso.sapo.pt/sociedade/2017-07-03-Tudo-o-que-tem-de-saber-sobre-a-nova-lei-de-nacionalidade#gs.s5U8GYQ>

A última descendente de portugueses entrevistada é moradora da cidade de Breves e apresentou memórias sobre a presença da família Nunes na região de Breves.

2.2.4. Emilia Fona Nunes (59 anos).

Ela é decoradora do ramo de festas, há muito tempo tenho contato com ela e em uma conversa em minha casa, falei da minha pesquisa, foi então que conheci a trajetória de sua família, quando a mesma mencionou lembranças do avô João Nunes de origem portuguesa, lembrei-me de ter visualizado esse nome nos livros de registro de casamento do cartório Matos, imediatamente recorri as minhas anotações e ao encontrar li para ela a certidão de casamento do seu avô, ela confirmou. Marcamos então um encontro em minha casa (ela preferiu assim) e no dia 12 de maio de 2018 a entrevista foi realizada.

A conversa na minha sala começa com as lembranças de Emilia da aparência física europeia do avô: *“o meu avô pelas fotos era muito lindo, ainda cheguei a ver, o nariz dele arrebitado. Ele era lindo, o pai do papai, era legítimo de Portugal, veio direto de Portugal para cá”*. Pergunto então: E a tua avó era daqui? Como ela se chamava? Sua resposta foi: *Ela era daqui do município, ela morava no interior e se chamava Emilia Fernandes Nunes, eu herdei o nome dela.*

A interlocutora menciona um ponto interessante de discussão sobre a herança dos nomes dos ancestrais perpassada de geração a geração, assim diz:

“Os nomes da nossa família se repetem até hoje, quando a gente vai ver já tem bem uns dez na família com o mesmo nome, é interessante”. Então argumento, ser essa uma realidade encontrada em praticamente todas as famílias pesquisadas e podem ser visualizadas nessa escrita com relação à família Nascimento e Horta, o que por vezes causou certa confusão quando se referiam ao outro com o mesmo nome, acrescentando o lugar ou o nome do pai para mostrar a diferença.

Após essa questão Emilia menciona o nome do pai Alberto Fona Nunes, mãe Elizete Fona Nunes e os irmãos: Maria das Graças, José Luiz, Jailton, Joaquim, Afonso, Maria do Perpétuo Socorro, Maria Ivani, Maria de Nazaré e Ivete. Ao enumerar o nome dos irmãos, relembra uma história de família ao dizer:

“Eu sou a mais velha que mora em Breves, tem a minha irmã Graça, mas ela nunca morou aqui, o meu pai deu ela para o meu avô escondido da mamãe. Pensa como era antigamente as coisas, ele ainda brigou com a mamãe porque mamãe chorava, ele dizia: não

chora, não chora que ela está bem. O meu avô tinha posses no interior por isso ele falava isso” (Emilia Fona Nunes, 2018).

Foi então que chegamos à trajetória do avô mencionado nos documentos João Antônio Nunes, que veio de Portugal, originário da Melgaço portuguesa, comerciante, filho de Antônio Nunes e Dona Rosa Nunes também naturais do mesmo local, conforme informações retiradas da certidão e casamento realizado no ano de 1927, quando ele tinha 33 anos e já era viúvo, o casamento ocorreu no Buissú, local de residência da noiva.²⁴

As lembranças de Emilia e a certidão do primeiro casamento indicam como local de moradia do seu avô o rio Parauacá, conforme dito pela interlocutora “na Boca do Oléria”, onde ainda chegou a morar com a família em tempos de infância. dele herdou a propriedade. O Sr. Alberto Nunes, pai da interlocutora herdou a propriedade, pois ele teve apenas uma irmã paterna Albertina e ela não fez questão da herança.

O pai do Sr. Alberto Nunes morreu ainda jovem e a mãe casou-se novamente com Antônio Nunes, irmão de Alberto Nunes, que o criou como filho. Com Antônio Nunes, Emília Fernandes Nunes teve três filhos: Tereza, Dulce e Nelo, todos criados em Belém pela mãe deslocada do Parauacá para a capital quando eram todos pequenos.

Perguntei se a família tinha contato com os parentes de Portugal, sua resposta foi:

Não, nunca, eu nem conversei isso com meus filhos, eu nunca conversei nem com o papai sobre essa família de Portugal, vou ti contar, eu não sei essa história do papai nunca foi interessante pra nós, é muito forte a história da mamãe, por causa da rigidez dele, ele nunca foi chegado com a gente assim, ele já veio dizer que gostava da gente quando ele já estava velhinho, foi que ele já veio abrir o coração, porque ele sempre foi muito fechado. Já com a mamãe não, ela brincava com a gente, o papai ele era um bom pai assim no sentido de nunca ter deixado faltar nada para gente, se a agente ficava doente ele ia cuidar, mas nunca foi de abraçar, beijar. Eu já fui fazer isso com o papai depois que a mamãe morreu, isso depois de uns meses assim, aí eu fui percebendo que o papai estava precisando muito do meu carinho, o jeito da gente tratar ele foi fruto da criação dele (Emília Fona Nunes, 2018).

Dessa forma, diferentemente dos outros interlocutores descendentes de portugueses, Emilia apesar de conhecer a família de ascendência portuguesa, não se sente pertencente ou ligada a essa ancestralidade, não permanecendo nenhum costume na sua vida do avô. Tem lembranças mais direcionadas para o comércio do segundo avô e da propriedade melhor explorada no capítulo 3.

²⁴ Informações retiradas do livro nº 03 de casamentos – 1924-1929, p. 64.

No entanto, sua trajetória de vida foi significativa para a composição dos capítulos anteriores, por apresentar memórias da forma como a família proprietária de comércio e terras foi inserida por meio da maçonaria e das festas de santo nos espaços sociais da cidade, carregando consigo ainda o prestígio de ser neta de portugueses conhecidos na região de Breves, porém ao longo do tempo os bens materiais da família foram perdidos pelo herdeiro Alberto Nunes e na atualidade nada sobrou da riqueza dos bens construídos por João e Antônio Nunes na região do Parauacá e cidade de Breves.

Diante da apresentação dos “portugueses” ressoaram traços de identificação primeiramente ligados à ascendência focalizando na figura próspera do comerciante e proprietário de terras. Isso ocorre por conta do imaginário sobre o pioneirismo na ocupação dos espaços da região de Breves, mediante os critérios de povoamento estabelecidos no Brasil que desconsiderou os grupos indígenas anteriores como os primeiros ocupantes do território nacional, o que facilitou o processo de deslocamento e as vantagens sobre a propriedade no Pará e Amazônia como visto no início do capítulo. Dessa forma, apesar da identificação relacionada à ancestralidade como ocorrida com a maioria dos interlocutores, o pertencimento dos interlocutores está diretamente ligada à região de Breves, sendo a identificação com os ascendentes “portugueses” na sua maioria relativa ao status de pertencer a uma linhagem europeia.

Desse modo, diante da apresentação de alguns dos interlocutores de origem “portuguesa” na região de Breves, passo a apresentar outro grupo:

2. 3. Os “Judeus”

Os judeus, vindos do Marrocos não deixaram muitas evidências históricas na região, por esse motivo reconstituir sua trajetória de contatos foi uma tarefa árdua, até mesmo pela ausência de descendentes identificados como tais na região de Breves. Nesse sentido, as informações colhidas do cartório de imóveis foram de suma importância para mapear alguns desses migrantes na cidade. De antemão, posso mencionar a presença da família Athias, Baccsat, Gabbay, Roffé, Farache, Sarraf e Chocron. Destas, as três últimas foram as que encontrei descendentes vivendo nos espaços da cidade.

Segundo Benchimol (2008: 64) os fatores que levaram aos deslocamentos de centenas de judeus-marroquinos é explicado pela pobreza, fome, perseguição religiosa, discriminação, destruição de sinagogas, tendo encontrado na Amazônia durante a primeira fase da borracha a “a nova terra da promessa – a Eretz Amazônia”. A abertura do rio

Amazonas a livre navegação fator político que teria oportunizado a chegada desses grupos para a Amazônia. A grande maioria veio de lugares como Tânger, Tetuan, Fez, Rabat, Salé, Marrakesh, Arcila, Larache, Ceuta e Melilla como sendo os principais focos dos “judeus-marroquinos”.

Benchimol (2008: 92-93) mostra que os judeus foram pioneiros na abertura e ocupação da fronteira amazônica e desbravaram ao longo de rios e beiradões, pequenas cidades, vilas e povoados no período de *rush* da borracha. Assim, como muitos judeus não tinham chances de concorrer com os grupos poderosos que dominavam as praças de Belém e Manaus procuraram nas fronteiras econômicas “o seu lugar, o seu nicho e o seu lar”, dentre esses lugares estava a região de Breves para onde deslocaram famílias como Athias, Roffé Zagury, Sarrafe, Farat, Lancy e Dabbay” algumas já mencionadas acima, outras não encontrei vestígios.

Mediante essas informações inicio a apresentação dos descendentes de “judeus marroquinos” encontrados na cidade de Breves, a começar por:

2.3.1. Íria Chocron (46 anos).

Meu primeiro contato com a interlocutora aconteceu ainda no tempo em que se chamava Íria Gonçalves, quando cursamos História na mesma turma nos anos de 1990. Após o término do curso, seguimos nossos caminhos e poucas vezes nos encontramos. Acompanhava sua vida pelas redes sociais, quando verifiquei a mudança no sobrenome e postagens relacionadas ao judaísmo, fiquei surpresa e curiosa para saber sobre o ocorrido, em conversa com amigos, explicaram-me o que havia acontecido, Íria tornara-se “judia”, por isso ganhara o direito na justiça de utilizar o sobrenome do avô.

Quando passei a escolher os interlocutores da pesquisa, lembrei-me do caso de Íria, nas redes sociais, marcamos um encontro na casa de sua sogra ocorrido no dia 11/02/2016, no final da tarde. O endereço foi repassado e segui para a rua indicada no bairro Cidade Nova. Esperava-me na frente de uma casa, nos abraçamos, Íria queria me apresentar seu bebê, pois, sua vida teria sofrido uma reviravolta com o nascimento dela. Nossa conversa girou inicialmente pelos nossos filhos. Falou-me da felicidade trazida pela maternidade e perguntou pelos meus que viu ainda bebês, depois os encontrou já na condição de professora na escola em que estudavam.

O ambiente onde me recebeu era o pátio de uma casa de madeira como a maioria daquela rua, explicou-me que mora mais à frente, apontou a casa e justificou o encontro na

casa da sogra por não gostar de ficar sozinha com filha em casa, enquanto o esposo João trabalhava. Ali também podia contar com a ajuda da sogra e cunhada para cuidar de sua filha Manoela. Logo, apresentou-me sua filha de quatro meses, a peguei no colo por uns instantes e depois a levaram para a parte interna da casa.

Pedi autorização para gravar a conversa com a promessa que após a transcrição e a escrita do texto final poderíamos retirar trechos que não lhe agradasse. Ela concorda e solicito que me explique sobre sua decisão em se tornar judia, em resposta relata o processo para essa mudança.

“Quando eu fiz um trabalho sobre judeus na Amazônia, eu revi a trajetória do meu avô e decidir ser judia. A minha tia dizia o seguinte que quando ela era pequena, quando chegava o sábado, meu avô se trancava no quarto e aí ele fazia seus rituais, e elas ficavam olhando pela brecha da porta, e elas riam muito dele, diziam que era macumba, então eu fico pensando nessa dificuldade do meu avô numa vila do interior que era São Miguel, se na cidade nos dias de hoje eu enfrento muitos preconceitos pela minha tomada de decisão, ou por tentar praticar alguns rituais do Shabat, por exemplo, quando chega alguém aqui que ver as velas acesas, logo perguntam se é promessa (risos)” (Íria Chocron, 2016).

Íria refere-se a uma pesquisa realizada com os alunos do ensino médio sobre a presença de “judeus” na Amazônia como um passaporte para as mudanças na sua vida a partir da identificação com o avô Abraham Chocon, que posteriormente virou Abraham Siqueira. Na narrativa acima apresenta uma das dificuldades enfrentadas pelo avô sobre as suas práticas religiosas dificuldade que enfrenta regularmente. Sendo que dentre as três entrevistas gravadas com ela, sempre contava sobre o estranhamento das pessoas sobre os rituais religiosos praticados em sua residência.

Ela revelou que a decisão de assumir um sobrenome “judeu” não foi aceita por todos da família, sendo que as irmãs tentavam fazê-la mudar de ideia baseando-se em visões estereotipadas sobre os judeus, repassadas pela mídia sobre Israel, lugar para onde Íria sonha em viver e criar a filha dentro dos preceitos judaicos.

“Minhas irmãs quando fui registrar minha filha com o sobrenome Chocrom me diziam: não faz isso Íria, ser judeu é muito sofrido, lá para Israel esses só vivem em conflito. Uma vez vestir uma roupinha na minha filha que tinha um símbolo de Israel e elas me criticaram. Então é isso, eu estou passando por um processo, onde estou aprendendo a ser judia, por dentro me sinto judia, mas se me perguntam se sou judia ainda não me sinto à vontade para falar isso, pelo fato de não ter me convertido ao judaísmo. E assim, aqui as

peças acham tudo estranho, fazem perguntas indiscretas, melhor dizer que não, até eu ser de fato judia conforme as regras do judaísmo” (Íria Chocrom, 2016).

Íria vive um dilema entre assumir a identidade e estabelecer relações sociais com a comunidade judaica em Belém, ou ficar em Breves e continuar enfrentando os problemas com a desobediência das regras judaicas em um ambiente católico. Em nossa segunda conversa ocorrida em 10 de novembro de 2016, deixava transparecer muitas preocupações, inclusive a de mudar-se para Belém, onde está se inserindo na rotina judaica, inclusive para frequentar a sinagoga junto com a filha. Por outro lado, pensa no casamento, na estabilidade do emprego em Breves, questões que exigem muita cautela na tomada das decisões porque influenciarão de sobremaneira no futuro da família.

Assim, informou que por meio de uma rotina diária de oração e dieta alimentar procura inserir os hábitos judaicos na sua vida e da filha, em sua conversa deixou bem claro a necessidade sentida em pertencer a um grupo que partilha dos costumes judaicos e em vários momentos apresentou a forma como lida com uma dieta restrita de alimentos não existentes na cidade de Breves, aspectos apresentados no capítulo 5.

Na sequência de descendentes de “judeus” que encontrei em Breves, está uma moradora da estrada Breves-Anajás há aproximadamente 20 km de distância da cidade.

2.3.2. Dona Maria Rodrigues Farias (72 anos).

Encontrei dona Maria na sua propriedade localizada na vicinal 5, comunidade São Tomé. Um grito de minha mãe que me acompanhava logo na entrada do sítio: “Maria”! Teve um eco para dentro da floresta e de imediato obtive uma resposta: “Aqui no pimental”, nos deslocamos para lá, ao encontrar a interlocutora, uma mulher alta de pele clara e jeito alegre de se comunicar logo fomos acolhidas em meio a sua plantação e ela mostrou com orgulho suas pimenteiras, em seguida nos convidou a retornar para sua casa, seguimos o caminho de volta.

Ao chegarmos à casa dela pede-nos para sentarmos na cozinha composta por um lavatório de madeira, fogão de lenha, uma mesa, cadeiras e armário de louças, tudo muito simples, assim como a forma como Dona Maria vive. Questiono se ela se acostumou facilmente no lugar, tendo em vista que há pouco tempo mudou-se para o sítio onde a encontrei.

Ela disse: *“Não minha mana, não me acostumei ainda, eu gosto de interior, mas da margem de rio sabe”* fala isso porque seu sítio fica em uma estrada e acrescenta: *“já rodei*

muitos lugares, nós morávamos aqui no interior de Breves, há 03 horas daqui da cidade no rio Jaburuzinho, acima da Mainardi”. Perguntei se toda a família é de lá? Me responde: “É, quer dizer quando eu nasci já foi pra lá, só meu pai que não era de lá”. Nesse instante Dona Maria chega no ponto do meu interesse na conversa e digo: é sobre isso que quero falar com senhora. Ela sorri e diz: “*Há minha mana, eu só sei a história por pedaços*. Eu digo: Não se preocupe me conte somente o que a senhora lembrar, foi sua filha Marinela que me disse que a senhora era descendente de judeus.

Quem era judeu na sua família? Eu lanço a pergunta. Sua resposta é: “*Meu pai*”, indago sobre o sobrenome dele: “*Farache*”. Retomo com outro questionamento: De onde ele era? Nesse momento sua memória é ativada de forma mais consistente e passa a desenrolar os fios da trajetória da família e me diz:

“Olha eu sei assim, que meu avô veio da Jordânia, eu acho que foi no tempo da guerra, pelo o que a mamãe me contava. Então ele chegou para lá pro Jaburú e a minha avoque era cearense, já estava viúva, ela tinha 32 anos, ela já tinha um casal de filhos, ele então se engraçou dela e casaram. Ele foi um grande comerciante meu avô, da região do rio Ituí até o Aturiá, era uma ilha chama “Ilha de Santa Luzia”, lá ele viveu muito tempo e com a minha avó teve um casal de filhos, morreu a minha tia, ficou só o meu pai. Quando o meu avô morreu, eu não conheci nenhum dos dois, só conheço das histórias contadas pelo meu pai e minha mãe e das coisas que ele tinha que eu ainda vi como o engenho de açúcar, de cachaça, essas coisas assim. Outra coisa, ele não comia porco, isso eu lembro que falavam e meu pai também não comia, lembro ainda da cruz de judeu em cima da sepultura dele, era só um pau, não tinha o braço só aquele pau” (Maria Rodrigues, 2017).

Nesse instante levanta e representa com as mãos, estendendo-as além da sua altura para demonstrar o tamanho da cruz. Pergunto onde estava a sepultura de judeu, sua resposta: “*vi onde meu avô foi sepultado, lá no rio onde ele morava*”. Então indago: como era o nome do seu avô? De imediato a resposta: “*Jacob Cohen Farache e meu pai chamava-se Cantídio Farache Rodrigues*. Essas foram às referências iniciais de dona Maria à sua ascendência, diretamente ligada a uma memória sobre as histórias repassadas pelos pais e de alguns vestígios da materialidade representativa da presença do avô no rio Jaburuzinho em pouco relacionadas ao seu pertencimento, porque explicou não guardar costumes, já que sua mãe não permitiu ao pai inserí-los na cultura judaica.

Porém, suas memórias, foram importantes para reconstituir passagens da família pela região de Breves, dos contatos com outros grupos como outros grupos como o de “nordestinos”, presente nas referências sobre o casamento entre o avô “judeu” e a avó

“nordestina”. E ainda quando disse: *“O meu pai tinha contato com os Sarraf, lá no interior sempre iam na nossa casa e a gente na dele”*, na ideia de mostrar que não estavam sozinhos nos espaços de rios da região de Breves. E mediante a menção à família Sarraf, apresento uma interlocutora dessa descendência:

2.3.3. Dona Jacirema Sarraf Caetano (60 anos).

Dentre as famílias de “judeus”, em maior número e espalhados por toda a cidade. Uma delas é a dos Sarraf, com a qual comecei as primeiras aproximações através de Lídia Sarraf, ao procurá-la, contei-lhe da minha pesquisa e solicitei sua colaboração, nesse sentido ele mencionou sua mãe Maria Jacirema Sarraf Caetano seria a pessoa mais indicada para me receber, pois sabia narrar com mais detalhe a trajetória da sua família. Lídia então mediou o encontro ocorrido em sua casa no bairro Cidade Nova no dia 17 janeiro de 2017, às 16 h.

Dona Jacira como é chamada uniu-se em matrimônio a uma das famílias tradicionais da cidade: os Caetano, a qual o patriarca Genésio Caetano é um dos primeiros moradores do bairro Cidade Nova, adquiriu propriedades de terra na margem do rio Parauaú e os filhos após os casamentos foram ocupando esses espaços do bairro. A casa de Lídia fica em frente à Escola Estevão Gomes, é uma casa ampla de dois andares, embaixo é um ponto comercial e a família mora no andar superior. Bem ao lado mora a irmã Lidiane Sarraf Caetano.

Cheguei à casa de Lídia e fui conduzida a casa da irmã, onde Dona Jacira como é chamada por todos esperava na cozinha, nos cumprimentamos e sentamos ao redor da mesa. Passei então, a explicar a pesquisa como de praxe, as primeiras palavras de Dona Jacira, refletem certo receio em narrar sua experiência de vida: *“eu não lembro muita coisa sobre a família, não sei quando eles vieram para cá, tenho vagas lembranças do meu avô”*. Explico-lhe que não há necessidade de narrar sobre seus ancestrais e que pode contar a sua própria experiência de vida e o que for lembrando-se da família.

Ela inicia sua narrativa pelo nome do avô que veio do Marrocos Jacob Sarraf, comerciante casado com Léia Bothebol Sarraf, também judia: *“Veio para morar no interior era num braço do Jaburu, no Jaí, de lá do interior já foram para Belém, eles não moraram em Breves. Por isso, eu não tive muita convivência com ele”*. Dona Jacira se mostra muito preocupada e se justifica: *Na verdade, eles não eram pessoas assim de contar o histórico deles, quando eu tive convivência com ele eu era bem criança ainda* (Maria Jacirema, 2017).

No intuito de colaborar com meus estudos, Dona Jacira, pega o telefone e entra em contato com o irmão Nilson solicitando que trouxesse os documentos do pai Simão Jacob Sarraf sobre o qual relata: *O papai morava no interior, sempre foi comerciante, do interior que ele morou com o pai dele eles vieram para Amex que era o porto São José, foi lá que eu fiquei até uns sete anos de idade, no rio Tajapuru, todo tempo trabalhou com comércio de estiva* (Maria Jacirema, 2017).

Quando ele chega, conta que o pai nasceu em Breves, começamos então a conversar sobre as pessoas mais velhas da família, eles mencionam um tio ainda vivo, mas que não reside na cidade. A conversa com eles foi como montar um quebra cabeça, aos poucos algumas pistas eram apresentadas sobre a família e as vivências na região.

Lídia entrou na conversa pra justificar as informações dispersas sobre a história da família na região, explicando a dispersão dos Sarraf por todo o país fato que na opinião deles acabou distanciando o grupo familiar, por isso muitos laços foram perdidos. A conversa então envereda para os traços herdados da família, a esse respeito Dona Jacira relata uma doença: a hiperidrose que segundo ela afeta muitos membros dos Sarraf relacionando, uma herança biológica do avô repassada para as novas gerações. Uma forma encontrada por ela para mostrar que se não apresentam costumes judaicos na atualidade, mesmo assim mantém de alguma forma vínculos com os ancestrais.

Eles soam muito nas mãos e nos pés, em toda família tem um que herdou isso. Os primeiros, o meu avô, os irmãos dele, os filhos deles e alguns netos e bisnetos, são bem branco, olhos claros. O vovô era assim, alto, branco, lembro dele e o papai também (Maria Jacirema, 2017).

Portanto, a experiência com os Sarraf apresentou uma realidade encontrada com a maioria dos interlocutores “migrantes” ou descendentes, mencionadas anteriormente nas análises da narrativa do Sr. José Silva, somente se dizem nordestinos, “cearenses”, “judeus”, “portugueses”, se questionados sobre sua origem, os Sarraf não fazem referência a traços de pertencimento pela prática comum de costumes judaicos. No entanto, tem feito tentativas de organização de momentos de reunião daqueles que vivem na reunião, como o caso contado de um passeio de barco realizado há alguns anos atrás como forma de promover a interação entre eles. Notei que não houve um prosseguimento na tradição depois que Léia Bothebol Sarraf faleceu, pois como se referiu Dona Jacira: *“Ela que era mais exigente com isso de manter os costumes, tanto é que ela e o vovô foram para Belém porque era mais fácil fazer isso lá, eles foram enterrados no cemitério judaico”*.

Desse modo, assim como o caso de Íria a necessidade de pertencimento da avó de dona Jacira estava ligada a capital Belém, onde tem sinagogas e uma rotina de rituais comuns para seguir em ligação com o grupo maior de “judeus-marroquinos” estabelecidos na Amazônia. Porém, na atualidade tanto Íria quanto Dona Jacirema, se utiliza da internet para reunir seus grupos familiares como uma estratégia para estabelecerem os contatos em dia, aspecto a ser abordado no capítulo 3.

Assim, parafraseando Hall (2000: 106) na identificação dos interlocutores não há uma totalidade que os coloque como membros de grupos, “como toda prática da significação ela está sujeita ao jogo da diferença e opera por meio dela envolvendo “um trabalho discursivo, o fechamento e a marcação de fronteiras simbólicas, a produção de “efeitos de fronteiras”.

Assim, as identidades geradas a partir das narrativas em trechos específicos sobre a identificação e o pertencimento não remete “ao eu coletivo ou verdadeiro” (Hall 2000: 108), mas está pautada em diferentes momentos das trajetórias de vida dos interlocutores em que remetem ao uso do coletivo para de alguma forma identificar-se com algo diretamente ligado ao grupo étnico que pode ser um grupo familiar, um grupo religioso, um grupo de conterrâneo. Nessa linha, notei que o mais importante para eles era encontrar-se dentro de uma referência coletiva de acordo com seus anseios individuais no tempo presente. Em referência ao ocorrido com Íria Chocron, no qual sua identificação atual é bem diferente do momento em que a conheci e por esse motivo considere necessário inserir a minha relação com ela para que as identidades são móveis e como visto transformaram-se ao longo dos anos.

2.4. Os “americanos”

Sobre a presença de “americanos” na região de Breves, a referência a esse grupo, apareceram diretamente ligadas à movimentação de navios na área portuária ou nas vilas pertencentes a empresas de exportação de madeira com portos alfandegados dispersos pelos rios: Parauá (Robco, Ioschpe), Macacos (COMIG), Jaburu (Lawton). Entretanto, apesar das referências as experiências de contatos temporários com os “americanos”, em um caso específico encontrei uma referência mais consistente sobre uma família fixada no rio Jaburu: Os Lawton. Eram proprietários da empresa Lawton madeiras, instalada na região de Breves na década de 1980 abrindo falência no início dos anos 2.000.

No entanto, eles não deixaram descendentes em Breves, o que torna a constituição desse tópico diferenciado dos outros em que apresentei interlocutores da

primeira, segunda e terceira geração dos “migrantes”. Então, recompor a passagem da família Lawton no Jaburu para mostrar a influência desse grupo no lugar incluiu mudar a estratégia anterior. Em visita a vila Lawton, em busca de maiores informações sobre a presença americana no lugar encontrei duas famílias que mantiveram relações mais próximas com eles: Os Gomes e os Dias.

As informações recolhidas na entrevista com Marileide da Silva Gomes que trabalhou como babá dos filhos dos Lawton e atualmente reside na casa onde viveu a família e com o Sr. Domingos Dias atual proprietário do lugar foram inseridas no capítulo 3 desta tese e compõe parte importante para o entendimento da empresa e seus donos para a transformação das paisagens e das relações sociais no lugar.

Em Leão (2014) sob outro enfoque realizei uma abordagem sob a indústria madeireira na região focalizada nas relações de trabalho nesses ambientes, mas não pensei diretamente na questão dos contatos e interações com os “americanos” nas madeireiras. Logo, um recorte mais direcionado para a questão ampliará a abordagem, inserindo inclusive a questão da exploração dos recursos ambientais em consequência desse contato. Nesse sentido, passo para o capítulo 3 que substanciará a discussão.

CAPÍTULO 3

FLUXOS E MOVIMENTAÇÕES GLOBAIS NA CONSTITUIÇÃO DA REGIÃO DE BREVES.

Como observado até o momento, durante décadas muitas famílias de “migrantes” sob as mais diferentes motivações se deslocaram para Breves e em movimentos contínuos pelos espaços de rios, florestas e cidades se inseriram aos lugares da região, constituindo uma população “altamente diferenciada e multifacetada como toda composição social do Brasil” (Guillen 1989: 76) por meio das experiências de contatos com o “Outro” em parte recuperada nessa pesquisa através das narrativas orais dos interlocutores, documentações cartoriais e imagens (fotografias e pinturas).

Desse modo, em seguimento à argumentação destaco que os fluxos e as movimentações de “nordestinos”, “judeus”, “portugueses”, “americanos” na região de Breves servem para repensar as formas como essas experiências alteraram os ambientes e “as dinâmicas de vida dos espaços” (Certeau 1994: 41) estudados.

Portanto, tomo como direção a permanente circulação das culturas globais modernas com as locais tradicionais em um movimento dinâmico movido por conexões, influências mútuas e criatividades visibilizadas na relação com os “estrangeiros” e os navios e pela ressonância dos bens construídos nas propriedades dos “migrantes”, aspectos decisivos para o entendimento das diferenças dos modos de viver na região de Breves.

Nesses moldes, o capítulo apresenta primeiramente a movimentação de navios pela região de Breves como uma prática frequente e as interações com os tripulantes como parte das relações sociais com os moradores locais, constituindo a região como uma zona de experiências de contatos (Pratt 1999) mediada pelo interesse capitalista global de produção, mas que apresentava para os moradores a chance de adquirirem bens não existentes na região, conhecer outras práticas culturais proporcionadas pelo “estrangeiro” em fluxos pela região (Hannerz 1997).

Outro ponto mencionado são as movimentações globais por meio das tecnologias de comunicação e informação, os quais se destacaram o rádio, o telefone, a antena parabólica, o celular e a internet que permitiram as interconexões com o global em variados tempos e lugares. E, ainda ganhou destaque às movimentações dos moradores em escalas entre Belém/Breves e vice versa e pela região de Breves como parte do cotidiano dos moradores.

Por último, como parte dessas influências de diferentes lugares sobre a constituição dos ambientes locais, mereceu atenção as propriedades (casas, comércios, vilas e serrarias), entendidas como um patrimônio material intercultural capaz de revelar por meio das narrativas orais e das descrições de compra e venda de imóveis as relações de poder existentes entre os grupos nas suas ocupações pela região de Breves e ainda as influências nas formas de construir que chegaram até o presente da arquitetura local.

3.1. Os navios e os “estrangeiros” pela região.



Figura 06 – Pintura em tela da série “Breves dos anos de 1960” da artista Necy Balieiro

Em seguimento sobre as experiências dos contatos de “migrantes” pela região, parto das memórias das vivências de Necy Balieiro nos espaços da cidade de Breves na década de 1960 transformada em pinturas sobre tela, componentes da “Série Breves dos anos de 1960” conforme demonstra a imagem (fig. 06) nela é possível contemplar a arte minuciosamente detalhada em cada figura humana em contato com as outras e as paisagens da Rua Presidente Getúlio Vargas e da área portuária, deslocando-se para outros tempos e relações sociais nos quais os tripulantes dos navios “estrangeiros”, tiveram uma interação

transitória no cotidiano da cidade por meio da empresa Moinhos de Breves, posteriormente Breves Industrial Sociedade Anônima (BISA).

Em destaque na pintura está o Navio Crispim, pertencente à empresa inglesa *Booth Line*²⁵ que juntamente com seus tripulantes interagiram com as dinâmicas da cidade e mereceu conotação na composição da pintura, além do patrimônio edificado da empresa, composta pelo porto, espaço onde era realizado o transporte da madeira tipo exportação para o exterior e os diferentes prédios, incluindo galpões de armazenamento de madeiras e serraria, embora a imagem permita refletir muitos aspectos das paisagens e relações sociais da empresa BISA²⁶, para este momento dessa escrita focalizo apenas na relação dos moradores locais com os navios e os tripulantes “estrangeiros”.

Conforme dito e retomando como ponto de referência a pintura (p.118), direciono o olhar para um dos estigmas circundantes nas mídias nacionais e internacionais sobre um costume local dos moradores do entorno da cidade nas suas relações com as embarcações e os “estrangeiros”. Refiro-me a prática corriqueira de solicitar com os braços estendidos para o alto, presentes dos tripulantes dos navios como biscoitos, roupas, sapatos, brinquedos, dentre outros produtos.

Ao mostrar-me os detalhes da pintura a artista justifica a origem do costume na região dessas doações, não significando na sua concepção: “ *sinal de miséria ou exploração sexual como ocorre nos dias atuais*”, referindo-se as polêmicas constantes sobre a prostituição nos rios da região, especialmente no Tajapuru e aos estereótipos de “pedintes” ou “miseráveis” atribuídas às famílias posicionadas nas proximidades de navios e barcos no rio Parauaú.

Na opinião da artista aquele era “*um momento de adquirir produtos diferentes daqueles usualmente utilizados na região de Breves*”. Ou seja, nas suas leituras do “passado no sentido de explicar o tempo presente” (Antonacci 2009: 65), Necy em narrativas orais/visuais sobre as práticas centenárias de trocas e sociabilidades entre os moradores e

²⁵ A Booth Line foi uma empresa de navegação que fez, entre 1891 e 1946, uma das mais “exóticas” linhas do mundo, a rota Liverpool a Iquitos no Peru, navegando mil milhas no Rio Amazonas, passando por Le Havre, Porto, Lisboa, Ilha da Madeira, Belém, Manaus. A empresa operava transatlânticos pequenos e de luxo que colocavam Manaus em contato com a Europa nessa época. Nos tempos áureos da borracha os ricos de Manaus mandavam a roupa para lavanderias na Inglaterra, iam e voltavam pela Booth, o Amazonas em contato com a Europa. Era pela Booth Line que se exportava a borracha do Amazonas na época de ouro desse produto. Trata-se de uma companhia histórica ligada ao Brasil por décadas, a conexão do Amazonas com o mundo da Belle Époque (<https://jornalggn.com.br/noticia/a-celebre-empresa-de-navegacao-booth-line>). As últimas notícias do Navio Crispim data do ano de 1992 quando já estava nas mãos de proprietários holandeses e foi nomeado de *Umag St. Malo* (<https://www.franciscogomesdasilva.com.br/a-frota-amazonica-da-booth-steamship/>).

²⁵ Para abordagens das relações dos trabalhadores com a empresa BISA ver Leão (2014).

²⁶ Para abordagens das relações dos trabalhadores com a empresa BISA ver Leão (2014).

“estrangeiros” sonda e questiona o desconhecido nos horizontes dos dias atuais para dar alteridade às práticas tradicionais dos moradores das margens dos rios, esta é sem dúvida “uma forma de pluralizar a condição humana e potencializar as interações culturais” (Antonacci 2009: 65) em Breves.

A situação fez recordar momentos vividos na minha infância, a primeira vez que brinquei com uma boneca Barbie foi através de doações de navios estrangeiros posicionados no porto de uma empresa madeireira americana localizada no rio Tajapuru feitos para uma tia. Detalho que repensando a condição social dessa tia nos parâmetros de riqueza e pobreza de Breves não se tratava de uma pessoa “miserável” por bens, o marido era empregado na indústria madeireira, no entanto, estava sempre em busca de novidades ao redor dos navios.

Visto sob esse ângulo, estudar essas experiências de contatos nessa perspectiva é uma maneira de focalizar as diferenças e o agenciamento das culturas locais (Hannerz 1997: 10-18), com isso desfazer visões dominantes geradoras das contraposições: riqueza e pobreza, desenvolvido e subdesenvolvido, periferia e centro. Dicotomias capazes de gerar noções preconceituosas tão caras às representações dos moradores da região de Breves.

É necessário repensar essas visões implantadas no país para tipologizar toda uma nação sem levar em consideração as situações sociais específicas das localidades, identidades, diferenciações e hierarquias que não cabem nos conceitos sugeridos. Logo, esse parece ser um ponto crucial nessa mudança de mentalidade imposta pela mundialização da economia e padrões internacionais (Sprandel 2004: 131).

Sobre esses pontos de vista, reitero que sem a sensibilidade para “apreender” (Geertz 1989: 15-31) as culturas no ofício de etnografar a tarefa fica enrijecida em meio aos termos, categorias e conceitos se citados fora dos contextos vividos pelos envolvidos nas tramas sociais. Assim, mensurar a profundidade das obras de Neco é considerar também muitas passagens de sua vida enquanto moradora de Breves diretamente ligadas a essa presença “estrangeira”, implícitas, por exemplo, na saudade transformada em riso do irmão falecido Carlitos seu companheiro de aventuras na área portuária de Breves.

Assim, Neco ao falar da sua coleção “Breves nos anos de 1960” faz levar sempre em consideração “não apenas os eventos em si, mas tudo aquilo que o envolve, o antecede e o circunscreve” (Geertz 1989: 15-31). Uma lição dada por Geertz e sentida na prática com a interlocutora, um caminho aberto para entender todas as narrativas utilizadas nessa escrita. A cada conversa com a artista, notei o prazer em apresentar as suas telas, no presente vivido da sua residência, espaço utilizado para confeccionar as pinturas, os sentimentos ressurgem com

toda força ao serem rememorados pelas explicações das situações (re) pintadas pelos pincéis das suas memórias.

Necy vê nas suas composições a constante presença do irmão. Mas, suas lembranças não são melancólicas, ao contrário são sempre regadas a momentos divertidos envolvendo as travessuras próprias da década de 1960 quando os irmãos viveram a fase da infância nos ambientes da cidade, especialmente na interação com os “americanos”. Sobre esse ponto ela diz que em tempos de infância *“Carlitos juntamente com outros meninos da cidade subiam nos navios a convite dos tripulantes para comer bolo e assistir filmes”*, conforme argumentou Necy em conversa sobre a inspiração que compôs algumas pinturas do acervo dessa série, ainda em construção.

“No tempo em que estavam em Breves eles faziam várias filmagens pelas ruas da cidade das crianças brincando, correndo ao encontro deles, dos lugares daqui e iam embora, quando voltavam já traziam o filme com essas imagens e chamavam as crianças para assistir a bordo do navio, davam bolo, biscoito para eles, meu irmão Carlitos, comia o bolo e colocava um pedaço no bolso para trazer para a mamãe (risos)” (Necy Balieiro, 2018).

Assim, na interação com os navios enquanto “coisas” (Ingold 2012) algo além da materialidade (Miller 2013: 82) permitiu desvendar, decodificar as práticas culturais dos moradores nas experiências de contatos com seus tripulantes, por esse motivo, a separação entre material e imaterial que também suscita para um dualismo entre as pessoas e os objetos não tem sentido nessa análise, pois me ancoro na ideia de que a relação com o navio e seus tripulantes permite entender parte do que somos.

É nesse sentido que Necy ao explicar suas telas coloca-se também em perspectiva, traz consigo lembranças que redefinem as suas dinâmicas de vida no contexto de suas pinturas, grande parte como mencionado inspirada nas relações com o irmão e outras nas memórias readaptadas de sua mãe, reverenciando “complexas dimensões e experiências interculturais sobre a cidade de Breves em zonas de interação e variados contextos sociais” (Pacheco 2009: 64).

Dentro do contexto temático, porém em outros espaços da região os diálogos estabelecidos com o Sr. Augusto César Leite Barros permitiu acrescentar novos contornos às questões das experiências de contatos entre os grupos de “nordestinos”, “americanos” e os moradores naturais da região, quando em dado momento da entrevista perguntei-lhe sobre as lembranças do avô vindo do Ceará carinhosamente chamado apenas de *Vô* e foi num detalhar dos espaços de sua casa que me surpreendeu com uma lembrança.

Em suas palavras, revelou: *“No corpo da casa ficava o primeiro quarto que era onde tinha um motor de luz e um cinema, o primeiro cinema que houve em Breves, que eu lembro, o papai passava filme para o pessoal”*. Eu que estava atenta à forma como tecia suas memórias perguntei: Onde foi isso? Lá nos Macacos? Sua resposta:

“Sim! Lá nos Macacos, isso aí quem doou para ele foi um maquinista que ele tinha um vínculo, que vinha nos navios, que era compadre dele, navio norte- americano e através disso ele criou esse cinema lá, ele passava só filme americano lá para os vizinhos!” (Augusto Barros, 2017).

Leão (2014) mostra que as notícias sobre cinema datavam as décadas de 1960 a 1990, em espaços específicos da cidade, de fato essa informação permite entender de modo mais abrangente a influência dessa cultura global cinematográfica americana na região, e muito mais, denota que as relações estabelecidas com os “estrangeiros” atingia outros níveis, ultrapassando os limites das convivências casuais, de poucos dias ou horas como era comum na cidade, há naquela relação com Sr. Augusto laços mais profundos remetendo a compadrio, embora não tenha sido possível decifrar a naturalidade do envolvido.

Entre as décadas de 1960 a 1990, no que foi possível mensurar nas narrativas outras dinâmicas agora relativas à negociação de uma variedade de produtos importados, envolvendo as tripulações dos navios e os moradores da região, também movimentavam o cotidiano de Breves e localidades onde estavam implantadas as madeireiras entre embarques e desembarques da madeira tipo exportação.

A exemplo do porto alfandegado da vila de Corcovado localizada a alguns minutos da área urbana, nesse espaço negociava-se diretamente com os “estrangeiros” calças jeans, da marca Lee, perfumes franceses, biscoitos, cervejas, cigarros, uísques, tênis, tecidos, brinquedos, relógios, aparelhos de som, dentre outros produtos diretamente nos navios ancorados nos portos das empresas (Leão 2014: 69).

“Os navios paravam aqui para deixar borracha e a gente trocava com comida, eu levava limão galego e eles me davam pedaço de carne, era interessante, a gente chamava navio Duloid, era da empresa Loide brasileira, qualquer um era Duloid, então eu levava a semente da seringa, eu passava o dia todo catando a semente, depois eu levava aquele saco enorme eu entregava pra eles e eles me davam alguma coisa lá no navio, levaram muito de Corcovado, que a gente tinha muito seringal” (Vanderlei Castro) (Leão 2014:68).

Desse modo, na interação com os “estrangeiros” existia uma troca de produtos naturais da região de Breves necessários ao cotidiano da tripulação como o limão galego,

ficando a incógnita sobre a utilidade das sementes de seringa para essas pessoas descritas como moeda de troca entre os grupos pelo interlocutor.

Não posso esquecer outras relações, também já pontuadas em trabalhos anteriores e recuperadas para reforçar a presença de “estrangeiros” na cidade, sob outras expectativas relacionadas aos relacionamentos travados entre as “mulheres de programa” e os tripulantes dos navios ocorridas entre os limites dos portos e o rio Parauaú.

Isso porque mesmo com o porto controlado pela alfândega, sempre se arrumava formas de burlar as regras da fiscalização, esperavam os fiscais dormirem e subiam pelas escadas laterais dos navios e ali mantinham relações com os “estrangeiros”. “Ao entrarem nos navios, as mulheres misturavam-se à tripulação, cozinhavam, ouviam música, dançavam, namoravam, conversavam e em muitos casos permaneciam por dias a bordo até o navio partir” (Leão 2014: 112).

Nesse ponto, o navio passava a representar um espaço momentâneo de sociabilidade com outros idiomas e referências culturais, mesmo que de forma fugidia, pelos “estrangeiros”, as mulheres recebiam como pagamento pelos seus serviços, produtos importados como uísque, cigarros, relógios, dentre outros “presentes”, além de dinheiro (Leão 2014: 113.).

A noção de estrangeiro atribuída aos norte-americanos descritos por Neco e outros interlocutores da pesquisa para definir os tripulantes dos navios chamados por vezes de “estrangeiros”, outras vezes “americanos” podem ser mais bem dimensionados na interlocução com o pensamento de Simmel (1990) mediante a argumentação da provisoriedade da passagem destes pela região. Assim, conforme o autor: o “estrangeiro é a pessoa chegada hoje e que ficará amanhã, o viajante potencial, de alguma forma: embora não tenha prosseguido o seu caminho, não abandonou completamente a liberdade de ir e vir” (Simmel 1990: 53-54).

Desse modo, qualquer pessoa de outra nacionalidade da América do Norte falante da língua inglesa aparece por definição pelos interlocutores como “estrangeiro”, convergindo mais uma vez com as acepções de Simmel (1990:55) como aquele que “não tem raízes entendendo-se neste termo, não só no seu sentido material, mas também no sentido metafórico, como existência substancial enraizada em qualquer parte, se não é no espaço, ao menos num ponto do meio social” e como exposto anteriormente esse caráter genérico acabou por encobrir muitos traçados das trajetórias desse grupo pela região.

Marineide da Silva Leão Gomes professora na vila Lawton no rio Jaburu conviveu com o constante fluxo de navios “estrangeiros” ancorados no trapiche da empresa

exportadora de madeira na década de 1980 e teve a experiência de viajar em um dos navios de turismo que faziam escala na vila, conforme detalha a professora: *“Sabe aqueles navios que a gente chama de princesa aqui, navio de turismo, pois é foi em um desses que nós viajamos, eu fui junto com a família Lawton dona da vila”*. No momento em que relembra a experiência com os navios mostra no álbum da família uma fotografia de um navio, abaixo apresentado na imagem.



Figura 07 – Fotografia de navio norte-americano transatlântico ancorado na vila Lawton no rio Jaburu, década de 1980 – Arquivo: Álbum da família Gomes.

E sobre a imagem relembra: *“esse é um daqueles navios que carregam turistas, eles paravam, toda vez, aqui já era um ponto de parada”*. Então pergunto: O que os viajantes faziam quando chegavam aqui? A resposta foi: *“Eles saíam por aí, conversavam com a gente, passeavam, visitavam a escola, davam presente para os alunos, traziam muito material escolar, brinquedo para as crianças”*.

Então, fiquei curiosa, pois até aquele momento da pesquisa, não se falara de transatlânticos em uma relação direta com a população, e questionei a professora do motivo para pararem apenas naquele lugar e realizarem um tour pelo local? A professora respondeu:

“Eles paravam porque aqui era uma vila de americanos, às vezes nos navios tinha gente deles, conhecidos de lá dos Estados Unidos. Então, eles passavam dois, três dias

aqui, eles jantavam na casa deles e era assim o contato deles com o pessoal de lá e com a gente” (Marineide da S. L. Gomes, 2018).

Diante das experiências da professora em diálogo com as fotografias como ativadoras de momentos do passado, isso porque “no processo de rememoração, da lembrança, da memória propriamente dita, nós nos valemos das imagens das coisas” (Felizardo; Samain 2007: 212) é notória a relação temporária com os “americanos” nos espaços de rios e florestas, assim como ocorrido na vila de Corcovado e na cidade de Breves, reforçando as relações interculturais entre os grupos de “estrangeiros” com os naturais da região.

Nessa direção, é importante ressaltar a importância do potencial da fotografia, nesse caso, o olhar do antropólogo segundo Ribeiro (2005) tem um papel fundamental, pois ao estudar a cultura visual analisa “os códigos que são particulares em cada grupo para, a partir daí, entender como se dá a construção dessas identidades através da cultura visual produzida por cada grupo” (Ribeiro 2005, 631).

Logo, na fotografia apresentada pela professora, ela relembra a região não somente como lócus privilegiado da realização da produção da madeira, mas, sobretudo, como um objeto de reflexão, a partir das representações produzidas pelas experiências de contatos entre os moradores e os “americanos” no ambiente que cercava, embora temporárias existia uma interação não desvinculadas no contexto de análise.

Em seguimento sobre a movimentação de navios na cidade também foi visibilizada em escritos nas páginas dos periódicos da imprensa paraense a partir dos anos de 1939, em destaque na reportagem do Jornal O Estado do Pará sobre Breves. O mesmo indicou que nos portos de embarque de madeiras da região, conhecidos no Brasil e no estrangeiro aportavam diariamente, navios de todas as procedências, transatlânticos de grande tonelagem “que se abarrotavam de colossais toras de madeiras destinadas ao sul do Brasil e estrangeiro”²⁷.

Nesse sentido, a palavra “estrangeiro” no trecho do jornal ganha outra conotação, agora referente a qualquer país do exterior, o que amplia ainda mais o olhar sobre a nacionalidade desses navios geralmente vindos de diferentes lugares senão a América do Norte, pelas conversas com a artista Necy Balieiro existia os navios com tripulações da Coreia também em interação com os moradores da região.

²⁷ Informações retiradas do periódico O Estado do Pará de 09 de abril de 1939, p. 28.

Outra questão, também relacionado à presença de navios em Breves em muitos momentos era o desconhecimento sobre a profundidade dos rios e o tempo das marés pelas empresas de navegações que circulavam pelos estreitos de Breves, tornando passagens rápidas pela frente ou proximidades da cidade, forçadamente mais duradouras em decorrência do encalhe dos navios nos rios.

Foi o que registrou o Jornal Província do Pará em 1954, em reportagem intitulada: “Encalhado em Breves o Cantuária”, o navio pertencia à empresa Loide Brasileiro com saída registrada de Belém e destino Manaus, conduzindo passageiros e cargas, “há dois dias, à altura do Furo Grande encalhou na lama navio Cantuária (Estreito de Breves)”. Sendo “necessário o auxílio de outro navio denominado “Iguatemi” da mesma empresa ser enviado para auxiliar a embarcação”²⁸.

Em outros contextos espaços-temporais, o trecho da narrativa de Isaac Athias que viveu no rio Itaquara no século XIX e meados do XX, retirado do texto de Blay (2008) também é revelador de traços das relações existentes de uma família de judeus marroquinos em constantes fluxos pelos rios, igarapés da região de Breves e a capital Belém.

Eu sou descendente de judeus marroquinos; meu pai é de Rabad e minha mãe de Arzilia, no Marrocos. Eles estão no Brasil desde 1880, vieram “fazer a América”, como se dizia. Não era uma imigração forçada, as pessoas vinham com a ideia de adquirir alguns recursos e voltar, o que não aconteceu, pois acabaram ficando aqui, se enraizando. Meus pais se casaram no Brasil e somos nove irmãos: Maluf, Alegria, Nina, Isaac, Moisés, Jacob, Nori e José. Estamos na 4ª geração e a maioria ficou em Belém do Pará (Blay 2008:48).

A trajetória dos Athias para Breves converge com a de outras famílias em toda a Amazônia, estabelecidas por volta de 1850 quando o “boom da borracha ainda não havia atingido o *momentum*”. “A maioria provinha do norte da África, no caso de Breves especialmente de Tanger, Tetuan no Marrocos”. Pertenciam “a comunidades sefaraditas (do hebraico Sefarad – que significa espanhol) vieram ainda de Lisboa e outras cidades portuguesas” (Bentes 1987: 377).

Em seguimento a história da família Isaac Athias explica:

²⁸ Conforme o jornal Província do Pará do dia 08 de agosto de 1954.

Nasci em 1908, em Belém, nós morávamos no interior do Pará, em Breves. Fiz meu curso primário no interior, com viagens prolongadas. [...] as escolas eram distantes e se ia remando em pequenas embarcações até chegar à escola [...]. Meu pai era seringalista, isto é, tinha um barracão, comprava as pranchas de borracha, e os seringueiros eram aviados por ele. Depois a borracha ia para o aviador que a exportava para a Inglaterra. Nós morávamos no interior e só havia ligação com Belém a cada 15 dias, quando passava a gaiola que era uma pequena embarcação. De Breves a Belém levava umas 36 horas (Blay 2008:48).

Segundo informações retiradas dos documentos cartoriais a família Athias tinha uma propriedade de terras denominada “Livramento do Itaquara” constituída por um barracão como mencionado na narrativa de Isaac Athias e um casarão que servia de moradia e comércio. E em conversa com o Sr. Juarez, ressaltou os momentos de convivência entre as famílias:

“Meu pai vendeu muita seringa para Fortunato Athias, eu não cheguei a conhecer ele, meu pai sim, mas conheci o filho dele, Isaac Athias fazia negócio com ele, era casado com uma prima minha, a gente comprava no comércio dele e também vendia borracha para eles, depois foram embora para Macapá” (Juarez Cavalcante, 2016).

Nesse caso, as narrativas, trazem à tona relacionamentos travados não somente na região de Breves, mas ligados a contextos mais amplos, incluindo a metrópole Belém que segundo o Sr. Juarez mediava à venda do produto para a Europa, principal mercado interessado na borracha extraída das florestas do Itaquara pelas mãos de seringueiros nordestinos e moradores naturais da região para produzir pneus e outros utensílios.

A narrativa de Isaac Athias (p. 126), portanto retoma o recorte temporal dos tempos da primeira fase de exploração e exportação da borracha na Amazônia no mercado internacional destacando-se as estratégias de sobrevivência da família em consequência do final da Primeira Guerra Mundial.

Nesse sentido, para uma melhor compreensão do contexto em que os Athias e dezenas de outros grupos estavam inseridos, é necessário voltar à atenção aos motivos da crise no mercado brasileiro ocasionado dentre outros pela queda do preço da borracha decorrente da competição do produto na Malásia sob as explicações de Weinstein (1993). “Tal fator ocorreu devido ao empreendimento de botânicos e de empresários britânicos nas plantações de *havea brasiliensis* na Ásia, que após duas décadas de investimentos começaram a produzir borracha em quantidades consideráveis” (Weinstein 1993: 248).

O resultado imediato da concorrência da borracha asiática no mercado internacional instigou a “constituição de corporações desejosas de garantir uma fatia da nova prosperidade da borracha, e esses investimentos empurraram para cima os preços do produto em todo mundo industrial” (Weinstein 1993: 248). O efeito da onda frenética de investidores da borracha de cultivo alavancou a nova técnica. Entretanto, iniciou a decadência dos negócios da borracha silvestre da Amazônia.

A preferência pela borracha cultivada no mercado europeu relacionava-se principalmente ao tempo de maturidade das árvores para cultivo que era de cinco a oito anos. Outra era “as condições nos protetorados britânicos da Ásia extremamente favoráveis às atividades de cultivo não havendo qualquer burocracia na ocupação das terras”. Sem falar “nos direitos de exportação baixos ou inexistentes, transporte com baixo custo, bem diferente da Amazônia e a mão-de-obra barata” (Weinstein 1993:248). Assim, comerciantes como o Sr. Fortunato Athias foram esmagados por mais esse desafio, nada podiam fazer senão observar como o Pará região, outrora uma potente produtora, “se tornava uma participante marginal da economia da borracha” (Weinstein 1993:248).

Essa “longa decadência” da borracha atingiu diretamente os negócios de Fortunato Athias que a exemplo da maioria dos pequenos comerciantes judeus espalhados pelas margens dos rios da Amazônia foram à ruína, tendo em vista seus negócios estarem exclusivamente ligados a esse comércio, diferentemente dos “nordestinos” e “portugueses” como as famílias Félix e Cavalcante envolvidos em negócios variados.

Meu pai perdeu tudo com a guerra de 1914. Porque o principal produto era a borracha [...] Mais ou menos nesta época minha mãe foi visitar a minha avó em Belém, estava muito necessitada e a minha avó lhe deu 50 mil-réis, me parece [...] Mas ela queria aprender qualquer “indústria”, não sabia o que é pedir. Então, passando numa rua, viu uma placa de um professor e entrou.

- Mas o que a Sra. quer aprender?

- Eu não sei...

- Onde é que a Sra. mora? O que tem lá?

- Moro no interior, lá tem muitos roçados, tem aquela queima que forma cinzas, tem frutas oleaginosas...

- Então a Sra. vai aprender a fazer sabão, porque a Sra. tem todos os elementos locais, só leva da capital a soda cáustica.

Ela então comprou um tambor de soda cáustica, e começou a fazer sabão. Quando se queimava o roçado no interior, juntávamos a cinza para tirar a lixívia para fazer o sabão; e das frutas oleaginosas, o sebo e o óleo, que eram a base para o sabão. Nós colhíamos estas frutas quando íamos para a escola. Depois, quando aumentou a venda comprávamos dos caboclos. Primeiro se fazia o sabão cameçá, pastoso. Depois foi aperfeiçoando. Meu irmão Abrão foi a Belém e

uma fábrica aprendeu a fabricar sabão e aí junto com minha mãe montou uma pequena indústria. E desta indústria então é que saiu a possibilidade de irmos a Belém. Porque então já tínhamos condições de pagar cinco mil-réis por mês de hospedagem na casa do Professor (Blay 2008:48).

Os momentos da trajetória da família Athias lembradas por Isaac Athias e reelaboradas nos escritos de Blay (2008) e ainda nas narrativas de Juarez Cavalcante permitem mapear alguns traços da complexidade, polissemia e fluidez dos grupos em fluxo pela região de Breves, desdobrados em estratégias de uma mulher para ultrapassar a crise e manter a educação dos filhos em Belém.

Na narrativa de Isaac Athias é possível notar ainda os contatos mantidos com uma diversidade de outras pessoas em fluxos pelos rios de Breves através de barcos, navios gaiolas, ou navios “estrangeiros” ancorados momentaneamente ou em passagens rápidas pela cidade e vilas que transportavam diversos produtos, como o sabão produzido na fábrica dos Athias, ou a borracha na primeira fase de negociação do produto no Brasil, além de pessoas de diferentes lugares.

Desta forma, segundo Alencar (2009: 185) pelas vias fluviais no século XIX e XX era escoada a produção dos trabalhadores espalhados pelo “interior da Amazônia”. Desta feita, “as empresas de navegação, diretamente vinculadas às empresas estrangeiras que investiram na indústria extrativa da borracha desempenharam um papel importante nesse processo” de ocupação da Amazônia.

Sendo que essa movimentação como já apresentado envolvia não somente as empresas de navegação, Íria Chocron ao recontar as histórias do avô Abraham Chocron repassadas pelas tias à nova geração de descendentes explicou que no começo dos negócios estabelecidos na Vila São Miguel do rio Macacos, antes de montar uma casa de comércio na referida localidade, deslocar-se pelos rios da região em constante ir e vir era uma prática comum ao avô graças ao trabalho de regatão por ele realizado décadas a fio: “*Meu avô era regatão e vendia produtos de lá da terra dele lá nos Macacos*”.

Essa prática de comércio foi largamente utilizada pelos judeus na região amazônica que se utilizando de embarcações “conhecidas como batelões e igarités revendiam mercadorias nos distantes seringais em troca de borracha, castanha, bálsamo de copaíba, sorva, balata, ucuquirana, peles e couros de animais silvestres, dentre outros gêneros regionais de exportação”. Acabavam por desafiar “o grande poder e o monopólio dos

aviadores portugueses e dos coronéis nordestinos representantes das elites dominantes que fechavam os rios e eram donos da praça” (Benchimol 2008: 85).

Nesse ofício Abraham Chocron nas explicações relembradas pela interlocutora apresentava aos moradores da região dos Macacos a oportunidade de adquirirem mercadorias originárias do Marrocos para atender uma clientela na qual incluía muitos dos seus conterrâneos e os demais moradores ali residentes.

Em síntese, diante dessas argumentações, parafraseando Sahlins (1990) afirmo que cada sociedade à sua maneira, reage ao “estrangeiro” de acordo com suas auto concepções e habituais interesses. Isso significa que não há somente passividade diante das experiências de contato entre os grupos, pois a partir dos arranjos ou estratégias locais em uma ordem global os povos construíram suas narrativas históricas (Sahlins 1990:19). Ou seja, se os povos “subjugados” não podem controlar facilmente aquilo que emana da cultura dominante, eles efetivamente determinam, em graus variáveis, o que absorvem em sua própria cultura e no que a utilizam.

3.2. “Migrantes” e descendentes em outras conexões

3.2.1. Trânsitos entre Belém/Breves e Breves/Belém

Em continuação a temática das movimentações de barcos, pessoas e ideias pela região, mas agora em uma escala mais reduzida. Destaco que nos dias em que estive na comunidade Santa Rita, atual denominação do antigo Porto Cumarú na região do Mapuá, no mês de abril do ano de 2016, pude presenciar a movimentação constante nesse porto nas noites em que as embarcações fazem escala, um movimento peculiar, envolvendo conversas e negociações de mercadorias ressoavam no silêncio da noite, mantendo-me acordada e atenta aos barulhos das proximidades da residência onde estava hospedada. O silêncio somente era restaurado com a partida das pessoas para as localidades onde residiam.

O Sr. José Serafim do Nascimento explicou que na região do Mapuá em tempos compreendidos entre as décadas de 1950 a 1970, pessoas, mercadorias e ideias chegavam dos mais diferentes espaços até o porto Cumarú por meio de barcos maiores, espécie de linha de escala e entreposto comercial para desembarque de uma série de mercadorias e pessoas que de lá seguiam em embarcações menores para o Baixo Mapuá.

“Eu lembro que tinha um navio que comprava morototó, uma madeira branca, retirada do Mapuá que era para fazer palito de fósforo, tinha muito essa madeira lá e eles

vinham comprar, umas 130 a 200 toras, navios que vinham de Belém, eles faziam palito da fábrica Grão Pará” (José Serafim do Nascimento, 2017).

Observa-se por meio do trecho da narrativa do Sr. José Serafim do Nascimento que as relações de viagem entre pessoas e produtos nesse caso estavam diretamente ligadas aos constantes deslocamentos para a capital Belém. Assim como nas narrativas sobre os Athias exibidas anteriormente, a informação sobre o Mapuá também permite mensurar a importância de Belém como lócus privilegiado para a análise desses processos, pois era e ainda é através da metrópole que os produtos se espriam para o interior, nesse caso Breves e as cidades vizinhas.

Entretanto, as movimentações de embarcações de Belém ultrapassavam a utilidade de abastecimento de produtos como o fósforo ou outras mercadorias estavam diretamente atrelados à troca de bens e serviços não existentes em Breves. Portanto, ter acesso a esse conjunto de bens oferecidos pela capital possibilitava distinguir a diferença de classes entre os grupos de migrantes e descendentes e com isso mensurar a presença dos grupos ditos de “elite” e os de classes mais baixas é uma das formas de demonstrar o status de elite na região era por meio da prática de estudar e ter residência fixa em Belém.

O Sr. Antônio Félix, morador do rio Aramã na confluência com o Mapuá, filho de Sebastião Horta Félix, neto de Constantino Martins Félix, já apresentado no capítulo 2 é herdeiro de práticas e hábitos forjados nesses fluxos pelos rios entre Breves e Belém com o pretexto de dar continuidade aos estudos em carência nos tempos de adolescência em Breves.

Tal privilégio lhe era oferecido porque os avós e pais trabalharam como negociantes nessa região onde fizeram fortuna com o aviamento de produtos da floresta como borracha e madeira desde o início do século XX, permitindo-lhes adquirir bens na capital, como visto nas palavras do interlocutor. Sua narrativa também demonstra as relações sociais ligadas a contextos mais amplos e a outra característica de grupos de elite na região: a qualificação dos filhos diretamente relacionada à capital do Estado e empreendimentos comerciais na cidade de Breves, como reafirmado a seguir:

“A gente morou primeiro na vila Amélia e depois o vovô veio comprando para os filhos novas terras e a família foi se expandindo. Eu morei por pouco tempo lá no Cantagalo (vila), a gente ia em tempos de férias para lá, a gente morava em Belém. A família tinha casa em Breves, mas fomos para Belém, até hoje a gente tem a casa na cidade velha que meu pai comprou pra nós” (Antônio Félix, 2016).

Os filhos mais novos de Sebastião Horta Félix estudavam em Belém e montaram drogarias na cidade de Breves. Tradição repassada para as outras gerações, como é o caso da

filha do Sr. Antônio que fazia faculdade no momento da pesquisa na capital, por esse motivo sua esposa se deslocava constantemente do rio Aramã na intenção de acompanhar o cotidiano da estudante.

Outro morador o Sr. Joaquim Santos do Nascimento nascido no Mapuá, residente na localidade denominada São Gabriel, neto do nordestino Antônio Joaquim Nascimento, negociante da região advindo do Ceará nos finais do século XIX para o Porto Cumaru também reafirma o sinal de status social presente na experiência de estudar em Belém em colégios tradicionais.

Entretanto, com um desfecho diferenciado dos herdeiros do português Constantino Félix marcando uma das diferenças sociais entre portugueses e nordestinos, para o Sr. Joaquim não foi possível concluir os estudos na capital, em vista da condição financeira da segunda geração da família não conseguir manter o padrão de riqueza do avô patrão da borracha no Mapuá.

“Eu completei a 5ª série para Belém no Colégio do Carmo²⁹, tinha para interno e externo, eu fui externo, eu fui estudar, fazer o primário para lá, vinha só nas férias. Meu avô comprou uma casa lá para nós. Não cheguei a estudar em Breves, mas meus irmãos e primos estudaram. Depois tive que voltar pra cá para ajudar meu pai, os meus irmãos eram todos pequenos e não concluí os estudos porque precisava trabalhar” (Joaquim Santos do Nascimento, 2017).

Dessa maneira, nascer nos espaços de rios e florestas e estudar na capital também foram pontos lembrados na entrevista com Emilia Fona Nunes relacionada à presença da família na região do rio Oléria. Nas suas memórias as tias, filhas do segundo casamento da avó Emilia Fernandes Nunes com o português Antônio Nunes viveram outra realidade diferentemente do seu pai Alberto Nunes filho do primeiro casamento com João Antônio Nunes, quanto a isso pondera:

“Minhas tias filhas do avô Antônio tiveram vida de rica, moravam com minha avó em Belém em uma mansão na cidade velha, estudavam nos melhores colégios, todas elas são bem de vida até hoje, o meu avô era um homem rico, eles souberam usufruir dessa riqueza, foi só o papai que ficou aqui lá no terreno do interior deixado pelo vovô João Nunes que o resto não fez questão, essa foi a parte da herança dele” (Emilia Fona, 2018).

²⁹ Colégio Salesiano Nossa Senhora do Carmo está localizado às margens da baía do Guajará, no bairro da Cidade Velha em Belém do Pará, funcionava no convento do Maranhão e foi transferido para Belém em 1727, destacando-se como uma referência no ensino das classes altas e médias na capital paraense por longas décadas. (http://www.carmobelém.org.br/conteudo_fixo/detalhe/39/nossa-historia).

E sobre a tradição dos filhos estudarem em Belém perguntei se o pai dela não tinha feito o mesmo que os outros irmãos, ela respondeu: *“Sim, sim o vovô colocou ele para estudar em colégio interno lá, mas ele fugiu, veio de volta para o interior, não quis estudar lá, não se acostumou”*, relacionando a falta de estudo do pai como uma opção pessoal e não na negação de oportunidades por parte da família.

A experiência do Sr. José Silva em processo migratório de sua terra natal para a região experimentou diferentes fluxos: primeiro do Ceará para Macapá de avião, depois para Belém e Breves de barco. E após viver muitos anos em Breves, deslocou-se novamente de barco para a capital, na intenção de oferecer oportunidades para os filhos estudarem, algo não ocorrido na sua vida.

Em Breves o ensino chegava até o nível ginásial, por esse motivo explicou: *“Quando os meninos terminaram o ginásio precisava passar para o segundo grau fomos para Belém. Mas, os rapazes vieram tudo embora para jogar bola aqui, nenhum se formou, os que se formaram ficaram lá”*. Em complemento observa que uma de suas filhas formou-se arquiteta em Belém e depois retornou para Breves.

A experiência da família de Íria Chocron também ganha espaço nesse ponto da discussão quando a mesma mencionou as constantes idas e voltas do avô entre Belém e Breves, isso porque seus filhos residentes na vila de São Miguel dos Macacos também tiveram a experiência de estudar em Belém. As histórias repassadas para os descendentes demonstraram uma experiência segundo a interlocutora “frustrada”, conforme explicou a interlocutora:

“A experiência de mandar os filhos os filhos dele para estudar em Belém não foi bem sucedida porque aquela altura, os meninos já tinham sido doutrinados no catolicismo pela minha avó, assim eles foram enviados para o pensionato da Dona Sol Israel que educava crianças judias especialmente as do interior, filhas de judeus, mas os meninos fugiram e ele teve que trazer de volta para o rio Macacos” (Íria Chocron, 2017).

Vimos então, que frequentemente Belém ofereceu produtos e serviços não contemplados até a atualidade em Breves, especialmente relacionados à oferta de cursos universitários considerados de elite como Direito, Engenharia, Medicina, Arquitetura, dentre outros. Embora em Breves exista uma oferta de cursos universitários ofertados desde a década de 1980 com a implantação da Universidade Federal do Pará, porém os cursos são na área educacional e não despertam o interesse dos grupos economicamente mais abastados da região, preferindo perpetuar essa prática de manter os filhos estudando na capital do estado.

Desse modo, ter a possibilidade de estudar ou viver em Belém parece ter sido um elemento de distinção social de algumas famílias de migrantes, sendo o fluxo pelos rios e as condições de mobilidade por meio de navios e barcos da linha ou particulares o elemento de ligação para realizar as aspirações das famílias de proprietários de terras da região, comerciantes e madeireiros, dentre outros.

Dona Jacirema Sarraf Caetano moradora da cidade de Breves, descendente de judeus marroquinos deslocados para o rio Tajapurú traz entre suas lembranças a realidade das mobilidades do pai Simão Sarraf ocorridas entre os espaços de rios e a cidade de Breves na intenção por um lado de acompanhar a educação dos filhos e de outro lado expandir seus negócios para a cidade.

“Meu pai tinha um barco grande, ele tinha um comércio em frente à vila Mainardi, morava para lá, mas nós morávamos aqui, eu me lembro que ele comprou quando eu era pequena uma casa para gente vir estudar, a mamãe ficou aqui com a gente, ele ainda botou um comércio bem no lado de casa, onde é a oficina do meu irmão agora, um comércio sortido” (Maria Jacirema Sarraf, 2017).

Esse trânsito entre diferentes locais pelos rios ainda é evidente no cotidiano do descendente de paraibano Sr. Juarez Cavalcante que disse morar em duas residências uma na cidade e outra no rio Itaquara, adquiriu a casa em Breves quando a cidade estava em expansão na década de 1960, conseguindo um local privilegiado no bairro Centro onde vive com os filhos e mantém negócios na propriedade.

A necessidade de dar seguimento à educação dos filhos foi o principal motivo para adquirir o imóvel e optar pelas constantes idas e vindas entre a região do Itaquara e a cidade. Mencionou ainda que deslocar-se pela região foi uma prática constante que marcou a sua infância, pois os pais estavam sempre à procura de melhores lugares para viver, esquivando-se da exploração dos seringalistas da região, por conta disso demoraram a se fixar na localidade atual do Itaquara.

“A gente ia trabalhar numa localidade, mas não dava certo por causa que a terra não era nossa, então estava sempre se mudando para outra terra em busca de melhoria, mas sempre trabalhando com a seringa, fomos morar lá no Buissú com os Gabay, mas não deu certo, fomos para o Curumu, depois fomos para o Itaquara, foi então que meu pai disse que ia comprar um terreno para ficar definitivo, ele comprou um terreno e até hoje eu moro lá” (Juarez Cavalcante, 2016).

Nesse sentido, a narrativa do Sr. Juarez permite reafirmar que os deslocamentos estavam sempre atrelados aos interesses do seu grupo familiar, nesse caso pais, irmãos e dois

tios. Além de Breves viajava constantemente para Almerim onde morava um dos irmãos, *“uma vez levei a mamãe para lá e ela adoeceu e morreu pra lá”*. Com a morte de sua mãe, o pai ficou desgostoso e pediu então que quando morresse fosse enterrado perto da esposa, *“ele ficou assim: parava comigo no Itaquara, ia para Almerim e ficou viajando, pediu uma lancha e eu comprei, eu fazia toda a vontade dele, ele morreu para Almerim”*.

Em suma, até aqui foi possível notar certa distinção social acompanhando o processo de formação dos grupos de migrantes: os portugueses e descendentes preferiam enviar os filhos para estudar na capital Belém, nordestinos e judeus da família Chocron também adotaram essa prática com diferenças no desfecho final das experiências e os Sarraf no que nos permitido verificar optaram pela continuidade dos estudos na cidade de Breves, diferenciando-se dos Athias representado por Merian Roffé Athias (p. 129) a matriarca da família comprometida com a educação dos filhos na linha judaica desdobrou-se para mantê-los estudando em Belém em locais especiais para judeus.

Em contraponto com a atualidade de Breves, as camadas sociais menos favorecidas economicamente da região sem condições financeiras de colocar os filhos para estudar em Belém, na qual se incluem muitos descendentes de nordestinos e portugueses localizados nos espaços de rios e florestas se utilizam bastante do ensino universitário público e particular da cidade, ou ainda dos tratamentos de saúde no Hospital Regional, Clínicas particulares, serviços das agências bancárias e de correios localizado nos espaços da cidade, fator significativo para o aumento do fluxo de pessoas em embarcações pelos rios da região, uma realidade acompanhada de perto nos dias de pesquisa.

Dona Vitória Nogueira é uma dessas pessoas, na conversa realizada na sua residência no Mapuá lembrou-se de um compromisso médico agendado em Breves na semana que a visitei no mês de novembro do ano de 2017. Disse-me não gostar dessa mobilidade pelos rios por diferentes situações, dentre elas *“a quentura e a viagem demorada nos barcos”* que perfazem o trajeto Mapuá/Breves, queixou-se ainda da música alta e superlotação dessas embarcações, no entanto, ressaltou a necessidade de cuidar de um problema de saúde e da insistência da filha para realizar tal tratamento.

Explicou ainda se utilizar dos serviços do sistema bancário e que anualmente precisa fazer o recadastramento da sua conta, uma prática necessária para aposentados, assim é obrigada a viajar para Breves, quanto ao recebimento do salário de aposentadoria ressaltou: *“não vou minha filha, tenho uma pessoa que faz isso direitinho para mim e traz o dinheiro certinho, sem faltar uma moeda”*. Estratégia muito comum para poupar os mais idosos das viagens cansativas como observado pela interlocutora.

Dona Laura ex-moradora da Vila São Miguel alimentada pelas expectativas de uma vida mais próspera no meio da floresta se deparou com outras realidades ao chegar à região, dentre elas a da mobilidade. Na sua narrativa afirmou que o trajeto de Belém para Breves de barco durava em média dois dias de viagem para atravessar a Baía do Marajó e percorrer dezenas de rios do estreito de Breves até chegar ao destino final. Algo muito comum até meados dos anos de 1990, quando navios mais ágeis entraram no circuito Breves/Belém e Belém/Breves, encurtando a viagem geralmente em 12 h, sendo que na atualidade existem embarcações fazendo o trajeto para a cidade em 7 ou 8 h.

Dessa forma, ao mudar-se para a vila de São Miguel a sua rota passou a incluir com maior regularidade que Belém viagens pelos rios da região até a cidade de Breves, espaço onde interagiu com os moradores e tinha a chance de mostrar conhecimentos adquiridos no ofício de professora para além da esfera local.

“Eu participava muito das coisas daqui, eu vinha para Breves, prestar conta, porque eu tinha total poder, lá na escola do São Miguel tinha secretaria da escola, documentos, tudo era eu que resolvia, tudo passava por mim. Mas, eu também tinha grupos de dança, eu vinha aqui em Breves fazer apresentações. Sabe que até hoje o seu Vavá não esqueceu, eu tinha um grupo de dança folclórica e um grupo de dança de ginástica rítmica, sempre quando eu vou à lanchonete, ele é gaiato, ele diz: ah vocês não viram a professora Laura quando ela era novinha, ela veio fazer umas apresentações aqui no MAC, ela dançava na pontinha do pé” (Laura Rosa, 2017).

Assim, participar das atividades sociais em Breves como está demarcado na fala de Dona Laura, é ainda uma forma de destacar o seu status na cidade, significando dessa forma uma rede de contatos ampliada a cada lugar que passava. Portanto, a sua narrativa inclui a Vila São Miguel como produtora cultural em interações com os moradores da cidade. Refiro-me ao momento em que Dona Laura destaca as apresentações dos grupos de danças folclóricas e ginástica rítmica, uma prática esportiva da Europa (França) na sede do Municipal Atlético Club (MAC), um das principais casas de festa da cidade do período, como forma de interconectar as relações entre o espaço global e local.

Visto desse modo, “os elementos fluviais permitiram a mulheres e homens de matrizes multiétnicas, descobrirem saídas para sustentar vidas, alinhar identidades, saberes e crenças” (Pacheco 2009: 411). Logo, durante muitas décadas foram às embarcações em navegação pelos mares, rios, igarapés e lagoas que interconectaram a região com a capital Belém e de lá com o mundo.

3.2.2. As tecnologias globais no contexto local

Em diálogo com as ideias anteriores, afirmo que espaços, tempos e tecnologias diferentes, as conexões sempre existiram na região de Breves e foram reelaboradas nas experiências de contatos entre pessoas de diferentes grupos étnicos. Assim, o mundo sempre foi global e implica interações de várias ordens e intensidades (Appadurai 2004: 43) e de forma alguma podem ser pensados desarticulados ou isoladamente.

Então, na pauta das interconexões entre grupos de vários lugares do planeta por meio de variadas tecnologias direciono essa discussão, para isso apresento a experiência da família Rendeiro na década de 1960 como uma forma de reforçar essas ideias desfechadas sobre as interconexões constantes entre os moradores locais e as realidades globais por meio do rádio. Relembrado pelo Sr. Francisco Rendeiro:

“O papai toda terça feira oito horas da noite, sabia notícias de um irmão dele que morava nos Estados Unidos, não, não, na Inglaterra através do rádio, a voz da América e pegava bem aqui em Breves. Isso porque naquele tempo o sinal de rádio era muito bom aqui, pegava limpo, então ele passava mensagem de lá pela voz da América e a gente ficava escutando, não tinha resposta né, que era no rádio. Aí o locutor dizia: Olha Brito, estou bem e tal e a família também. Era um programa igual o da rádio clube que apresentava as notícias do interior, a voz do Brasil, era quase uma hora de noticiário, era o único meio que a gente tinha de comunicação para saber notícia do interior e assim esse meu tio fazia só que da Inglaterra” (Francisco Rendeiro, 2017).

Dessa maneira, assim como o cinema apresentado anteriormente o sistema moderno de comunicação das sociedades ocidentais utilizando-se de tecnologias do som e da imagem acolheu no campo do audiovisual sob a forma do receptor um mundo em fluxo, ou seja, “fatos e coisas reapresentadas a partir da simulação de um tempo real, na verdade outra modalidade de representação” (Sodré 2002: 16) permitindo aos moradores de Breves no arquipélago de Marajó um elo com outros espaços e culturas.

Então, da década de 1960 para a atualidade da pesquisa revelaram-se conexões globais na região de formas diferenciadas, fossem como mencionado anteriormente através das narrativas sobre as experiências de contatos interculturais culturais ao longo de décadas através dos navios e na relação com seus tripulantes de outras culturas ou nos constantes deslocamentos e fluxos migratórios para a região de Breves.

Ou ainda, nas conexões atuais com o uso da internet via satélite, a TV a cabo encontradas nas residências dos interlocutores e nas escolas dispersas nos diferentes trechos do rio e braços desse rio, como demonstra a fotografia (fig.07) a seguir:



Figura 08 – Fotografia de Crianças assistindo TV na comunidade Nsra. de Nazaré – Mapuá, 2015 – Arquivo: Dione Leão

A imagem capturada na comunidade Nossa Senhora de Nazaré de propriedade da família Horta mostra momentos em que seis crianças do mesmo grupo de idade assistem TV, uma cena cotidiana recente marcada pelas conexões tecnológicas de comunicação que “revolucionam” os novos modos de agir e pensar das pessoas do lugar, inserindo-as em contextos globalizados. Nesse sentido, imagens envolvendo antenas parabólicas assim como outras tecnologias estão semeadas em toda a Amazônia e são indicadores da velocidade de conexões das mensagens e o não isolamento das comunidades e vilas às margens de rios e no interior das florestas que compõem essa vasta região.

Isso porque a televisão integrada ao ciberespaço passa a não funcionar mais segundo o princípio da programação por horário ou grade de programação das emissoras abertas explorando outras possibilidades. Em vista do uso das antenas parabólicas “o horário nobre não é determinado pela emissora e sim pelo usuário, que terá o poder de escolha tanto de horário como de peça audiovisual. As peças audiovisuais são disponibilizadas no portal, o usuário acessa e assiste o conteúdo de seu interesse” (Afinni 2007: 10).

Estar atento a essas movimentações nos discursos globais entre os descendentes de migrantes estudados implica também teorizar os modos como o espaço desses descendentes de migrantes portugueses está sendo reterritorializado no mundo contemporâneo. “Uma vez que a localização física e o território físico, durante tanto tempo a única grade sobre a qual a diferença cultural podia ser desenhada, precisa ser substituída por grades múltiplas que nos permitam ver conexão e contiguidade” (Gupta e Ferguson 1992: 47).

Na pesquisa as conexões em redes se constituíram como uma forma de estabelecer contatos em diferentes lugares do mundo e também uma saída para encontros entre gerações familiares desligados pelas distâncias físicas, ou até mesmo a oportunidade para descobertas sobre a ancestralidade das famílias, “um lembrete da importância da interação para desenvolver novos arranjos culturais e agência” (Tsing 2005: 4-5).

Foi o ocorrido com a família Sarraf descendente de judeus marroquinos que devido à dispersão de seus membros por toda a região acabou distanciando o grupo familiar, o uso da rede social *Orkut* na primeira década dos anos 2000, restabeleceu muitos laços perdidos pela falta de contato físico.

“A família é muito grande, eles não se conhecem mais, perderam as relações, a gente está se encontrando agora pelas redes sociais, porque a família Sarraf é só uma, mas foram casando, tendo muitos filhos e aumentou muito, então a gente não se conhece. Tem Sarraf em Altamira, em Monte Alegre, São Paulo, é tudo só uma família. Os que vão nascendo, não se conhecem mais” (Lídia Sarraf, 2017).

Íria Chocron também refez parte das redes familiares através do *Facebook*, nesse espaço reconectou fios de sua ancestralidade. Entre uma pista e outra conheceu pessoas, lugares e suas origens judaicas. As experiências de contatos estabelecidas abriram as portas para a inserção na comunidade judaica de Belém e o início dos estudos sobre a religião. A interlocutora frequentemente se desloca para a capital no intuito de manter laços com o grupo no qual se sente incluída. Utiliza-se ainda dos usos da internet para acompanhar momentos de orações *on line* com sinagogas de outros locais para manter uma rotina em uma família predominantemente católica.

Quanto à realidade vivenciada pelas interlocutoras, “temos na conectividade oferecida pela Internet desde aproximadamente o ano de 2004 com a criação das comunidades online denominadas de redes sociais” (Silva Filho 2010: 79) uma janela aberta para a interação social entre grupos dispersos fisicamente, porém ligados por interesses pessoais, nesse caso ligadas ao pertencimento étnico.

Esse espaço de interação social virtual surge no contexto da experiência da interlocutora “de um mundo paralelo investido de uma moralidade utópica, que sugere formas compensatórias de solidariedade, oscilantes entre uma religiosidade indefinida e interatividade democrática entre indivíduos virtualmente próximos, mas afetivamente distantes” (Sodré 2002: 81). Porém, há de se levar em conta que esses novos relacionamentos transformaram a vida das pessoas, pois foi “graças à midiatização das massas que muitos eus imaginados e mundos imaginados geraram outras condutas” (Appadurai 2004: 13), transcendendo limites e modificação das formas culturais na região.

Assim, é através das diferenças como sugere Hannerz (2008) produzidas nos fluxos e conexões por diferentes tempos e espaços nadando contracorrentes hegemônicas que a agência dos grupos até então “invisibilizados” nas relações com o global podem ser acionadas nessa escrita permitindo refazer as representações das identidades fixas e isoladas sobre a região de Breves e uma possibilidade de vê-las atravessando fronteiras impostas pelo conhecimento científico universalizante.

3.3. As propriedades dos “migrantes”.

No seguimento da temática do capítulo, porém com um olhar direcionado para o patrimônio material deixado pelos “migrantes” na expectativa de produzir entendimentos sobre as propriedades adquiridas pelos grupos na região associando a materialidade desses bens à vida social e simbólica da cidade imbuída de valores entrelaçando passado, presente e futuro (Gonçalves 2002: 03) que exploro o potencial descritivo e analítico da categoria patrimônio para apontar as diferentes dimensões sociais que a envolvem (Gonçalves 2005: 15-21), acrescentando a essa categoria a perspectiva das experiências de contatos interculturais (Pratt 1999), conformando o que designo como um patrimônio material intercultural na região.

Essa categoria pode ser pensada como um conjunto de bens e valores construídos a partir das experiências de contato entre os grupos habitantes da região, especificamente os migrantes e descendentes que pesquiso. Nessa relação, incluem-se as seguintes propriedades: casa, comércio, barracão de borracha, seringal e serraria pertencentes a grupos de “nordestinos”, “judeus”, “portugueses” e “americanos”.

Não desconsidero nessa análise que os arquivos pesquisados estão diretamente vinculados à ideia de “propriedade como um dos universais da cultura humana, pois todos os povos de que se tem notícia conhecem alguma forma de propriedade, seja ela individual ou

coletiva” (Canini 2005: 65). Entretanto, utilizo a documentação cartorial de imóveis, civis (casamento, óbito) para mostrar a diversidade de culturas relacionadas às composições desses bens.

A ideia central é de uma apreciação dos bens pelo seu valor enquanto uma construção humana, capaz de provocar a memória e dialogar com o presente etnográfico dos interlocutores, como um objeto de comunicação, que testemunha sobre diferentes grupos de homens em determinados momentos historicamente marcado no tempo (Canini 2005: 172). Assim, “a propriedade é uma criação social, pois não é suficiente a existência de um objeto em si para que ele seja relevante para o grupo social, mas é relevante a atribuição de um valor, que é socialmente construído” (Canini 2005: 65).

Isso significa considerar que a compreensão de um patrimônio material intercultural formado por diferentes acepções e modos de viver de migrantes “nordestinos”, “portugueses”, “judeus” e “americanos” permite aos moradores atuais repensar acerca das identidades locais.

Para se entender essa questão, basta dizer que os padrões da borracha, os seringueiros nordestinos, os empresários da madeira deixaram suas marcas impressas nas formas de agir de muitos homens da atualidade nesses cenários amazônicos, conhecer um pouco dessas memórias sobre as propriedades de homens e mulheres migrantes desde os finais do século XIX à atualidade das narrativas orais e das fotografias em diálogos com as documentações escritas cartoriais permitem visibilizar as formas de morar e das relações sociais de moradores dos espaços de rios, florestas e cidade em diferentes tempos e espaços sociais.

Essas análises suscitam para novos desafios e questionamentos acerca do objeto de pesquisa, fazendo repensar como a materialidade das construções das casas e das serrarias (madeireiras) e das vilas na região é resultado das experiências de contatos entre os grupos no qual cada membro “tece um fio através do mundo”. É nesse sentido que Ingold prefere tratar de “coisas” ao invés de objetos por considerar o caráter de “coisa” não como uma entidade fechada para o exterior, que se situa no e contra o mundo, mas de um nó cujos fios constituintes, longe de estarem nele contidos, deixam rastros e são capturados por outros fios noutros nós. “Numa palavra, as coisas vazam, sempre transbordando das superfícies que se formam temporariamente em torno delas” (Ingold 2012: 5 -23).

Desse modo, as construções dos migrantes não são objetos congelados, elas têm agência e estão dentro de um “acontecer”, ou melhor, um lugar onde vários aconteceres se

entrelaçam, direcionados para o contexto econômico e social do momento em que foram produzidas.

Embora, utilize documentações produzidas por instituições, por vezes excludentes e delimitadas a classes sociais mais abastadas que tinham condições de registrar seus bens, a documentação permitiu ver diferenças sociais e hierarquia de poder nas transações de compra e venda em um cruzamento com as narrativas orais. E, nessa linha de argumentação Miller (2013: 121) considera que construções como a casa implica “contorno de poder e escala que tornam questões tão íntimas como nossos relacionamentos pessoais dependentes de forças muito maiores, pois as moradias trazem consigo forças poderosas que absolutamente não estão sob seu controle”.

Em suma, os bens como a casa, o comércio, o barracão e a vila apresentados a seguir são tomados nesse estudo como resultantes das experiências de contatos entre os grupos estudados, por esse motivo são pensados como parte de um patrimônio material pautado na interculturalidade por demonstrarem diferentes influências culturais nas suas concepções.

3.3.1. Casas, comércio e barracão de “portugueses” e “nordestinos”.

Nessa linha de análise trago para a cena a propriedade do Sr. Sebastião Moraes Horta, bisneto de Joaquim Nunes Horta localizada na comunidade Santa Maria à margem do rio Mapuá no Lago do Jacaré do qual faz parte uma casa de dois andares construída em madeira de lei e um comércio de estivas denominado Santa Rita, situado ao lado da residência.



Figura 09 – Propriedade do Sr. Sebastião Horta – comunidade Santa Maria – Mapuá, 2018 – fotografia – Ney Rocha.

A casa construída de madeira de lei destaca-se em meio a um conjunto de moradias populares construídas no estilo da maioria das construções pertencentes aos espaços de rios da região, localidades onde vivem geralmente pessoas do mesmo grupamento familiar sob uma liderança patriarcal, uma espécie de “dono” da vila, nesse caso representada pelo interlocutor Sebastião Moraes Horta.

A fotografia foi capturada em tempos de maré cheia, quando a água estava muito alta e como visto na fotografia prestes a encobrir as pontes, por isso as embarcações tipo rabeta (canoas motorizadas) ganharam espaço na composição fotográfica posicionadas no mesmo nível das casas, algo bem diferente da realidade das visitas anteriores quando a maré estava mais seca e tivemos que encostar a embarcação em um nível bem mais baixo em seguida subir por uma escada para atravessar a ponte e chegar até o referido comércio.

A fotografia também apresenta a movimentação de pessoas na frente do comércio e em um anexo, tipo de trapiche na frente da casa do Sr. Sebastião, espaço de interação entre os membros da família Horta residentes na comunidade Santa Maria. Sobre a construção desse anexo foi explicado ser aquele um espaço utilizado para atualizar as conversas, ouvir música, dentre outras formas de distração.

Em momentos de entrevista, o interlocutor fez questão de apresentar os espaços da casa, detalhando o tipo de madeira (de lei) utilizada na construção e ainda a dificuldade para transportar o material comprado em Breves para o local. Em seguida mostrou a escada de ferro estilo caracol, a sala de estar ainda sem mobília, os quartos, os banheiros e a cozinha, todos localizados no primeiro andar. No espaço superior, fiz uma observação sobre a casa ser toda cercada por varandas: Tem algum motivo especial para existência dessa varanda? Questionei. O interlocutor destacou: “*daqui dá para ver toda a movimentação, quem entra e quem sai no rio*”.

Em vista dessa resposta não foi difícil entender o controle comercial do interlocutor na localidade, incluindo o fluxo pelos rios, a produção dos moradores, nesse caso de farinha de mandioca. Pois, o Sr. Sebastião é o único comprador do produto nas redondezas da comunidade, a produção dos moradores é entregue no seu comércio e por ele revendida na cidade de Breves. Fatores preponderantes para a perpetuação do seu poder e domínio comercial nesse perímetro do rio Mapuá.

Retomando o padrão arquitetônico da casa do Sr. Sebastião exibida na fotografia (fig. 08 p.143) a mesma segue um modelo adaptado dos antigos casarões coloniais em mescla com características dos “sobrados do século XIX” (Freyre 1936: 298), porém com a anexação de varandas, algo inexistente no modelo original. Sendo que o sobrado original quase sempre se utilizava de alpendres, espécies de prolongamento do telhado, uma versão mais reduzida da varanda.

O documentarista Debret escreveu que o alpendre evitava o aquecimento das paredes e tornava o verão suportável dentro da moradia. “Ao entardecer, a brisa do mar também fazia do alpendre um local de lazer” (Lemos 1993: 98) por esse motivo foi muito utilizado na região nordeste. A varanda foi então adaptada ao modelo de casa do Sr. Sebastião inspirado no sobrado, mas a anexação da varanda ganhou outra explicação para a existência dando contornos do velho modelo patriarcal de construção das casas dos senhores de engenho do Brasil colonial, lugares da casa de onde os senhores monitoravam todo o movimento dos funcionários e escravos da propriedade.

Obviamente essas relações não cabem mais no contexto das vivências atuais, no entanto foram ressignificadas em todo o processo de produção das relações sociais pela região de Breves sendo a casa um dos elementos primordiais dessas diferenças sociais entre os grupos, pois visivelmente as casas construídas ao redor da casa do Sr. Sebastião não visualizadas nessa imagem, mas registradas nas anotações do caderno de campo, são bem

diferenciadas por serem de apenas um andar e pelos materiais utilizados na construção como as espécies de madeira mais comuns (baratas) e as telhas de brasilite ou palha na cobertura.

Em outros tempos e espaços, porém ainda sobre as casas dos “portugueses” na região, Emilia Fona Nunes lembrou a casa do avô que morava na região do rio Oléria, conforme visto a seguir:

“A casa do vovô era bonita, era tipo uma casa de campo, toda de madeira de lei, ela durou muitos anos, mesmo depois de muito tempo que meu avô tinha morrido ela ficou em pé. Era coberta com telha de barro, um trapiche bem grande na frente. Na parte de baixo era toda aberta porque meu avô tinha coisas de borracha, de arroz, era tipo um depósito, um barracão” (Emilia Fona, 2018).

Dessa maneira, os aspectos relacionados com a casa e tudo que a envolvia, dentre esses elementos estão aqueles que distinguiam a casa das classes mais abastadas na qual a família estava inserida. Sendo uma dessas características de distinção a cobertura da casa, feita de telhas de barro, o uso da madeira de lei, que perdura até a atualidade como foi possível observar na casa do Sr. Sebastião Horta, além da existência de muitos cômodos.

Nas lembranças de Emilia em detalhamentos sobre a casa, ressurgiram outros espaços da propriedade: o comércio anexado a casa e o barracão, este último servia como o depósito dos produtos trocados por diferentes produtos necessários a sobrevivência nos espaços de rios e floresta. E com essas lembranças as relações sociais entre seu avô e os moradores da região, não foram compartimentados no processo de rememoração do interlocutor.

“Ele tinha um comércio que era na base da troca, por exemplo, o produtor trazia o arroz e o vovô ou o papai dava o açúcar, levava o que queria, café, tudo em grão. Aí por exemplo eles arrendavam quatro, cinco roçados para as pessoas plantarem naquele tempo arroz, depois eles mandavam colher, pesar e faziam troca com as mercadorias, tipo peixe seco, essas coisas, era com comida, eles não queriam dinheiro” (Emilia Fona Nunes, 2017).

Assim, ressurge nas memórias a casa diretamente interligada à questão da economia da época, aos negócios do comércio, envolvendo a borracha, o arroz em negociações de troca com os moradores naturais da região. Isso faz pensar nas relações sociais existentes entre os comerciantes os trabalhadores da propriedade que viviam em espaços arrendados pelo patrão “português”, presos ao sistema de aviamento e a exclusividade de negociação dos produtos retirados das terras do proprietário.

Outras informações sobre as propriedades da família Nunes foram encontradas nas documentações cartoriais em 1938 quando Manoel Nunes avô da interlocutora adquiriu

uma casa térrea situada de frente para a praça da matriz na cidade, limitando-se de um canto para o mar e aos fundos com as proximidades de Antônio José de Barros outro português. Outra característica da casa mencionada era o fato da propriedade ser “adequada para o comércio”, e mais ser toda coberta de telhas de barro e construída de madeiras reais.

Dessa maneira, os cruzamentos entre as fontes orais e escritas do cartório de imóveis Dário Furtado é bastante pertinente a essa discussão por permitir entender o contexto histórico e social por trás da constituição dessas propriedades e o “padrão” das negociações empreendidas pelos grupos de portugueses, suscitando também a reconstituição dos relacionamentos existentes entre estes e outros grupos sociais de Breves, visto, por exemplo, na formação de uma certa vizinhança portuguesa, nesse que era o perímetro mais nobre da cidade.

Nessa configuração, a documentação mais remota de compra e venda do cartório Dário Furtado envolvendo os portugueses na região data do ano 1895, e indicam as experiências de contatos interculturais entre os grupos, nesse caso o português Emydio do Nascimento Ferreira, comerciante e domiciliado no 1º distrito de Breves, recorrentemente citado nas certidões de casamento do Cartório Matos por ser um advogado e servir como testemunha civil.

Segundo a documentação Emydio do Nascimento Ferreira comprou do judeu Moisés Farache e sua mulher Dona Luzia G. Farache, comerciante e domiciliado em Breves uma “sorte” de terras denominada São Sebastião, situada à margem esquerda do rio Piranha, 1º distrito de Breves, contendo casas de madeiras de lei, plantação de diversas árvores frutíferas, 10 estradas de seringueiras e outras benfeitorias.

Nessa documentação se vê a negociação de uma propriedade pertencente ao espaço de rios e florestas da região, embora o comprador em outras descrições apareça como morador da cidade de Breves, simbolizando o trânsito nos espaços da região.

Chama a atenção ainda as construções edificadas na propriedade como as casas de madeira de lei e as benfeitorias como demarcadoras da presença dos seringais, um requisito fundamental para a valorização das propriedades dos finais do século XIX. Além do mais, o vendedor da propriedade é um “judeu”, detalhe importante para pensarmos nas formas de morar, nas trocas e na existência de negociações envolvendo os dois grupos.

Já em 1912, outro português, toma a cena nas negociações de imóveis o comerciante chamado Mario Othão Bacelar domiciliado no município de Breves que adquiriu de José Paulino de Freitas, lavrador morador deste município uma sorte de terras denominada São João situada à margem esquerda do rio Tauhuaú, contendo barraca coberta com palhas,

plantações frutíferas, onze caminhos de seringueiras. E em 1913 também adquiriu de Brasilicia da Graça, lavradora e domiciliada no município de Breves uma posse de terras denominada São Francisco do Tauauzinho com estradas de seringueiras em estado de corte, casa de madeiras, plantações frutíferas.

Embora não se tenha encontrado descendentes dos negociantes portugueses prescritos nessas documentações, as negociações não somente indicam a presença de outros portugueses e sim as mudanças existentes nas propriedades como indicativas da situação social de seus vendedores. Posto desta forma, a descrição documental utiliza-se da denominação “barracas” cobertas de palhas para definir as casas de pessoas de classe mais baixa, materiais distintos das casas dos grupos mais abastados as quais incluía como visto madeiras de lei e telhas de barro, pontuados anteriormente nas narrativas dos interlocutores enquanto materiais de distinção nas construções.

Em se tratando de negociações envolvendo portugueses, retomo o caso da família do Sr. Constantino Félix, sobre eles o Sr. Antônio explicou por onde se deu a ocupação da sua família e o aumento de bens provenientes dessa expansão incluindo localidades do rio Mapuá, cidade de Breves e Belém. Apesar do local mencionado referente à história da família na região gire em torno da vila Amélia, primeira localidade adquirida pelo avô recém-chegado de Portugal no início do século XX, onde se fixou e deu seguimento a sua trajetória na região, abro espaço antes de detalhar melhor essa propriedade à outra propriedade: a do Sr. Antônio Félix na entrada (boca) do rio Aramã, confluência com o Mapuá onde ele vive com a família.

A propriedade do Sr. Antônio Félix é estrategicamente bem localizada, composta por uma serraria, uma padaria, uma casa comercial, uma escola de ensino fundamental e médio e a residência da família, construída aos moldes de um chalé em madeira de lei, cobertura de telhas de barro, apresenta uma varanda na lateral esquerda da casa. Ampla e com muitos cômodos, ainda conta com um quintal para criação de animais, incluindo galinhas, patos, carneiros e bodes, conforme é possível notar na fotografia a seguir (fig. 09). Destaco que os carneiros são menos incidentes nas outras residências dos interlocutores da pesquisa, sendo essa uma prática de criação herdada da família.



Figura 10 – Parte da propriedade do Sr. Antônio Félix, 2016 – Fotografia: Dione Leão.

Adiante com a análise, já em retomada a vila Amélia, as pistas cartoriais indicaram a possibilidade do Sr. Constantino Félix ter adquirido essas terras a partir de 1911, pois nessa data a propriedade ainda pertencia a Luiz Antônio da Fonseca, comerciante, residente no rio Mapuá, o mesmo adquiriu de Zacharias Francisco de Sales Celso e sua mulher Amélia da Silva Celso, daí a explicação para o nome do lugar recorrente até a atualidade.

A propriedade vila Amélia adquirida pelos Félix media aproximadamente mil braças de frente e mil de fundos, continha barracas, sete estradas de seringueiras e plantações frutíferas, casa de madeiras reais, cobertura de telhas, barracas, trapiches para a atracação de vapores, casa com forno de cobre e aviamento para fabrico de farinha, vinte e quatro estradas de seringueiras com duas mil e quinhentas árvores de seringueiras, diversas plantações frutíferas.

Assim, pela descrição se vê a dimensão da propriedade e as características que tornaram o Sr. Constantino Félix um proprietário reconhecido na região, os bens nela existentes são diferenciados daqueles negociados no rio Mapuá presente nas documentações e memórias dos interlocutores por conter um trapiche adequado para vapores, indicando a presença de embarcações de grande porte em fluxo pela localidade, o forno de cobre também

é característica de status na região, em vista da maioria ser confeccionado de zinco. O número de estradas e árvores de seringueiras ganharam destaque nessa propriedade.

O meu primeiro contato com essa propriedade denominada vila Amélia se deu no ano de 2015 mediante a primeira incursão pelo Mapuá, em busca de um cemitério indígena localizado neste local. Na propriedade a seguir (figura 10, p. 150) existe uma residência de cuidadores do lugar, uma igreja católica, denominada Nossa Senhora das Graças. Sendo que desde as margens do rio é possível encontrar vestígios de urnas funerárias dos grupos indígenas que habitaram a região, dentre os quais se destacaram os Mapuás.

Vale dizer que as informações ainda são escassas sobre esses grupos, predominando a ideia genérica dos indígenas como habitantes da “Ilha de Marajó” sob a denominação de “Nheengaíbas”, que encobriu muitas singularidades dos moradores do lado ocidental do arquipélago. Pois, como explica Pacheco (2010:16) a incapacidade de entendimento da multiplicidade de línguas que Aruãs, Sacacas, Maruanás, Caias, Araris, Anajás, Muanás, Mapuás, Pacajás, dentre outros grupos, os portugueses negativamente procuraram homogeneizar as diferenças entre as formas de falar e viver entre os grupos.

A representação da igreja católica na vila Amélia resguarda memórias oficiosas da ação missionária portuguesa no lado ocidental do arquipélago de Marajó do séc. XVII, relacionadas ao possível local onde ocorreram as negociações de paz entre o Cacique Principal Piyé Mapuá e o padre Jesuíta Antônio Vieira que resultou na liberação do livre tráfego das embarcações dos colonizadores pelos estreitos de Breves, “o acesso ao Rio Amazonas e a efetivação da dominação europeia sobre os povos indígenas do Marajó” (Pacheco 2010: 24).



Figura 11 – Vila Amélia– Arquivo: Dione Leão – 26/05/2015

Ressalto que nesse lugar foi construída a casa da família e um comércio de mercadorias variadas, ampliando o espaço descrito anteriormente para efetivar a negociação direta com a produção dos moradores da região do Baixo Mapuá, fazendo com que o migrante se deslocasse constantemente para revender em Belém o produto e abastecer seu comércio. Nesse espaço, ocorriam relações entre diferentes grupos, especialmente em tempo da festa religiosa em homenagem a padroeira do lugar Nsra. Senhora das Graças, destacada no capítulo 4.

Assim, ao observar a trajetória da vila Amélia até o momento da pesquisa, com base nas memórias oficiais e locais, pode-se dizer que esta é outra área estratégica na região do Mapuá, controlada primeiramente por indígenas do grupo Mapuás, depois pelos missionários da Companhia de Jesus³⁰ e pelo grupo familiar de Constantino Félix. E no momento está sob o controle do conselho deliberativo da Reserva Extrativista Mapuá. Em tempo destaque que a vila Amélia, foi renomeada no contexto dos anos de 1980 para Comunidade Nossa Senhora das Graças, porém os interlocutores até o momento reportam-se ao local apenas como vila Amélia.

³⁰ Pacheco (2010: 24) destaca que “após o acordo que possibilitou o trafegar livre das canoas pelos estreitos da grande ilha os missionários da Companhia criaram um primeiro aldeamento no sítio do próprio Mapuá, iniciando o difícil processo de catequização daqueles que aceitaram ali morar”.

Nas documentações cartoriais do cartório de imóveis apareceu algumas propriedades registradas em nomes da família Félix, entre elas no ano de 1947 quando o Sr. Constantino adquiriu de Antônio José Gonçalves e a mulher Alípia Fernandes Gonçalves a “sorte” de terras “São Bento” situada no mesmo rio, também contendo seringal e madeiras de lei. Em 1948 adquiriu as terras denominadas Bom Jesus, também no Mapuá, margem esquerda, o transmitente foi Augusto Alves de Brito, também residente no rio Aramã.

Em 1950 outra negociação de mais uma “sorte” de terras denominada São Bernardo também conhecida como Jerônimo e Cardoso na margem do rio Mapuá, destacam a aquisição do Sr. Constantino de uma área de dois mil e quinhentos e setenta e seis hectares composta de uma casa de moradia, plantações de árvores frutíferas. Sendo que as aquisições de terras realizadas por ele aparecem nos livros do cartório até 1951 quando adquiriu a posse de terras denominada São João situada no Alto rio Mapuá.

Daí em diante, foram os filhos a adquirir imóveis. Em 1954 Marcelino Horta Félix, comerciante domiciliado no rio Mapuá, adquiriu de José Matheus da Silva e sua mulher Ana Horta da Silva, uma “sorte” de terras denominada “Canaticu” situada no rio Mapuá, com seringal e benfeitorias.

Em 1960 ainda é possível acompanhar a expansão pelos espaços do Mapuá quando Sebastião Horta Félix adquiriu um quinhão de terras denominado Lago do Jacaré no Alto Mapuá, localidade pertencente à Aurora Pinto Leão e seu marido João Leão Sá residentes nessa região, ter contato com essa informação faz dimensionar a expansão da influência da família em outro território do Mapuá, o Lago do Jacaré era até esse momento de domínio da família Horta também de origem portuguesa.

A fotografia a seguir mostra uma das casas em ruínas ocupadas pela família Félix, para ser mais específica Sebastião Horta Félix, pai do Sr. Antônio Félix interlocutor dessa pesquisa morou nessa residência. O local conhecido como Cantagalo é muito mencionado pela população da região, especialmente os membros da família Horta moradores do Lago do Jacaré, por se tratar de um local onde ocorreu um movimento de lutas pelos direitos de negociação e navegabilidade nos rios da região, detalhados no capítulo 5.



Figura 12 – Casa do Sr. Sebastião Horta Félix – localidade Cantagalo no Alto Mapuá, 2015 – Fotografia: Dione Leão.

Importa mencionar que a fotografia foi capturada no ano de 2015 quando visitei pela primeira vez a região e através das histórias contadas pelos moradores do lugar tive contato com a trajetória da família Félix na região. Então, pude notar o poder agregado a essa família e como nesse lugar apesar do estágio de deteriorização avançado da atualidade, era lócus de poder, caracterizando a moradia de uma família de elite da região.

Evidentemente essa elite a qual me refiro na região de Breves em especial dos espaços de rios e florestas apresentam características próprias nas formas de morar e viver, como apresentado desde o capítulo 2, diferindo-se em parte de outros lugares da Amazônia especialmente a capital Belém na qual os donos dos seringais (novos ricos) “construíram suas residências inspiradas no *Art Nouveau*, com azulejos de Portugal, colunas de mármore de carrara e móveis ebanistas franceses” (Sarges 2010: 111).

A mudança de lócus de investimentos de compra de imóveis da região do Mapuá para a cidade de Breves da família Félix aparece nas documentações a partir de 1972 quando Pedro Horta Félix, comerciante, casado, adquiriu um terreno edificado na avenida presidente Getúlio Vargas na cidade de Breves do comerciante Manoel dos Santos Lobato, onde reside até a atualidade. Essa também foi a década de transferência do Sr. Sebastião Horta Félix para

a cidade de Breves quando entrou para o mundo da política, tornando-se prefeito do município e o poder da família ultrapassou as fronteiras da cidade.

Relacionada a cidade as lembranças sobre a presença de migrantes na composição dos ambientes estão com maior ênfase nos espaços do centro, sendo essa territorialidade demarcada nas memórias de Necy lembradas nos momentos em que mostrava algumas de suas telas sobre a Rua Presidente Getúlio Vargas e concomitante também a área portuária. Assim, explicou:

“Nas ruas da frente do bairro Centro existiam famílias de portugueses como os Barros que moravam perto da Igreja Matriz e outros era perto da Prefeitura, os Brito também viviam ali bem próximos no lado da Praça da Bandeira, a mãe da dona Terezinha Nêmer que herdou a casa do pai português, era ali perto da prefeitura, ainda existe algumas dessas casas. Para o outro lado da Presidente Getúlio, tinham alguns nordestinos como o seu Josué que veio de Quixadá no Ceará, se não estou enganada, o seu Chico Leite que veio também do Ceará e o seu Carlos Diniz que era de Serra Talhada, acho que era Pernambuco, viviam ali, eram vizinhos, portugueses, cearenses, os comerciantes daqui como o seu Téofole Paes que não sei a origem dele, o seu Lino, o seu Tupinambá que tinham a usina de arroz e eram do interior de Breves” (Necy, 2017).

Mediante as explicações de Necy tão necessárias para as compreensões dos espaços ocupados pelos grupos, podemos vê-los integrados na cidade em uma das ruas mais movimentadas do bairro Centro e embora sejam considerados como vizinhos no sentido atribuído por Weber (2009) por estabelecerem uma interação comunitária entre os grupos que vivem em proximidades, mas viviam em sistemas “nomeadamente, descontínuos” (Weber 2009: 247).

Se pensarmos como foi enfatizado por Necy, as casas dos portugueses àquele período estavam localizadas na parte mais nobre da Rua Presidente Getúlio Vargas, nos arredores da Igreja Matriz, da prefeitura, da Praça da Bandeira em contraste com a dos nordestinos e dos empresários naturais da região restritas ao final da rua com infraestrutura mais precária aspectos já trabalhados em pesquisas anteriores (Leão 2009) quando verifiquei por meio de narrativas orais de moradores mais antigos desses espaços que essa parte da cidade onde ficava o mercado público municipal e uma série de portos particulares até a década de 1970 “era aterrada com serragem das madeireiras e em época de chuva a situação se agravava bastante, todo esse espaço ficava alagadiço” (Leão 2009: 19), dificultando a mobilidade pelo local.

Necy recompôs em uma de suas telas o cotidiano da área portuária em meados dos anos de 1960 equivalentes às suas memórias sobre o período, como é possível visualizar a seguir:



Figura 13 - Pintura em tela de Necy Balieiro, 2017, pertencente ao acervo da artista

Rica em informações a pintura apresenta a movimentação em um perímetro restrito da área portuária de Breves local de embarque e desembarque dos moradores de espaços de rios e florestas interessados em negociarem seus produtos ou resolverem outras questões na cidade. Ao fundo em destaque as casas componentes dessa paisagem, dentre elas aparece a residência dos Barros uma das famílias de origem portuguesa ainda existentes na cidade no mesmo espaço. A casa é diferenciada por ser uma construção em alvenaria e com azulejos portugueses em sua fachada, ficava localizada próximo a Igreja Matriz no final do asfalto.

Mais a frente visualiza-se o Banco da Amazônia instituição de referência para a economia da região “entre os anos de 1950, contexto da segunda guerra mundial quando foi instalado na cidade até meados da década de 1970” (Leão 2014: 55). Sendo que os outros moradores nordestinos moravam em um perímetro dimensionado por outra pintura da artista a seguir:



Figura 14 – Pintura em tela da artista Nely Balieiro na década de 1960, 2017. Pertencente ao arquivo da artista.

Nessa pintura a artista deu continuidade a Rua Presidente Getúlio Vargas, justamente o perímetro mencionado como o mais precário em período chuvoso e para onde estavam localizados os outros nordestinos definidos em sua narrativa. Vê-se nele a diminuição dos portos e do movimento de pessoas nesse ponto da rua, por ser mais afastado do comércio àquela época, sendo que o prédio em destaque é o mercado municipal da cidade. Na imagem ainda é possível precisar as ruas cruzadas como Castilhos França, Domingos Europa (atrás do mercado) e a Mário Curica a última representada na pintura.

Os documentos ajudam a localizar nessa pintura nos anos de 1960 a casa do Sr. Felizardo Justino Diniz, comerciante, residente nesta cidade de Breves ele adquiriu esse prédio de alvenaria situado à avenida presidente Getúlio, fazendo lado (esquina) com a travessa Castilho França, próprio para comércio, onde funcionava àquele momento da compra a casa comercial denominada Triunfo, o imóvel era composto por um salão principal com prateleiras e balcões, outro salão para depósito de mercadorias, nos fundos estava um forno para panificação sendo tudo coberto com telhas de barro.

O Sr. Felizardo Justino Diniz comprou ainda outra casa residencial construída de madeiras e cobertas com telhas de barro tipo Marselha na rua Castilhos França com saleta de

entrada, salas de visita, varanda, dois quartos amplos, um quarto pequeno, casinhas e sanitários, móveis do patrimônio da prefeitura.

Para enriquecer ainda mais a territorialidade dos espaços ocupados pelos migrantes na região de Breves menciono as memórias do Sr. Augusto Barros, sobre os nordestinos e portugueses na cidade em resposta aos meus questionamentos sobre suas lembranças sobre as famílias de “migrantes” existentes em Breves.

“Acredito que grande parte das pessoas que vieram para cá eram nordestinos, a família do Chico que foi da primeira remessa de funcionários da Breves Industrial, do Chico “Arigó”³¹ que eles chamavam. Outro era o seu Luís Arigó ficou localizado ali pelo Guajará, tinha o pessoal do Serafim, os Nascimento lá no Mapuá. O seu Antero que morava na Avenida Rio Branco, os Rocha também são de origem nordestina” (Augusto Barros, 2017).

O Sr. Augusto ressaltou que as famílias tradicionais de Breves, existentes na atualidade a maioria é originária dos espaços de rios e florestas deslocados para a região a partir da década de 1960, quanto a esse ponto destaca: *“Da cidade mesmo as famílias tradicionais era a família Caetano, Rocha, Barros que não era o nosso, o pessoal do seu Francisco Leite que também são cearenses e chegou a ser tipo alguém nomeado, tipo promotor, não era de ofício”* (Augusto Barros, 2017).

Sobre a família do Sr. Francisco Leite perguntei se eles vieram direto para a cidade, respondeu-me que sim, sendo que *“as filhas dele tiveram importância fundamental no município, a Dona Valda foi uma das primeiras enfermeiras da Fundação SESP”*. E em meio a essas referências das famílias desfecha um ponto muito válido para essa pesquisa relacionada à ideia de região explicada na introdução da qual utilizo com regularidade nessa escrita, em suas palavras ressalta: *“Breves é uma região e não somente uma cidade, engloba tudo, o interior e a cidade!”*. E para complementar a recomposição dessas famílias sobre os espaços da região acrescenta:

“Se você for procurar mesmo, no município todo vai ter muito cearense, o pessoal do Zeca Furtado no Tajapurú que também foi produtor de arroz. É interessante que no auge da borracha eles só trabalhavam com a borracha e depois conforme a situação foram mudando com a queda de cada produto. Então, você vai encontrar o pessoal, no caso o papai, o pai do seu Raimundo Matos daqui do Furo de Breves, o seu Lino Alves que veio

31 Segundo Lima (1999:17) grande número de nordestinos que migrou para a Amazônia nas primeiras quatro décadas deste século era chamado pela população nativa por termos como arigós, nordestinos, colonos, cearenses e brabos. Em associação com esses termos a população nascida na região mantinha seus próprios estereótipos negativos dos migrantes.

do Cutiperera daquela região de Portel que naquela época pertencia a Breves” (Augusto Barros, 2017).

Nesse movimento de lembranças destacou o nordestino conhecido por Chagas, também mencionado por Neco nas suas memórias, sobre ele Sr. Augusto argumenta: *“a casa dele era perto do seu Vadico de Almeida lá na frente da cidade bem no lado, era um grande comerciante, depois se deslocou para Portel e vendeu para seu Osvaldo, o Vadico”*.

Em diálogo com as documentações foi notório uma mudança no perfil de compra e venda de propriedades a partir de 1960 quando a maior incidência de negociações passou a ocorrer na cidade e com isso diminuíram aquelas relacionadas nos espaços de rios, servindo como um indicativo para o acirramento de deslocamentos internos algo já evidenciados no capítulo 2. Sendo que a procura por imóveis nas ruas Castilhos França aumentaram significativamente em 1961, envolvem grande número de negociações entre os moradores naturais da região.

Desse modo, as espacialidades das propriedades dos migrantes ganha novas configurações a partir do diálogo entre as fontes e para acrescentar mais informações a esta pesquisa, gostaria de chamar a atenção para outra família mencionada pela artista como antigos moradores das proximidades da Praça da Bandeira, do lado mais nobre da cidade: Os Brito, de origem portuguesa, proprietários de uma loja de armarinhos, lembrada pela população instalada nas proximidades da Igreja Matriz, relatada pelo Sr. Francisco Rendeiro:

“A primeira loja dele é onde era a sorveteria Beijo Frio, depois ele passou para outra esquina, lá era maior, foi quando ele conseguiu comprar os primeiros manequins para roupa foi ele que trouxe, era um homem branco e outro preto, ele tinha lá. Eu conto para o pessoal que o papai era um comerciante muito centrado no ganho dele, quando ele ia para Belém deixava os meus irmãos aqui, quando ele chegava ele via a mercadoria tudo com o preço lá em cima, ele mandava baixar, ele dizia vamos baixar que é para a gente vender logo, que a gente paga as nossas contas e o resto é nosso, ele não gostava que cobrasse nas mercadorias a mais do que o ganho dele, esse negócio de vender caro, ali era certo, ele queria era pagar as contas dele” (Francisco Rendeiro, 2018).

Em análise da narrativa do Sr. Francisco Rendeiro sobre o comércio de armarinho do pai, o mesmo remete ao empreendedorismo do comerciante na região e ao pioneirismo na área de armarinhos relacionada ao uso de manequins na loja e nas estratégias de venda, retorno do capital investido mais rapidamente e na ética comercial, ainda mais detalhados a seguir:

“Eu lembro muito do jeito que o papai trabalhava a questão da palavra, da confiança. Olha se ele tivesse três dúzias de caneca e se chegasse um freguês do interior e dissesse que queria tudo, ele dizia: não! Eu ti vendo duas, outra eu deixo para meus clientes. Porque ele tinha na cabeça que se o cara fosse lá e não encontrasse ele já ia procurar em outro lugar, por isso ele nunca ficava sem o produto, ficava sem o dinheiro, mas não vendia tudo, que era para quando chegasse os fregueses dele tinha. No início do negócio dele, ele comprava e pagava de seis em seis meses, o pessoal que vendia para ele em Belém, vinha de canoa de vela, naquele tempo não tinha motor, era na canoa de vela, quando ele ia a Belém ele pagava, no fim do ano ele ia pagava a conta dele e fazia de novo, pagava a mesma coisa, não tinha aumento na mercadoria nada” (Francisco Rendeiro, 2018).

Desse modo, as relações com Belém são mencionadas nesse trecho da narrativa e indica um fluxo de pessoas para negociarem com os comerciantes locais ainda em embarcações movidas à vela, demonstrando a necessidade de barcos motorizados para realizar esse trajeto nos finais dos anos de 1960 quando deu início os negócios da família Rendeiro.

Em continuação as propriedades dos migrantes “nordestinos” apresento as memórias do Sr. Augusto Barros do modelo de casa denominado chalé ou “chalezão” conforme definido por ele, arquitetura marcante na infância do interlocutor no espaço do rio Macacos. Relembrar a antiga casa onde viveu com os avós nordestinos, incluiu apresentar traços dessa arquitetura, entretanto, foi nos detalhes sobre a composição dos compartimentos e mobília que as relações com a religiosidade, costumes, moralidade e a economia ressurgiram em meio à definição da moradia de uma família nordestina dos anos de 1950 e 1960.

“A nossa casa era um chalezão, tinha um corredor e nesse corredor, na parte maior tinha um oratório do lado direito de vários santos, do lado esquerdo tinha uma porta do comércio. O comércio ficava dentro de casa e para o lado tinha um depósito de arroz. Aí seguia pelo corredor e tinha o quarto da minha vó, mãe da mamãe com meu vô, morávamos tudo só numa casa e do lado esquerdo antes de entrar para a cozinha, tinha o quarto de meu pai e na porta tinha o umbigo do boi, porque filho nenhum se rebarbava que apanhava com essa peça. Nesse quarto ele tinha o cipó e um pedaço de madeira que ele usava como tranca do lado de fora. Aí vinha a cozinha, eu lembro tinha uma taia maior a gente chamava assim para o recipiente de colocar água, tinha a mesa grande onde comia todo mundo, quem chegasse fosse qualquer hora do dia ou da madrugada tinha comida para quem chegasse lá” (Augusto Barros, 2017).

O modelo denominado de “chalezão” é outro tipo de construção muito comum nas memórias dos interlocutores, esta também é uma readaptação da arquitetura do Brasil no século XIX, aos moldes dos padrões suíços, em voga na Europa e nos Estados Unidos do mesmo período ganhando espaço no país. Sobre essas construções Campos (2008) explica ter sido P. R. Robinson, em seu álbum *Rural Architecture or a Serie of Designs for Ornamental Cottages* (cuja primeira edição data de 1822 e a quarta de 1836), a propor, pela primeira vez, um modelo de construção rural suíça (*swiss cottage*), para ser adotado pelas pequenas casas de campo da Inglaterra. O mesmo acrescenta: “em sua forma vernácula, era uma construção de madeira bastante simples, típica da região rural da Suíça francesa” (Campos 2008: 51).

Desse modo, na região mediante a descrição do Sr. Augusto Barros por se tratar de um chalé em proporção bem maior daquele apresentado na descrição original acima na definição de Campos (2008) utiliza-se da palavra no aumentativo na intenção de adequar o modelo da casa ao tamanho da sua família e até mesmo diferenciar das outras famílias de nordestinos que viviam em chalés menores. Na casa do Sr. Augusto viviam os avós, pais, irmãos e tias, exigindo com isso diferentes adequações ao modelo original suíço, mediante as necessidades da família foi incluído: oratório, comércio, depósito de arroz, cozinha e quartos, chegou a mencionar em outro momento da narrativa a existência de uma pequena sala de cinema neste ambiente como visto anteriormente.

Em vista das lembranças dos interlocutores sobre as casas das famílias, destacou-se até o momento traçados de suas composições materiais intercaladas com as lembranças dos modos de viver nelas, aspectos reforçados com a percepção de Bachelard (1996) ao mencionar que a casa permite evocar as mais antigas memórias e sonhos. Nesse processo “memória e imaginação não se deixar dissociar”, a casa não vive somente o presente, está entrecortada pelos fios de uma história.

Então, ao tocar na palavra casa, os interlocutores voltaram-se “as lembranças das antigas moradias, as viagens até o país da infância” (Bachelard 1996: 22). Por esse motivo, retomaram-se os devaneios do passado vividos naqueles ambientes como o rigor do pai e as estratégias de controle diretamente ligadas ao simbolismo do “umbigo do boi”, peça utilizada para manter os filhos sob sua autoridade, conforme vistos pelo Sr. Augusto e a fartura de comida na casa da família representada pelas memórias da cozinha.

Na recomposição da trajetória da família do Sr. Augusto Barros na região, os documentos cartoriais assim como de outros interlocutores e não interlocutores permitiram notar os espaços ocupados pelos migrantes em Breves. Então, em 1913 é o primeiro registro de compra da família. O Sr. Leontino da Costa Barros, denominado na ocupação de

comerciante, domiciliado no primeiro distrito (São Miguel dos Macacos) desta cidade adquiriu de Antônio Oliveira também comerciante da praça de Belém uma posse de terras denominada São Sebastião, contendo uma casa construída de madeiras reais coberta com palhas, 5 estradas de seringueiras, plantações frutíferas limitando-se pela parte de cima com o igarapé Aturiá e terras de Cândida Cardoso dos Santos.

Dois anos mais tarde em 1915, o Sr. Leontino da Costa Barros retorna ao cartório para adquirir a propriedade São Raimundo da Boa Esperança à margem esquerda do rio Macujubim, afluente do rio macacos, com casa de madeiras reais, cobertas com palhas diversas, plantações frutíferas, seringal e outras benfeitorias.

Com um intervalo maior de tempo agora em 1920 o Sr. Leontino da Costa Barros reaparece para tomar posse de uma casa situada nesta cidade de Breves na rua da República, coberta com telhas, assoalhada de tábuas contendo quatro portas na frente duas salas de alcova e quintal até a rua Dr. Assis, a casa foi doada pelo padrinho e pai de criação Manoel Azevedo de Mattos. No mesmo ano, adquiriu de Lucas Antônio Furtado e seus irmãos, uma sorte de terras denominada “Retiro” com estradas de seringueiras e outras benfeitorias, situada no rio Jupuhuba, afluente do rio macacos.

Dessa forma, as propriedades adquiridas pelo avô do Sr. Augusto Barros, o Leontino da Costa Barros, demonstram compras no rio Macacos e na cidade de Breves. Nesse último caso em um espaço no bairro Centro, também nas proximidades da Praça da Bandeira, destaca-se na descrição da casa a existência de salas alcovas que para o sentido do tempo estudado, os primeiros tempos do século XX, pode-se afirmar a partir dos estudos de Oliveira (2001) que a alcova é um espaço relacionado à territorialidade e ao espaço íntimo e pessoal, onde o acesso não é permitido a qualquer um.

De 1920, a família somente aparece em negociação nos cartórios no ano de 1945, tendo como negociante o pai do Sr. Augusto Barros, o Sr. Sandoval da Costa Barros, comerciante, adquiriu a transferência de herança de Edila do Nascimento Barros a seus irmãos nas terras Nazaré e Conceição situada no rio Paranacú, afluente do rio Macacos, doação transferida por Maria Nascimento Barros, Raimundo Barros, Jackens Barros, Joana Barros Gonçalves.

Em 1955, Leontino da Costa Barros já mencionado como residente em um terreno da cidade de Breves recebeu de seu tio Antônio da Costa Barros a doação de sessão de herança que lhe coube por falecimento de Faustino Antônio da Costa e Amélia Gomes da Costa, tomado como direitos hereditários.

Na análise das posses passadas para a família do Sr. Augusto Barros, toma-se além das propriedades compradas a herança de família, ampliando seus bens na região de Breves, algo pouco verificado nas documentações cartoriais, embora as certidões de óbitos em muitos casos possibilitem ter uma noção de bens a inventariar, não foi possível uma investida maior nessa documentação, assim como nos inventários pertencentes aos arquivos do Cartório Matos.

Na composição dos espaços da região outros nordestinos ganharam destaque, alguns mencionados pelos interlocutores sobre eles o Sr. José Silva mencionou:

“Coronel Evangelista era um paraibano que morava no Tajapuru Boca do Limão, do tempo que comprava patente. Aqui tinha o coronel Chico Leite, foi prefeito, era cearense. Tinha o coronel Francelino que morava na Boca de Breves, era cearense. Nesse tempo comprava patente de coronel, olha ser coronel dava força política para eles, quando chegavam em qualquer lugar era recebido com honra, davam a melhor cadeira” (José Silva, 2017).

Diante das menções aos “nordestinos” como portadores de patente de coronel o Sr. José Silva apresenta muitas informações esclarecedoras sobre esse grupo denominado como “nordestino” na sua maioria descrita como trabalhadores pobres da seringa e madeira com pouca expectativa de ascensão social, outros aspectos dos coronéis serão mais bem detalhados no capítulo 4.

Dentre esses homens poderosos, ganhou destaque nas documentações como um dos maiores negociantes de propriedades entre os anos de 1913 a 1943, já apontado pelo Sr. José Silva o coronel Francelino Rodrigues da Silva, no tempo em que conviveram morava na Boca de Breves, porém nos livros aparece como residente em Currálinho e Breves locais onde adquiriu e vendeu propriedades.

A começar pela referência mais remota, o ano de 1913 quando vendeu duas pequenas casas situadas na cidade de Breves, construídas de madeiras para Joaquim Lopes Siqueira. Em 1922 o mesmo aparece residente no furo mutum em Currálinho, mas adquirindo de Francisco Martins Barata, residente em Belém Pará, via escritura pública, uma sorte de terras denominada “Benvinda do mal acabado”, que também se denomina rio Caruaca, contendo seringal, plantações frutíferas de madeiras de lei.

Em 1924 reaparece ainda como residente em Currálinho, adquirindo posse de terras situada na boca do furo Mariano com meia légua de frente limites do igarapé Caroçal contendo casa, árvores frutíferas, seiscentos seringueiras, posse São Pedro situada à margem esquerda do rio Guajará. Em 1932 continua comprando mais imóveis em Currálinho.

Já em 1934 volta a adquirir imóveis em Breves, desta vez uma casa na Praça João Pessoa antiga matriz, construída de madeira coberta de telhas de barro, contendo sala, alcova, varanda, cozinha e terreno aforado com título expedido pela prefeitura. Um ano depois já consta nas documentações como domiciliado na cidade.

Em 1941, domiciliado nesta cidade, comprou de Baldemiro José da Silva, domiciliado nesta cidade um terreno na travessa Justo Chermont de 23 metros de comprimento. No mesmo ano vendeu duas casas situadas nessa cidade, construídas de madeira também na travessa Justo Chermont. Em 1942 adquiriu mais três posses de terras no rio Angelim, município de Breves. E em 1943, definido com a profissão de comerciante adquiriu novamente mais três posses de terra no rio Angelim, município de Breves.

Sobre a presença do coronel Francelino Rodrigues da Silva no cenário de negociações de propriedades envolvendo Breves e Currálinho, pode-se inferir muitas questões conciliadas com a narrativa do Sr. José Silva da qual este era um nordestino diferenciado economicamente com relação ao status dados na historiografia para a maioria dos “migrantes” deslocados para a Amazônia. Primeiramente, era um negociante de propriedades então podemos vê-lo nas duas funções tanto de comprador como de vendedor, sem mensurar ao certo uma preferência por um padrão, comprava grandes e pequenas propriedades.

No entanto, uma melhor atenção aos locais onde comprava as propriedades, permite notar novamente locais nobres da cidade passando para as mãos de um nordestino como aquela adquirida em 1934, pelas características verificadas até o momento como uma casa destinada a moradores portugueses. No entanto, suas últimas aquisições na cidade de Breves, as casas a Rua Justo Chermont aquele momento estavam na periferia, pelo contexto das negociações os anos de 1941 apresenta-se como um espaço desbravado para atender ao início do alargamento das fronteiras sociais e geográfica da cidade de Breves.

Outra propriedade de “nordestino”, também ganhou destaque nessa abordagem, a da família Nascimento que viveu no Cumaru atual comunidade Santa Rita no rio Mapuá na casa de dois andares demonstrada na fotografia abaixo até meados da década de 1970 quando se mudaram para a cidade de Breves para fundar a empresa Nascimento e Cia. nas proximidades da cidade.



Figura 15 – Comunidade Santa Rita – Porto Cumaru, 2015 – Fotografia: Dione Leão

O Sr. Orlando Miranda, em conversa informal, mencionou que na casa (branca de janelas e portas azuis) que o casarão de dois andares foi construído na época da retomada das negociações com a borracha no mercado internacional durante a II Guerra Mundial na década de 1940, e na parte de baixo funcionava o comércio e depósito da borracha comprada dos moradores locais. A outra casa ao lado direito é o local onde o Sr. Orlando reside com a família.

Sobre essa propriedade muitas memórias foram desfechadas pelos outros interlocutores, em vista desse espaço como mencionado anteriormente ser um porto de embarque e desembarque de mercadorias, uma parada obrigatória e uma fronteira importante na região por carregar muitas lembranças de negociações de borracha entre o patrão Antônio Joaquim Nascimento e os “seringueiros nordestinos” que viviam na região do Mapuá.

Sobre o Sr. Antônio Joaquim sabe-se através das memórias do neto que:

“ Ele morava aqui num barracão, aqui embaixo, pra lá da comunidade São Benedito, um barracão enorme lá, chamado São Gabriel. Aí depois que ele comprou uma fazenda lá para o Cururu, ele desmanchou o barracão e levou para lá, para fazer outro lá. Ele negociava seringa e farinha e depois que ele foi para o Cururu, os filhos dele ficaram, um ficou no Cumaru o tio Raimundo Nascimento e o meu pai foi lá para o lago do Socó, lá

em cima, mas ele aviava aí nesse barracão do São Gabriel. O velho comprava a mercadoria e aviava os filhos” (Joaquim Nascimento, 2017).

Então se vê o caráter de mobilidade do Sr. Antônio Joaquim Nascimento, ele morou no Cumaru, São Gabriel e por último Cururu, onde veio a falecer, porém antes disso manteve um papel consolidado de patrão na região como já apresentado anteriormente, chegando também a aviar mercadorias para os filhos até os negócios dos mesmos se consolidarem.

Nos documentos cartoriais as transações de terras realizadas por ele vão de 1932 a 1942, estão registradas pertencentes apenas ao rio Mapuá, como a adquirida em 1941 constando como um quinhão de terras São Paulo antigamente denominada Ribeiro, com cento e quarenta hectares contendo três caminhos de seringueiras, árvores frutíferas, o transmitente foi Firmino Gomes Pereira por escritura.

No mesmo ano adquiriu outras terras conhecidas pelas narrativas dos interlocutores, demonstrando os espaços por onde se consolidou, fora da área de poder dos Horta e Félix como o rio Canaticu, Laguinho, Jupati e Lago do Socó que recebeu do transmitente Manoel Pantoja e Antônio Gonçalves aquele tempo domiciliado no município.

Nessas documentações as negociações eram realizadas também com “nordestinos” e seus descendentes, mostrando uma rede de preferência de compra no espaço onde estabeleceu como sua área de influência. Assim, em 1942 adquiriu dos lavradores nordestinos Luciana Rodrigues Ciryaco e Lourenço Cyriaco uma parte do terreno “por não ter remédio” no rio Mapuá e na atualidade apenas “Sem Remédio” onde vivem descendentes da família.

Outro nordestino despontou nas memórias de Dona Vitória Nogueira, chamado por ela de Zé Nobre, não é bem lembrado por ela, diz apenas que era “*ruim, maltratava a gente*”, referindo-se a exploração decorrente do sistema de aviamento relacionando ao pai, pois era criança quando estava no auge dos negócios dos primeiros tempos da borracha na região. Sobre ele eu pergunto: Onde era o barracão dele? Sua resposta foi:

“Perto da seringueira no igarapé São Remédio. Ele morava numa casa comprida, coberta de telhas, tipo um chalé grande, tinha comércio também, mas quando lembro já tinham ido embora, a velha Teté (esposa dele) passou para o São Gabriel e eles compraram a outra parte” (Dona Vitória Nogueira, 2017).

As características dadas por Dona Vitória Nogueira sobre o Sr. José Nobre, dão a entender ter ele vivido na região por volta do final do século XIX e meados do XX, até mesmo pela carência de lembranças sobre ele, somente essa interlocutora conheceu-o,

recordando de forma fragmentária as relações com ele, até mesmo pela idade em que conviveu com ele, mencionando as características da propriedade de José Nobre ao molde das outras famílias de patrões da borracha já descritas.

Nas documentações apenas uma referência sobre o Sr. José Nobre, datando do ano de 1905 quando adquiriu de Leopoldo Antônio Bahia e sua mulher Dona Rosa Francisca Bahia residentes no rio Mapuá uma posse de terras devidamente registrada denominada Nazareth à margem esquerda do rio Mapuá com barracão coberto de palhas, trapiche de madeira, vinte estradas de seringueiras, muitas árvores frutíferas e demais benfeitorias existentes, terreno plano e alagadiço.

Em continuidade às propriedades de nordestinos, até então, se falou das casas desse grupo e de portugueses proprietários de comércio e terras na região, entretanto os espaços estudados como vimos no capítulo 2 era ocupado por pessoas de diferentes níveis sociais, nas quais estavam aqueles genericamente chamados de “seringueiros” e que tinham suas formas de morar diferenciadas daquelas já expostas, deles apenas uma interlocutora explicou como era a casa em que vivia com a família, permitindo perceber as diferenças existentes na região a partir também deste recorte.

Dona Vitória Nogueira, ao recordar de sua casa menciona: *Nossa primeira casa lá em Juliana era assoalhada de banda de umbaúba e açazeiro, bacabeira e paxiúba*. Ela assegura: *mas se fosse de paxiúba já era bonita!* Apresentando nesse trecho as árvores de palmeiras utilizadas para a confecção da sua casa do passado para explicar que se tratava de alternativas mais baratas, porém de menor durabilidade, com exceção da paxiúba considerada mais resistente e cara, fora do padrão das casas de “seringueiros”.

Logo, a forma de construir e de trabalhar nos seringais amazônicos de modo geral envolvia a retirada somente da matéria-prima necessária da floresta, sem destruir o meio ambiente, viabilizando um jeito peculiar de construir casas “traduzido no *modus vivendi* também vivenciado nessa arquitetura” (Lima 2010: 85).

Sem conhecer as técnicas de construção local o migrante “nordestino” foi capaz de aplicar conhecimentos práticos, colhidos no cotidiano das relações com a natureza para construir sua moradia dentro de seu tempo e da realidade que lhes era apresentada nos locais de destino. A casa àquele contexto tinha como prioridade “protegê-los dos animais ferozes e abrigá-lo das intempéries naturais” (Lima 2010: 189) comuns nos ambientes amazônicos.

Nesse contexto, essa forma de construir em toda a região foi herdada de conhecimentos interculturais, desta vez “o índio e o caboclo” enquanto conhecedores das técnicas de construir nas florestas foram a base para as construções dos “seringueiros”.

Porém, “com o passar do tempo, as diversidades climáticas e as necessidades de abrigo dentro de um conceito cultural e familiar diferente daquele do indígena e do caboclo”, o seringueiro ampliou o tamanho da casa, ousou nas técnicas construtivas e novos modelos, atrelando a bagagem cultural, às lembranças das casas do Nordeste (Lima 2010: 189) e as novas necessidades impostas na região.

Dona Vitória argumenta que o modelo da sua casa era o seguido pelos outros nordestinos da época com exceção de Antônio Joaquim Nascimento e os filhos residentes no Cumaru e São Gabriel. Porém, argumenta que na atualidade a casa é diferente daqueles tempos, ela explica: “*com o tempo a gente construiu uma casa melhor, essa que eu moro agora lá no Torão é parecida com essa aqui*”, pois a entrevistei na casa de um sobrinho como mencionado no capítulo 2, por todas as circunstâncias naturais apresentadas na região.



Figura 16 – Casa temporária de Dona Vitória Nogueira no Mapuá, 2017 – Fotografia: Dione Leão.

Dessa forma, demonstro a fotografia (fig.15) do lugar em que Dona Vitória se encontrava pertencente a um de seus sobrinhos por apresentar um modelo comum desses moradores descendentes de “seringueiros nordestinos”, as propriedades quase sempre são localizadas lado a lado com a parentela, cercadas de açaizeiros ou outras árvores frutíferas, assim como plantas ornamentais e hortaliças, existindo ainda a casa de forno, algo muito

comum nos lugares pesquisados onde a família se reúne para produzir farinha de mandioca também existente na propriedade, mas não visualizados nessa imagem.

Desse modo, na arquitetura de rios e florestas, as construções dos nordestinos mais empobrecidos eram feitas com o material mais natural, retirados da natureza, no entanto na atualidade são intercaladas com os industrializados como a telha de amianto ou fibrocimento (brasilit) observada na fotografia que substituiu a palha de ubussú. A madeira utilizada na atualidade também é de maior durabilidade que os materiais mais alternativos retirados da floresta como observado anteriormente.

Conforme descrito acima os métodos tradicionais de construção não afastaram a existência da criatividade individual de seus donos, isso porque as técnicas para a construção das casas são ensinadas de geração em geração e sempre contam sobre sua cultura, sobre as tradições locais, mas diz ainda sobre a liberdade no ato de criar (Zaluar 2007: 134-135).

Em linhas gerais, um olhar sobre as propriedades de “nordestino” e “portugueses” através das narrativas e as pinturas permitiu apresentar como os imóveis estavam dispersos por vilas e comunidades dos espaços de rios e suas composições, na cidade relativo as primeiras ruas do bairro Centro, o único bairro existente até 1970 e nessa interlocução abrir espaço para discutir a ressonância dessas construções nas memórias dos interlocutores. Além de dimensionar como os espaços da cidade foram transformados ao longo de décadas por meio de aberturas de novas ruas, prédios públicos, bens e serviços numa tentativa de entender os espaços do presente.

3.3.2. Os imóveis dos “judeus”

Sobre as propriedades dos “judeus” e seus descendentes entrevistados começo com a casa de Dona Maria Rodrigues Farias, moradora da vicinal 5 estrada PA 159, um espaço muito simples com uma sala, quarto e cozinha, um pequeno sítio repleto de árvores de açaí e outras frutas onde a mesma reside com o esposo, demonstrada abaixo.



Figura 17 – Casa de Dona Maria Rodrigues Farias, estrada PA 159, vicinal 5 Breves, 2017. Fotografia: Dione Leão

Essa é uma propriedade localizada em um espaço diferente dos outros lugares estudados, não existe rio nas proximidades, algo peculiar para a moradora que como mencionou no nosso primeiro contato ainda não ter se acostumado com essa nova realidade, pois na infância e juventude viveu nos espaços de rio onde a família de ascendência judia, os Farache estabeleceram moradia e negócios.

A interlocutora também tem uma casa na cidade de Breves, para onde se desloca constantemente, geralmente nos finais de semana. Sobre a casa da família não mencionou lembranças no momento da entrevista, porém os documentos cartoriais identificaram a presença dos Farache em diferentes espaços da região, uma dessas já mencionadas anteriormente vendendo uma casa em local nobre da cidade no final do século XIX para o português Emydio do Nascimento Ferreira.

Em 1915 os dois voltam em cena desta feita é Jacob Farache Rodrigues, pelo sobrenome ascendente de Cantídio Farache Rodrigues pai da interlocutora Maria Rodrigues Farias. Jacob aparece como domiciliado neste município de Breves, identificado na função de lavrador que adquiriu uma posse de terras e seringais registrado pela intendência municipal, cujo título foi expedido em nome dos primeiros ocupantes Emydio do Nascimento Ferreira em 30 de março 1894 denominado Boa Vista de São Sebastião às margens esquerda do rio Jaburu medindo 1.200 metros de frente sobre 3 mil metros de fundos, contendo casa de madeiras reais, plantações frutíferas e oito estradas de seringueiras.

Desse modo, os Farache ocuparam parte do rio Jaburu, assim como os Sarraf apresentados nas documentações apenas nas décadas de 1960, porém conforme mencionado anteriormente por meio das narrativas de Dona Jacira Caetano existe a possibilidade de estarem na região desde o início do século XX. Íria Chocron mencionou que existem possibilidades do avô Abraham Chocron pode ter vindo também para região juntamente com os Sarraf, criando uma teia de relacionamentos entre as duas famílias.

Dessa forma, em 1964 Samuel Sarraf adquiriu do governo do Estado do Pará um terreno situado no rio Jaburu, denominada “paraíso do Jaburu” medindo três mil metros, por dois mil ditos de fundos, contendo casa de moradia habitual e trapiche. No mesmo ano Júlio Samuel Sarraf, comerciante domiciliado no município de Breves adquiriu uma sessão e transferência de direitos hereditários de herança deixados pelo falecimento de Samuel Sarraf, sendo os transmitentes: Sara Botibol Sarraf, Estrela Sarraf, Raquel Sarraf, Leonor Sarraf, Abraham Nazacoth domiciliados na capital do Estado.

A descrição apresenta várias informações referenciais para a presença do grupo na região, o primeiro é a ideia de “uma moradia habitual” generalizante do cartório que encobriu o tipo de habitação da família. A propriedade passou de Samuel Sarraf para Júlio Samuel Sarraf que por sua vez adquiriu a partir de sessão de transferência de herança a propriedade em questão.

Outro ponto importante é a dispersão da família Sarraf para Belém, uma característica marcante na trajetória do grupo pela Amazônia conforme mencionado no capítulo 2. Outro ponto a observar são os indicativos de laços de casamentos com outras famílias como os Bothebol ou Botibol, o próprio pai de Dona Jacirema casou com Léa Bothebol significando um casamento entre grupos iguais, muito comum entre os judeus como será apresentado no capítulo 4.

Nesse sentido para além das famílias Chocron, Farache e Sarraf as quais encontrei descendentes na região, a documentação cartorial permitiu reconstruir em parte a

passagem de outros grupos não rememorados na atualidade. Ao todo foram encontradas as famílias: Athias, Siqueira (segundo sobrenome de Abraham Chocron), Roffé, Gabbay, Barcessat e Bermeguy, Sarraf e Farrache já mencionadas anteriormente.

Dessa forma, as documentações indicaram um movimento grande de transações comerciais realizadas por esses grupos de 1904 a 1964, significando que os “judeus” eram atuantes na região, embora não apareçam em outras documentações e até mesmo nas memórias da população, sendo difícil reconstruir a passagem deles pela, constituindo-se esta uma forma de trazê-los à cena.

Sigo então, com a família Roffé na pessoa de Isaac Jaime Roffé proprietário de uma firma e com comércio na capital Belém, ele adquiriu em 1906 uma posse de terras, situada no rio Ituquara deste município de Breves, com 500 braças de frente e fundos competentes, contendo uma casa de madeiras de lei, coberta com palhas e telhas, toda assoalhada de tábuas, quatro barracas cobertas de palhas, 13 caminhos de seringueiras com 1300 pés em estado de corte, laranjeiras, cacauzeiros e outros tantas plantações, comprou de Araão Mosiel, domiciliado no município de Breves.

Em 1913 Isaac Jaime Roffé e companhia adquiriu uma “sorte” de terras com seringais, barracão e outras benfeitorias denominada “Bom Jesus” e “São Pedro”, situada nesta comarca de Breves, rio Mapuá e em 1917 adquiriu sorte de terras denominada São Bento, às margens esquerda do rio Mapuá com 750 braças de frente contendo 13 caminhos de seringueiras e diversas plantações, não foi possível ver o transmitente.

Assim, na leitura da documentação verifica-se que a família Roffé adquiriu bens em Breves, mas era residente em Belém, sendo a única a viver na região foi Merian Roffé Athias, esposa de Fortunato Athias de quem já falei anteriormente. Foi essa ligação com esses bens adquiridos pelos Roffé que a trouxe para a região do Ituquara, local onde a família se estabeleceu e criou vínculos.

Em 1904, o esposo de Merian Roffé, Fortunato Athias, comerciante, proprietário no rio Ituquara, adquiriu de Jaime Bondrihen, uma sorte de terras denominada Jaburu dos Marques, antes Jaburu dos Araújo, na costa do Jacaré município de Breves, com mil braças de frente e duas mil braças de fundo, contendo um barracão de madeiras de lei, coberta de palhas, dezesseis estradas de seringueiras com cerca de mil e seiscentos pés em estado de corte, plantações de árvores frutíferas, dois roçados de milho anão e quatro barracas para o fabrico de borrachas.

Além dessa propriedade Fortunato Athias no mesmo ano também adquiriu outra propriedade, no mesmo ano, no rio Ituquara demarcando a área de ocupação da família

denominada Livramento do Ituquara também conhecida por Boa Vista, situada na Foz do rio Ituquara, costa do rio Jacaré Grande, medindo 500 braças de frente e fundos correspondentes onde a família viveu por muitos anos, o Sr. Juarez Cavalcante relembra que por muitas vezes frequentou a casa dos Athias, pois fazia negociações de produtos extraídos da floresta como borracha e madeira na propriedade.

“Eu lembro da casa era grande de madeiras, coberta com telhas de barro, eles tinham várias estradas de seringueiras e muita plantação de frutas, a casa tinha um comércio na frente onde negociam borracha, tinha uma varanda, era tipo um chalezão” (Juarez Cavalcante, 2016).

Nesse sentido, continuo a apresentar as propriedades adquiridas por eles, no sentido de contribuir com essa discussão, inserindo outra família lembrada pelo Srs. José Silva e Juarez Cavalcante como atuantes nos espaços de rios e florestas, especialmente o rio Jaburu, recordaram-se de Isaac Gabbay e um de seus descendentes Amor Gabbay, mas sem poucas menções as atividades sociais do grupo. Salvo as ligações econômicas realizadas com a família do Sr. Juarez Cavalcante relativos à compra e venda de borracha.

As referências mais remotas sobre os Gabbay na região estão no ano de 1919 quando Isaac Jacob Gabbay comerciante no município de Breves, dono da posse de terras denominada Nazareth composta por casa de madeiras reais, cinco estradas de seringueiras em estado de corte, diversas plantações frutíferas, no rio Japu afluente do rio Companhia. E em 1923 adquiriu outro imóvel denominado Conceição com seringais e cacauzeiros no rio Jaburu, escritura pública, o mesmo adquiriu outra propriedade no mesmo ano, denominada Santa Júlia no rio Bahiano com casa, seringal, cacauzeiros, benfeitorias.

Logo, os livros do cartório apresentam uma regularidade de compras de terras em nome de Jacob Gabbay entre os anos de 1919 a 1938 localizadas especificamente nos rios: Buissú, Baiano, Curumuzinho, Muntunquara, Jaburu, Frechal, Curumu, Tajapurú, Palácio de Cristal e na cidade de Breves, uma demonstração dos espaços ocupados na região pela família Gabbay. O tamanho da propriedade variava de 15 a 110 ha e o número de bens nelas existentes incluíam: casa de madeiras de lei, seringais, animais, plantas, árvores frutíferas, estradas de seringueiras, sendo que na cidade efetivou a compra de uma casa estilo sobrado na antiga rua da república com 7 m e 70 cm de frente e fundos correspondentes, confinando de um lado com o sobrado do português Antônio Barros e de outro com a Avenida Rio Branco, o transmitente foi a prefeitura municipal de Breves.

Das negociações registradas sobre os Gabbay no cartório Dário Furtado, embora a incidência apareça no nome de Jacob Gabbay como o grande comprador, em 1923 uma

mulher da família, Dona Alegria Athias Gabbay, adquiriu uma propriedade composta com seis estradas de seringueiras, barracão com trapiche, propriedade Santa Cruz, comprou de Levy e Simão, via escritura pública, demonstrando para além do tipo de bem adquirido a inserção do sobrenome Athias, uma abertura mais uma vez para a compreensão de possíveis alianças entre as duas famílias.

Entretanto, uma informação significativa foi apresentada no ano 1969 pelas documentações cartoriais, momento em que as propriedades registradas em nome dos Gabbay na região de Breves foram vendidas para a empresa Bruynzeel Madeiras S/A, Brumasa com sede em Macapá – AM. apresentando com isso explicações para na região não existir referências aos descendentes na região determinadas pelas negociações registradas em cartório. Ainda, permite notar a mudança de ramo na economia de Breves a partir das compras das empresas madeireiras dos antigos seringais da borracha para dar lugar a outro negócio.

Relacionados com os imóveis adquiridos por outro “judeu” Abraham Siqueira assim denominado nas documentações, mas na narrativa de Iria ele é o avô Abraham Chocron como explicado no capítulo 2, as informações adquiridas mediante as transações cartoriais localizaram os anos de 1904 a 1943 como o período em que comprou propriedades na região de Breves, especificamente no rio Macacos localidade onde montou seus negócios comerciais. Assim como a composição da maioria das propriedades já expostas adquiridas pelos outros grupos como um padrão na região, estas também incluíam barracas, estradas de seringueiras e árvores frutíferas como cacauzeiros, porém em 1925 mencionou-se as árvores de madeiras de lei em suas propriedades como diferencial.

Ainda sobre as propriedades adquiridas por “judeus” foi registrado a presença de mais três famílias em negociações pela região, embora em menor incidência que as outras, destaco aquisições feitas em 1925 por Moisés Barcessat das terras denominada “Macacos” às margens do rio Jacarezinho com área de 194.000 hectares com uma casa construída de madeiras de lei e doze estradas de seringueiras, árvores frutíferas pertencente a Francisco das Neves.

Pela menção da venda realizada em 1973 por Moisés Barcessat, já aposentado, e sua esposa Ana Athias Barcessat das suas posses de terras na região de Breves para Bianor Soares de Sá, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado no lugar Santana do jacarezinho proprietário de uma firma importação e exportação de madeira, entende-se a ausência dessa família na configuração atual da região e uma possível transferência para outra cidade ou país ocasionado pela venda total de seus bens em Breves.

Já em 1934 foi identificado José Benzecry domiciliado em Belém, comerciante, adquirindo uma casa térrea situada na cidade de Breves à rua da república, coberta de palhas, assoalhada de tábuas, contendo duas salas, corredor, varanda, puchada, gabinete e cozinha, medindo 65 palmas de frente e de fundos, limitando-se de cima no igarapé que serve de divisa com terreno de José Pena Dantas e de baixo com José Baratinha e nos fundos com igarapé, seringal e plantações, adquiriu a posse de João França.

Em 1955 foi a vez de Isaac Peres Bermeguy, comerciante domiciliado no rio Jaburuzinho terreno de Breves adquiriu de Guiomar Vilhena Pereira e Valdenor Pereira as terras “Santana” contendo três estradas de seringueiras de corte Santa Maria de Belém com duas estradas de seringueiras de corte situadas no rio Tauajuri município de Breves.

Desse modo, as documentações cartoriais mostraram a composição das propriedades dos “judeus” centralizadas nos espaços de rios, especialmente os rios Jaburu, Macacos, Itaquara e Buissú.

3.3.3. Vilas operárias e serrarias de “estrangeiros”.

Por último apesar de não existir nas documentações cartoriais detalhes sobre as propriedades dos “americanos” na região, encontrei em visita à vila Lawton no rio Jaburu no mês de janeiro de 2018 traços de uma arquitetura adaptada por esses grupos no lugar, algumas delas preservadas pelas famílias ali residentes: Família Dias e Gomes.

Quando chegamos àquela localidade depois de aproximadamente uma hora viajando em uma lancha, dirigida por Dona Nazaré Dias a proprietária do lugar ancoramos na vila Lawton, uma propriedade medindo mais de 1.000 ha, segundo informação de seus moradores, composta por alguns bens incluindo: uma serraria e duas casas, um trapiche, uma ponte e sem esquecer as inúmeras árvores frutíferas existentes no lugar.

Dentre esses lugares está o “casarão” (fig.?) como é denominada pelos moradores a casa construída pelos “americanos” da família Lawton na década de 1980 que nela revezavam moradia entre seus membros a cada dois anos.



Figura 18 - Casarão de madeira construída por americanos na vila Lawton, 2018 – Fotografia: Dione Leão

A casa mediante a informação do Sr. Benedito Dias o atual proprietário mantém o modelo original, no entanto alguns materiais foram substituídos no seu interior por conta da ação do tempo e de alguns agressores externos (cupins) que destruíram a madeira (compensado), sendo necessário a troca das paredes internas para madeira de lei. Como visto na imagem a casa é rodeada de varanda e em todas as direções é possível visualizar toda a propriedade. No seu interior chama a atenção o estilo americano de três ambientes integrados: a cozinha, a sala de estar e jantar tornando as relações familiares mais dinâmica e interativa como notado em momentos de pesquisa, praticamente é o lugar mais utilizado da casa.

Da varanda do “casarão”, avistei outra casa e logo perguntei sobre o imóvel, com arquitetura bem diferenciada do “casarão de Dona Nazaré, fui informada que a mesma fazia parte da propriedade e que naquele lugar morava uma professora e sua família e nas palavras do Sr. Benedito Dias em conformidade com a de Dona Nazaré Dias a esposa, Dona Neide como chamam a moradora “*sabe contar muita coisa sobre a casa e sobre a vila, ela trabalhou com os Lawton*”. Essa foi uma informação fundamental para desvendar muitos aspectos sobre a casa dos americanos na vila.

Assim, após algumas horas Dona Nazaré Dias acompanhou-me em uma visita a casa de Dona Neide (fig. 17). Ao chegar na casa, a professora mencionada era uma ex-aluna do Plano Nacional de Formação dos Professores (PARFOR), uma surpresa agradável, pois quebrou aquele estranhamento inicial comum ao primeiro encontro com os interlocutores, como mencionado no capítulo 2. Ela mora na casa em que viveu a família de Chip Lawton (fig.18), um modelo peculiar para a região, construído de acordo com o fluxo das águas ou “*de comprido para o rio*” como foi definida por ela para indicar a diferença das casas dos moradores naturais da região.



Figura 19 – Casa de madeira construída por americanos na década de 1970 – Fotografia: Dione Leão

Nessa casa, Dona Marineide morou vários anos com essa família, quando perguntei sobre a casa e as lembranças dela sobre a família e a vila, foi buscar um álbum de família de onde retirou uma fotografia e disse: “*Eles que moravam nessa casa que eu moro, esses eram os Lawton quando o último dono saiu daqui pediu para o seu Binga (Domingos Dias) que era o novo dono deixar a gente ficar aqui*”. Após essas explicações passou a identificá-los na fotografia: “*O menino Asbury tinha oito anos e a menina Hoxana seis quando eu tomava conta dele, Cameron era o mais novo, nasceu no Pará em Belém e veio para cá, mas a Melissa a mãe deles ficou toda a gestação nessa casa e depois que teve ele, voltou para cá*”.

As memórias reacendidas pelas lembranças da casa em conjunto com a imagem permitiram recompor parte da vida de Marineide vividas na casa que herdou por viver muitos anos tomando conta do local, por esse motivo as suas descrições sobre os Lawton são sempre regadas a sentimentos de gratidão, esse ponto ficou visivelmente destacado, pois a relação dela com eles era mais intensa que a maioria dos trabalhadores da vila localizada do outro lado do rio, inclusive no verso da referida fotografia havia a seguinte dedicatória: “Para la família de Neidinha”. Um indício de que a relação era recíproca.

Por último, mas não menos importante, alguns aspectos das vilas e das serrarias construídas por “estrangeiros” na região, a começar pela empresa Breves Industrial Sociedade Anônima conhecida como BISA anteriormente visibilizada na pintura (p.118) tantas vezes lembrada nas vozes dos interlocutores como um patrimônio marcante na paisagem da área central da cidade até a década de 1970 quando a mesma abriu falência e foi arrematada em leilão federal por empresários locais. Em decorrência dessa ação judicial a composição original da empresa foi totalmente descaracterizada para atender aos anseios dos novos proprietários. Do patrimônio apresentado na pintura resta apenas uma parte do imóvel onde na atualidade funciona a loja Marajó Tecidos.

A área da empresa perfazia um quarteirão àqueles tempos da principal rua da cidade. E em diálogo entre as fontes escritas na intenção de recompor aspectos da materialidade dos bens constituídos pela empresa apresento informações retiradas do livro de compra e venda do cartório Dário Furtado no ano de 1924 quando a empresa Moinhos de Breves Ltda., primeira designação da BISA efetivou a compra de uma quadra de terreno local para construir parte do patrimônio apresentado na pintura de Neco.

Segundo a descrição cartorial do imóvel adquirido, a área exibida na pintura da empresa madeireira equivalia a um total de 3.066 m² sendo 73 m. lineares de frente. Limitando-se pela frente com a Avenida Coronel Amado (atual Presidente Getúlio Vargas), pelo lado direito com a Praça da Matriz (esquina com a atual Av. Rio Branco), pelo lado esquerdo com a Travessa São Sebastião (em frente à Praça Dário Furtado) e pelos fundos com a Rua Dr. Assis (atualmente Wilson Frazão), sendo o transmitente do terreno a prefeitura municipal de Breves através de título de posse.

Em 1950 a referida empresa ampliou novamente o patrimônio com a aquisição através da prefeitura municipal de Breves de um prédio conhecido por porto Getúlio Vargas às margens do rio Parauaú medindo 1.005 metros de terreno urbano que também aparece na pintura de Neco, espaço onde as experiências de contatos com o “estrangeiro” e os trabalhadores da mencionada empresa ocorria com maior regularidade.

Em 1972, a propriedade em evidência também foi descrita em título de averbação redigida no mesmo cartório permitindo dimensionar o conjunto de bens construído. Na documentação a propriedade é descrita como “parque industrial” por conter conforme declaração firmada pelo diretor da empresa na época o Sr. Leônidas Sertório Silva de Miranda os seguintes bens:

Um galpão destinado às instalações de força e oficinas, possuindo fundações em concreto armado, estrutura metálica, fechamento lateral e cobertura em telhas de zinco; um galpão destinado às instalações da serraria com pisos em diferentes níveis em madeira de lei e cimentado, cobertura em telhas de zinco com área construída de 1.260 m²; uma casa destinada às instalações de estufa, possuindo estruturas em concreto e madeira, cobertura em telhas galvanizadas, forro em madeira e chapas galvanizadas; um prédio destinado à instalação de restaurantes com estruturas e paredes de madeira, piso cimentado; um prédio destinado à escola com estrutura de madeira e coberta com telhas de barro; um trapiche construído em madeira de lei destinado à atracação de embarcações com 96 m² de área total.

A descrição documental sobre a materialidade da empresa demonstra pontos que ultrapassam as estruturas compostas por madeira, zinco, cimento, telhas para fazer pensar que nesses espaços também existiam interações entre os grupos que foram vistos nos estudos das documentações cartoriais sobre o patrimônio da empresa reconstituído por meio de vestígios das relações sociais entre diferentes grupos de migrantes sendo possível trazer outras informações sobre o patrimônio industrial edificado pela empresa.

Trata-se da presença do gerente Archibal Roy Cox, citado no documento como o procurador da empresa na região, casado, natural da Inglaterra, com residência fixa na cidade a qual inclusive serviu de espaço para a cerimônia civil do enlace matrimonial entre o português Joaquim Rodrigues Leite, operário da empresa com Aracy da Costa Paulo natural do Pará dos quais o mesmo foi o padrinho, considero esta uma informação importante por apontar a presença de ingleses nos primeiros anos da empresa na região e atentar para as generalizações do termo “estrangeiro” nas composições das memórias locais.

A documentação ainda colocou em discussão a nacionalidade dos fundadores da empresa Moinhos de Breves, pois poucas informações foram mencionadas pelos moradores mais antigos, na maioria das vezes foram genericamente denominados de “alemães”, em seguida a empresa teria passado pelas mãos de “portugueses” e por fim para “americanos”.

Porém, em um registro de casamento do ano de 1926³² foi mencionada a existência da nacionalidade inglesa atribuir outras experiências de contatos interculturais em pauta.

A possibilidade de mudança de proprietários da empresa até então Moinhos de Breves sob as mãos de alemães ou ingleses, não cheguei a uma conclusão quanto a isso, pode ter ocorrido em 1943 quando surge nessas documentações o uso da nomenclatura de Breves Industrial Sociedade Anônima (BISA) que tinha os portugueses como grupo majoritário na gerência, momento em que ampliaram o espaço da empresa ao adquirir um terreno urbano, situado na cidade de Breves entre a rua Dr. Assis e avenida rio branco (próximo ao Banco do Brasil), com uma área de setenta mil quatrocentos e sessenta metros quadrados vendidos pela empresa moinhos de Breves.

Nos finais da década de 1930, a empresa Corcovado ganhou destaque no cenário local e marcadamente nas memórias dos moradores de Breves, o primeiro ramo da empresa não foi necessariamente na madeira e sim de beneficiamento e exportação da borracha, descrita como a grande aviadora do segundo momento da borracha no Brasil como já mencionado no capítulo 1 somente após a desaceleração do produto a empresa mudou para o ramo da madeira em meados de 1960.

As informações encontradas nas documentações possibilitaram desvendar primeiramente as intenções de compras de imóveis na região realizadas por Áthila Bebiano o empresário carioca domiciliado em Belém que fundou a vila partir de 1935 quando adquiriu de Norberto de Oliveira Pantoja dos Santos a posse de terras situada à margem direita do rio de Breves contendo casa de moradia, plantações frutíferas, medindo 1400 metros de frente e quinhentos de fundo, comprou de Norberto de Oliveira Pantoja dos Santos e outros por escritura pública. Em seguida o empresário comprou as terras de Ismael Antônio da França e sua mulher Raimunda Pereira Maia, denominada São Roque, Santo Antônio e Espírito Santo, todas as margens esquerda do rio de Breves, contando mil e cento e oito hectares.

Porém, foi somente em 1938 que Athila Bebiano agora domiciliado na região no lugar Corcovado industrial e proprietário adquiriu sorte de terras denominada “Corcovado”, à margem esquerda do rio de Breves ou Parauaú, município de Breves, primeira circunscrição, afeta a forma de um polígono irregular com quinze lados, medindo 4. 646,829 metros quadrados destinados a indústria extrativa da borracha sendo o transmitente a intendência do Estado do Pará.

³² Livro nº 03 – Casamentos 1924 – 1929, p. 30.

Desta maneira, um fio dessa tessitura sobre a origem de Corcovado e o período, não lembradas por meio das memórias dos moradores de Breves permite acompanhar o processo de aquisição e consolidação da empresa na região, o tamanho da propriedade e por fim os interesses do governo através da venda de terras para o empresário em estabelecer a indústria nesse período como visto no capítulo 1. Reitero que nessa vila vivia uma população composta por muitos grupos de nordestinos arregimentados pela política de Vargas na década de 1940 relevantes para compreensões do lugar, na atualidade composta por raras ruínas das edificações e as moradias da população local que em pouco tem a haver com aquela que trabalhou na empresa.

Assim, mediante a pesquisa sobre as madeireiras implantadas na região, um número considerável delas foi rastreado na região, sendo o ápice das aquisições entre os anos de 1959 a 1975. Em linhas gerais conhecer essas transações comerciais permite entender também as interações através da compra e venda entre os grupos sociais dentre eles os migrantes que adquiriram ou venderam os imóveis para construir as indústrias de madeira.

Em 1959 despontam nas documentações as primeiras informações sobre Companhia Agrícola e Industrial de Madeiras da Amazônia Limitada mencionada por D. Laura no primeiro capítulo, era sediada na capital do estado e representada neste ato por seus sócios Elias Jorge Sauma e Jaime Delgado Martins, brasileiros, casados, industrial, domiciliado e residentes na cidade de Belém, adquiriu estabelecimento industrial denominado serraria São Miguel dos Macacos, situada no município de Breves, neste estado que comprou o estabelecimento com todas as sua terras, construções, maquinismos, embarcações, acessórios a outorgada promitente compradora, companhia agrícola e industrial de madeiras da Amazônia Ltda., pelo preço certo de seis milhões de cruzeiros. A transmitente foi a companhia Atlântida de madeiras S.A também sediada na capital do estado representada neste ato por seu diretor Dário Magalhães e José Mendes, brasileiros, casados, industriais, domiciliados e residentes na cidade de Belém.

Sendo que nos livros de transcrições de imóveis o maior número de compras e vendas envolvendo indústrias estrangeiras não estão concentradas em Breves na década de 1960, mas no cenário como alvo de compra de grupos de “americanos” até a década de 1960, observou-se a concentração nas áreas de Portel, Currálinho e Bagre.

Em Breves a passagem de “estrangeiros” em negociações de terras no cartório parece em 1961 quando Ivo Von Kirschen, nascido na Tchecoslovaquia, solteiro, maior, industrial ne Marjorte B. Kovler, porém naturalizados e domiciliados nos Estados Unidos adquiriram de Thomé Vilhena e Companhia as terras denominada “Itororó” situada à margem

esquerda do rio Jacundá na comarca de Breves, deste estado com 2000 braças de frente e 2000 ditas de fundos, contendo uma barracão construída de madeira e plantações diversas.

Outra referência foi de Henry e Dalrymple, industrial, domiciliado nos Estados Unidos da América do Norte que adquiriu no município de Breves (não determinada a localidade) em 1964 de Holie Mc Glohn, industrial e sua mulher Mary Maak Mc Glohn as seguintes posses de terras: Bragança, com 227 hectares; Santa Luízia, com 400 hectares; São Sebastião I, com 50 hectares; Boca de Snopan, com 315 hectares; Castanhal, com 500 hectares; Nazaré I com 275 hectares; Nazareth do Jaburuzinho, com 400 hectares; Santa Helena com 460 hectares; São Cristóvão com 220 hectares; Olaria também conhecida por Nazareth II com 400 hectares; Cruzeiro do Jaburuzinho com 37 hectares.

Em observação a compra de terras por madeireiras verificou-se que os anos de 1970 e 1971 houve uma intensificação de compras para a instalação de madeireiras na região, especialmente pelas empresas com sede em Belém BRUMASA e BERMASA, porém não sendo possível verificar a origem de seus donos.

Com relação à família Nascimento com uma trajetória até o momento marcada na região dos Mapuá, em 1972 é possível acompanhar esse processo de transição e consolidação de um dos membros da família representante da firma Nascimento e Cia representado pelo sócio solidário Lourival Santos Nascimento, brasileiro, casado, industriário adquirindo uma gleba de terras denominada São João situada à margem esquerda do rio de Breves, espaço utilizado para montar os negócios da madeira na região.

De 1972 a 1975 surge nas documentações outras empresas “estrangeiras” e nacionais instalando-se na região de Breves, é o caso San Jose Indústria Reunidas de origem espanhola que adquiriu posse de terras denominada São Félix conhecida como vila Dico em 1972, situada a margem esquerda do rio Aramã, Santo Antônio do rio Maratauí, uma parte de terras denominada depósito à margem esquerda do rio de Breves. A Exportadora de Madeiras Norte Sul Ltda. (NORSUL) em 1973 adquiriu uma terça parte da posse de terras denominada Santa Cruz situada à margem esquerda do rio Jaburu, mil metros de frente por mil de fundos. E em 1975, Irmãos Fontenelle S.A indústria e agricultura adquiriu posse de terras denominada Santa Rosa, situada à margem esquerda do rio Tajapurú.

Sobre a empresa Lawton Madeiras, não foi encontrado nas documentações do cartório de Imóveis informações referentes à compra e venda dessas terras pelo grupo. Sabe-se apenas por meio dos atuais proprietários do lugar que eles chegaram à região aos finais da década de 1970 no local e nele construíram seu patrimônio em uma ilha com aproximadamente 1.000 ha.

Em visita a serraria atualmente em desuso pela família, o cenário que se apresenta é de ruínas desde o trapiche composto por restos de madeira em decomposição, inviável para o atracamento de qualquer embarcação. Os outros prédios relacionados aos galpões que eram utilizados para guardar a madeira embarcada nos navios também estão em estágio de degradação, assim como os espaços da estufa, apenas a caldeira e alguns maquinários ainda estão em condições de uso.

Do outro lado do rio existe a vila que também pertenceu à empresa, onde moravam os trabalhadores, que segundo informações coletadas não vivem mais no lugar, o lugar foi leiloado pela Junta Trabalhista no início dos anos 2000, após esse período muitas famílias venderam as casas e se mudaram do local. Restam algumas lembranças sobre a composição da vila, trazidas por Dona Marineide Gomes sobre a vila de trabalhadores:

“Lembro bem como era para o lado de lá, o modelo das casas, era tudo igual, bem diferente de hoje, quando eles foram embora as pessoas foram mudando o jeito das casas. No tempo dos Lawton a energia era 24 h, tinha um fio grosso que atravessava daqui para lá pelo rio, o motor ficava funcionando noite e dia porque era muita madeira para secar na serraria. Eles davam a casa, davam a tinta para gente pintar o assoalho para não lavar para não apodrecer o assoalho, isso era assinado em um contrato, eles davam um terçado, bota para o funcionário ter em casa para não deixar o mato crescer, cada um cuidava do seu quintal, se chegasse um parente meu de outro lugar, por exemplo, eu tinha que explicar que ele era meu parente que ele ia ficar tantos dias aqui, eles tinham esse controle aqui para evitar a entrada de gente estranha, de bandido” (Marineide Gomes, 2018).

Nas lembranças de Dona Marineide em diálogo com o presente da vila, em sua opinião descaracterizada pela inexistência das construções originais deixadas pelos americanos demonstra algo comum na região principalmente pelo uso dos materiais de construção utilizados nas casas populares, geralmente madeira menos durável o que acarreta uma perda das construções antigas da região.

Outra questão refere-se a uma regalia restrita a poucas vilas de trabalhadores dos espaços de rios e florestas: a energia elétrica 24 h. esta era uma das diferenças entre essa e outras vilas do período da madeira. Outra preocupação com a manutenção dos bens e da organização das vilas fica clara nos deveres apresentados nos contratos de uso da casa e no controle de pessoas estranhas nesses espaços.

Portanto, as serrarias e as vilas, assim como as casas, o comércio e o barracão são parte integrante da paisagem da região decorrente do contato entre os diferentes grupos e com

isso representam parte do patrimônio material da região de Breves, como dito antes estudá-los significa conhecer a trajetória dos migrantes na região como parte da identidade dos moradores atuais herdeiros das práticas e costumes desses grupos.

Em suma, o capítulo tratou dos resultados das experiências de contatos entre os “migrantes” “nordestinos”, “portugueses”, “judeus” e “americanos” e com os moradores naturais da região, visibilizados através da presença de “estrangeiros” em navios ancorados na região de Breves, envolvendo os espaços da área central da cidade e algumas vilas com porto alfandegado para mostrar a interação dos tripulantes com os moradores locais e as práticas culturais decorrentes de relacionamentos temporários, porém parte integrante do cotidiano nas décadas de 1960 a 1980.

Além dos fluxos de navios em interações globais no local, se destacou ainda as constantes viagens no trecho Breves/Belém como parte das dinâmicas de vida dos moradores. Sem perder o eixo das conexões, outras formas de entender os fluxos globais para além dos navios foi o uso de tecnologias entre os moradores desde o rádio, a TV a cabo e a internet. Esta última é utilizada como estratégia de atualização de contatos com os familiares “migrantes” para não perderem os laços entre as gerações. E por último, por meio dos estudos sobre as propriedades adquiridas na região, foi possível conhecer características das casas, do comércio, do barracão, da serraria e das vilas, numa tentativa de mostrar que na região por conta desses contatos também se construiu um patrimônio intercultural.

CAPÍTULO 4

AS REDES DE INTEGRAÇÃO DE MIGRANTES NA REGIÃO

O capítulo tem como objetivo analisar as estratégias de integração de “migrantes” na região de Breves por meio dos laços de casamento, maçonaria, festas, compadrio, jogos e religiosidade.

Nesse sentido, o conceito de parentesco sob o prisma da antropologia ajuda a entender os aspectos que constituem as relações de casamento, compadrio e da maçonaria. Quanto ao casamento Levi-Strauss (1932: 38-94) defende a ideia que ele está inserido dentro de um sistema de alianças, pois são os aspectos complementares de um sistema de trocas, por meio do qual se estabelece a reciprocidade, que é mantida entre as unidades constitutivas do grupo. Sendo que “nessa intenção consiste um conjunto complexo de manobras conscientes ou inconscientes para adquirir garantias e prevenir-se contra riscos no terreno das rivalidades”.

Com relação as outras alianças, parafraseando Romanelli (2003) estes são laços que servem para a inserção social, pois mantêm aspectos culturais que se sobrepõe ao processo reprodutivo da área do biológico. Durhan (1993) também reforça essa questão ao tomar o parentesco como um fato cultural. E nesse sentido, reside o papel de destaque da antropologia nessa linha de análise demonstrada pelos os autores, pois adevém das pesquisas antropológicas com uma variedade de grupos e etnias a dimensão cultural atribuída ao parentesco.

4.1. Casamentos como estratégia de inserção na região de Breves.

Neste tópico tomo como foco de análise os casamentos entre os próprios grupos de nordestinos, portugueses e judeus e com as pessoas naturais da região de Breves, enquanto estratégia para a integração de dezenas de migrantes na sociedade local, servindo como indicadores de que em Breves houve uma considerável abertura a novos contatos e em certa medida novas relações sociais decorrentes da aceitação e inclusão das diferenças étnicas em espaços de rios, florestas e cidade.

Como resultado dessa constatação inicial, utilizo a denominação casamento intercultural na reconstituição das composições dos diferentes laços familiares dos

interlocutores e dezenas de outros migrantes identificados nas documentações cartoriais e nas narrativas orais, constituídos a partir das experiências de contato (Pratt 1999). Eventualmente sem deixar de fora os casamentos entre os grupos iguais de migrantes que assim como os interculturais foram necessários para localizar os migrantes e entender as suas opções desse padrão de união enquanto estratégias da manutenção de laços étnicos e perpetuação de poder entre os próprios grupos.

Porém, as narrativas e as entrelinhas dos atestados de óbitos atravessaram essa fronteira do padrão “desejável” pela sociedade de relacionamentos conjugais e detectaram outras formas de uniões nas quais as mulheres aparecem relegadas ao concubinato e à condição de “amantes” e “amasiadas”, por esse motivo essa abordagem ganhou lugar nesse tópico, como será abordado mais a frente no capítulo.

4.1.1. Casamentos interculturais

Retomando aos casamentos encontrados nas documentações cartoriais, apresento um painel síntese das variações de casamentos mencionando a ocorrência de 104 uniões matrimoniais entre os anos de 1891 a 1959, entre os grupos estudados que subdividi em casamentos interculturais e casamentos entre grupos iguais, conforme demonstra a tabela.

Tabela 02 – Casamentos registrados nos cartórios civis da região de Breves 1891-1959

Casamentos Interculturais	Total de Casamentos realizados	%
Nordestinos com naturais da região	56	53,8%
Portugueses com naturais da região	15	14,4%
Portugueses e Nordestinos	13	12,5%
Casamentos entre grupos iguais	Total de Casamentos realizados	%
Nordestinos e Nordestinos	15	14,4%

Portugueses e Portugueses	03	2,8%
Judeus e Judeus	01	0,96%

Fonte: Livros de registros de casamentos do cartório civil Matos

Diante das informações coletadas foram identificadas uniões matrimoniais envolvendo: nordestinos e naturais da região (53,8%), seguido de portugueses e naturais da região (14,4%), portugueses e nordestinos (12,5%), portugueses e portugueses (2,8%), judeus e judeus (0,96%), sendo que os dados mostram que 80,7% das uniões oficiais realizadas com migrantes na região eram interculturais e 18,16% entre grupos iguais.

Após esses dados gerais passo a apresentar as características dos migrantes que as documentações escritas permitiram alcançar alternadas às narrativas de migrantes e descendentes, subdivididas em dois momentos: inicialmente traço um perfil dos grupos estudados destacando-se: local onde ocorreram os casamentos, a naturalidade, a idade, os locais de residência e a ocupação, pontos importantes para o desenvolvimento dos capítulos posteriores. Em seguida realizo uma discussão direta sobre as interações dos migrantes através das alianças ancoradas nos casos de casamentos registrados sem perder a oportunidade para questionar a invisibilidade das mulheres nessas documentações.

Sendo que para ajudar nessa recomposição dos casamentos foram construídas várias tabelas para facilitar a análise dos dados, destacadas em anexo no final do texto. Assim, de acordo com a tabela 04 (p.287-288) focalizada nos casamentos entre nordestinos e naturais da região na última década do século XIX observou-se que dos 23 casamentos ocorridos envolvendo nordestinos, em 20 deles os noivos e noivas eram naturais do Ceará, 01 do Maranhão, 01 do Rio Grande do Norte e 01 de Pernambuco, sendo apenas duas mulheres registradas em uniões com nordestinos. Dentre eles, a maioria dos casamentos ocorreu nos espaços da cidade de Breves e o restante dispersos pelos rios: Jupatituba, Curumu, Muntunquara, Batata, Laguna, Companhia, Bahiano.

Em continuidade dessa variação de casamento, porém adentrando o século XX, ocorreram 33 registros matrimoniais, sendo que 19 envolviam noivos e noivas naturais do Ceará, 05 do Rio Grande do Norte, 05 do Maranhão, 05 da Paraíba e 01 de Pernambuco. Conseqüentemente devido este último período ser mais longo a abrangência dos contatos entre os grupos ocupou um maior número de espaços da região de Breves, dentre os quais incluíram os espaços da cidade e rios: Ituquara, Jaburuzinho, Buissú, Macacos, Jaburu, Jacarezinho, Batata, Aturiá, Mututi, Paraíso dos Macacos, rio de Breves, Angelim, Mutuacá,

Curumu e Antônio Lemos, o que significa também maiores interações com a população local e entre os próprios grupos.

Entretanto, se o número de casamentos dessa categoria aumentou significativamente no século XX, a presença de mulheres nordestinas no papel de noivas de homens naturais da região se manteve muito baixo, apenas 04 mulheres foram registradas nos livros de certidões de casamentos. Logo, esse quadro verificado em Breves de nordestinos casarem com maior incidência com mulheres da região difere-se da capital Belém no período de 1870 a 1920 quando os noivos cearenses na sua maioria 61% se casavam com mulheres cearenses. Apenas 15% dos cearenses casavam com mulheres paraenses (Donza 2001: 195).

Com relação ao número de ocorrência de casamentos entre portugueses e naturais da região, local de residência e naturalidade dos noivos encontrei informações a partir de 1887. Entretanto essa documentação apresentou uma diminuição desse tipo de união entre os migrantes da primeira geração de “portugueses” nos registros cartoriais por volta do ano de 1927, dando continuidade a essas uniões matrimoniais apenas seus descendentes, ainda assim com pouca regularidade, o que possivelmente está relacionado ao maior fluxo de deslocamentos desse grupo para a região ter ocorrido anteriormente ao período pesquisado quando inexistia o cartório na região.

Entretanto, a focalização no perfil de casamento com portugueses permitiu descortinar características de um grupo distribuído por diferentes lugares durante praticamente três décadas e encontrar descendentes desses moradores na região, localizados nos espaços de Breves.

As certidões de casamentos referentes a essas uniões trazem informações mais detalhadas do que dos nordestinos sobre os locais de partida desses migrantes que incluíram: Lisboa, Nassau, Coimbra, Porto, Aveiro e Melgaço como sendo o ponto de origem dos noivos, indicando que os noivos eram de lugares diversificados de Portugal.

Em continuidade a análise dos casamentos entre portugueses e naturais da região, os locais onde residiam os portugueses estavam mais circunscritos aos espaços da cidade, mas foi mencionada a localidade Livramento do rio Macacos, rios: Caruaca, Macacos, Ituquara e Buissú. Outra questão verificada foi que em muitas certidões de casamento noivos e noivas moravam na mesma localidade, contudo em outras se vê as mulheres sendo de outras regiões que ultrapassavam as fronteiras de Breves, a exemplo do matrimônio realizado no rio Itamaraty em Melgaço no Marajó entre o comerciante José Fellipe Barbosa e Julieta Barbosa da Silva, o mesmo passou a viver em Melgaço após o casamento, local de origem da

noiva consolidando uma integração dessa família também nessa cidade, onde ainda existem seus descendentes.

O Sr. Brito Rendeiro, português, comerciante também se casou com uma natural da região, em tempos da sua primeira experiência na COMIG no rio Macacos onde conheceu Edilce Vale Rendeiro, popularmente conhecida como Paulita Rendeiro, segundo informações compartilhadas pelo filho do casal e interlocutor Sr. Francisco Rendeiro em momentos de entrevista.

Ademais, o compartilhamento das informações obtidas no cartório com os interlocutores ainda contribuiu para aumentar o conhecimento dos traçados da trajetória das famílias que os próprios descendentes desconheciam. Este foi o caso de Emília Fona Nunes descendente do português João Antônio Nunes, seu avô originário de Melgaço na República Portuguesa que nas suas lembranças havia casado apenas com sua Avó Emília Nunes, todavia os registros indicaram um casamento anterior com Maria José Botelho, nascida em Ponta Delgada da mesma República, filha legítima de Antônio Palheta de Miranda e Helena Machado Botelho, residente no rio Parauacá, mesmo rio de residência do noivo, contudo a mesma faleceu pouco tempo após o casamento, sem deixar prole, por conseguinte João Antônio Nunes casou-se com a avó da interlocutora natural de Breves.

Em continuação ao perfil dos noivos, agora relacionado à faixa etária a maioria dos nordestinos que casaram na última década do século XIX, as informações atestam a presença de uma população relativamente jovem deslocada para a região, sendo a maioria homens na faixa etária de 20 a 35 anos, registrou-se apenas 02 noivas nordestinas ambas migrantes do Ceará, uma com 15 e outra com 16 anos de idade.

Referente à faixa etária dos homens portugueses foi visto que eles casavam com mais idade que os nordestinos, geralmente entre 22 aos 50 anos, escolhendo para suas esposas mulheres entre 16 a 50 anos de idade, com uma ressalva para duas noivas: uma de 38 e a outra de 50 anos com o estado civil de viúvas que se casaram com os migrantes da sua faixa etária.

Quanto à idade permitida para casar, segundo o Direito Romano e o Canônico vigente em Portugal e no Brasil até o século XIX, era de 12 anos para as meninas e 14 para os meninos (Levy 2009:120). Posteriormente houve uma significativa alteração no Brasil quando o Código Civil de 1916, art. 183, inciso XII, não permitiu o casamento das mulheres menores de 16 anos e dos homens menores de 18, postergando por dois anos a idade ao casar para os dois sexos, mantendo a condição de anulabilidade caso não possuam a autorização do

responsável (Levy 2009: 123), o que talvez explique a idade mínima de 16 anos encontrada nos registros de casamento do cartório Matos no período circunscrito de pesquisa.

Com relação às ocupações dos noivos nordestinos destacados nas documentações sistematizadas na tabela 02 da última década do século XIX, notei que a maioria eram lavradores, existindo além desses, um bacharel (sem maiores especificações), um comerciante, um sargento de infantaria, um extrator de goma elástica. Referente às duas mulheres nordestinas existentes nos registros suas ocupações são invisibilizadas, assim como as naturais da região.

Um ponto em destaque sobre as ocupações presentes nos livros do cartório civil, compreendendo casamentos e óbitos, está relacionado à inexistência da denominação “seringueiro” para definir os afazeres dos migrantes na região de Breves, há apenas um caso definido como mencionado acima de “Extrator de goma elástica”. Isso porque grande parte dos nordestinos nesse final de século foi definida como “lavrador”. Sendo essa realidade ainda observada cotidianamente no período da etnografia no cartório, a condição de “lavrador” é usualmente utilizada nas definições dos moradores dos espaços de rios, estradas e viciniais da região de Breves como identificadora das ocupações exercidas por eles nesses espaços.

Dessa forma, as ocupações dos deslocados do nordeste para a região de Breves foge das demais encontradas em trabalhos clássicos sobre migrantes nordestinos da Amazônia nos finais do século XIX³³ que os classificou como “seringueiros”, um indício de que as categorizações usuais para definir essa mão-de-obra são externas à realidade local. Ocorria que ao chegar à região mesmo sendo destinados a trabalharem no corte da seringa encontravam outras possibilidades de ocupações paralelas à extração do látex para se sustentarem ou as famílias, tão significativas quanto a de “seringueiro”. Essa averiguação é reafirmada nas narrativas orais dos interlocutores, em momentos de entrevistas quando questionei os descendentes de migrantes “nordestinos” que viveram na região de Breves nos finais do século XIX, quanto às ocupações de seus avós e pais, Dona Vitória Nogueira de Paula do rio Mapuá, respondeu o seguinte:

“Na roça e na seringa, eu aprendi a trabalhar na seringa com ele e depois continuei com meu marido. Nesse tempo do meu pai eu cortava seringa de faca e ele de machadinha, ele fazia a estrada dele e eu a minha, ele ia de madrugada para cortar seringa

³³ Sobre algumas descrições de seringueiros em autores clássicos verificar os estudos de Cunha (1898); Furtado(1961) e Prado Jr.(1960).

até às 9 horas mais ou menos, eu aprendi o negócio da seringa com meu pai e depois com meu marido” (Dona Vitória, 2017).

As narrativas de outros interlocutores também acrescentaram informações sobre as ocupações do período, foi o caso do Sr. Augusto Barros ao rememorar as atividades dos avós nordestinos no rio Macacos, mencionou a pesca e o trabalho na roça como atividades alternadas à extração do látex como fundamentais para o sustento familiar.

“O trabalho, a lida do meu pai começava 3 h da manhã, ele ia com os fregueses para a estrada de seringa, riscava, depois iam para a roça, tinha o roçado de mandioca e o roçado de arroz e quando retornavam vinham já tirando as forminhas de cernambi³⁴” (Augusto Barros, 2017).

Então, diante das documentações as formas de ocupação dos homens nordestinos nos finais do século XIX, fogem dos padrões definidos pelo governo da época, que retrataram um olhar superficial na Amazônia como se existisse apenas um modo de produção no período à relacionados a extração e produção da borracha, observações colocadas em questão em estudos anteriores (Leão, 2014) quando foi verificada uma variedade de formas econômicas baseadas em outros produtos extraídos das florestas, destaque para a coleta de sementes oleaginosas, peles de animais, óleos vegetais, madeiras, dentre outras atividades.

Há ainda que mencionar a existência de ocupações restritas ao espaço da cidade de Breves como é o caso dos profissionais liberais (bacharel) e oficiais militares (sargento de infantaria), um espaço profissional conquistado por esses homens migrantes nordestinos em terras do Pará geralmente relegados por hereditariedade a uma classe dominante regional latifundiária em alguns casos descendentes de portugueses que conseguiram se perpetuar no poder até meados do século XX, em consequência de privilégios militares.³⁵

Já na primeira metade do século XX embora ainda se apresente um número considerável de lavradores nordestinos é observado uma maior variabilidade de ocupações

³⁴ Cernambi é como os moradores chamavam o látex natural que após ser extraído da seringueira era deixado em recipientes para completar processo de coagulação.

³⁵ Nas palavras de Marin: dentre as famílias que formavam a classe dominante no Pará no século XIX e a perpetuaram até aproximadamente meados do século XX, se destacaram as famílias latifundiárias, descendentes de militares, funcionários e colonos que tinham conseguido sesmarias nos tempos coloniais. A sua permanência no Pará remontava geralmente, à época da independência, a mais ou menos duas ou três gerações. Os antepassados tinham-se instalado no estuário do rio Amazonas, ao longo dos afluentes principais que formam a Baía de Guajará, próximo ao porto de Santa Maria de Belém, que os mantinha em contato com os mercados de Portugal. Na Ilha de Marajó contemplada com as antigas ordens religiosas (Jesuítas e Mercedários, expulsos do Pará em 1758 e 1794, respectivamente) tornaram-se criadores de gados. A ordem régia que regulamentava a distribuição dessas terras estabelecia que deveriam ser contemplados, por prioridade, oficiais militares e casais provenientes do Reino e instalados no Pará. Na região dos rios Guamá, Acará, Moju e Capim, desenvolveram-se plantações de cana e engenhos de fabricar açúcar e aguardente. No Tocantins, principalmente nas proximidades de Cametá, exploraram o cacau em foram de extrativismo (Marin 1995: 156).

nas documentações se comparada com os finais do século XIX, sobressaindo-se as categorias: empregado do comércio, artista, comerciante/agricultor, proprietário, agricultor, auxiliar de comércio, operário, diarista, motorista e braçal.

Essas ocupações correspondem aos momentos da trajetória econômica e social sob a qual a região passou a ser inserida no século XX, especialmente a partir da década de 1920 quando foi verificada nos livros de transmissões de propriedade a regularidade do uso da frase “propriedade em ruínas”, especificamente para retratar as condições dos barracões de borracha. Tal averiguação chama a atenção para uma atividade em desaceleração a partir desse período e na venda dessas propriedades para outros fins, especialmente para futuras instalações de empresas madeireiras na região intensificadas nas décadas posteriores, como foi observado na sequência documental. O que não significa que o negócio da borracha tenha sido extinto na década de 1920, pois essas propriedades envolvendo seringal e barracões foram negociados até meados dos anos de 1950, mediante os livros de registros de imóveis estudados, conforme verificado no capítulo 3.

Essas observações ajudam a entender o contexto do uso das ocupações “operário” e “braçal” como estritamente relacionadas ao ramo da madeira na região, é preciso ainda levar em consideração que muitos nordestinos antes lavradores podem ter mudado de ramo profissional nos deslocamentos dos espaços de rios e florestas para a cidade com a desaceleração dos negócios gomíferos, ou ainda ascendido economicamente, como o ocorrido com alguns interlocutores já apresentados no capítulo 2.

Relacionado às ocupações dos migrantes portugueses, a ocorrência da profissão “lavrador” é menos acentuado que dos nordestinos com apenas um caso enfatizado, assim como a de artista (artesão). Sendo que a maioria dos migrantes portugueses se destacou como proprietários de terras e comerciantes ou com alguma relação nesse ramo. Ademais a particularidade dos portugueses diretamente ligados a estas ocupações ultrapassam a periodicidade da década de 1920 quando conhecemos o caso rememorado por um dos descendentes da família Rendeiro, que chegou à região em meados da década de 1964 para trabalhar na empresa COMIG no rio Macacos.

O Sr. Francisco lembrou a ocupação do pai Brito Rendeiro empregado no ramo das empresas madeireiras, mas que sempre trabalhou na área relacionada ao comércio na região como apresentado no capítulo 2, no São Miguel dos Macacos seu local de destino na região, em vista do primeiro emprego ter sido na “cantina” da COMIG e em seguida na cidade de Breves também no “armazém” da BISA, experiências de trabalho decisivas para a

consolidação do migrante como um dos comerciantes mais conhecidos de Breves no ramo de armarinhos nas décadas de 1970 e 1980.

Em suma, retomando o fio das variações de casamento envolvendo migrantes, é possível mencionar que nordestinos casaram-se com naturais da região, portugueses também repetiram a estratégia, da mesma forma esse último grupo mesmo que em número restrito ainda casaram-se com nordestinos, ampliando o quadro dos relacionamentos interculturais em Breves, dos quais destaco dois casamentos encontrados nos registros: o de Antônio Augusto da Costa de 45 anos de idade, viúvo, lavrador, residente no rio Buissú, natural de Portugal, filho de Francisco Augusto da Costa que se casou no ano de 1922, com a viúva de João Baptista Ferreira Cavalcante, natural do Ceará proprietária e residente no rio Buissú.

E ainda o outro ocorrido em 1929, nesta cidade de Breves, na residência dos contraentes Sr. Antônio José de Barros Júnior e dona Anna Clara da Silva Lima, sob as testemunhas do nordestino coronel Edilson de Araripe Sucupira, o proprietário Silvano de Jesus Pimenta e o tenente Francisco Freire de Medeiros e Jackson Ferreira da Silva, ele com 37 anos de idade, nascido em Finafeél, distrito do Porto, províncias do Douro da República Portuguesa, comerciante e proprietário do ramo da borracha, residente nesta cidade. Ela com 28 anos nascida em Papary no Estado do Rio Grande do Norte desta província Brasileira de ocupação doméstica, residente nesta cidade, filha legítima de José Joaquim da Silva figura mencionada nos registros de imóveis como proprietários de terras na região.

Avançando na análise, os casamentos envolvendo migrantes deslocados para região, estudados por meio das certidões de casamentos e óbitos disponibilizados pelo cartório Matos e as narrativas orais de migrantes da primeira geração e em outros momentos de seus descendentes permitiram analisar as uniões conforme o sistema social do momento em que foram realizados, destacando-se os requisitos estabelecidos pelos cônjuges para a escolha dos parceiros, que incluíam laços afetivos, mas também estratégias de integração na sociedade local, a preocupação com a manutenção da riqueza e os privilégios familiares entre os grupos das mesmas nacionalidades ou outros laços étnicos, no qual vamos nos deter a seguir.

Dentre as uniões registradas em cartório apresento um casamento que cumpre com esses requisitos ao envolver uma família detentora de muitas posses em toda a região, sendo o patriarca da família do noivo o “nordestino” do estado do Ceará o Sr. Francelino

Rodrigues da Silva³⁶, por dezenas de vezes, mencionado como padrinho e testemunha em diferentes registros de casamento a partir da década de 1920. Ele casou seu filho Octavio Rodrigues da Silva nascido no lugar Santana do rio Mutuacá com Maria de Alencar Araripe, filha do coronel “nordestino” Edilson de Araripe Sucupira residente na cidade de Breves de nome no dia 06 de abril de 1933 na residência da noiva.

A prática de casamentos nessas circunstâncias entre famílias de origens do Nordeste residentes na região como o caso dos Sucupira, abre espaço para questões relacionadas à manutenção da fortuna dos noivos e à possibilidade de inserção no universo restrito de uma elite em busca de prestígio e reconhecimento, que na análise de Cancela (2009) as alianças desse tipo consistem também em reforçar elementos direcionados para o “comportamento, modos de falar, relacionamentos estabelecidos, roupas e educação como alguns dos predicados que expressam a forma pela qual as pessoas se reconhecem na sociedade e determinam seu lugar” (Cancela 2009:28).

A interlocutora Emilia Fona Nunes ao relembrar o comportamento de sua avó Emilia Nunes, casada com um português reforça as ideias expostas sobre as motivações das alianças simbólicas estabelecidas entre os portugueses e os naturais da região, que poderia também apresentar interesses dos dois lados como a mesma mencionou:

“Minha avó primeiro foi casada com o meu avô João Nunes, pai do meu pai e depois com a morte dele, como ela ainda era muito nova, casou com o irmão dele também português Manuel Nunes e só não casou com outro irmão deles que morava em Portugal depois da morte desse segundo, porque os filhos já estavam crescidos e não deixaram, porque ela anda queria, dizia que não queria perder a linha da família e o prestígio de ser casada com um português” (Emilia Fona Nunes, 2018).

Nesse sentido, o casamento constituiu-se como uma estratégia simbólica utilizada pelos cônjuges para adquirir uma distinção social visando mudar a posição pela manipulação das representações da posição e melhor suscitar seu reconhecimento tentando identificar-se com os grupos marcados como superiores e fazer parte de grupos mais seletos da sociedade (Bourdieu 2013: 110).

³⁶Francelino Rodrigues da Silva como visto no capítulo 3 identificado sob a profissão de comerciante realizando regularmente inúmeras propriedades em diferentes áreas da cidade e dos espaços de rios e florestas de toda a região desde o ano de 1922 até 1953 conforme a pesquisa no cartório de imóveis Dário Furtado.

4.1.2. Casamentos entre “iguais”

Da mesma forma que acontecia com os casamentos interculturais nos casos de casamentos entre pessoas do mesmo grupo, incluindo o casamento entre nordestinos, judeus e portugueses, ocorriam também muitos interesses em comum para manter a harmonia e a sobrevivência dos grupos entre os finais do século XIX e XX. E olhar essas uniões sob esse ponto de vista permitiu compreensões sobre a ausência de mulheres em casamentos com homens naturais da região conforme consta nas tabelas 04 e 05 em anexo.

Ocorria que essas mulheres deslocadas para Breves, especialmente as nordestinas preferiam unirem-se aos iguais e em muitos casos casavam-se também com os filhos dos descendentes dos seus grupos como estratégia para manterem os laços entre eles e se ajudarem mutuamente.

Essa realidade é parecida com a que se apresentou na cidade de Santarém na década de 1950, quando os discursos das mulheres também privilegiavam o casamento homogâmico entre homens e mulheres cearenses, justificado pela premissa de que “não se encontraria outro par melhor que não fosse do mesmo grupo” (Aguiar 2009: 68). Foi o que ocorreu em Breves com Dona Vitória, filha de nordestino casou-se com outro descendente de nordestinos que viviam na região do Mapuá, amigos dos seus pais. Assim, o casamento foi uma forma de fortalecer o elo existente entre as famílias.

“Os pais do meu marido eram também do Ceará, moravam lá nesse lugar que eu moro hoje, lá no Torão, o nome do meu marido era Basílio Vicente da Costa. Os pais dele moravam aqui, meu marido era nascido aqui, o lugar onde eu moro era deles, eu que fiquei com a posse, quando eles vieram do Ceará foram para lá e lá ficaram até morrer. O meu sogro era João Vicente da Costa, eles eram conhecidos de meu pai lá do Ceará e a mulher dele era Isabel Pereira de Matos” (Vitória Nogueira, 2017).

Além deles, encontrei outros casos nos livros de registros de casamentos dispersos por outras localidades da região de Breves, a exemplo do casamento realizado no ano de 1959, no distrito de Antônio Lemos onde receberam-se em matrimônio o cidadão Zacarias Paulo Sobrinho com Dona Maria Gomes da Cruz. Ele era operário, 43 anos, nascido em 1916 na cidade de Ponta de Pedras, mas residente no local do casamento, filhos de Saturnina Maria de Jesus, naturais do Estado do Ceará. A contraente era nascida no Mapuá, residente no local do casamento, 40 anos de idade, descendente dos cearenses: Pedro Gomes da Silva e Antônia Barbosa da Silva.

Nos livros, os indícios de casamentos entre nordestinos aparecem em alta até a década de 1920, após esse período é possível ver apenas a ocorrência de casamentos entre os descendentes como no exemplo apontado da década de 1950 até os anos de 1970.

Outro caso específico mencionado no Mapuá foi do cearense Sr. Antônio Joaquim Nascimento, que visitou o Ceará apenas para casar com Dona Rita Gomes do Nascimento, também natural do mesmo Estado, como dito pelo neto Sr. Joaquim Santos do Nascimento: *“Ele veio aqui primeiro, ele veio novo pra cá com 16 anos e depois ele voltou lá, quando ele veio de volta já trouxe ela, ele casou pra lá, mas os filhos nasceram tudo aqui”*.

No entanto, é pertinente observar que a condição social de “patrão” do Sr. Antônio Joaquim Nascimento na região do Mapuá permitia viabilizar recursos para viagens regulares ao lugar de origem, diferentemente daqueles denominados genericamente de “seringueiros”, que estavam presos ao corte da seringa em condições de subordinação econômica a esses patrões.

O mesmo ocorria com as mulheres portuguesas que raramente se casavam com naturais da região ou de outras regiões do Brasil, preferiam os parceiros patrícios. Em uma escala mais ampla essa afirmação resvala nas dificuldades que os homens brasileiros também enfrentavam para se casar com mulheres de outras nacionalidades no país em um contexto no qual estas eram bastante disputadas pelos homens de mesma nacionalidade, devido à sua escassez relativa.

A esse respeito os números indicam que “17% dos homens não encontravam mulheres de mesma origem disponíveis para se casar”. Dessa forma, nesse contexto de quase ausência de mulheres estrangeiras aumentava consideravelmente a predisposição dos homens imigrantes em se casar com brasileiras (Truzzi 2012: 177).

Nos documentos, verifiquei ainda a estratégia de alguns homens portugueses em estabelecer casamentos com mulheres da mesma ascendência, assim quando não era possível casar com as conterrâneas da primeira geração, os portugueses casavam-se com as filhas de descendentes de portugueses espalhados pela região de Breves, alguns dos noivos inclusive deslocaram-se de outros municípios para casarem-se com as mulheres da segunda geração de portugueses. Assim, posso dizer que existia uma “endogamia oculta”. Ou seja, “um padrão nupcial ainda endogâmico do ponto de vista étnico-cultural, mas não endogâmico de um ponto de vista formal” (Truzzi 2012: 173) que assegurava manter os laços étnicos com o grupo de origem, assim como o ocorrido com os nordestinos e nordestinas.

Provavelmente foi o que aconteceu com o Sr. Constantino Martins Félix natural de Póvoa, Freguesia de Cernache do Bom Jardim, que chegou ao Mapuá no início do século XX, originário do Distrito de Castelo Branco, Filho do Português Marcelino Martins Carnapete com a paraense Maria Luíza Félix e casou-se com Maria Pinto Horta que era filha de Joaquim Nunes Horta, português residente no rio Mapuá. Essa realidade está de acordo também com o caso de José Martins da Silva, irmão de Constantino Félix que se casou com a outra filha de Joaquim Nunes Horta, chamada Ana Pinto Horta também natural do Mapuá, mas residente na Ilha da Conceição do rio Jaburu.

Outro tipo de união se insere nessa análise: a dos judeus, quase inexistentes nos documentos cartoriais, ganha destaque um casamento entre um judeu marroquino residente no rio Jaburu com uma descendente também de judeu marroquino, moradora do rio Itaquara, ambas as localidades onde essas famílias estavam estabelecidas e tinham posses, ocorrido no ano de 1923 entre Moisés Barcessat, 26 anos, natural do Marrocos, filho legítimo de Fortunato Bassessat e dona Rachel Barcessat com Anna Athias, 21 anos, filha legítima de Fortunato Athias e dona Merian Athias, natural deste estado.

Sobre as escassas referências sobre “judeus” nessas documentações, importa para esse momento da análise mencionar que diferentemente dos nordestinos que na maioria dos homens vinham desacompanhados da família. Segundo Benchimol (2008) em estudo sobre as famílias de “judeus”, deslocadas para a Amazônia onde estavam com grande incidência os judeus sefaraditas marroquinos, os quais se incluíam as famílias encontradas: Sarraf, Chocrom, Athias, Gabbay e Farache. A característica principal desse movimento migratório residiu no fato dessa migração ser familiar, ou seja, quase sempre os homens vinham acompanhados da mulher e filhos, “o que já prenunciava o desejo permanente de ficar. A presença das esposas assegurava a continuidade do caráter doméstico e gregário da vida judaica, milenarmente presa aos valores culturais e religiosos” (Benchimol 2008:80).

Isso porque a endogamia dentro de um grupo e rituais grupais como afirmado por Cohen (1978) podem adquirir importância crucial no desenvolvimento e manutenção das características de distinção do mesmo, à medida que desenvolve as relações primárias entre os membros dos grupos inibindo o nascimento de tais relações com pessoas de fora. Desse modo, “quando um grupo confina os casamentos ao próprio âmbito, seus membros estarão ligados e interligados por relações primárias de patrilinearidade, matrilinearidade, afinidade e amizade” (Cohen 1978: 94).

Assim, diante do que foi analisado sobre as uniões matrimoniais entre os grupos diferentes e os grupos iguais, tomando como ponto de discussão os interesses que envolvem

as uniões, cada grupo estabelecia as regras de acordo com suas necessidades, foi o caso de Dona Vitória Nogueira que informou ter casado com o filho de um amigo de seu pai, ou ainda do Sr. Antônio Joaquim Nascimento que foi buscar a noiva no Ceará. E ainda, do “português” Sr. Constantino Félix que se casou com a filha do conterrâneo Joaquim Nunes Horta e fortaleceram os laços políticos e econômicos na região.

E ainda, apresentou-se o caso do Sr. José Silva que casou com uma moradora natural da região, trabalhadora da fábrica onde o mesmo era gerente, em sua entrevista destacou os momentos do casamento, em uma cena nada convencional:

“Era um dia muito quente, isso lá em Corcovado e nós estávamos dentro da casa, mas o juiz decidiu realizar o casamento fora embaixo de um árvore e foi assim que aconteceu, eu casei embaixo de uma árvore com a mulher que vivi até o fim. Nós não brigávamos, ah isso não, ela me entendia e eu entendia ela”(José Silva, 2017).

Mas, se por um lado, nesse primeiro momento ocorreram uniões formalmente institucionalizadas, em muitos momentos as documentações, deixaram entrever todo um sistema do Estado para generalizar e com isso, uma parcela das mulheres em muitos aspectos foram invisibilizadas nas documentações, como será pontuado a seguir.

4.2. A invisibilidade das mulheres migrantes nas documentações cartoriais.

Em continuidade ao que foi apresentado, mas agora focalizando na forma como as mulheres migrantes aparecem nas documentações cartoriais incluindo certidões de óbitos e casamentos desde o século XIX até os anos de 1979 do século XX, em um contraponto com as narrativas das descendentes, explico que as ocupações das mulheres migrantes eram mencionadas na sua maioria, como “serviços domésticos”, “trabalho doméstico”, dentre outras designações restritas ao lar nessas documentações. Embora aparecesse vez por outra uma costureira, uma proprietária, algumas lavradoras. No entanto, a ocupação generalizante destinada pelos escrivãos cartoriais encobriram outros afazeres femininos e com isso delimitaram o papel social dessas mulheres na região de Breves.

Mesmo sabendo-se que essa invisibilidade das mulheres nas documentações segue a tendência dos tempos em que foram produzidas quando o seu papel estava reservado à esfera do privado. Pois, elas atuavam em família, confinadas em casa, ou em algo relacionado para a casa. Dificilmente eram “vistas no espaço público, o único que por muito

tempo, merecia interesse”. Por esse motivo, “elas estão fora do relato, destinadas à obscuridade, fora dos acontecimentos” (Perrot 2018: 16-17), isso em uma esfera global, não somente em Breves.

O fato é que esse silêncio das fontes cartoriais e em outros casos estudados mais a frente no registro de imóveis, as documentações produzidas pelas instituições deixaram mulheres deixaram poucos vestígios diretos, escritos, até mesmo materiais. Em muitos casos levantados nos registros de casamentos nem mesmo o sobrenome delas apareceu registrado, em algumas, tão pouco o nome das mães, apenas o do pai mereceu registro, a essa ausência pode ser atribuído muitos motivos, mas é de se estranhar tanta penumbra nessas documentações. Por isso conclamo a olharmos nas entrelinhas (Ginsburg 2006:16) a exclusão das mulheres nessas fontes.

Portanto, esta é uma tentativa de incluir as mulheres migrantes nesta pauta de abordagem, como “sujeitos da história”, questionar a ideia do ser humano universal e proporcionar reflexões sobre as várias ações e experiências das mulheres no passado (Scott 1992: 77). Nesse caso, questionar o “universal” na perspectiva da pesquisa é reivindicar a importância dessas mulheres ao longo dos anos e ir de encontro com as definições estabelecidas como “verdadeiras”, porque advém de fontes escritas “ou pelo menos, como reflexões acuradas sobre o que aconteceu ou teve importância no passado” (Scott 1992: 77).

Nessa perspectiva, a inclusão das mulheres na história ocorreu a partir da década de 1970 com o movimento feminista que sacudiu a forma de produção de conhecimento sobre as mulheres de modo diferente relacionadas com a busca de legitimidade por meio do conhecimento dos ancestrais das mulheres enquanto uma possibilidade de encontrar vestígios e torná-las visíveis. Desse modo, começou um “trabalho de memória que continua a desenvolver-se desde então no seio da sociedade em seu conjunto”. Uma abertura para “criticar os saberes constituídos, que se davam como universais a despeito de seu caráter predominantemente masculino” (Perrot 2008: 20).

Nesse intuito na experiência etnográfica pela região do Mapuá, verifiquei que a função das mulheres desempenhando vários papéis junto aos homens na confecção da farinha ou na roça, liderança comunitária, professoras, pescaria, dentre outras ocupações. Embora, o serviço doméstico também ocupasse parte de suas rotinas, de longe era a única ocupação, pois elas atuam nas comunidades onde vivem em diferentes funções e muitos casos criaram os filhos sem a presença de um marido, foi o que aconteceu com Dona Maria Borges, uma senhora de 102 anos, uma das mulheres mais antigas do lugar.

Cheguei até ela por indicações de populares que atestaram ser ela descendente de portugueses, mas especificamente de Lourenço Borges, personagem marcado na memória dos mais antigos como possuidor de grandes posses na região do Mapuá, um “coronel” chegando inclusive a ser intendente do município de Breves.

Para encontrá-la no ano de 2016 na segunda viagem ao Mapuá foi preciso navegar por entre igarapés e rios, atravessar matas para entrar à sua propriedade. Na chegada como ocorrido em todos os lugares, os moradores curiosos chegavam para frente da casa para saber do que se tratava aquela visita. Ela mora em uma casa simples, juntamente com a família em ma pequena propriedade. A casa segue o modelo usual de casas de pessoas com poucos recursos financeiros da região, coberta de palha, sem paredes na parte da frente e outros cômodos, um servindo como quarto e outro uma cozinha.

Dona Maria é uma senhora de pele clara, cabelos brancos, 104 anos, muito fragilizada por conta da idade, a família cumprimentou o nosso grupo composto por mim, o guia Sabá, o motorista Sr. Curé, Eliane Costa e Dona Rita Nascimento, esposa do Sr. Orlando Miranda da localidade Cumarú onde estávamos hospedadas nos acompanhou na viagem e como é uma liderança feminina bastante conhecida na região nos apresentou à família e perguntou sobre Dona Maria que aquela altura estava deitada em uma rede no quarto da casa, deslocando-se para a parte da frente da casa.

E após todas as explicações sobre o motivo da visita, dona Maria sentou-se em outra rede e uma conversa foi iniciada, a surdez da interlocutora nos fez aumentarmos o tom de voz e procurarmos uma forma de aguçar suas atividades sensoriais, seguramos em sua mão e ela pacientemente contou sobre passagens de sua vida pela região, lembrou-se da infância, mas em nenhum momento confirmou ser descendente de Lourenço Borges, a dúvida ainda paira no ar.

Quando perguntamos se a família era do Mapuá ou tinha parentes portugueses e ela respondeu: “*Tudo daqui*”. No entanto, explica: “*Eu não conheci meus avós. Nem meu pai eu conheci. Conheci minha mãe, quando minha mãe morreu fiquei pequena, me criei na mão dos meus irmãos e minha cunhada*”.

Nesse sentido, a população liga a ancestralidade de dona Maria a de Lourenço Borges pelo sobrenome. De fato, no Mapuá, para onde o mesmo se deslocou e constituiu família, notei que nos registros cartoriais não foi encontrada outra família com esse sobrenome. Existe apenas essa família Borges em todo o Mapuá. Mas, se não consegui chegar a um consenso sobre a suposta linhagem portuguesa de Dona Vitória, sua narrativa foi

fundamental para reconstrução de outras teias, inclusive sobre o papel desempenhado pelas mulheres da região no início do século XX em estreita ligação com os grupos de nordestinos.

A pergunta sobre as ocupações desempenhadas por ela durante sua trajetória registrou o seguinte: *“Eu era lavradora, eu botava roça com meus filhos, botava convidado, pra botar rocinha, e assim nós ia passando, como pobre mesmo”*. Dona Maria diz não ter trabalhado na seringa *“só na roça mesmo”*. Suas memórias ainda remontaram os laços ainda estabelecidos com os nordestinos os quais lembrou com maior frequência, pois era o grupo que mais convivia em especial a família Nascimento. Disse ter conhecido a família *“ali mesmo, no Cumaru”*, em um *“barracão grande”*. Em suas palavras reafirma o papel de patrões nordestinos no Mapuá: *“nós era até freguês dele. Eles compravam e faziam borracha. Mas, olha, eu trabalhava lá também, na cozinha, na lavagem de roupa”*.

No último trecho da narrativa, Dona Maria destaca a esfera do trabalho doméstico de outra forma, com remuneração, fato raramente mencionado. Aliás, essa foi uma dúvida pendente quando eu analisava as documentações cartoriais, não temos como descobrir quando a função “trabalho doméstico” ou algo nessa linha estava restrita a esfera do trabalho familiar ou como trabalho remunerado.

Assim, existe como já afirmado anteriormente uma variedade de trabalho executado por essas mulheres na região para além da esfera doméstica não registrada em cartório e coloca em questão as denominações sempre generalizantes dessas fontes. Vale dizer que o dia a dia do cartório ainda é marcado por esses impasses, em muitos casos pela própria imprecisão dos registrantes.

Notei, em dias de etnografia que a maioria das documentações é realizada por homens e por conseguinte os mesmos são responsáveis por definir a ocupação da mulher, muitos nem sabem o que responder aos funcionários, sendo necessária a interferência destes nas respostas ao apontarem alternativas de ocupações para o preenchimento dos documentos, e então perdura a definição “trabalho doméstico” ainda com grande ocorrência nos registros atuais.

Entretanto, o panorama muda de figura quando são as próprias mulheres que realizam os registros sozinhas, surgem então as “estudantes”, “lavradoras”, “comerciantes”, “professoras”, dentre outras funções observadas, coexistindo com a “trabalhadora doméstica”. Com isso quero chamar a atenção para essas definições às vezes feita de cima para baixo, de fora para dentro que não deram conta de definir essas mulheres no passado e tão pouco no presente.

Nesse sentido, retomo novamente, o caso de Dona Vitória, com o seguinte questionamento: como definir essa mulher em uma única ocupação, ou pior como defini-la enquanto uma mulher de “ocupação doméstica” em vista das diversas atividades realizadas por ela durante toda a vida?

O tema das ocupações ou trabalho feminino, em se tratando de Dona Vitória, ganhou espaço na conversa depois dela fazer uma justificativa sobre o fato de na atualidade não “*servir mais para nada*”, sendo visível que ela assimilou um discurso capitalista sobre sua validade para aquela comunidade, estar associando à produção, algo muito comum nos discursos dos mais idosos.

Observei nessa análise que houve de sua parte uma tentativa de autodestruição da sua memória feminina, algo mencionado pelas interlocutoras mais antigas, elas se sentiam como um fardo social. Justificavam essa ideia apontando as dores e o cansaço causados por essa jornada de trabalho de toda uma vida. Assim, as dores no ouvido de Dona Vitória, a surdez de Dona Maria Borges, a indisposição de Dona Irene, soaram como denúncias de uma vida de trabalho sem a valorização merecida, nem mesmo a assistência social básica do governo naquela região do Mapuá.

A impressão dada é que as interlocutoras não têm dimensão das suas contribuições na sociedade onde vivem, pela própria invisibilidade do trabalho feminino na região. Então, quando reclamavam da sua inutilidade eu procurava mostrar como tinham sido importantes e que aquele é o “momento de descansar” e deixar os mais novos agirem como parte do ciclo da vida, foi quando chegávamos ao ponto da conversa sobre as ocupações cotidianas de dona Vitória e de outras mulheres.

“Trabalhei em muitas coisas, até encoivarar a noite eu encoivarei, eu trabalhava com meu marido, em noite de luar que fica que nem dia, a gente então trabalhava, aproveitava o luar e dava para encoivarar de dia e de noite, era só a claridade da lua. Quando era de madrugada que se enjoava, vinha, tomava banho e dava aquele sono. Quando era de manhã, a gente ia riscar seringa” (Vitória de Paula, 2017).

No momento em que dona Vitória falava sobre os ofícios desempenhados na sua trajetória em momentos de entrevista, as outras mulheres que estavam na sala da casa onde estava “parando” rodeavam a conversa e vez por outra manifestavam suas opiniões nas frestas das perguntas emitidas à interlocutora, também mencionaram ter trabalhado até a década de 1960 no trabalho de riscar seringueira enquanto alternativa auxiliar no sustento da família, juntamente com o trabalho na roça.

Dessa maneira, a própria noção de mulher seringueira pode ser discutida neste prisma, pois a rigor, na historiografia e mesmo em textos antropológicos produzidos em vários momentos sobre o grupo dos seringueiros, não há praticamente referências sobre mulheres extraírem o látex da *Havea Brasiliensis*, assim elas seriam “mulheres de seringueiros” ou no caso de dona Vitória no seu discurso prevalece a “filha de seringueiro”, mas em nenhum documento são denominadas seringueiras e também não se autoidentificavam assim.

Nesse sentido, ao estudar aspectos sociais da mulher na Amazônia é preciso desconfiar a todo o momento das afirmações absolutas e totalizantes dos diversos autores que escrevem sobre a temática. “Através desta desconfiança e da leitura atenta dos relatos, documentos e depoimentos orais, é que se pode “encontrar” as mulheres nesta história” (Wolf 1999: 17).

Outra questão sobre as mulheres foi recontada pela professora S.P.D, que relembrou uma estratégia recontada por outras mulheres do rio Mapuá sobre os arranjos empreendidos por um “patrão” local para “arrumar” casamentos para os trabalhadores nordestinos e evitar conflitos com as famílias locais.

“Os capangas faziam acordos com o “patrão” funcionava mais ou menos assim: eu trabalho e eu vou pagando, uma mulher para mim. Eles viviam assim, tanto que nós fizemos um teatro na escola de lá contando a história de uma jovem que na época tinha 14 anos e que foi levada para lá dessa forma e hoje a família dela é muito grande, ela foi levada assim para lá, veio de Abaetetuba, ele trazia várias jovens para casar com os agregados dele” (S. P. D., 2017).

Na narrativa, a invisibilidade das mulheres é percebida na forma como eram tratadas nesse tempo (final do século XIX e início do XX) porque segundo as interpretações da professora, estas eram negociadas como mercadorias. E para reforçar ainda mais as informações do quadro em análise sobre a maior presença masculina na região de Breves, as palavras da professora se encaixam bem nesse trecho: *“nos tempos do negócio da borracha chegaram ao Mapuá muitas pessoas vindas do Nordeste, na sua maioria homens”*. Questão essa que sob seu entendimento *“gerava muitos problemas devido à escassez de mulheres para se relacionarem com esses trabalhadores os “capangas” do dito patrão”*.

Diante dessas argumentações da professora era visível no Mapuá a realidade dos trabalhadores aprisionados ao sistema de aviamento, *“nunca sobrava dinheiro suficiente para eles voltarem para sua terra e retornar para as mulheres”*. Contudo, o patrão do Lago do Jacaré, tinha uma estratégia para resolver a situação e evitar conflitos com os nordestinos,

o mesmo aviava também mulheres como mencionado na narrativa de outras cidades do Pará que se uniram aos nordestinos, em uma relação de exploração ou quem sabe conveniência, pois não foi possível descobrir as negociações envolvidas entre o “patrão” e essas mulheres. Importa pensar que dessas relações os nordestinos construíram “novas criações culturais, improvisações no cotidiano de convivência com a floresta” (Wolf 1998:195).

Wolf (1999) menciona em seus estudos sobre as mulheres do Alto Juruá no Acre, a constituição de um sistema de relações de gênero que se dá baseado nos estereótipos e convicções vigentes na sociedade ocidental, mas também em condições parecidas com aquelas relatadas pela professora no Alto Mapuá imposta pelas condições de trabalho nos seringais, referindo-se dentre outras situações “às índias e mulheres encomendadas aos patrões, como artigo de luxo e que eram trazidas de Manaus, de Belém ou do Nordeste” (Wolf 1999: 14).

Nesse sentido, é vital para a constituição de outros olhares para as mulheres nos arquivos e nas narrativas no sentido de empregar um estudo delas a partir da categoria “gênero” e deixar de lado as categorias “sexo” e “papéis sexuais” de conotações biologizantes (Scott 1990: 14), como preferi fazer nesse tópico, para não correr o risco de identificar papéis sexuais e com isso naturalizar o papel das mulheres migrantes e de descendentes.

É nesse sentido, que trago para o conhecimento de mulheres vivendo papéis trocados, que “pertenciam” segundo os discursos locais ao gênero masculino, demonstrando que essa “sociedade sem gênero, mas não sem sexo, já foi, em parte, vivida por muitas pessoas no passado, mesmo dentro das limitações impostas pelos papéis de gênero” (Dias 1995: 45). Dentre essas mulheres que desafiavam esses discursos estava Dona Josefina Filha, ou apenas Finoca, como os moradores do rio Mapuá a conheciam, ela era filha de Joaquim Nunes Horta com Dona Josefina Pinto Horta.

Desde a primeira conversa com Dona Irene Horta, a tia Finoca ganhou destaque na conversa como uma mulher que rompia com o padrão convencional da mulher daquele lugar. Ressalto que não somente a interlocutora tocou no nome dela, pois sobre sua vida muitas histórias alimentam o fato dela nunca ter casado. Dessa forma, por ser a mais nova dos filhos do Sr. Joaquim Nunes Horta e Dona Josephina Horta, muitos interlocutores ainda conviveram com ela e observavam essa questão.

Nas lembranças de Dona Irene, ressaltou-se as viagens que a tia lhe proporcionou para Belém, em tempos de viagens para comprar mercadorias para o comércio da família, pois nas palavras da interlocutora ela era a herdeira oficial do avô, sobre essa questão

explicou: “quando ele morreu ficou tudo pra filha dele, ela que tomou conta, do negócio dele e tudo, ela nunca casou, morreu solteira”.

A primeira peculiaridade nesse caso está diretamente associada à estranheza em uma mulher tomar conta dos negócios da família, uma função eminentemente masculina para aquela época, fato que deu margem para questionarem a opção de Finoca em não ter casado. O estado civil e a ocupação de Dona Finoca também foi destaque nas documentações cartoriais, no ano de 1958 por ocasião do registro de óbito de sua mãe Josephina Pinto Horta.

Nessa documentação Josephina Horta Filha (Finoca) foi definida como “donzela”, “solteira”, “prendas do lar”, “doméstica”, muitas funções menos comerciante, colocando em xeque as memórias de Dona Irene sobre sua ocupação, um papel apagado nas folhas dos registros de óbito, denotando o que já foi mencionado anteriormente sobre a invisibilidade das mulheres na história. Toma espaço nessa definição, ainda o uso da palavra “donzela” para defini-la anteriormente ao seu estado civil, uma ressalva para pensar nos códigos de moralidade da época, uma questão já destacada por Dona Irene.

Em decorrência desse pensamento se criou todo um imaginário sobre Dona Finoca, um dos interlocutores disse que ela “tinha barba”, outra interlocutora lembrou que a decisão de não casar estava diretamente associada a uma desilusão amorosa em tempos de adolescente com um primo, uma forma de sempre atribuírem o papel do casamento e do homem como centrais na vida de uma mulher da época, marcadamente uma herança da família patriarcal brasileira quando “o casamento tinha uma função específica, especialmente numa sociedade onde a imagem da mulher ideal estava associada ao de esposa e mãe” (Samara 1989:98).

Outras mulheres que viviam na região, também foram descritas fora dos padrões das uniões matrimoniais oficializadas, muitas delas ficaram relegadas ao concubinato. Nos registros de óbitos foi encontrado o uso de termos estigmatizantes para definir a condição de algumas esposas de migrantes por ocasião da morte dos esposos. Como descrito pelo cartorário no registro de óbito nº 0027 de Raimundo Firmino de Carvalho, natural do Ceará, residente no rio Ituquara, no qual se descreveu a situação civil da viúva Dona Maria de Souza Corrêa como “amasiada”.

Na narrativa de Emilia Fona Nunes, neta de portugueses, apareceu a palavra “amante” para descrever uma mulher negra que teve um romance com seu avô João Nunes, e com ele teve dois filhos que foram registrados em cartório como legítimos, no entanto, eles nunca tiveram as mesmas regalias dos filhos do casamento oficial. “*Eu cheguei a conhecer Dona Engracias, ela era bem negra, de lábios grossos, e esses meus tios filhos dela, irmãos*

do meu pai, frequentavam a nossa casa lá no interior” mencionou a interlocutora para ressaltar as relações familiares na esfera privada. Suas memórias abrem uma porta para compreender a situação dos indivíduos que não estavam integrados aos modelos socialmente reconhecidos, procurando, através desta perspectiva, dar uma imagem mais equilibrada das composições familiares envolvendo os migrantes estudados.

Outras explicações também são acrescentadas a esta e estão presentes nas narrativas de Iria Chocron sobre os relacionamentos de seu avô judeu com uma mulher também migrante no do rio Macacos, com uma possível ascendência portuguesa, chamada Aponina Bentes que viveu com ele até os últimos momentos de sua vida em Belém, onde foi sepultado.

“Meu avô não frequentava a igreja católica com a minha avó, ele tentava manter a religião judaica lá no rio Macacos, onde morava com a família, por isso não batizou meus tios e nem casou na igreja com a minha avó, ele resistia a isso, também foi enterrado no cemitério judaico em Belém, mantendo o ritual de morte dos judeus” (Iria Chocron, 2016).

Para repensar um dos pontos mencionados pela interlocutora, primeiramente sobre a ausência do casamento entre judeus e mulheres da região é fundamental a compreensão de que o casamento judeu somente é efetivado se ambos os nubentes forem judeus. Em vista disso, não há exceções “o casamento entre judeus e não judeus é proibido e nenhum rabino o efetuará” (Asheri 1995: 60).

Consequentemente, a decisão de não casar com uma natural da região está diretamente ligada ao aspecto religioso e à quebra de uma regra social da comunidade judaica e não a proibição de judeus e não judeus casarem-se no civil, pois se isso ocorrer o casamento é reconhecido como legítimo, assim como os filhos decorrentes da relação, também não se considera que o casal viva em uma relação pecaminosa (Asheri 1995: 60).

Mas o fato é que poucos faziam isso em Breves, em vista dos modelos de comportamentos simbólicos desse grupo estarem frequentemente ligado à adoção de um estilo de vida diferenciado, que acreditavam os distinguiam de outros grupos, por esse motivo a pesquisa sobre os judeus constatou a escassez de registros nos cartórios, com poucas referências sobre casamentos entre eles nas documentações do cartório civil e nas narrativas.

Por outro lado, se explica essa oposição do judaísmo contra os casamentos mistos, pois se temia que ele subvertesse a vida religiosa dos judeus com outras influências, representando uma ameaça para a permanência continuar sendo judeu na Amazônia, já que

muitas vezes os filhos que advém dessa união não eram educados conforme os preceitos judaicos e, assim, muitas vezes abandonavam as tradições e abraçavam outras religiões, se mantendo contrária a opção dos pais, o ocorrido com a família de Iria Chocron pode ser visto na sua narrativa a seguir:

“A minha tia dizia o seguinte que quando ela era pequena, quando chegava o sábado, meu avô se trancava no quarto e aí ele fazia seus rituais, e elas ficavam olhando pela brecha da porta, e elas riam muito dele, diziam que era macumba, então eu fico pensando nessa dificuldade do meu avô numa vila do interior que era São Miguel” (Iria Chocron, 2016).

Dona Maria Rodrigues também recordou essa questão, quando apresentou a dificuldade do avô judeu Jacob Cohen Farache em manter os costumes religiosos judeus no seio de uma comunidade católica e a não aceitação da sua mãe aos princípios do judaísmo praticada na família por Cantídio Farache, o pai da interlocutora. E em suas memórias está a negação da mãe em fazer circuncisão nos seus filhos do sexo masculino, quanto isso disse: *“Minha mãe não deixou ele fazer isso, de jeito nenhum, ele queria, mas que era católica e não permitiu”*.

Casos como esses mencionados são eventuais nas fontes de pesquisa e difíceis de serem rastreados, por esse motivo a maioria das relações fora do casamento podem ficar irremediavelmente perdidas. “Dentro das lógicas sociais é compreensível que assim seja. O espaço da transgressão, do desvio da norma, da subversão dos papéis é difícil de ser apreendido, porque não há desejo ou interesse em publicizá-lo” (Scott 2002:40). Nesse caso, esse viés ainda é uma porta aberta para “o investigador descobrir e analisar fontes que levantem o véu que encobre estes comportamentos, que não eram assim tão marginais quanto se poderia esperar” (Scott 2002:40) e estavam presente no cotidiano de centenas de pessoas no mundo todo.

4.3. Laços de parentesco, compadrio, religiosidade entre os grupos.

Até o momento vimos que o migrante utilizou-se da estratégia de integração por laços sociais na região por meio dos casamentos com os naturais da região, porém, outras formas de inserção foram possíveis de detectar por meio das narrativas orais dos interlocutores, tais como a Maçonaria, o apadrinhamento tanto na esfera religiosa como na política e ainda por meio das práticas de religiosidade como o catolicismo, a pajelância, o candomblé.

Nesse contexto de inserção social, primeiramente destaco o papel da loja maçônica Fraternidade e Labor Brevense número 32, fundada na década de 1970, localizada na cidade de Breves, bairro Centro, mencionada por alguns interlocutores como uma instituição capaz de acolher e inserir os migrantes recém-chegados e descendentes na sociedade. Esta instituição segue a Grande Oriente que segundo Monteiro (2012) é a única reconhecida pela Grande Loja da Inglaterra, a qual eles devem obediência, mantendo sua autonomia nacional, desde que não contrarie os princípios adotados pela Grande Loja Inglesa, correndo o risco de perder o reconhecimento se não obedecer às suas determinações (Monteiro 2012:31).

Observo que para uma melhor compreensão da maçonaria em Breves e das narrativas que se seguem mencionando-a como um importante meio de integração de migrantes na sociedade local, cabe ampliarmos o olhar dessa instituição formalizada no século XVIII, como um sistema peculiar de moralidade, fundado em alegorias e ilustrado por símbolos. Lima a partir do estudo em inúmeros autores afirma ser essa uma instituição social que requer de seus membros uma “adesão profunda” e não se considera uma sociedade secreta, como suscitam os não membros, “mas uma sociedade com segredos que entende ser essa reserva necessária para evitar a vulgarização e a profanação de ensinamentos e valores muito elevados” (Lima 2003: 28).

O mesmo autor também explica que as referências sobre a primeira maçonaria, embora meramente expeculativa, aponta seu surgimento no século XVIII na Bahia, sendo confirmadas de fato somente em 1802 com a fundação da Loja “Virtude e Razão”, no rito moderno ou francês também na Bahia. Em Pernambuco a maçonaria ganhou força por volta do ano de 1816, com as lojas maçônicas fortes, sendo algumas delas essenciais para os acontecimentos que culminaram com a chamada “Insurreição Pernambucana de 1817” pela independência do Brasil (Monteiro 2012: 29).

No caso do Pará, ainda sob as explicações de Monteiro, a maçonaria remonta ao século XIX, quando a primeira loja foi aprovada pela Grande Oriente do Brasil em 22 de janeiro de 1831, sob o título distintivo “Tolerância”. Tendo participado de sua fundação o então presidente da província, o Barão de Itapecuru Mirim e teria funcionado na casa de Gaspar Correia de Vasconcelos, almoxarife dos armazéns, em uma esquina da rua do Rosário, hoje Aristides Lobo, no antigo largo dos quartéis, numa praça onde está situada a Igreja do Rosário dos Pretos. A essa Loja está relacionada um fato envolvendo os acontecimentos da Cabanagem no Pará, quando então teria sido incendiada e destruída (Monteiro 2012: 35).

Em linhas gerais a maçonaria, segundo Lima (2003) “não segue dogmas, mas princípios imutáveis que constituem sua essência e seu espírito” os princípios da maçonaria estão contidos nos chamados antigos deveres ou *landmarks* que contém as leis fundamentais da Ordem Maçônica. “São ao todo vinte e cinco, destacando-se dentre eles a crença no Grande Geômetra, o Grande Arquiteto do Universo, qualquer que seja a concepção teológica ou filosófica que se tenha dele”. Também alimentam a “crença na ressurreição e na vida futura”. Não importa qual seja o Livro Sagrado se a Bíblia, Alcorão, Vedas, Torá, ou qualquer outro, em todo templo maçônico tem um altar do juramento com um desses escolhidos para reger a loja (Lima 2003: 28).

Com relação à moral cívica, profissional e privada a autora esclarece que o “nivelamento, a igualdade absoluta e a fraternidade entre seus membros, exclusivamente do sexo masculino, que devem se apoiar mutuamente em caso de necessidade”. Há toda uma preocupação com a “preservação da estrutura orgânica e simbólica da Ordem, o Grande Oriente, uma federação de lojas que trabalham com diferentes ritos, sob a direção de um Grão-Mestre, chefe da organização maçônica”. Nas lojas a divisão da Ordem é exercida em três graus sucessivos e hierárquicos, aprendizes, companheiros e mestres (Lima 2003: 28).

A obrigação do segredo sobre os conhecimentos iniciáticos é selada sob juramento, e as formas de reconhecimento mútuo na circunstância do sigilo, como emblemas, sinais, toques, senhas e palavras sussurradas, pelos quais os maçons se reconhecem entre si e se distinguem dos demais, entre outros princípios jamais deve ser compartilhado com “mundanos”, aquele que foge a essa regra é considerado um traidor da ordem (Lima 2003: 28).

Através desses símbolos fundamentados na geometria e na arte de edificar, pelas quais desenvolveu especial apreço, a Maçonaria construiu um vigoroso sistema de comunicação simbólica. Tanto da geometria quanto da arquitetura, que no sentido maçônico são associadas à construção espiritual, extraiu seus principais símbolos, intensamente utilizados na transmissão dos valores da Ordem (Lima 2003 28).

Todas essas explicações sobre a maçonaria são fundamentais para entendermos as regras universais dessa instituição em terreno local e como nesse caso específico, não há abertura para qualquer mudança mediante as especificidades da região, as normas são gerais e devem ser seguidas sem contrariedades.

Sobre a questão dos símbolos maçônicos, a interlocutora Emília Fona Nunes em suas recordações de momentos da juventude, reafirmou esse caráter universalizante da decoração dos templos quando visitou a loja Labor Brevense, pois seu pai Alberto Nunes era

maçom e o mesmo aproveitou a presença da filha para explicar-lhe algumas desses símbolos existentes na loja.

“Olha o papai passava os valores da maçonaria pra gente, ele foi secretário da maçonaria, ele mostrava a maçonaria pra nós, dizia o que era a maçonaria pra gente, um dia eu fui deixar um café pra ele, ele me mostrou umas coisas, foi quando eu subi pela primeira vez aquela escada, eu vi uma pedra toda grossa e uma toda lisinha e ele mostrou a razão daquilo, disse que a pedra rústica é aquele ser humano que é rude, ignorante, ele foi explicando e a outra pedra significava o homem já depois da maçonaria, ele explicava muita coisa, eu não lembro mais as explicações, mas ele tinha esse cuidado de explicar os símbolos da maçonaria para os filhos” (Emilia Fona Nunes, 2018).

Emília ao mencionar as explicações sobre a pedra vista na maçonaria no passado insere na sua narrativa uma questão pontual sobre a trajetória iniciática dos maçons quando se usa a metáfora da pedra aos recém-chegados que ao ingressarem na instituição “começam lavrando a pedra bruta e gradativamente prosseguem no desenvolvimento de suas habilidades até que consigam produzir a pedra polida, perfeita para a construção” (Lima 2007: 35).

Consequentemente, “o cubo, a pedra cúbica, símbolo de elevação moral, corresponde à pedra filosófica da construção espiritual, que constitui a Grande Obra, o aperfeiçoamento individual que conduz a um estado superior”. Dessa forma, essa pedra é “o único sólido que pelo paralelismo e a retidão de suas faces pode ser bem aproveitada na construção do Edifício Social, daí sua importância no simbolismo maçônico. Representa o Mestre, o ideal de perfeição humana” (Lima 2007: 35).

Ainda sobre a maçonaria, Emilia foi fundamental nessa pesquisa por recordar a importância da maçonaria para a simbologia da instituição na integração social de sua família que vivia no rio Oléria na região de Breves. A interlocutora apresentou uma característica interessante sobre a maçonaria, porque em sua análise, ela também agregava comerciantes, proprietários de terras de espaços de rios e florestas, pois seus integrantes não estavam necessariamente circunscritos aos espaços da cidade, dando uma dimensão de que até meados da década de 1970, como mencionado anteriormente grande parte da população de Breves, vivia nos espaços de rios e florestas e por isso estavam inseridos dentro de uma esfera social na região.

“O papai era maçom, quando ele ainda estava no interior já era maçom, a gente cresceu frequentando direto a maçonaria, nós vínhamos quando eles faziam festa branca, quermesse, domingueira. Eu lembro que meu pai vinha para as reuniões de lá, de barco, todo de paletó, os meus irmãos vinham e ficavam esperando ele no barco, então ele descia e

vinha para a maçonaria, quando terminava embarcava no barco e voltava e quando ele morreu foi velado na maçonaria (Emilia Fona Nunes, 2018).

Emília apresentou cópia de uma fotografia em papel A4 do pai Alberto Nunes, repassada por um dos seus irmãos no momento em que se preparava para viajar com destino à loja maçônica de Breves e ao mostrar-me a imagem (com pouca resolução para anexar no texto) explica que ele sempre gostou de andar “alinhado” e nas sextas feiras o ritual de frequentar as reuniões era parte do cotidiano da família, em suas palavras: *Meu pai era apaixonado pela maçonaria e a minha mãe também amava a maçonaria, ela participava direto, ajudava nas festas, fazia venda, se integrava muito bem com as outras mulheres da primeira geração de maçons* (Emilia Fona Nunes, 2018).

E quanto a essa integração social, esse parece ter sido o foco da nossa conversa, foram tantos os momentos compartilhados envoltos a um ar de saudosismo, pois as memórias levavam sempre à figura importante da mãe, falecida na década de 1980. Recordou-se que a mãe sempre participava das festas brancas da maçonaria, espécie de celebração aberta para o público realizada no templo em uma sessão litúrgica especial para aquele momento. A interlocutora explica que a mãe Elizete Fona Nunes mesmo nos últimos momentos de sua vida, preocupava-se em manter-se firme nas celebrações que envolviam a instituição.

‘Nesse tempo, as esposas iam de branco para a festa, elas conversavam sobre as roupas que iam vestir, elas se acertavam para irem mais ou menos parecidas, não existia esse negócio de competição. Eu lembro quando a mamãe adoeceu, na quarta feira, ela disse: minha filha eu tenho uma festa branca pra ir na sexta feira e eu não achei sapato branco, aí ela escreveu um bilhete pra minha irmã e mandou pelo barco, para ela mandar o sapato e quando foi no dia que a mamãe morreu chegou o sapato, no dia da festa branca, nem teve essa festa nesse dia’ (Emilia Fona Nunes, 2018).

Suas memórias ainda trouxeram outra festa existente no passado da maçonaria, não mais realizada na atualidade, denominada “Baile das Acácias”, momento em que as moças filhas de maçons eram apresentadas para a sociedade no salão de festa da loja, uma oportunidade de interagir com as outras moças da região, como demonstrou na sua fala:

“Eu participei das festas das acácias das filhas de maçons todas vestidas de branco, era tipo uma debutante, eu até assoprei a vela do bolo esse ano, eu tenho a foto vou lhe mostrar. Essa festa foi dentro da maçonaria, era uma festa que tinha todo ano, era linda essa festa. Só eu participei de casa, as minhas irmãs não, olha participou eu, a Tereza do tio Ivaldo Paes, as filhas do tio Pedro dentista, eu chamo tio porque na época a gente tinha que chamar, eu tenho carinho por isso sabia, porque meu pai ensinou a gente assim, essa

relação com os tios era muito forte e com as filhas deles também, a gente se chamava de prima, até hoje algumas ainda tem e a mamãe com as cunhadas, isso era muito forte” (Emilia Fona Nunes, 2018).

A foto do qual a interlocutora se refere na narrativa, (figura 17) foi retirada de um porta retrato que enfeita sua casa, foi trazida por ela para mostrar o valor daquele momento em que participou do baile nos tempos de mocidade, um momento de grande celebração na instituição e ao mesmo tempo ressalta ápice da sua juventude e o glamour na esfera local da festa em sua vida.



Figura 20 – Baile das Acácias na Loja Maçônica de Breves, 1970, cedida por Emilia Fona Nunes.

O orgulho em participar da maçonaria, foi o centro da narrativa em seguida:

“Eu sou muito grata à maçonaria. Só tenho lembranças boas de lá, ela inseriu a gente na sociedade, foi quando a gente começou a sair de casa, através da maçonaria, porque a gente vivia no interior, ela deu acesso pra gente na sociedade, na cidade. A gente foi se conhecendo, as filhas dos maçons, olha a tia Maria do tio Idevaldo dizia pra minha mãe para virem passar o domingo aqui, então a gente vinha através do convite dela,

antigamente as famílias faziam almoço e convidavam os irmãos da maçonaria, na casa do tio Idevaldo, na casa do Mossocó, do seu Arquelau, do seu Alberto Santos” (Emilia Fona Nunes, 2018).

Outro ponto a ressaltar na narrativa de Emilia está ligado aos laços de ordem que une os maçons, todos são considerados irmãos, por isso a referência da interlocutora aos “tios”, “primas” e “cunhadas” um ato ainda preservado na atualidade nos encontros entre as famílias maçônicas. Visto dessa forma, a maçonaria agregava e ainda agrega não somente o maçom com toda a sua parentela que também pode frequentar como convidado os eventos sociais da instituição.

E ainda sobre esse valor social atribuído em ser parte da família maçônica, nesse caso filha de maçom a interlocutora complementa sua participação e integração com as filhas dos outros maçons, ou “primas” como a mesma se referiu anteriormente.

“Então, a gente se sentia valorizada, era a maior alegria, felicidade, as filhas de maçons eram respeitadas na sociedade, eu me lembro da Cristina filha do tio Pedro dentista e de muitas moças de 16, 17 anos que eu convivi, quando nós nos juntávamos, a cidade toda via a gente diferente, pela maneira de se vestir e se portar, era tão bonita eu me sentia orgulhosa por isso, porque isso nos dava status, porque você imagina eu era do interior! Aquilo era muito diferente do meu dia-a-dia no interior! Olha as filhas de maçons eram respeitadas na cidade, porque os pais eram pessoas importantes da cidade e tinha outros que eram do interior, eu me lembro do tio Hermógenes que também tinha uma filha moça e a gente se encontrava lá na maçonaria” (Emilia Fona Nunes, 2018).

Diante das narrativas de Emilia Fona Nunes, pode-se pensar na maçonaria envolvida em laços simbólicos que como mencionou Cohen (1978) representam mecanismos fundamentais de desenvolvimento da individualidade e de abordagem de questões inerentes à existência humana e são sempre, ou quase sempre, manipulados consciente ou inconscientemente por indivíduos ou grupos empenhados na luta pelo poder e por sua manutenção (Cohen 1978: 11).

Continuando na pauta de integração social por meio da maçonaria, o Sr. Paulo quando chegou à Breves, encontrou em alguns amigos que frequentavam a Loja Macônica Labor Brevense um laço capaz de auxiliá-lo em muitas dificuldades comuns a um migrante no processo de adaptação à nova realidade distante de seus laços afetivos. Mesmo tendo estabelecido relacionamentos na região como foi apresentado no capítulo 2 com o antigo patrão nordestino proprietário de uma loja de ourivesaria em Breves que o trouxe para a

cidade. Foi por meio dos amigos e em alguns casos conterrâneos que conheceu a maçonaria, conforme podemos acompanhar no trecho da narrativa a seguir:

“Logo que eu cheguei aqui em 73, eu já estava trabalhando por minha conta, já tinha minha oficina e o Lino e o seu Josué Fernandes, seu Josué que era cearense me convidaram para entrar na maçonaria. Além do seu Josué tinha também o seu Dedé que era maranhense, de São Luiz, de fora tinha mais gente de Belém como o João Rufino que era o maçom mais antigo, ele tinha balsa que transportava mercadoria para Manaus, morava aqui” (Paulo Nascimento).

Após mencionar a composição de uma pequena rede de conterrâneos frequentando a maçonaria em Breves, inclusive tendo em alguns desses seus fundadores, o Sr. Paulo Nascimento ressalta que a *“maçonaria sempre foi de receber muita gente que vem de fora”*, com uma ressalva *“desde que a pessoa tenha prestígio o suficiente para ser indicado por uma pessoa daqui”* reforçando de forma incisiva o papel dos moradores locais nesse processo de integração.

E para marcar essa participação de migrantes interlacadas aos moradores naturais da região na fundação e composição da maçonaria, o interlocutor pondera:

“Aqui um dos fundadores foi o Lino, Josué Fernandes, Dedé Viana, e o Ataíde que era gerente do banco BASA que logo acabou, era ali onde é o banpará, os outros eu não estou lembrado, eram sete os fundadores. Porque tem muito isso, as pessoas são de fora, elas entram na maçonaria daqui depois voltam para seus lugares. Foi o que aconteceu com gerente do Basa e depois foi transferido para Belém. Muitos iniciaram aqui, foram até aprendizes e depois dão seguimento pra outra cidade” (Paulo Nascimento, 2018).

Quanto a sua indicação destacou que para entrar na loja Labor Brevense, apesar da forte relação de amizade e do convite feito pelo amigo Sr. Lino Alves um dos fundadores da maçonaria em Breves, e ele mencionou: *“Nessa parte de indicação, aí não foi o Lino que me indicou, quando eu decidi ir o Josué disputava com ele para me levar para a maçonaria, quem me levou como padrinho foi o Josué Fernandes, o Lino até ficou meio com raiva de mim”*.

Desse modo, mais uma vez merece destaque na narrativa a força dos laços de conterraneidade no apadrinhamento de novos migrantes na região, uma relação especificamente social, diferentemente da relação física de consanguinidade do sistema de parentesco tradicional (Evans-Pritchard 1978) o apadrinhamento maçônico criado envolveu laços com outras pessoas com as quais se dividiam afinidades e vínculos de amizade, quanto a isso o Sr. Paulo Nascimento ponderou:

“A ajuda que eu tive da maçonaria e tenho até hoje é só a grande amizade, meu jeito que você me conhece já faz tempo né, é desse jeito, sou brincalhão, gosto de fazer amizade, gosto de brincar com todo mundo. A minha família se dá bem e eu também me dou bem com todo mundo, por exemplo, eu gosto do irmão Joãozinho (meu esposo), gosto de você e da sua família, a amizade é geral, uma questão própria de ser maçom. Uma coisa que é um respeito que a gente tem, embora eu lhe diga que tenho respeito com todo mundo e principalmente com os irmãos da maçonaria. Olha! Eu estou com vinte quatro anos que entrei na maçonaria desde o dia 05 de maio de 1994, e é uma família para mim” (Paulo Nascimento, 2018).

Na sequência da narrativa do Sr. Paulo Nascimento, porém, direcionado para outras relações de apadrinhamento, foi encontrado entre muitos interlocutores, menções aos laços de compadrio tanto aquele instituído pela Igreja Católica no campo da espiritualidade diretamente ligado a um laço de proteção estabelecido geralmente na infância e determinado pelos laços afetivos dos pais dos afilhados, diretamente interligado ao favorecimento político dos apadrinhados, por isso era tão comum àqueles homens mais influentes terem também dezenas de padrinhos influentes, uma espécie de rede de alianças vista como uma estratégia de aumentar a possibilidade de sucesso na carreira dos afilhados, dispondo cargos públicos ou outros benefícios (Beunza 2004). Dona Laura, fez questão de evidenciar o papel social relegado ao seu padrinho ao mudar-se para Belém.

“Eu fui batizada em Belém, o meu padrinho era um político muito influente, um vereador, chamava-se Raimundo Vitoriano, ele era descendente dos Cabanos. A Edna que era minha prima, uma juíza de direito já falecida disse para meu padrinho: Olha vê se tu arranja um lugar para Laura no Colégio Antônio Lemos que era um Colégio de moças internas, um colégio de freiras e como ele era influente e para conseguir uma vaga nessa época na década de 60 era muito difícil para colocar uma filha sua lá, precisava ter alguém com pistolão muito forte para você conseguir e meu padrinho como era o político influente conseguiu e lá eu estudei” (Laura Rosa, 2017).

A narrativa de Dona Laura apresenta primeiramente a dificuldade encontrada por muitos nordestinos ou qualquer um migrante de outro Estado ou nacionalidade de usufruir dos benefícios do Estado relacionados à educação de qualidade, necessitando quase sempre de um “apadrinhamento” para conseguir qualquer retorno para a família. No caso da interlocutora, as ligações com uma elite influente composta por políticos e profissionais liberais de destaque naquela sociedade como é o caso da juíza mencionada, abriram as portas para um ensino de referência na capital, permitindo-lhe o acesso a uma formação básica

determinante na sua carreira no magistério e na ascensão profissional no seu último destino: a cidade de Breves.

Outra interlocutora Dona Maria Borges da região do Mapuá se referiu a família Nascimento como “eles”, pois, incluiu os filhos do Sr. Antônio Joaquim Nascimento nos seus relacionamentos ultrapassando a esfera de patrão, diz ter visto eles no “cueiro” e sobre Expedito Nascimento comenta: *“Ele morava confronte o cumaru. Ele era meu compadre de batismo, a comadre Morcina, era mulher dele. Nesse tempo ele comprava borracha”*. Em outro momento da conversa deu a entender que para além da borracha, existiam negociações da sua produção de madeira no Cumaru com outro filho do Sr. Antônio Joaquim ao afirmar: *“Eu tirava madeira minha filha. Eu vendia no Cumaru, pros Nascimento, trocava com mercadoria”* (Dona Maria Borges, 2016).

Dona Vitória Nogueira ao referir-se a Antônio Joaquim do Nascimento explicou: *ele era meu padrinho, ele sempre mandava me chamar para eu ir lá, só para tomar benção dele, aí eu me jogava daqui para lá*. Assim, a interlocutora que era filha de um nordestino trazido para a região para trabalhar no Mapuá através de uma rede no qual o Sr. Antônio estava no topo da pirâmide social local como patrão da borracha, agregava seus conterrâneos em laços de compadrio.

Isso significa que a família, ao fazer a escolha do padrinho ou madrinha para a criança ou jovem mediante a igreja, outros fatores para além da questão propriamente religiosa estavam em jogo, os pais optavam pela personagem social que os padrinhos representavam e era essa representação que deveria em consequência dessa escolha ser transmitida para o afilhado (Dreher 1999: 235-236). Dessa maneira, ser apadrinhado de alguém influente ressoava como um prestígio naquela sociedade onde estavam inseridos os migrantes.

Em suma, os casamentos, as relações de compadrio e amizade eram formas de criar vínculos mais perpétuos entre os grupos de migrantes e moradores naturais da região, como mencionado anteriormente, uma espécie de arranjo familiar fora dos laços de parentesco, tão necessários à condução das negociações e dos relacionamentos da região de Breves.

Para reforçar esse ponto tomo como objeto de análise o caso dos migrantes portugueses proprietários da BISA (Breves Industrial Sociedade Anônima), Renato Franco, José Mourão e Marculino Pinto (Fig.18), que revezavam a cada dois meses a administração da empresa, alternando suas vivências entre Breves e a capital Belém. Porém, enquanto estavam na cidade, esses homens juntamente com suas esposas, procuravam participar da vida social,

frequentando festas de santos, missas, casamentos, aniversários, almoços batizados e doando donativos para a igreja, como forma de inserirem-se na elite local (Leão 2014: 141).



Figura 21 – Fotografia no pátio da residência de D. Suzane Joubert e Tenente Abraão em companhia do gerente da BISA e sua esposa.

A fotografia traz em especial um dos desses momentos compartilhados por Dona Suzane Joubert descendente de franceses³⁷ (cabelos pretos) que desembarcou em Breves na década de 1940, vinda de Castanhal, para trabalhar como enfermeira no primeiro hospital da cidade. Casou-se com o ex-militar aposentado, conhecido como Tenente Abraão (posicionado ao seu lado), também migrante, ambos se tornaram figuras muito prestigiadas na cidade. O casal era presença constante nos bailes, festas religiosas, bingos e demais manifestações culturais, desfrutavam de certo conforto material, sua residência era uma das mais destacadas da área central e constantemente recebiam visitas “importantes”, principalmente políticos de renome do cenário paraense e empresários do ramo da madeira. Dona Suzane e Tenente Abraão eram compadres do casal de migrantes representados na

³⁷ As informações sobre D. Suzane Joubert, já falecida é resultante de uma entrevista coletada no ano de 2009, pertencente ao arquivo do projeto Revivendo nossa história, realizado com os alunos do Colégio Santo Agostinho no mesmo ano.

fotografia retirada na frente de sua residência na década de 1970. Eles donos da BISA e vez por outra se reuniam em almoços e jantares para fortalecer e estreitar ainda mais as relações.

Outras formas de integração, por meio de laços religiosos, tratando-se especificamente da Igreja Católica, transparecem nas estreitas ligações com seus membros, vestígios das relações sociais dos portugueses proprietários da BISA apareceram no Livro de Coisas Notáveis da Paróquia de Breves no final da década de 1940 e início de 1950, conforme analisadas por Pacheco (2000).

O autor destaca que no ano de 1949, os altares laterais da Igreja de Santana foram ofertados pelos sócios da indústria de madeira BISA, através dos nomes dos Srs. Mourão e Otávio Malheiros. Em 1950, a Pia Batismal foi doada por outro sócio da BISA, Sr. Marcelino e o segundo confessionário da Igreja foi doação de sua esposa Sra. Noemia Pinto Acioli, assim como as portas do vaivém, na frente da Igreja, que serviam de para-vento, também estavam no rol daquelas doações da indústria de madeira. Em 1951, a mesma construiu 22 bancos para a Igreja. Devido à colaboração dos migrantes com a Igreja Católica, esta procurava não desconstruir as famílias influentes econômica e politicamente da cidade, o que poderia provocar certo distanciamento e baixa nas doações à igreja, vitais para o prosseguimento de obras sociais na cidade (Pacheco 2000: 201-202).

Nota-se a existência entre a Igreja Católica e os migrantes de laços e interesses recíprocos através de atos aparentemente livres e gratuitos. Segundo Mauss, transações desse tipo estão longe de ser desinteressadas e são consideradas na sua percepção, como ficção e mentira social, pois no fundo, por trás do formalismo há uma obrigação e interesse econômico, que move o ato de presentear. Como acontecia com o grupo pesquisado por ele que tinha como costume comum a obrigatoriedade de retribuir os presentes recebidos, para manter o equilíbrio social (Mauss 2003: 188).

Como a maioria desses migrantes deixavam os laços de parentesco em suas terras de origem, eram por meio da igreja, durante as missas e os rituais das festas religiosas como a Festa de Santana, nos atos de patrocinarem as noitadas, participarem das procissões e ao batizarem filhos de famílias de Breves, estabelecendo com os moradores locais, um vínculo afetivo mais sólido.

Nessa linha de abordagem, o papel da Igreja Católica também foi destaque nas narrativas do Sr. Francisco Rendeiro quando recordou a atuação dos pais na sociedade local ao mencionar: *“Meu pai já veio com essa religião, ele e a mamãe, naquele tempo tinha a figura do concilista que hoje eu não sei se é a liga católica, ele participava, ele era ministro da eucaristia, ele era muito católico o papai”*.

Também ligada a Igreja Católica, destacaram-se as festas de santos, como um momento de integração entre os grupos de migrantes e as pessoas naturais da região, como relembrou Emilia Fona Nunes:

“Na verdade nós morávamos no interior, mas a gente conhecia todo mundo aqui, nós íamos muito nas festas, o papai comprava mesa, o papai gostava de ser social e ele fazia com que a gente fosse também. Olha nesse tempo tinha festa em Corcovado, ele levava a gente para a procissão de Santa Mônica, padroeira de lá. Tinha aqui em Breves também a festividade de Santana. Então nós íamos, sempre para festas de santo, meus pais eram muito ligados nisso, eu lembro que vinha aqueles barcos com santo e a gente aceitava em casa, a mamãe tinha um altar pronto em casa só para receber essas novenas que o pessoal do interior fazia nos lugares. Quando era tempo de festa em Breves, a gente vinha trazia pato, porco, muita mercadoria, saca de farinha pra passar uma semana aqui, o papai gostava muito disso, ele gostava de se apresentar e toda noite ele levava a gente p participar da festa, do bingo” (Emilia Fona Nunes, 2018).

Desse modo, havia toda uma preparação por parte da família para participarem de festas religiosas que envolvia tanto o aspecto oficial representado na narrativa pela preparação do altar e participação nas novenas e ainda os aspectos profanos diretamente ligados ao lazer. No entanto, mais do que simples rituais da igreja, estas eram formas como advertido pela interlocutora de “ser social” naquele contexto local que também demandava recursos para manterem-se durante o período da festa de Santana na cidade e ainda certa produção pessoal, pois era naqueles momentos que usavam suas melhores e roupas e mostravam os bens (joias) sob os cuidados do pai Alberto Nunes.

Nesse tempo cada um de nós tinha nossos cordões de ouro, relógio de ouro, era tudo bem cuidado, por exemplo, nós íamos para uma festividade o papai pagava e colocava na gente, quando a gente chegava ele tirava, isso no interior. A gente vinha para Breves tudo bonitinho, usando nosso cordão, nosso relógio, as coisas de ouro, quando a gente chegava ele guardava tudo, eu nunca vi uma pessoa tão cuidadosa, tão precisa com tudo, tudo organizadinho, em tudo no comércio, na casa, no quarto (Emilia Fona Nunes, 2018).

Ainda nos espaços de rios e florestas, outro interlocutor descendente de nordestinos Sr. Raimundo Mesquita, residente na localidade do Canaticu, no Mapuá, compartilha da opinião de que a participação nos cerimoniais religiosos da igreja católica foi uma forma de integrar os grupos especificamente portugueses residentes na vila Santa Maria e Nsra. de Nazaré e nordestinos do Canaticú, em tempos da inexistência de igrejas edificadas na região, ao narrar o seguinte:

No tempo do meu pai não tinha igreja aqui, mas a gente sempre foi católico, a gente participava de missa, festa, lá na Santa Maria, nesse tempo não tinha nem igreja lá, era na casa do Raimundo Oliveira, lá mesmo. Aí depois foi crescendo, a população aumentando, era pouquinho gente que morava aqui, olha aqui tinha uma casa, ali do outro lado outra, era uma ali, outra aqui, só três famílias, igual lá no lago do Jacaré, lá também eram só três famílias, depois foram casando, aumentando, era o pai do Sebastião Horta (Roldão) a velha Finoca que morava onde tem aquela Carnaúba e o compadre Geraldo (vila Nsra. de Nazaré) (Raimundo Mesquita, 2017).

Durante a etnografia pelo Alto e Baixo Mapuá contei a existência de 13 comunidades católicas espalhadas por rios e igarapés, em contraponto às evangélicas era a minoria, apenas 01 em toda a região. Dona Vitória em suas digressões recordou um passado no qual essas festas realizadas nas comunidades ou vilas eram ponto de encontro dos grupos que viviam no Alto Mapuá, território dos Horta e parte dos Félix (Sebastião Horta Félix) e no Baixo Mapuá dos Nascimento e outra parte dos Félix representado pelo patriarca da família Constantino Félix e posteriormente Pedro Félix seu filho (Vila Amélia).

O Sr. Joaquim Santos Nascimento, faz questão de demarcar as fronteiras existentes entre os Horta e os Nascimento, ao dizer: *“Pra lá para os Horta era outra turma, eu não andava para aquele braço do rio (Mapuá)”*, mesmo sua esposa sendo moradora do Lago do Jacaré no Alto Mapuá ele reafirma a importância dos momentos de festas de santo para essa integração:

“Eu não andava pra lá, praticamente encontrava ela pelas festas, tinha festa por aqui de pessoas que hoje não existem mais, tinha em muitos lugares, aí era quando se encontravam. Ela que vinha pra cá foi quando eu conheci, a gente também ia para Breves na festa de Santana. Outra era na vila Amélia aqui no Baixo Mapuá lá festejavam a santa Nossa Senhora das Graças, era três noites de festa, tinha novena, ladainha, aí tinha venda, tinha festa de dança, o padre vinha, tinha uma sede lá, o Constantino Félix que era o dono lá, foi ele quem levou a imagem para lá” (Joaquim Santos Nascimento, 2017).

Dessa maneira, a religião constituiu-se para esses migrantes e descendentes como um sistema decorrente de interações com o contexto em que estavam inseridos na região de Breves, apareceram nas narrativas como complexas estratificações de crenças, rituais e símbolos que com o decorrer do tempo foram sendo alargados conforme o contato com a nova realidade do local de destino (Marinucci 2014: 117). Isso porque em contexto migratório, os sistemas religiosos costumam enfrentar um ambiente externo radicalmente diferente e desafiador, o que acentua a necessidade de mobilidade enquanto capacidade de

integrar em seus universos simbólicos e dilatar suas fronteiras simbólicas, auxiliando-os na sua interpretação de mundo (Marinucci 2014: 130). Assim, para enriquecer essa discussão apresento a experiência de Dona Laura, geralmente tratada no campo sociológico como sincretismo religioso, mas pensado aqui como um fenômeno da zona de contato entre várias crenças.

Ao chegar para entrevistá-la em sua residência, notei bem na entrada de sua casa um pequeno altar, trata-se de uma mesa cheia de santos e entidades da umbanda que a interlocutora me apresentou nos primeiros momentos da minha chegada, já apresentado no capítulo 2 e revisto aqui sob outras expectativas: *Aqui eu tenho o meu congarzinho, mais tem mais é santo aí. Eu gosto muito dos meus santos, santo e entidade, busto de entidades.* Em seguida afirmou: *“Minha filha eu sou católica mais não gosto de mentir, eu acredito em coisas sobrenaturais”*. Essa foi uma abertura dada pela interlocutora para falarmos sobre a religião da umbanda que acompanha a sua formação como pessoa, pois, a mesma afirma: *“já vim com esse dom”*, como se fosse esta uma forma de diferenciá-la da maioria das pessoas que viviam na Vila de São Miguel.

Para reafirmar a sua identidade Dona Laura fez questão de ressaltar o seguinte: *O maranhense de um modo geral, camba para o lado da umbanda esse lado porque ela não é religião, a umbanda ela é uma crendice.* Após essa afirmação passou a explicar-me que praticou a umbanda até bem pouco tempo atrás e somente parou em decorrência da perda da visão no ano de 2015. Considera ter realizado um papel humanitário ao desenvolver o ofício de atendimentos diários em sua residência para a população de Breves.

“Ajudei muita gente nesta cidade de Breves através do trabalho de umbanda. eu também sou cartomante, eu jogava muita carta, por isso recebia muitos políticos em casa no tempo das campanhas políticas. Na época eu enxergava eu joguei cartas, eu disse para minha filha: vou já jogar cartas que eu vou já saber quem é que vai ser o prefeito, Xarão ou Luiz Rebêlo, então joguei primeiro para o Luiz Rebelo ele não deu nada, disse tá difícil pro Luiz Rebelo. Depois joguei para o Xarão, o bichão pareceu sentado lá na cadeira, no trono (risos) eu disse: sabe quem vai ganhar, quem vai ganhar é o Xarão, e foi ele quem ganhou, então as cartas não mentem jamais” (Laura Rosa, 2017).

A questão da espiritualidade de Dona Laura, cercou grande parte da conversa, ela fez questão de ressaltar: *“não mexo com magia negra”*, toda sua linha é branca. Perguntei como ela aprendeu a prática da umbanda, disse-me: *“eu aprendi por influência e lendo, porque para a gente aprender as coisas a gente já vem pro mundo, quem tem essas coisas com aquele dom, mas você tem que ler que é para você se aperfeiçoar”*.

No meio da conversa dona Laura, lembrou-se que nos tempos que viveu na Vila São Miguel, benzia muita gente, especialmente crianças, inclusive fez referência ao meu esposo, ao falar: *Sua sogra trouxe ele muito doente e quando era criança para mim benzer, eu benzi e ele ficou bonzinho*". Nesse instante peço para explicar sobre o ritual utilizado no ato da benção.

O meu ritual para benzer é se pegar com Deus, com certeza com Deus, porque eu minha filha Dione eu nunca misturei as coisas, o Deus minha filha é um só, o Deus é um só pra umbanda, para o Candomblé, não sei pra quem mais, em fim, é um só, o que vale é a fé, se você está com problema de saúde e você tem fé que um copo d'água vai lhe curar, aquele copo d'água vai lhe curar mesmo (Laura Rosa, 2017).

Além de benzer, jogar cartas se recorda que em Belém praticava a mesa branca com maior regularidade, mas em Breves chegou a fazer isso apenas uma vez na casa de um político conhecido. Quanto a essa prática, mostrou certa reserva ao mencioná-la, disse apenas que há no mercado muitos charlatões e isso de certa forma atrapalha a confiança das pessoas naquelas que realmente tem o dom. Na sua concepção para trabalhar com a mesa branca é preciso ser *"guiada por um espírito de luz e não é qualquer pessoa que tem esse dom!"*.

Nas suas crenças, alguém que nasce com esse dom não deve abandonar repentinamente as suas práticas, por isso, mesmo não enxergando nada com os olhos, é o coração que guia suas ações por isso não se descuida das suas entidades e santos de devoção.

"O meu congarzinho eu respeito, tá tudo arrumado lá, hoje em dia eu não enxergo, mas sempre eu firmo uma vela, e peço para minha filha acender, porque a gente que tem essas coisas místicas, a gente também tem que ter muito cuidado, não pode assim abandonar, deixar, não senhora não pode, porque depois vai dá só nós na cabeça".

As técnicas de incorporação, também estavam entre as atividades desenvolvidas por Dona Laura, seu pai de cabeça era o índio Tupinambá Maranhense, ao revelar essa habilidade, remeteu às suas raízes africanas ao mencionar o fato dê: *"meus avós eu tenho prazer de lhe dizer que os meus avós são preto velho e a preta velha"* embora tenha herdado a aparência do pai branco de olhos azuis e loiro, sua mãe era negra.

Dessa maneira, mediante a experiência espiritual de Dona Laura envolvendo várias práticas de religiosidade ela integrou vários aspectos de suas crenças ao ambiente e as necessidades dos moradores de espaços de rios, florestas e cidade, diretamente ligados a práticas de cura da pajelança cabocla, em estreita ligação com o espiritismo e o candoublé.

Quanto a essa questão de pajelança cabocla³⁸ surgiu entre outros interlocutores rituais relacionados ao mundo dos encantados, em destaque na narrativa do Sr. Augusto Barros, em referência aos aspectos da religiosidade de seu avô que demonstram a religiosidade também como de inserção de um nordestino na região.

“Quase toda a família era católica, porque meu avô era espírita, o pai da minha mãe, da linha branca, que não tinha bebida. Eu ainda cheguei a presenciar, porque depois que as meninas casaram (refere-se às tias), minha vó criou ainda três moças e quando o meu avô estava dando passe, não aceitava que ninguém desse uma risada, ele fazia umas coisas lá que a gente não sabia como, que as pessoas caíam e a gente se assustava. O ritual era mais de benzer, ele tinha o estilo dele. Meu vô, pelo vínculo que teve com o Marajó as crenças dele, vieram de Soure, lá tem um pessoal que chama Caruana e meu avô quando ele atuava, ele dizia que ia chamar os caruanas do fundo, vinha o pessoal da vila lá no São Pedro, no rio Macacos, nem em frente o rio Majuí, o pessoal da redondeza, mais muito gente, os parentes, era muita gente, aquela região ali do furo comprido, até o Raimundo Miranda na vila Santana, vinham atrás dele para benzer” (Augusto Barros, 2017).

Após essa abertura para mencionar a inserção de alguns migrantes mediante as práticas de religiosidade de matrizes diferenciadas, retorno para as festas, aquelas relacionadas ao pretexto político, utilizadas pelos patrões do Mapuá como meio de manter sobre o controle currais eleitorais nessa região. Cheguei a esse tema quando perguntei ao Sr. Joaquim Santos Nascimento: Como se encontravam os descendentes dos nordestinos da família dos Nascimento e os descendentes dos portugueses Horta e Félix? De pronto veio a referência às “festas”, espécie de reuniões políticas em tempos de eleições, explicadas à luz dos jogos de poder com a função de agregar os interesses dos grupos de migrantes no Mapuá, como visto a seguir:

“Em tempo de eleição, era quando quase todos se reuniam, nessa época quando eu comecei a votar com 18 anos de idade, quem mandava aqui era o meu avô Joaquim Nascimento e o Constantino Félix, era os dois que mandavam aqui dentro do Mapuá. Cada um tinha seu candidato, o meu avô tinha os candidatos dele e a freguesia dele votava em todos que ele mandava, o Constantino Félix a mesma coisa, o pessoal não queria nem saber,

³⁸ Segundo Maués (1994) entre as várias medicinas populares praticadas no Brasil, destaca-se especialmente a chamada "pajelança cabocla", muito popular, sobretudo na Amazônia rural, composta por um conjunto de práticas de cura xamanística, com origem em crenças e costumes dos antigos índios Tupinambás, sincretizados pelo contato com o branco e o negro, desde pelo menos a segunda metade do século XVIII. A pajelança cabocla se fundamenta na crença nos "encantados", seres invisíveis que se apresentam durante os rituais incorporados no "pajé" (isto é, o xamã), que é a figura central da sessão de cura (Maués 1994: 5).

quem era o candidato, se eles mandavam votar naquele eles votavam, eles obedeciam, pra lá para o Jacaré era só o Sebastião que mandava. Meu avô cearense era PMDB e os Félix ARENA, que depois virou PDS, eram grupos rivais, quando iam votar, iam tudo junto para lá, mas cada um tinha seu eleitor, prefeito e vereador” (Joaquim Santos Nascimento, 2017).

Após essa explicação, sobre os limites das fronteiras políticas existentes no Alto e Baixo Mapuá e como esses migrantes estavam diretamente ligados a um jogo de poder local controlado pela esfera municipal, a utilização da palavra “festa” ao invés de comício como utilizado pela maioria das pessoas para referir-se a esses encontros na atualidade, foi utilizado pelo Sr. Joaquim, mediante o seguimento da sua narrativa:

“Nesse tempo a gente chamava festa e eles davam tudo, muita comida, meu avô tinha um bocado de boi, matavam de três bois só para dar para o pessoal, os Félix a mesma coisa com os eleitores deles, era uma farra, uma festa em tempo de eleição, eles vinham buscar os eleitores tudo por conta deles, era de motor de polpa, era levando e trazendo, eles deixavam lá nesse barracão do meu avô do meu avô, tinha não sei quantos quartos, sala, cozinha grande, eles hospedavam o pessoal tudo lá, os eleitores eles levavam todos para lá, dando comida, tudo, dois dias, aí de lá eles levavam para onde era sessão porque não podia ser lá, era escolhida uma “casa neutra” que eles falavam porque eles eram chefes políticos e não podiam, eles escolhiam uma casa de um cidadão lá, uma casa neutra para fazer as eleições” (Joaquim Santos Nascimento, 2017).

Nas entrelinhas da narrativa do Sr. Joaquim Santos Nascimento, reaparece momentos da história da política brasileira, ainda existente no cenário atual, relacionado à manutenção das despesas dessas reuniões políticas em momentos de eleição, herança de uma política coronelista de atitudes clientelistas (Nunes 1997: 26) em outros arranjos pelos espaços do Mapuá. Nessas reuniões os patrões se aproveitavam do isolamento e da pobreza dos eleitores que não tinham dinheiro tão pouco interesse para arcar com os custos necessários para o exercício do voto, tais como transporte, alimentação, acrescentando também ser esse um momento de fuga da rotina como suscitou a narrativa do interlocutor.

Ainda sobre a integração de migrantes em Breves, por meio de funções políticas, mediante outros sentidos o Sr. José Silva relatou: *Eu fui vereador três vezes aqui, agora assim, eu fui político, eu tinha um partido, mas eu não tenho nenhum inimigo político, professora se eu sou de um partido, eu tenho o direito de ser do partido que quiser* (José Silva, 2017).

As redes de amizade também foram mencionadas em outros momentos de sociabilidade, diferentemente da ideia de festa, porém necessária para a compreensão sobre a

forma como o migrante português Brito Rendeiro se articulava com outros conterrâneos, no caso o Sr. Ricardo Barros, os padres da paróquia de Santana e outras pessoas naturais da região de Breves através do jogo de dominó. As lembranças sobre esses momentos foram recontadas pelo Sr. Francisco Rendeiro, em menção ao “vício” de seu pai, mas com um olhar contextualizado da cidade da década de 1970, mencionou o seguinte:

“O único vício que eu me lembro que meu pai tinha era jogar dominó na casa dos padres, lá naquela parte de cima, naquela sacada da casa antiga dos padres, lá eles ficavam, ele, o Frei Dolsé, o Palito, o seu Ricardo, era uma turma, toda noite sique se reunia lá, e era tão calma a cidade que quando eles batiam a pedra na mesa, a gente ouvia aqui em casa. Eles batiam a pedra né, até hoje o pessoal bate, a gente ouvia pra cá, naquele tempo a luz apagava dez horas primeiro, então quando faltava quinze minutos dava um pisca, um sinal, diminuía, depois voltava e todo mundo se preparava. Depois passou para meia noite, mesma coisa, falta quinze minutos ela ia embora e voltava e quando dava meia noite apagava. Eu que já tomava minhas geladas, ficava por aí, a gente corria para pegar a rua do hospital, porque era a única que tinha energia, naquele tempo a gente tinha medo de visagem, a gente não tinha medo de assaltante era visagem. Aí a gente corria para a rua do hospital e vinha embora” (Francisco Rendeiro, 2018).

Em suma, mediante o que foi apresentado no capítulo sobre as estratégias de integração mergulhada em formas simbólicas de integração na sociedade local, as redes de parentesco amizade e compadrio, o catolicismo, as festas religiosas e outras formas de religiosidade e de sociabilidade como as festas políticas e o jogo de xadrez, destacaram-se em paisagens compostas por ambientes diversificados sobre um mesmo território, porém interligados pelos anseios de desfrutar dos espaços com os outros. Ressalvo que em meio a essas estratégias foi possível enxergar e questionar o papel da mulher migrante subsumida em designações generalizantes e estigmas próprios dos tempos em foram narradas.

CAPÍTULO 5

CONFLITOS, TENSÕES E DESAFIOS NAS VIVÊNCIAS DOS “MIGRANTES”

Este capítulo trata das tensões decorrentes das experiências de contatos, envolvendo conflitos que decorreram em movimentos de luta, disputa políticas, violência e morte. Analisa também as dificuldades dos “migrantes” em adaptarem com a alimentação e as estratégias para produção ou captura (caça e pesca) ou compra dos produtos não disponibilizados no mercado local. Dessa maneira, primeiramente apresento alguns conceitos chaves que dão suportes às discussões.

Na década de 1990 especificamente os rios Cantagalo, o Lago do Jacaré e o Lago do Socó, pertencentes à região do Alto Mapuá foram palco de dois movimentos sociais de luta empreendidos por produtores de farinha e trabalhadores da madeira contra o monopólio comercial exercido por comerciantes da região hierarquicamente dominantes na região que culminaram na liberdade de livre tráfego e comercialização de produtos pelos rios de Breves e a conseqüente diminuição de poder de uma família na região do Mapuá.

Para dar suporte aos dois casos narrados pelos moradores da região utilizo o conceito de conflitos sociais retirados de Honneth (2003) por considerar a partir das narrativas individuais daqueles que rememoram os conflitos uma oportunidade para o surgimento de movimentos sociais numa perspectiva coletiva que permitiu reinterpretar “as experiências de desapontamento pessoal como algo que afeta não só o eu individual, mas também um círculo de muitos outros sujeitos” (Honneth 2003: 258). Esse recorte exclui os conflitos de ordem individual, como aqueles entre marido e esposa, irmãos ou vizinhos, se em algum momento aparecem nas narrativas dos interlocutores é porque influenciaram no entendimento das ações dos grupos estudados.

A explicação abre espaço, para pensarmos que não existe apenas um único olhar que esgote o problema, “mas a pluralidade de olhares pode revelar seus diversos aspectos, isto é, revelar a violência como uma verdadeira problemática, como um conjunto de dados observáveis que só se dão numa rede de crenças, questões e interpretações” (Drawin 2011: 14). Mediante essas explicações a atribuição do significado de violência aqui utilizado está diretamente ligada às relações de hierarquia entre os grupos e política (Arendt 2001) por esse motivo reflete questões relativas às delimitações do uso do poder e a existência de fronteiras sociais entre portugueses e nordestinos e ainda às questões de moralidade da época,

fortemente marcada nas narrativas dos interlocutores e no uso de algumas documentações cartoriais nas quais as referências ao “nordestino” assumiram contornos estigmatizantes.

Outro conceito pujante nessa escrita foi o de estigma para embasar as discussões sobre o papel marginal atribuído ao “nordestino” por muitos interlocutores. Essa conotação apareceu principalmente quando foram apresentados como “cangaceiros” e “matadores” e com isso ganharam atributos de “diferentes” uma espécie de grupo menos desejável nas localidades estudadas.

Assim, é como determinou Goffman (1975: 12/13) “a sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias”. Desse modo, o termo estigma foi utilizado “em referência a um atributo profundamente depreciativo” mesmo que utilizado involuntariamente por alguns, sendo que além de Goffman outros autores Becker & Arnold (1986); Stafford & Scott (1986) e Martin (1986) ancoraram as análises das narrativas nessa direção.

No entanto, as dificuldades enfrentadas na região pelos migrantes não se destinavam somente a conflitos, uma demanda de outros desafios também cercaram o cotidiano dos grupos dispersos por diferentes lugares da cidade e dos espaços de rios e florestas, dentre os quais merecem destaques as doenças como a malária apontada como a grande vilã que levou a óbito muitos migrantes não adaptados com a doença e nessa inter-relação com a natureza pensadas a partir de Ingold (1993,2006), Ianni (2008), dentre outros, a doença numa perspectiva biológica e social ganhou corpo nessa discussão, inclusive com a análise das causas mortis das certidões de óbito. Outro desafio também apareceu relacionado com as práticas alimentares dos grupos e as readaptações utilizadas para sobreviver na região.

5. 1. Movimentos sociais de luta pela liberdade de comércio pelos rios de Breves.

5.1.1. Os “donos do rio”

Início com as narrativas da professora na reconstrução das passagens conflituosas das trajetórias das famílias Horta e Félix pela região. Segundo a professora quando iniciou sua atuação docente na região do Baixo Mapuá nos anos de 1990 a família Félix já havia feito a dispersão da vila Amélia e ocupado outros espaços do Mapuá, inclusive a vila do Cantagalo, nas proximidades da comunidade Nossa Senhora de Nazaré no Lago do Jacaré localidade onde vive a família Horta. Assim, ressoou na narrativa como se deu essa ocupação nas localidades do conflito e os detalhes sobre o controle da movimentação dos barcos e canoas realizada pelos Félix para que nenhuma embarcação cruzasse a fronteira do rio Cantagalo e chegasse até o Lago do Jacaré sem o conhecimento dos interesses dos navegantes.

“Sabá Félix, após sair da vila Amélia, acabou ocupando o lado esquerdo do Mapuá e o pessoal dos Horta ficaram do lado direito. Durante o passar dos anos houve muitos conflitos entre eles, porque parte da família que eram representadas pelo Sabá Félix, não permitiam que ninguém, os outros seus parentes do lago do Jacaré, vendessem os produtos para outras pessoas, a não ser para eles na vila Cantagalo, eles davam o preço que queriam, Sabá Félix comandava de tal forma com mãos de ferro o Mapuá, lá não entrava barco nenhum se não fossem com a ordem dele, isso quer dizer que não entrava nenhum barco de regatão que são aqueles que vendem de porto em porto e tudo mais. Ou no caso, da madeira, vender nas empresas que tinham às margens dos rios” (S.P.D. 2017).

Os planos e estratégias utilizados pelos grupos foram recontados de forma performática pela interlocutora que se levantou da cadeira ao meu lado na minha sala onde a entrevista era realizada e através de gestos e tom de voz empolgante trouxe para a cena os lances sobre o mencionado conflito. Assim, parafraseando Hartmam (2005: 125 - 130) há na narrativa da professora a combinação da experiência e performance, esta última porque é justamente a habilidade de se comunicar através da manifestação de uma competência comunicativa que envolve todo o corpo e se consegue prender a atenção para o acontecimento discorrido, como é possível ver na narrativa:

Eles contam que no dia do conflito final, uma parte dos irmãos e os agregados desses irmãos vieram pelo meio da mata, cercaram a casa do Sabá Félix, o comércio e tudo mais por trás, pela mata, o pessoal dos Horta e os outros vieram baixando o rio nas

jangadas. Quando chegou em frente a vila do Cantagalo eles apontaram armas, as pessoas viram eles armados apontando para eles e então o Sebastião Horta que é o terceiro filho da Irene falou: “Nós vamos morrer todinhos, mas Deus é quem sabe, mas nós vamos passar com essa madeira, ou nós passamos com ela, ou ela passa com nosso corpo em cima delas, mas daqui ninguém arreda pé e aí os outros vieram pela mata, vocês (Félix) é quem sabem, vocês vão morrer mais até do que matar” (S.P.D. 02/03/17).

Assim, em suas palavras ficamos a imaginar as passagens narradas da situação apresentada, o perigo, a apreensão por um desfecho sem morte e as indagações que ficam no ar que a narrativa em si não pode sanar. No entanto, a situação relatada pela professora refletia claramente as fronteiras controladas pelos descendentes de portugueses com o maior poder econômico, em vantagem sobre o outro grupo de portugueses dominados economicamente pelos conterrâneos que mesmo unidos por laços familiares não concordavam com as ações de outra parte da família.

Dessa maneira, na narrativa aparece entre os indignados pela opressão do monopólio da venda de produtos naquele perímetro do Mapuá, os filhos de Roldão dos Santos e Dona Irene Horta, matriarca da família, dentre os quais estavam o Sr. Sebastião Horta Moraes com quem conversei na minha terceira viagem ao Mapuá no mês de outubro de 2017 quando visitei novamente a casa de Dona Irene que mora com o referido filho e a nora Dona Maria Fialho Moraes. Encontrei-o sentado na frente de sua residência, ao lado do comércio da comunidade de sua propriedade, ele acrescentou outros detalhes ao conflito ocorrido na década de 1990, enquanto alguns membros da família acompanhavam atentamente o desenrolar dos fios da trama envolvendo os Horta e os Félix, cabe ressaltar que Sebastião Horta Félix era tio do interlocutor e por ele nutria profundo respeito, por esse motivo foram longos anos de subordinação até a sublevação final contra o controle do rio Cantagalo:

“Essa história foi porque nós começamos comprar e vender fora do Mapuá, mas antes disso acontecer nós fomos lá várias para vender a farinha para ele (Sabá Félix), mas muitas vezes a gente ia e ele não queria comprar o gênero da gente. Foi quando nós resolvemos partir para vender em outro canto, nesse tempo era só farinha que a gente vendia, nós ainda não mexíamos com madeira, ele dava o preço que queria aí nós resolvemos passar no Cantagalo com a farinha. Ele ameaçava dizendo que ia mandar prender a gente, que não era pra nós passar pra vender nossa produção, era para vender só para ele. Eu vou lhe dizer que naquele tempo atravessar o Cantagalo era um perigo, porque o que o Sabá Félix falasse tinha que ser! O que viesse de lá tinha que obedecer! Ele era o dono rio! Para a gente passar por lá e vir para cá para o Lago do Jacaré tinha que primeiro

parar lá e dizer o que vinha fazer para cá, o homem era o dono do rio!” (Sebastião Horta Moraes, 2017).

Desse modo, sobressaem-se nas narrativas tanto da professora como do Sr. Sebastião Horta Moraes questões relacionadas ao poder de mando e ao monopólio da compra e venda de produtos da floresta como a farinha e a madeira exercida pela família do comerciante que controlava o Cantagalo, uma das principais fronteiras do rio por onde as mercadorias eram escoadas, especialmente para os moradores do lago do Jacaré localizados na última fronteira do Alto Mapuá que constantemente precisavam cruzar os rios sob o domínio da família Félix para chegar à cidade de Breves.

A origem do poder da família na região vem da aliança entre as duas famílias Horta e Félix, por meio de laços de casamento já explicados anteriormente nos capítulos anteriores, para o momento destaco as explicações do Sr. Sebastião Horta Moraes sobre essa relação:

“Esse poder dele sobre nós vem desde a morte do meu bisavô Joaquim Nunes Horta quando foi passado o domínio do lago do jacaré para eles, se tornaram então uma só família porque a filha do meu bisavô Sinhá Horta casou com Constantino Félix pai do Sebastião Félix e ele se estabeleceu no Cantagalo e passou a dominar essa região aqui do Lago do Jacaré” (Sebastião Horta Moraes, 2017).

Com relação ao poder de mando na região do Mapuá, destacaram-se nas conversas com os interlocutores, referências às figuras dos Srs. Constantino Félix, Joaquim Nunes Horta e Antônio Joaquim Nascimento reportados em certos momentos como patrões da primeira fase da borracha e outros como coronéis emergindo por vezes traços de “clientelismo e mandonismo” (Nunes 1948).

No cenário da cidade e de outros rios da região a figura do coronel ganhou destaque nas documentações cartoriais desde os finais do século XIX até a primeira metade do século XX como apresentado no capítulo 2, sendo que a palavra patrão não aparece em nenhuma categorização cartorial, homens como Sebastião Horta Félix, dentre outros, são denominados na profissão de comerciante nas páginas dos livros de registro de imóveis do Cartório Dário Furtado e registro civil Matos. A categoria patrão, como visto anteriormente parte das narrativas dos interlocutores.

Dessa maneira, cabe ressaltar que os coronéis nomeados em Breves diferiam bastante daqueles do período da primeira república brasileira que compunham uma elite das regiões Sul e Sudeste formados na maioria por cafeicultores. “Em muitos lugares da Amazônia ficaram conhecidos como coronéis de barranco, mesmo sem o título oficial,

tornou-se costureiro, agregá-lo ao nome de alguns proprietários de seringais e passaram a ser chamados indistintamente de coronéis de barranco” (Mendes; Queirós 2012: 81). Porém, em Breves não encontrei em memórias ou documentos referência a essa denominação, assim na região um coronel era alguém de prestígio, donos de propriedades nos espaços de rios e cidade, isso incluía homens nascidos na região e os migrantes, muitos de origem nordestina e outros portugueses como apresentado no capítulo 2.

Em retorno aos fios das tramas visibilizadas em estratégias de organização entre os moradores do Lago do Jacaré utilizadas no conflito ocorrido no Mapuá narrado pelo Sr. Sebastião Horta Moraes segue o desfecho da narrativa:

“Foi só depois que a EIDAI entrou para comprar madeira que aconteceu esse conflito, isso porque a empresa vinha buscar a madeira aqui, então começou a confusão, porque para chegar aqui tinha que passar por ele primeiro (Sebastião Horta Félix) e ele impedia. Com isso foi se acumulando madeira aqui quando já tinha quase mil toras de madeira a EIDAI enfrentou com a gente e o sindicato dos trabalhadores entrou também na nossa defesa, teve um vereador que também ajudou, o pároco Molina da cidade também, veio o Galo e o seu Orlando lá de baixo(Baixo Mapuá). Nós nos juntamos mais ou menos uns cinquenta homens em cima da madeira, da jangada, todos estavam apoiando a liberdade do povo daqui, a gente levava na jangada só armamento de uso comum, era machado, terçado, martelo, pau, mas arma de fogo não! Ele sim tinha arma de fogo, nós não! E então, daqui nós montamos na jangada, uns rebocando e outros no casco pelo lado, Ave Maria muita gente! Quando ele viu prometeu atirar na gente se caso tentasse passar lá e meteu um cabo de aço no rio para a gente não passar, mas ele teve que tirar, mandou cortar e nós passamos! Não teve tiro, o pessoal fala que ele apontou a arma para nós, mas não lembro!” (Sebastião Horta Moraes, 2017).

As intrincadas relações entre os moradores aparecem por meio de diferentes alianças para quebrar o monopólio de Sebastião Félix e família na região. Na narrativa do Sr. Sebastião Moraes Horta, entram em jogo os moradores de outras fronteiras do Mapuá como o Sr. Galo e Orlando Miranda do Baixo Mapuá, a igreja católica, o poder legislativo representado pelo vereador, o sindicato dos trabalhadores rurais e ainda a empresa exportadora de madeira EIDAI do Brasil, de origem japonesa com sede na cidade de Breves, embora por interesses meramente econômicos também teve papel determinante nesse processo de luta.

Levando a crer que os conflitos sociais como explicou Santos (2014: 550) por sua natureza, “têm o poder de envolver grupos sociais que originalmente não participavam da

disputa, mas que, em razão de valores utilitários ou morais, acabam por tomar posição frente ao embate coletivo”. E ainda “o envolvimento se dá pela manipulação consciente ou não, controlada ou não da agenda pública da sociedade como um todo”. Em consonância com as explicações de Honneth (2003:256) que diz: “uma luta só pode ser caracterizada de social na medida em que seus objetivos se deixam generalizar para além do horizonte das intenções individuais, chegando a um ponto em que eles podem se tornar a base de um movimento coletivo” (545).

Mediante a narrativa do interlocutor, é possível ainda articular a esse conflito as ideias definidas por Certeau (1994: 92) quando o autor chama a atenção para as “relações de forças envolvidas enquanto estratégias de impor nos espaços o poder dos grupos valendo-se de táticas para almejar os objetivos do conflito”. Nesse caso, as táticas foram visibilizadas dos dois lados por meio da intimidação enquanto ações calculadas pelos grupos. Sendo que os Horta utilizaram-se da jangada coletiva composta por representantes dos moradores do Mapuá e outras entidades munidos de utensílios transformados em armas caso fosse necessário, e os Félix por sua vez além das supostas armas existentes, o Sr. Sebastião Horta Moraes explicou a existência de um cabo de aço atravessando o rio numa tentativa desesperadora de domínio sobre o movimento e a não perda do controle da fronteira.

Entretanto, apesar da conquista do livre tráfego pelo rio e a quebra imediata do monopólio comercial, pois dali seguiram para a venda da madeira, esse não teria sido o fim do conflito. A questão envolveu os órgãos de segurança pública, para ser mais precisa a delegacia de polícia de Breves, foi Sebastião Horta Félix sobre a alegação de que os membros da família Horta estavam utilizando-se do rio sobre a sua propriedade para negociar com outros comerciantes que fez a denúncia junto aos órgãos competentes. Em contrapartida, os irmãos também se muniram de provas e contrataram um advogado na luta pela liberdade de comércio e livre tráfego pelos rios da região. Nas palavras do interlocutor, o veredicto final da justiça de Breves:

“Na justiça ele dizia que não era para nós vender, nem comprar nada de ninguém, mas só dele, porque era assim ele via em nós uma ameaça, pensava que a gente ia comprar toda a produção daqui do Lago do Jacaré, ali do Canaticú, então a produção daqui não ia mais para ele, o pessoal apoiava nós porque nós dava preço, valor na produção. Então, depois que nós passamos no rio, começou a ameaçar nós, levou a gente para a polícia mesmo. Então, nós abrimos processo contra ele, nós fomos com o advogado, o sindicato também entrou para defender a gente. Ficou certo assim um acordo: que quando ele mexesse com nós, era para gente ir lá com a polícia comunicar que eles iam tomar

providência e se nós mexêssemos com ele, era pra ele fazer o mesmo com nós, foi feito um acordo, desde disso nunca mais ele mexeu com nós. Nós começamos a vender para qualquer um. Ele voltou a ser amigo da gente, não ameaçou mais e nem nós criamos mais questão com ele porque a gente só queria passar para vender e isso já tinha conseguido” (Sebastião Horta Moraes, 2017).

Após a questão ser resolvida, a relação com os Félix segundo o Sr. Sebastião Horta Moraes voltou ao normal e faz questão de enfatizar o bom relacionamento cultivado com os filhos de Sebastião Horta Félix que são seus primos, argumentando não existir na atualidade nenhum ressentimento entre eles, nas suas palavras: *“foi a necessidade de sobrevivência na região que provocou essa luta entre as famílias”*. Nesse ponto de análise é possível notar que se por um lado o caso de conflito trouxe para o cerne da discussão, a hierarquia local por outro revelava questões delicadas diretamente relacionadas aos laços de afetividade entre familiares, especificamente entre tio, sobrinho e primos.

“Agora é tranquilo, eles se mudaram daí, estão lá na entrada do Aramã, o Antônio que fica lá é bem calmo, Ave Maria eles comigo agora, o Sabazinho Deus defenda! Isso era só questão econômica, nem política era, nós éramos só de um grupo político, quando ele dizia para a gente votar num candidato a gente acompanhava ele. Nesse tempo o Carlos Estácio era o candidato dele do partido PDS nós apoiamos. Ele queria comandar a produção e o lugar, e eles comandaram por muito tempo” (Sebastião Horta Moraes, 2017).

As influências do presente na narrativa do Sr. Sebastião Horta Moraes atribuíram alguns “pressupostos intersubjetivos” do conflito social ocorrido na região do Mapuá e desvelam uma conotação moral das suas vivências de cunho utilitarista do conflito presas somente a um pretexto econômico. É nesse sentido que Honneth (2003) explica “Marx nunca entendeu sistematicamente a luta de classes, que constituiu não obstante uma peça central de sua própria teoria, como uma forma de conflito moralmente motivada” (Honneth 2003: 239).

Sob outros olhares e interesses do conflito narrado, um dos membros da família Horta morador da comunidade Santa Maria, quando questionado sobre suas lembranças acerca desse conflito ressaltou que o mesmo não envolveu toda a família:

“Meu pai não participou aquilo foi com os meus tios, esses conflitos tiveram muitos, brigaram muito no tempo da madeira, meu pai não estava no meio. Ele tratava o meu pai de outra maneira, ele ajudava demais, porque ele via que o papai era sobrinho do Joaquim Nunes Horta que foi uma pessoa que não se empolgou por nada, ele olhou essa parte e passou a gostar dele. O papai morreu com 73 anos, ele trabalhou com eles uns 40

anos eu acho, pagava o papai direitinho, dava financiamento, em doença ajudava, tudo, tudo. Uns dez anos antes do meu pai morrer eu comecei um negociozinho e continuei trabalhando com o Antônio Félix lá no Aramã, na Boca, era ele quem comprava minha farinha, o Sabazinho Félix também, então eu já passei a trabalhar com eles. Depois ficou difícil a situação que começou essa bandidagem, os assaltos nas embarcações e eu tinha um barquinho que acabei vendendo e passei a andar só em barco de linha, passei a partir daí a vender minha produção em Breves e não vendi mais farinha para eles, eu comecei trabalhando com farinha, nunca trabalhei com extração de madeira” (José Joaquim Moraes Horta, 2017).

Sem negar a existência dos conflitos, o Sr. José Joaquim Moraes Horta, bisneto de Joaquim Nunes Horta aponta em sua narrativa outras relações estabelecidas entre seu pai e Sebastião Horta Félix por questões fortemente marcadas por laços de trabalho e família, essa visão também é importante para olharmos por diferentes ângulos as relações forjadas no Mapuá mediante os interesses emergentes entre os membros dos dois grupos nos espaços onde os conflitos narrados ocorreram mediante suas próprias regras, princípios e hierarquias definidos a partir das redes de relações ou de oposições dos atores sociais identificados como parte do grupo (Chartier 2011: 82-83).

A narrativa dos Sr. José Joaquim Moraes Horta permite estabelecer parâmetros para compreensões das atuais hierarquias sociais ressignificadas a partir das novas fronteiras existentes, diferentemente do tempo narrado pelos S.P.D e o Sr. Sebastião Horta Moraes. Em suma, posso dizer que a família Horta está reagrupada em duas fronteiras no Baixo Mapuá na região do Lago do Jacaré (comunidades Nsra. de Nazaré e Santa Maria) e após a mudança dos Félix do rio Cantagalo, esta fronteira perdeu a visibilidade, a família ocupa apenas a entrada do rio Aramã em confluência com o Mapuá e outra parte dos filhos mudaram-se para a cidade de Breves.

Dessa forma, as fronteiras geográficas e sociais constituídas no Mapuá descritas nas narrativas do presente/passado envolvendo o Cantagalo, o Lago do Jacaré e o Lago do Socó que será apresentado posteriormente são em todos os tempos e situações de conflituosidades “o lugar da produção da diferença. Isso tornou e ainda torna essas fronteiras à primeira vista lugares de encontros dos que, por diferentes razões, são diferentes entre si”. Assim, “o conflito faz com que a fronteira seja a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e também de desencontro” (Martins 1997: 150).

Portanto, as tentativas de expansão territorial vistas por meio dos conflitos entre os Horta e Félix podem ser apontadas como cruciais para a compreensão das dinâmicas das forças sociais contrárias nesses espaços, cuja luta envolveu tanto a busca pelo reconhecimento social e econômico dos Horta quanto a não perda dos espaços de poder dos Félix. Sem esquecer as situações encontradas em campo, relacionadas às fronteiras proeminentes nas narrativas entre grupos como resultados de todo o contexto social historicamente definido dos deslocamentos dos “migrantes” e dos lugares por eles ocupados.

5.1.2. Ameaças, intimidações e enfrentamentos do poder no lago do Socó.

O segundo conflito refere-se à luta de S.P.D e os moradores também pelo fim do domínio de um comerciante em outra extremidade da região no Alto Mapuá em um local mais longínquo com residências esparsas onde fica localizado o Lago do Socó. A pesquisa nessa fronteira é importante para o entendimento do segundo conflito a ser estudado, sob o domínio primeiramente de nordestinos da família Nascimento e em seguida de um dos comerciantes mais conhecidos da região, o qual resguardarei a identidade para não comprometer a interlocutora embora a mesma tenha ressaltado não existir nenhum problema quanto a essa questão.

Quando a professora começou a falar sobre a sua experiência no conflito, fixou o olhar no meu rosto e como quem não sabe se está fazendo a coisa certa perguntou: *Eu posso contar isso?* Confirmei, disse-lhe para ficar à vontade. *“Vou lhe falar, porque isso é público lá, todo o Mapuá soube dessa história, olha sempre me indignei com muitas situações ali, os alunos contavam absurdos, parecia aqueles tempos do coronelismo, aquilo não acabava, no Lago do Socó, a situação era triste”*.

Quando ela começou a narrar sua experiência, por uns instantes recordei do início da minha carreira como professora em uma escola de periferia da cidade e de como somos afetadas (Saada) diante das situações vivenciadas de injustiça social, violência, dificuldades financeiras, compartilhada pelos alunos que envolvia todo o grupo de professores e quando percebíamos estávamos tentando mediar os casos mais graves, por esse motivo, entendia a indignação presente na sua expressão e tom de voz, mais exaltado ao relatar aquela experiência.

“O lago do Socó fica na fronteira com Anajás, é uma parte muito afastada, mas é importante, lá foi colocado um comerciante, por outro comerciante do Mapuá, para que os dois dominassem o comércio para aquele lado, porque de lá dava para varar para Anajás e

durante o inverno tempo de vender a madeira, muitos moradores faziam isso para vender madeira e palmito para lá, o pessoal de Anajás também apareciam para jogar futebol e outras coisas. Em fim, eles estavam perdendo o controle daquela área, por isso essa pessoa foi colocada lá no Lago do Socó, os moradores não teriam como escapar, eram dois comerciantes unidos nesse caso para manter os moradores subordinados” (S.P.D).

A professora inicia apresentando o lago do Socó como uma territorialidade marcada pelos interesses econômicos de comerciantes locais da região do Mapuá em vista da sua localização em uma área fronteiriça entre os municípios de Breves e Anajás, espaços de trocas econômicas e interculturais entre seus moradores, perder o controle da região era abrir espaço para a concorrência externa e a consequente diminuição do poder desses comerciantes. Esse controle segundo a interlocutora era revestido de insensibilidade às necessidades básicas de seus moradores:

“Então, vi um caso muito triste de um senhor que foi picado de cobra tirando palmito para esse comerciante do lago do Socó, a esposa desse senhor foi lá com o comerciante pedir pelo amor de Deus que ele vendesse dois comprimidos de anador para o marido dela que estava picado de cobra e ele disse: Não vendo não, se ele morrer quem vai me pagar? Quando eu soube disso, eu não consegui engolir a situação, então eu comecei a chamar nas reuniões de pais, na verdade influenciar para que eles tomassem uma atitude. Teve outro caso, envolvendo uma criança de sete anos que foi tirar palmito para a mata, o pai mandou menino na frente direto para casa, porque vinha atrás caçando e disse que depois levava para o dito comerciante a produção, só que o comerciante viu o menino com a canoa cheia de palmito passar na frente do seu comércio e pediu para parar, o menino não encostou, pois, o comerciante puxou a canoa para beira, pegou o menino e deu uma surra nele” (S.P.D. 2017).

Para a professora aquela teria sido a gota d’água, se sentia a necessidade de mediar a situação para que alguma providência fosse tomada na ausência de leis para ampará-los, devido a falta de liberdade na região em questão, na narrativa a seguir a professora continua a explicar o domínio detido pelo comerciante e as ameaças sofridas mediante a sua primeira tentativa de conciliação.

“Os moradores não tinham coragem denunciar, estavam nas mãos dos comerciantes, não existiam outros comércios nas redondezas. Esse comerciante ameaçou de me dar um tiro, porque queria que a escolinha fosse ao lado da casa dele para que ele pudesse controlar tudo, ou então, lá ninguém dava aula lá, eu disse para ele que eu trabalhava para a SEMED e não para ele, e queria ver se ele era macho para me tirar de lá,

então nós começamos ali uma guerra eu e ele, porque quem veio aqui em Breves, pedir, implorar por uma escola foi um senhor de lá do lago do Socó e não ele” (S. P. D, 2017).

Enfatizo que a esse momento da entrevista a interlocutora estava com um semblante tão indignado, diante do que relatava que o rosto ficava vermelho. Do outro lado da mesa o marido apenas observava. Conforme a situação narrada questionei se ela não tinha medo das ameaças e das represálias pelo enfrentamento de tal situação, ela respondeu:

“Tinha, ele vivia ameaçando de dar um tiro, eu disse: eu tenho que fazer alguma coisa. Reuni com alguns moradores dali daquela área, falei para eles que eles precisavam fazer algo, para não serem humilhados daquele jeito. Mas é aí o que a gente pode fazer professora? Eles diziam: Ele tem dinheiro, ele tem arma, nós não temos dinheiro, nós não temos para quem apelar, se nós formos tentar alguma coisa, ele mata e o que sobrar ele põe na cadeia. Eu disse: Está bom, eu vou tentar algo, falei que eu podia chamar o sindicato, polícia e tudo mais. E eles disseram que sim, então, eu vim, depois de muitas articulações dos sindicatos, com a polícia, marcamos uma data, e eu fiz questão de deixar um convite na casa dele (o comerciante) para a reunião” (S.P.D., 2017).

A existência das ameaças reais e o medo do seu alcance, por sua vez não impediram as ações posteriores da professora que conforme dito após o consentimento de alguns moradores entrou em contato com os mecanismos de defesa do trabalhador e da sociedade civil e sua solicitação para a presença do sindicato e da polícia na região foi atendida. Essa foi uma forma de proteger sua integridade física e o direito dos trabalhadores daquela região negociar seus produtos de forma mais justa.

Em seguimento a narrativa vê-se então o desfecho da situação:

“Ele (comerciante) foi para a reunião, só não me bateu lá porque estava a polícia e o escambal, mas ele foi com vontade de acabar com a minha raça, quando ele chegou lá que começou o negócio da reunião e tudo, eu peguei falei do que se tratava a reunião e que as pessoas que estavam ali, elas queriam simplesmente saber desde quando, onde estava a lei que dizia que elas eram obrigadas a vender tudo que elas faziam para esse comerciante e quem foi que deu a ele autoridade para pagar a metade do preço nos produtos daquelas pessoas, se ele não conhecia a lei da escravidão, aí eu fui falando, aí ele ficou possesso lá. Mas, como os policiais estavam lá contiveram ele, falaram que teria que escutar, e foi esclarecido, o sindicato colocou a questão dentro da lei e naquele dia foi lavrado um documento que se ele tentasse proibir qualquer pessoa de lá de vender os produtos que eles faziam, tiravam da floresta ou fabricavam tipo farinha alguma coisa assim e ele tentasse impedir e ameaçar ou qualquer outra coisa que ele ia ser preso, ou seja, olha

só, nesse momento, o lado esquerdo do Mapuá também começava a despertar pelos seus direitos” (S. P. D. 02/03/17).

Ressalto a importância do sindicato enquanto um órgão situado no espaço da cidade, mas mostrou-se atuante no caso nesse conflito ocorrido efetivando o papel de compensar o poder existente na relação quase sempre desigual e reconhecidamente conflituosa entre o capitalista aqui representado pelos comerciantes e os trabalhadores das florestas. Dessa maneira, mediante o movimento de luta empreendido pela professora junto aos trabalhadores do Lago do Socó, assim como ocorrido no Lago do Jacaré tiveram a liberdade de comércio pelos rios restaurados, um movimento incentivado na luta contra o desrespeito às diferenças coletivas, com a intenção de restaurar as relações de reconhecimento mútuo entre os grupos. Nesse sentido, as lutas por reconhecimento são consideradas nesta escrita como uma força social capaz de impulsionar o desenvolvimento dos grupos ou indivíduo envolvidos (Honneth 2003:18).

Nesse caso a exposição desse conflito permitiu, entre outras questões, tirar da invisibilidade social temas e grupos que não eram, até então, reconhecidos. Contudo, nem todos os conflitos sociais conseguem sensibilizar a sociedade a ponto de entrar na agenda pública. Alguns conflitos sociais naturalizam-se na sociedade, de forma que, mesmo com amplo conhecimento, não atingem o nível ideal que permite o debate amplo e a possibilidade de mudança do status quo (Honneth 2003: 550).

Assim, a situação de conflituosidades mencionada nesse segundo caso também colocou no centro da discussão por meio da luta do grupo de trabalhadores e da professora o sentimento de pertencimento diante das diferenças de cada grupo estudado, em favor de direitos comuns para os moradores do lago do Socó. A análise das fronteiras baseadas em Barth permite entendimentos nessa direção quando o autor apresenta as organizações sociais como resultantes de interações de diferentes interesses entre os grupos, capazes de dinamizar as relações, permitir transformações contínuas mediante o momento e o contexto social desses grupos (Barth 1969:34-35).

Assim, a apresentação dos dois casos de conflitos pela liberdade de navegar pelos rios de Breves e diminuição do poder nas fronteiras reconfiguradas na atualidade por outras relações de negociações e relacionamentos entre as famílias Horta e Félix, demonstrou que as dinâmicas de poder desigual modelam e são simultaneamente, contestadas em tempos e espaços específicos, permitindo discernir “os migrantes não como comunidades étnicas ou transnacionais discretas, mas como protagonistas ativos cujas trajetórias de vida e identidades

foram moldadas pelo contexto de mudanças ocorridas através do tempo” (Feldman – Bianco: 2012: 81) nas localidades estudadas.

5. 2. Violência, crime e o estigma do “cangaceiro”.

Como visto as relações sociais envolvendo os grupos de portugueses no Mapuá em alguns momentos de suas trajetórias de vidas foram traduzidas em situações tensas envolvendo conflitos motivados por disputas de poder, resolvidos mediante acordos entre as partes envolvidas. No entanto, o Sr. Sebastião Horta Moraes em breves palavras explicou: *“apesar de toda situação, não chegou a existir violência entre a gente, foi só ameaças”* relegando a explicação ao senso comum de violência ligada a agressão física ou morte, sendo essa visão consolidada pela maioria dos interlocutores em toda a pesquisa.

Essa constatação leva a outro ponto nessa escrita: cada pessoa ou grupo social define o que considera ou não violência de acordo com seus valores, tempos e diferentes formas de comportamentos. Por esse motivo, a violência pode ser considerada como um fenômeno complexo, polissêmico, controverso, plural e nesse sentido, fazer qualquer definição é sempre um desafio permanente, sendo que uma das alternativas é considerá-la a partir das práticas culturais dos grupos estudados. Isso porque “todo objeto é correlato a uma prática” (Gonçalves 2003:48).

Articulado ao conflito e as diferenças sociais entre os grupos ganhou conotação o conceito de violência (Arendt 2001: 34), apresentado como o horizonte final do conflito que por sua vez é impulsionado pelo poder, ou seja, o fator primário para a existência da violência. Nessa configuração, Arendt (2001: 16) também apresenta uma discussão sobre violência articulada a política, por esse motivo mereceu destaque nesse capítulo, e mais a autora questionou a ausência de trabalhos dedicados a pensar a história e a política deixando “alheio o enorme papel que a violência desempenhou nos negócios humanos” e considera surpreendente que “a violência tenha sido tão poucas vezes objeto de considerações especiais”. As averiguações da autora indicam o quanto à violência e suas arbitrariedades foram consideradas corriqueiras, desconsideradas, relegadas ao campo do óbvio ou um fenômeno marginal.

Em diálogo com as argumentações de Cardoso de Oliveira (1996:54-67) as narrativas orais e documentais permitem analisar “fatos morais como alvo de reflexão através da moralidade como um conceito” que para o autor é dotado de grande poder de

esclarecimento sobre instâncias da vida social, mas nem sempre tem sido suficientemente levado em conta pelos antropólogos. Nesse caso adverte: se tomados os cuidados para não estabelecer juízo de valor dos pesquisadores sobre as temáticas surgidas no contexto da pesquisa esse pode ser um viés promissor para análise das ações cotidianas dos grupos.

Então, a partir dessas explicações apresento as definições de violência diretamente ligada a finais trágicos e ao uso do álcool nas festas ocorridas nos espaços de rios e florestas, no caso da cidade as narrativas levaram para uma análise de violência no campo da política. Nas conversas com os interlocutores da pesquisa sobre a região do Mapuá em tempos de viagens etnográficas foi observado muitos relatos envolvendo os grupos de nordestinos e seus descendentes em diferentes localidades e sobre eles recaiu a definição de “cangaceiros”, pessoas estigmatizadas desvalorizadas ao contexto da época por não estarem dentro das normas sociais, e assim, tornam-se objetos do controle social, propiciando de certa forma uma limitação em suas relações sociais, ou seja, havia um quadro de pessoa ideal de que o indivíduo deveria ser naquela região e as “pessoas que não se enquadram nos perfis ideais tendiam a ser desvalorizadas” (Stafford & Scott 1986: 81), percepções repassadas involuntariamente por S.P.D., o que nos faz pensar que as referências culturais são “um extenso processo inconsciente” (Becker & Arnold 1986:40).

“O pessoal daqui conta histórias terríveis sobre os cearenses que resolviam tudo na faca, na briga, uns verdadeiros cangaceiros, quando acontecia festa, eles se desafiavam e trançavam brigas e acabavam se matando entre eles, muitas famílias se acabaram por aqui assim, devido a rixas entre eles, e isso é verdade pode perguntar lá para eles, eles contam tudo, por causa disso o Mapuá era uma terra sem lei” (S.P.D. 2017).

Para repensar essa questão, recorro a Albuquerque (2009: 217) quando afirma que a “visibilidade e dizibilidade” relegadas aos moradores da região Nordeste, resultam dos produtos da imaginação, atribuídas à realidade atual. “Compõem-se de fatos que, uma vez vistos, escutados, contados e lidos, são fixados, repetem-se, impõem-se como verdade, tomam consistência, criam raízes” e reforçam imagens, enunciados, temas e preconceitos. É como se o nordeste não fosse verossímil, no caso específico da narrativa, sem cangaceiros. Nesse sentido, reforça o autor “o nordeste é uma criação imagético-discursiva cristalizada consagrada historicamente” (Albuquerque 2009: 217) sob o efeito da divulgação do jornalismo, o cinema, as artes plásticas, literatura e a televisão que popularizaram a figura do cangaceiro, como uma “figura ambivalente” às vezes justiceira, heroica, outras vezes marginal.

Os estudos de Tavares Júnior (1986) apontam pontos elucidativos sobre esse papel imagético discursivo ao qual Albuquerque (2009) se refere impregnado na definição do cangaço que ganhou destaque na atualidade das narrativas de interlocutores como S. P. D. O autor dimensiona primeiramente o papel do jornalismo que deu enorme destaque para o cangaço, desde as primeiras manifestações à sua fase áurea, no esforço das reportagens, com o intuito de informar e alimentar a curiosidade de todas as façanhas e peripécias, crimes e virtudes atribuídos a esses grupos (Tavares Júnior 1986: 76).

No caso do cinema, o tema do cangaço virou matéria de filmes e inspiraram diretores e roteiristas, interessados em dar ao novo cinema uma cara intrinsecamente inspirada na realidade nacional. Referindo-se às artes plásticas, nas suas manifestações eruditas e, sobretudo, populares, “apoderaram-se do cangaço, com vigor e entusiasmo. Inúmeros são os artistas, artesãos que se dedicaram e se dedicam ao assunto, na pintura, no desenho, na escultura, na xilogravura” (Tavares Júnior 1986: 76).

A literatura, por sua vez entre as artes, talvez tenha sido a primeira a levantar o assunto. “O Cabeleira, de Franklin Távora (1876) abre passagem: no romance de 30 do Nordeste, com Os Cangaceiros, com Os Coiteiros, sua força avulta, sem esquecer que em inúmeras outras narrativas, furtiva e insinuantemente, o cangaço marca sua presença”. Na Literatura de Cordel o cangaço está vivo ainda hoje, na publicação de folhetos, através da reedição dos clássicos do assunto e da edição até de textos novos, num exemplo de extraordinária vitalidade do tema que parece tender as necessidades da fantasia popular, pautada na vingança, valentia, atos de humilhação a que foram submetidos os poderosos criando a ilusão de o leitor ver-se encarnado na figura do cangaço, juiz justiceiro e protetor (Tavares Júnior 1986: 77).

No entanto, nem sempre, o Cordel contempla o cangaço como elemento positivo; por vezes, o vê como marginal, criminoso, estuprador, perverso, alguém excluído do sistema social, destacando uma posição de ambivalência. Por fim, na Televisão, também divulgou ao processo de mistificação do cangaço, com o Cangaceiro levantando-se como bandeira de luta contra a opressão, como símbolo heroico do camponês explorado (Tavares Júnior 1986: 77).

Assim, essas referências são necessárias para compreender uma imagem consolidada que mostra o cangaço como uma figura tipologizante dos estados do Nordeste do Brasil, genericamente chamados de “cearenses” que nesse item ganhou conotação negativa de homem violento e assassino cruel. Em seguimento a temática, porém agora sob a

definição de “matador” o “cearense” reapareceu nas narrativas do Sr. José Joaquim Moraes Horta, tendo como cenário para a ocorrência dos episódios as festas:

“Tinha um que era conhecido por ser matador, era cearense o Chaguinha, foram tudo embora, quase tudo era cearense mesmo. Esse Chaguinha gostava de matar gente, matou um aqui no Mapuá, foi numa festa, mataram o filho dele, lá no São Sebastião, bem em frente o cemitério, mataram dois nessa noite. Os cearenses moravam lá embaixo (Baixo Mapuá), eles se matavam, um matava o outro” (José Joaquim Moraes Horta, 2017).

Desse modo, além da atribuição de “cangaceiros” e “matadores” para os moradores de origem nordestina, a narrativa de S.P.D e Sr. Joaquim Moraes Horta destacam o momento das festas enquanto reuniões dançantes entre os moradores realizadas em sedes sociais ou em casas de moradores da região do Mapuá como os espaços mais suscetíveis à ocorrência de violência pela venda de bebidas alcoólicas e por reunir pessoas com diferentes interesses encontrando naquele espaço da festa a oportunidade de resolverem as “rixas” antigas.

Dessa maneira, cabe a esse contexto a explicações de Challoub (2001: 310) sobre a rixa e o desafio como antecedentes da violência física e a morte nas suas palavras: “a rixa seria mais bem definida como a situação de tensão mais ou menos prolongada no tempo que leva ao desafio e finalmente ao conflito direto entre os contendores”.

Relacionado ao desafio “este pode ser visto como o último estágio de uma escalada contínua de tensões específicas ativadas a partir do surgimento da rixa. O desafio precede imediatamente o conflito e o anuncia aos membros de um determinado meio social”. Diante dessas explicações o autor argumenta: “a rixa surge da própria dinâmica de funcionamento e ajustes de tensões dos grupos estudados”. Nesse contexto, “a violência não é algo gerado espontaneamente num dado momento, mas sim o resultado de um processo discernível e até previsível na sociedade” (Chalhoub 2001: 310).

Nas memórias do Sr. José Maria Serafim do Nascimento, a propagação da violência também estava diretamente ligada ao consumo de álcool na região, especialmente nas festas vistas por ele como as responsáveis pelo aumento dos ânimos dos moradores, o interlocutor afirma não ter sido frequentador de festas em tempos de juventude, por conta dessa violência: “o pessoal brigava muito quando a gente vivia lá, o Mapuá sempre foi um lugar de muita briga, de gente violenta, eles iam para festa, tomavam cachaça e se matavam mesmo, famílias contra famílias”. No entanto, no seguimento da sua narrativa atribui essas características mais relacionadas com o passado e no intuito de amenizar essa visão sobre o morador da região na atualidade do lugar onde nasceu e viveu por muitos anos, acrescenta:

“Nesses tempos já acalmou, antigamente era mais, agora é assim quando chegava uma pessoa de fora na casa deles, eles tratavam muito bem, chamavam a gente para almoçar, diziam: Olha tem uma carne aqui, assim e assim, mas entre eles quando tomava uma cachaça, eles brigavam, se matavam, só que já mudou muito” (José Maria Serafim do Nascimento, 2017).

E para marcar as fronteiras sociais entre as famílias Nascimento, Horta e Félix com o restante de “nordestinos” ou “cearenses” que moravam na região relacionados à definição de um determinado perfil de “gente violenta” pertencentes a outras famílias de migrantes espalhadas pelas margens de rios e igarapés, reforça a ideia de violência associada à morte, sob a seguinte justificativa:

“Olha entre os Horta, Félix e Nascimento nunca vi notícia de morte, tinha rivalidade mais era pouca, mas tinha uma rivalidade sim, não era de estar brigando, mas tinha bate boca sim, às vezes eles do Cantagalo, varavam no seringal do meu pai, aí meu pai não permitia, mas nada muito sério de chegar ao extremo com morte, uma família matar a outra não houve isso. Acho que era mais pela disputa de área de comércio, não pelo jeito de ser do outro, isso não. Em outros lugares era diferente, eles mandavam matar quando invadiam terreno do outro, mas não teve esse conflito de roubar a terra do outro nesse tempo, isso eu não lembro” (José Maria Serafim do Nascimento, 2017).

Por sua vez, um caso também envolvendo o uso de álcool e violência seguida de morte foi narrado pelo Sr. José Joaquim Moraes Horta, direcionado a um dos filhos do Sr. Joaquim Nunes Horta, uma morte nunca desvendada e sobre esta nenhuma outra referência foi feita nas narrativas dos outros interlocutores moradores da região do Mapuá, tão pouco nos registros de óbito do cartório civil deste distrito, como visto anteriormente a família constituída pelo patriarca dos Horta com a esposa Josefina Pinto Horta constava de quatro filhos, sendo dois homens e duas mulheres. E conforme dito pelo interlocutor:

“A tia Finoca (Josefina Filha) contava essa história para nós que um irmão dela mataram aqui no Mapuá, o caçula dos homens, o que nasceu antes dela, ela contava que em uma noite o pai dela (Sr. Joaquim Nunes Horta) realizava um festejo envolvendo todo mundo daqui da redondeza, então eles foram para essa festa, esse meu tio que morreu veio numa canoazinha que ele tinha, a tia Finoca contava que ele andava todo de paletó e que ele bebia muito. Nesse tempo faziam a cachaça em frasqueiras grandes, em grande quantidade para revender e aqui vendia muito, e ele estava bebendo nesse dia, esperaram ele nessa festa até seis horas da tarde e ele não chegou. Como Joaquim Nunes Horta era uma espécie de

coronel na região, não tinha isso de parar a festa não, ele só mandou o pessoal atrás do filho dele, mas só encontraram o cinturão, a canoa e o paletó no lado de uma caída (clareira), eu sei onde era esse lugar, porque sempre quando a gente passava por lá ela mostrava para gente. Quando foi pela manhã que o Joaquim Nunes Horta, mandou seus capangas para procurarem mais, então acharam ele morto aqui abaixo do Canaticú, estava escorado em uma árvore que a gente chama ainda hoje de Pracuubeira da velha para ela, ela já virou, mas a gente ainda chama assim quando passa lá. Ele foi encontrado morto lá, todo furado, isso ela me contava, era um dos irmãos dela, não lembro o nome. Dizia ela que nessas alturas não souberam quem fez isso, só que tinha um pessoal que moravam no Canaticú que não gostavam do pessoal dos Horta e aí desconfiaram deles, mas não foi provado nada” (José Joaquim Moraes Horta, 2017).

Na narrativa ressoam alguns pontos já abordados por S.P.D e o Sr. José Maria Nascimento relativos ao uso do álcool, nesse caso fica enfatizado o alto consumo na região do Mapuá pela descrição do tamanho das embalagens negociadas pelos comerciantes, dando uma dimensão da regularidade e volume consumido entre os moradores inclusive pelo irmão falecido de Dona Finoca dando a entender que este estava embriagado quando foi morto. A descrição das cenas do crime até o encontro do cadáver refazem momentos de angústia sofridos pela irmã da vítima que pelas descrições do interlocutor nunca esqueceu o episódio recorrentemente marcado na paisagem através da demarcação da árvore da Pracuubeira como local do assassinato, na atualidade passar por aquele lugar é relembrar o triste episódio contado pela tia.

Embora não haja uma referência direta na fala do interlocutor aos nordestinos sobre uma suposta autoria do assassinato, mais uma vez as suspeitas recaem sobre esse grupo em vista de viverem na localidade Canaticu algumas famílias nordestinas desde o tempo da primeira fase da borracha como mencionado anteriormente por um dos interlocutores da pesquisa no capítulo 2. As memórias do Sr. Sebastião Horta Moraes revelaram relacionamentos tensos entre alguns desses moradores com a família Horta a qual era pertencente à vítima e nesse sentido uma suposta desconfiança foi gerada em torno do assassinato.

As certidões de óbito do Cartório Civil Matos também revelaram mortes diretamente ligadas ao uso do álcool, dentre os quais apresento o caso ocorrido aos vinte dias do mês de outubro do ano de 1979, no segundo distrito da comarca de Breves, Vila de Antônio Lemos, data que compareceu o cidadão Frederico José Cardoso das Neves,

brasileiro, casado, Comissário de Polícia do Distrito de Polícia de Antônio Lemos, este veio fazer o registro da morte de Josimar Paulo da Silva, de profissão marceneiro, com 23 anos de idade, nascido no estado de Pernambuco cujo óbito ocorreu no comissariado do registrante, o motivo alegado das causas do óbito foi “que a vítima morreu por afogamento após briga decorrente do uso de álcool” e não tendo familiares no local para levá-lo para a sua terra de origem o mesmo foi sepultado no cemitério de Antônio Lemos.

As evidências documentais dialogam com as narrativas orais já apresentadas demonstrando a referência à violência não diretamente esclarecida sobre as circunstâncias das mortes, nota-se mais uma vez o pretexto alcoólico na base das explicações para a violência e o suposto afogamento que levou a óbito um homem relativamente jovem. Outra questão a pontuar está ligada à ausência da família na região, colocando em evidência uma característica comum entre os “migrantes” muitos vinham sozinhos e nada se conhecia sobre sua família, com isso não era possível avisar familiares sobre a morte e eram sepultados nos cemitérios das localidades onde viviam.

Portanto, a temática do alcoolismo entre os migrantes nordestinos se sobressaiu na pesquisa indicando caminhos de análise para as situações de violência envolvidas nas trajetórias dos “migrantes” e seus descendentes na região de Breves. Pode-se pensar nesse uso constante de álcool por esse grupo que talvez fosse essa uma estratégia utilizada para suportar um cotidiano marcado como visto anteriormente pela exploração do sistema de aviamento nos tempos da borracha e madeira, a saudade da família e a impossibilidade de retorno para a terra natal.

Em outro contexto, Dona Vitória Nogueira discorre sobre outro caso, sendo para ela a ideia de violência no passado diretamente relacionada ao “fuxico” possível desencadeador de casos de violência e morte essa foi a referência dada quando a questionei sobre brigas, morte, confusões envolvendo “migrantes” na região do Mapuá, ela respondeu o seguinte:

“Eu lembro o caso de duas famílias que era a do Cobel, o homem era o Francisco Cobel, esse um veio do Ceará, a mulher dele teve três filhos, eles moravam ali no São Sebastião e a outra família era a do Bananeira, não lembro o nome dele, também era cearense. Aí teve um fuxico entre as mulheres deles e fizeram os homens se matarem, o Cobel matou o Bananeira. Depois prenderam o Cobel em Belém, ele passou uns quantos anos preso pra lá. Depois ele voltou, esteve lá no São Sebastião uns tempos, de lá foi para um lugar que chamavam Açaizal aqui no Mapuá mesmo, aí depois veio para o Cumaru, foi

sim minha filha, foi por fuxico de mulher, elas levavam tecer uma contra a outra, se difamando e foi até que fizeram os homens se matarem, fuxico, fofoca tinha e ainda tem muito. O Cobel dizia para o Bananeira que não queria brigar com ele, quando foi um dia o Bananeira colocou um rifle no peito dele, aí o Cobel viu que ia morrer mesmo e foi e disparou a arma dele, as mulheres foram embora, não sei para onde foram, sumiram daqui” (Dona Vitória Nogueira, 2017).

Nas referências de Dona Vitória sobre a causa que levou ao assassinato daquele referido por ela como Bananeira, as mulheres aparecem no cerne da origem da violência com final trágico entre os “nordestinos” e revela nas suas lembranças que os relacionamentos entre os grupos iguais nem sempre de amizade. O “fuxico” surge em decorrência de uma comunicação de fundo desmoralizante “utilizada para prejudicar a reputação, o prestígio, a honra de uma pessoa” (Berger e Luckmann 1998: 23.) e fazendo parte do cotidiano do grupo e na atualidade incrementa as relações sociais como mencionou a interlocutora. E nessa escrita tornou-se um viés “para pensar o social e as implicações morais advindas de certas formas complexas e sutis do comportamento humano, nas mais diversas situações sociais”. (Wieser 2009: 338).

Com tantos casos de violência e morte ocasionadas nos espaços de rios e florestas, é possível pensar de que forma o Estado interferia no controle e punição da violência na região. Nessa direção foi observada anteriormente nas descrições do registro de óbito a referência à figura do Comissário de Polícia dos distritos de Breves no papel de conduzir o corpo do “nordestino” ao cartório e informar os dados básicos para o registro, sendo que outras informações sobre esse profissional foram dadas pelo Sr. José Maria Serafim do Nascimento:

“Quando eu morava no Mapuá tinha um agente lá, o delegado daqui nomeava uma pessoa de lá para fazer a defesa dos moradores, eles moravam nas casas de lá mesmo, não tinha um local próprio, pegavam só a nomeação mesmo, o cara tinha que responder pelo lugar, era chamado comissário, era uma pessoa de lá mesmo encaminhado pelo delegado, só tinha um lá e quando tinha festa eles atuavam, a última pessoa que teve lá foi um tio meu Raimundo Nascimento, não revezava entre as famílias, não lembro disso. Mas quando acontecia uma morte, ele ia lá, fazia a perícia e encaminhava para a delegacia, hoje em dia não tem mais, antigamente tinha” (José Maria Serafim do Nascimento, 2017).

Nesse trecho da narrativa o interlocutor expõe suas lembranças sobre a ação dos órgãos civis de segurança como parte da organização local, atribuindo o papel preponderante

do Comissário de Polícia como explicado pelo interlocutor tratava-se de um cargo nomeado pelo delegado da cidade para atuarem nos espaços de rios e florestas com poder de atuação mediante as infrações da lei.

Segundo informações de Costa (2017) o cargo de Comissário de Polícia foi criado em 1810 e por algum tempo funcionou de forma precária no Brasil, ganhando organização estrutural e estratégica após quatorze anos de existência, isso durante a administração do segundo Intendente Geral, Francisco Alberto Teixeira de Aragão. Àquele contexto os comissários de polícia, dentre outras funções, chefiavam as repartições de Polícia da Corte e procediam as investigações de crimes (Costa 2017:16). Na região o cargo perdurou até meados da década de 1980 conforme visto nas documentações cartoriais, destacando-se como o comissariado policial influenciou a vigilância e a aplicação de leis em paisagens sociais de rios e florestas da região articulado a outros espaços do Brasil.

E sobre a atualidade a narrativa a seguir do Sr. José Joaquim Moraes Horta apresenta uma comparação com o passado violento até então lembrado pelos outros interlocutores em outros cenários e expectativas nos espaços do Mapuá, no sentido de mostrar uma mudança positiva nos relacionamentos entre os descendentes de migrantes de nordestinos e portugueses moradores desses espaços.

“Era muito violento para cá, só lá no seu Orlando teve uma noite que mataram três, isso do tempo do pessoal mais antigo, porque dessa turma nova não tem mais isso. O negócio só melhorou com as comunidades quando começaram a construir mais igrejas por todo o Mapuá, nessa época das mortes não tinha nada, então amanhecia o domingo e era bebedeira e briga o dia inteiro. Hoje não, quando chega o domingo o pessoal vai para as igrejas e vem de lá e vai para a bola, isso já depois da década de 1980 por aí assim. Agora graças a Deus, já teve umas quantas festas e nunca vi mais essas brigas” (José Joaquim Moraes Horta, 2017).

O interlocutor atribuiu o papel da igreja católica a partir da década de 1980 com a criação na região de Breves das Comunidades Eclesiais de Base (CEBS) conforme observado anteriormente como um marco na mudança de atitude dos moradores que adquiriam a liberdade, no contexto da narrativa de conduzir as missas, aumentando a frequência dos encontros religiosos nas comunidades anteriormente a essa década, ocorridas somente quando os padres visitavam as vilas e localidades em ocasiões especiais como batizados, casamentos e festas religiosas.

No entanto, para o Sr. Augusto Barros, quando toquei na temática das relações entre sua família e os outros grupos de migrantes residentes na cidade, lembrou-se imediatamente de um caso de violência decorrente do processo de eleição que culminou na morte de um rapaz na cidade de Breves na década de 1950 como um pretexto para expor a atmosfera de rivalidade em tempos de eleições.

“Sandoval da Costa Barros, meu pai esteve na revolução de 30, do Barata, ele deu apoio ao barata aqui em Breves, era do partido do Barata, e tinha os antibaratas. Meu pai escapou de ser morto, por essas rivalidades políticas aqui, eu lembro que minha mãe contava que quando mataram o filho do Cunha isso em 50 eu acho, foi por causa de política e nessa época tentaram matar meu pai também, o próprio executor contou que foi na casa do meu pai, chamou, mas minha mãe não deixou ele atender e no outro dia souberam desse comentário que tinha vindo para matar meu pai” (Augusto Barros, 2017).

Assim, os aspectos relativos à participação política diretamente relacionada à ameaça e a morte na narrativa apresenta uma violência de forma aberta visibilizadas nas práticas cotidianas dos moradores de Breves em período de eleição, por esse motivo ganharam espaço nessa reflexão, pois permitem entender os componentes dos processos políticos nos quais estavam imersos.

O cenário de violência relacionada ao campo da política eleitoral abordada pelo Sr. Augusto Barros foi capa do jornal Província do Pará de 08 de agosto de 1954 sob o seguinte título: “Dionísio responsabilizado pelas violências em Breves: Novas denúncias contra o governo e elementos situacionistas – Américo Brasil protesta na câmara”. A reportagem apresentou uma denúncia do ex- intendente de Breves Américo Brasil àquele contexto deputado estadual em período de campanha política eleitoral para o legislativo municipal, que supondo-se já ter feito outras vezes:

Voltou a abordar a situação tensa reinante na cidade de Breves, dizendo está regressando daquela cidade onde se repetem fato anteriormente por ele denunciado por elementos da política dominante no estado estão cometendo toda a sorte de atropelos, inclusive já tendo assassinado um elemento da coligação democrática paraense naquele município fato já de domínio público (Jornal Província do Pará, 08 de agosto de 1954).

A reportagem refere-se ao clima do passado em tempos de eleição ainda muito rememorado pela população, como tempos de uso de violência para alimentar os jogos de

poder dos candidatos, e em muitos casos essas ações tiveram finais trágicos, inclusive merecendo destaque o assassinato do morador referido também nas narrativas do Sr. Augusto Barros na década de 1950. Desse modo, as fontes orais e escritas sobre a região de Breves apresentam realidades múltiplas visibilizadas em um acirramento das tensões expressadas conforme o tempo vivido pelos moradores como, por exemplo, o tempo das eleições. Embora seja preciso destacar que essa reportagem também revela o posicionamento político do parlamentar esboçado na função do denunciante dessa violência em Breves, contra o governante do Estado articuladas às suas intenções em se manter no poder através do apoio de grupos políticos locais.

Assim, se nos voltarmos para as questões envolvidas na reportagem e nas narrativas até o momento apresentadas nesse capítulo ressurgem discussões sobre o fenômeno do poder e rapidamente perceberemos existir um consenso entre os teóricos da política, da esquerda à direita, no sentido de que a violência é tão somente a mais flagrante manifestação do poder (Arendt 2001: 30).

Essa discussão é fundamental para o entendimento do contexto em que as narrativas do Sr. Augusto Barros e a reportagem foram gestadas mediante um palco de homens poderosos da política regional, o principal deles era o interventor do Pará Joaquim de Magalhães Cardoso Barata, ou apenas Barata como mencionou o interlocutor presente na cena política paraense desde 1930 até o final da década de 1950.

Magalhães Barata era uma figura influente nos espaços de rios e florestas de Breves apoiado por um grupo consolidado de homens da região no qual fazia parte o pai do Sr. Augusto Barros, apontando claramente a bandeira partidária da família e as ligações com a política regional. As medidas de Magalhães Barata de cunho nitidamente “populistas trouxe grandes dividendos políticos nos seios das camadas populares em decorrência de uma práxis manifestada através de uma política assistencialista relativa à promulgação de decretos que concediam direitos aos trabalhadores públicos e privados” (Alves Filho et al 2000: 22).

No período em que Magalhães Barata esteve no poder, as campanhas eleitorais ficaram divididas entre os “baratistas” e os “antibaratistas”, que passaram a se confrontar não somente politicamente, mas também em incidentes que envolviam brigas de rua, assassinatos de desafetos políticos, dentre outros atos conflituosos apoiados pelo partido liberal, usando por sua vez de grupos armados intimidavam os adversários para conter quaisquer críticas ao seu governo na capital (Alves Filho et al 2000: 22). E como visto na narrativa do Sr. Augusto Barros a cidade de Breves não estava fora desse contexto.

Parafraseando Fontes (2013) ao analisarmos as narrativas construídas podemos perceber uma prática política bem definida para o período de influência de Magalhães Barata no Pará que fez do Estado um palco de várias ações onde os projetos de reconstitucionalização do país sofreram várias resistências envoltas a ações violentas pelo fim do poder das oligarquias no Brasil (Fontes 2013: 135).

Esse poder atribuído a Magalhães Barata como observado está ligado a um grupo, pois o “poder nunca é propriedade de um indivíduo; pertence a um grupo e permanece em existência apenas à medida que o grupo se conserva unido”. E mais, quando dizemos que alguém está no poder na realidade nos referimos ao fato de que ele foi empossado por certo número de pessoas para agir em seu nome e quando o poder do grupo do qual se originara desaparece, seu poder também enfraquece.

Todavia, ainda articulando a narrativa do Sr. Augusto, a reportagem do jornal Províncias do Pará de 1954 e as outras narrativas sobre as ideias de violência dos outros interlocutores trouxeram para os campos de análise casos especiais para repensar como os jogos de poder foram forjados nos espaços estudados para conservar a hierarquia dos grupos dominantes na região.

5.3. As doenças e principais causa mortis de migrantes na região

Dentre os maiores desafios apresentadas pelos interlocutores da pesquisa descendentes de “migrantes” ao longo de suas trajetórias na região de Breves, fossem eles dos espaços da cidade ou de rios e florestas destacaram-se os altos índices de malária, uma doença causada por protozoários, que se multiplicam nos glóbulos vermelhos do sangue humano e podem causar a morte, ainda está presente com grande incidência no dia-a-dia dos moradores da região de Breves. Não foi difícil encontrar casos de famílias como de Dona Vitória Nogueira que ao relembrar o pai nordestino e a causa da sua morte mencionou o “cesão” designação dado pela interlocutora para a malária como o grande desafio para sobreviver na região:

“Meu pai morreu assim idoso, mas os cabelos não estavam brancos, acho que era um homem de uns 70 anos quando morreu, pegou essa febre que chamam de malária, pegou várias vezes e enquanto ela não matou ele, não sossegou. Nesse tempo não tinha recursos, se a gente pegasse era ruim para se consultar, muita gente morria nesse tempo de cesão, mas agora é malária. Hoje em dia a gente ainda pega muito malária aqui, mas é

remédio de todo jeito que tem para curar e ninguém morre mais dessa doença” (Vitória Nogueira, 2017).

A narrativa de Dona Vitória Nogueira numa relação apresenta uma realidade comum na região: a reincidência da doença nas pessoas por diversas vezes durante o ciclo de vida como a principal causadora de mortes no passado, porém na atualidade é facilmente tratado com a medicação necessária, sem casos de morte nos últimos anos, um fator apenas atenuante, pois o Marajó ainda apresenta uma concentração de 86% dos casos da doença, no Pará. Em 2017, o Estado registrou 36.736 pessoas com a malária distribuídas em sete municípios do interior do Estado, sendo cinco no arquipélago do Marajó: Breves, Curalinho, São Sebastião da Boa Vista, Bagre e Portel (os outros dois são Oeiras do Pará e Cametá).

Esses dados foram colocados foram esboçados durante uma entrevista no jornal Liberal do dia 20 de fevereiro de 2018 com o diretor de endemia da Secretaria de Saúde do estado do Pará Bernardo da Silva Cardoso que afirmou ser o principal problema na coibição da doença, a falta de comprometimento dos municípios. Em suas palavras: “Nós não trabalhamos com campanha, trabalhamos todos os dias, principalmente, nos municípios com maior infestação”. E acrescenta que a meta do estado é alcançar registro zero da doença. “A gente não quer reduzir a doença, queremos exterminar, porém as verbas recebidas pelos municípios não são aplicadas corretamente”.³⁹

Outro ponto da reportagem demonstrou que a doença afeta principalmente as pessoas que estão “na zona ribeirinha ou de mata”, afirmativa que converge com a narrativa de Dona Vitória Nogueira, sendo que a iniciativa do diretor para atenuar essa incidência foi: “o estado envia uma equipe em campo para coletar sangue e fazer o exame. Após o resultado, as pessoas infectadas recebem atendimento médico”.⁴⁰

Desta feita, mediante as informações coletadas do periódico, assim como de qualquer outra fonte de pesquisa é preciso o cuidado na análise da reportagem tomando como base a representatividade do Estado impressa nas palavras do diretor da Secretaria de Saúde e nas tentativas de transferir a responsabilidade para a esfera municipal relativo ao quadro alarmante que coloca o Marajó dentre os lugares com mais focos no Pará.

E na tentativa de ampliar a escala de análise, apresento dados mais gerais sobre a doença: 99% dos casos de malária registrados no Brasil ocorrem na região amazônica englobando os estados do Acre, Amazonas, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Pará,

³⁹ <http://www.orm.com.br/noticias/para/MTcxNDM=/Marajo-concentra-casos-de-malaria-no-Estado-do-Para>.

⁴⁰ Idem.

Rondônia, Roraima e Tocantins. Nessas regiões as condições são propícias para a sobrevivência do vetor e as condições socioeconômicas e ambientais que favorecem a transmissão da doença (Lapouble et al 2015: 300).

Porém, é importante destacar mediante informações atualizadas sobre esses dados mais abrangentes em Camargo (2003: 26) evidenciando que pelo menos 300 milhões de pessoas contraem malária por ano em todo o mundo. Destas, cerca de 1,5 a 2 milhões morrem. Quase 3 mil crianças morrem por dia de malária na África. Os dados apresentados pelo autor demonstram os custos diretos e indiretos da malária para a África na ordem de US\$2 bilhões por ano. E outra informação foi dada pelo autor: Nesse país a doença mata, anualmente, duas vezes mais que a AIDS e muito mais que qualquer outra doença infecciosa, sem deixar de mostrar que a malária está presente, também, em mais de 90 países, embora com prevalência diferente, incluindo a Índia, Afeganistão e países asiáticos, incluindo a China.

Logo, mediante os demonstrativos as doenças e as trajetórias humanas caminham juntas, pois, o biológico é intrínseco ao social, pensar por esse ângulo é partir das argumentações que nas construções epistemológicas no campo do social “não se orientou por uma (re)visão ou rediscussão da noção do biológico que a biomedicina construiu, refutando-se esse biológico e apenas incorporando-os aos fatores sociais”. Por outro lado, significa também colocar em questão “o conceito de biológico mantido intocado quanto à sua construção epistemológica, o que vai marcar a articulação do biológico e o social” (Ianni 2008: 27) para o aprimoramento das discussões sobre as epidemias e doenças acometidas pelos “migrantes”.

Então é notório, ao longo do processo de constituição dos campos de conhecimentos sobre as doenças as referências ao biológico e ao social como categorias opostas, quase auto excludentes, ou mesmo de negação, refletem “concepções rigidamente disciplinares ou simplificadoras dos substratos constitutivos dos conceitos em questão, no qual o biológico aparece na maioria das vezes como depositário do social, ou seja, são as “coisas sociais” que explicam as naturais, como se sociedade e natureza pertencessem a universos diferentes, não constitutivos de uma única totalidade, em constante inter-relação (Ianni 2008: 27).

Essa concepção também remete as ideias de Ingold (1993,2006) ao afirmar que dentro do movimento da vida social, nos contextos de entrosamentos práticos dos seres humanos uns com os outros, e com os seus ambientes não humanos, é que formas

institucionais são geradas (Ingold 2003: 127-128 apud Silva 2011: 368) no sentido de entender como a malária e outras doenças expostas nesse item são parte do processo explicativo sobre as ações dos “migrantes” nos ambientes para onde se deslocaram.

Geertz também questiona o isolamento entre as ciências e que, portanto, exista apenas um “tal modelo unitário, bem definido historicamente imóvel, regendo as investigações contemporâneas sobre as coisas, o problema seria confiná-los à sua própria esfera” (Geertz 2001. p.131-42) e deixar de ver que as “políticas de transformação da situação de vida e saúde das populações necessitam de conceitos e métodos caracterizados pela diversidade de sua extração e geração de possibilidades de compreensão da complexidade dos sistemas biológicos e históricos” (Ianni 2008: 36).

Parafrazeando Ianni (2008: 31-34) em diálogo com o meu objeto de pesquisa, não se trata, portanto, de tentar compreender as epidemias de malária ocorridas na região predominantemente por meio de categorias socioeconômicas e políticas relativas à distribuição desigual da riqueza e inserção socioeconômica do “migrante” na região, essas questões são importantes, mas existe a necessidade de “transcender as fronteiras das propostas investigativas habituais cogitando formas de abordagem de interfaces em que ocorrem relações recíprocas entre instâncias diferentes e complexas que não podem mais ser concebidas separadamente, localmente”. Em outras palavras, conforme assinalou a autora “implica a necessidade de mediação simultânea entre local/ global e natural/social”.

Diante dessas discussões e retomando ao contexto da malária é conhecido que o retrato de contaminação pela doença na Amazônia ganhou espaço desde o final do século XIX, período em que viveu o pai de Dona Vitória Nogueira no Mapuá quando explodiu a primeira grande epidemia da doença na região, e a “borracha tornou-se matéria-prima preciosa quanto às perspectivas de extração do látex e de riqueza imediata, embora não fáceis, levaram para a Amazônia centenas de nordestinos acometidos por uma terrível seca em suas terras” (Camargo 2003:27), como já apresentado em capítulos anteriores.

Posteriormente no século XX, o quadro retoma enquanto uma réplica das epidemias amazônicas anteriores, mas sob novas configurações. Em continuidade às explicações de Camargo (2003:27): “Com a ocupação dos seringais da Ásia tropical pelos japoneses, a borracha ameaçava faltar para os aliados em guerra. Os seringais da Amazônia renasceram e, com eles, a malária”.

Assim, o autor assegura que na Batalha da Borracha, “morreram mais combatentes nesse front, vítimas da malária, que no front da guerra contra o nazi-fascismo”.

Isso significa dizer: a malária desde o século XIX alterou significativamente as dinâmicas de vida dos nordestinos nos novos ambientes que passaram a incluir no cotidiano a convivência com a doença e a espera por políticas públicas para amenizar as condições de contágio no meio da floresta amazônica (Camargo 2003:27).

Essas informações ganham forma nessa escrita a partir do momento em que a malária não se mostra como uma realidade isolada, no entanto apresentou características específicas na região condizente com os modos de vida da população, é nesse intuito que apresentei a narrativa de Dona Vitória Nogueira e na sequência a do Sr. Juarez Cavalcante sobre a doença definida por ele como o grande mal que atingia as populações de espaços de rios e florestas, aliado a outros fatores que estão dentro da pauta de abordagem do capítulo:

“A gente sofria muito com a exploração dos patrões naquele tempo, ia para um lugar para o outro em busca de melhorias, mas sofria também das doenças como a malária. A doença matava muita gente, porque naquele tempo quem trabalhava com a seringa no mato estava sujeito, não só com a seringa, mas com qualquer trabalho no mato e morria porque não tinha remédio no interior como tem hoje, tinha que vir para o hospital de Breves, e aqui (cidade) também tinha bastante malária, era muito alagado essas ruas daqui do centro e aí para baixo (mostra com os braços para a Rua Mário Curica) piorou” (Juarez Cavalcante, 2016).

Essa é uma narrativa que chama a atenção para o biológico e o social em inter-relação quando o Sr. Juarez Cavalcante articula em uma só explicação a exploração do trabalho no seringal com o alto índice de pessoas atingidas pela malária na região de Breves, em grande parte decorrente das insalubridades das condições do trabalho nos espaços de rios e florestas e na cidade das condições de saneamento básico na cidade e a abertura de novas ruas como a antiga Capitão Assis, atualmente Mário Curica.

No mesmo recorte temporal da narrativa do interlocutor, as pesquisas do Instituto Evandro Chagas (2002: 22) realizadas em julho de 1943 presentes em Leão (2014) demonstraram que nesse período, Breves era uma pequena cidade de cerca de 700 residências e uma das localidades mais malarígenas do baixo amazonas com a comprovação de plasmódios no sangue de 22% dos habitantes, e 45% de esplenomegalias (aumento do baço em decorrência da doença).

Mediante esses dados, a incidência de malária nos espaços da cidade era atribuída dentre outros fatores ao fato de parte da população viver em moradias precárias, em cima de terrenos alagadiços no centro e nas periferias da cidade, praticamente sem água tratada, sem

condições sanitárias satisfatórias, vulneráveis às contaminações e à possibilidade de expansão das epidemias. Um ambiente facilitador da proliferação do mosquito transmissor da malária como mencionado pelo Sr. Juarez Cavalcante.

Essa situação de calamidade acelerou o convênio do Estado com o governo americano, criando o primeiro hospital da cidade, o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP). Na Amazônia a iniciativa advém de meados de “1942, através do acordo entre os governos brasileiro e norte-americano, tendo como funções o saneamento de regiões produtoras de matérias-primas estratégicas aos interesses militares dos Estados Unidos” (Renovato; Bagnato2010: 278), quando era urgente a obtenção de borracha amazônica em grande escala para a guerra. Em Breves a inauguração do SESP se deu no ano de 1945 para manter ativos e, tanto quanto possível, livres de acesso de malária os milhares de seringueiros e os moradores naturais da região. A iniciativa estimulou o treinamento de novos profissionais de saúde na localidade, mas também influenciou o deslocamento de muitos profissionais, especialmente médicos, enfermeiras de outros estados para a região.

Nesse contexto, entre as medidas utilizadas pelo Estado para conter os casos de malária em Breves, destacou-se o emprego do Dicloro-Difenil-Tricloroetano (DDT), o primeiro pesticida domiciliar usado no combate às espécies de mosquitos causadores da doença, sendo que o primeiro experimento foi iniciado na cidade de Breves em maio de 1945. Segundo o Instituto Evandro Chagas (2002) toda a localidade foi tratada, ocorrendo uma baixa sensível nos casos de contágio de malária. O DDT era aplicado num intervalo de dois meses em Breves e em Corcovado, vila próxima à cidade. Em maio de 1947, um ano após o início da dedetização, o índice plasmódico tinha baixado para 1,5% e o esplênico para 16,8. Em maio de 1947, os mesmos índices haviam decrescido ainda mais, para 0,3% e 8,3% respectivamente.

A partir de 1970, velhos problemas foram ampliados. Com o crescimento desordenado da população gerando o agravamento de problemas latentes como novos surtos de malária, atingindo uma gama da população mais pobre e ribeirinha recém-chegada. Por esse motivo, em 1971, o Estado montou definitivamente um posto da SUCAM na área portuária de Breves, para controlar a doença, essa preocupação foi vista mediante a aplicabilidade do Decreto da Câmara Municipal de nº 33/71, quando foi liberado 5.000,00 (cinco mil cruzeiros) para atender as despesas com a construção de um trapiche com depósito, em madeira para uso privativo do Distrito técnico administrativo da superintendência das campanhas (SUCAM), com sede nesta cidade, a título de cooperação do município ao referido órgão de saúde pública (Leão 2014: 65).

Para além da malária os registros de óbito também ajudaram a recompor a as causas mortes dos “migrantes” inter-relacionados aos desafios de viver na Amazônia, através dessa documentação foram rastreadas as principais doenças descritas pelos funcionários dos cartórios, levando em consideração as informações repassadas pelos familiares. Em poucos casos existiu um parecer médico com as descrições da doença que levaram aos óbitos. Apresento esse resultado a partir da tabela a seguir destacando o período da ocorrência da morte, a identificação, naturalidade, idade do falecimento, a causa da morte mediante parecer médico ou não, a localidade da morte e o cemitério onde ocorreu o sepultamento na tentativa de mostrar um painel das últimas informações sobre a trajetória de muitos “migrantes” pela região.

Tabela 03 – Causa mortis de “migrantes” na região – 1926-1985

Ano	Identificação/Naturalidade	Causa Mortis	Localidade/Sepultamento
1926	Álvaro Vieira Monteiro de Farias/Portugal	Morte natural (sem parecer médico)	Sítio Conceição rio Macacos
1926	José Teixeira/ Rio Grande do Norte/ 56 anos	Morte por afogamento (sem parecer médico)	Rio Buissú
1930	Maria Aparecida dos Santos/Paraíba/ 35 anos	Afogamento (sem parecer médico)	Rio Curumu
1932	Antônio Ribeiro da Fonseca/ Rio Grande do Norte/ 61 anos	Picada de cobra (sem assistência médica)	Rio Jaburu – Cemitério São Sebastião
1934	Saturnino Pereira Lima/ Ceará/ 65 anos	Disenteria/amebiana (parecer médico)	Cidade de Breves - Cemitério Santa Rita.
1935	Francisca Pereira Lima/Ceará/ 60 anos	Tuberculose (parecer médico)	Cidade de Breves - Cemitério Santa Rita
1935	Antônio Fernandes/Ceará/ 54 anos	Impaludismo (parecer médico)	Cidade de Breves - Cemitério Santa Rita
1935	José Emydio da Silva/ Portugal /64 anos	Pneumonia dupla (parecer médico)	Cidade de Breves – Cemitério Santa Rita
1936	Júlio Cyriaco - Rio grande do Norte/34 anos	Disenteria/amebiana (parecer médico)	Cidade de Breves – Cemitério Santa Rita

1941	Theotônio José da Silva/Paraíba/64 anos	Impaludismo (sem parecer médico)	Rio Mapuá - Cemitério Santa Luzia.
1948	Agenor Ribeiro/ Bahia/39 anos	Colapso cardíaco por cirrose hepática (parecer médico)	Cidade de Breves – Cemitério Santa Rita
1948	Francisco Carneiro da Cunha/ Ceará/81 anos	Infecção intestinal (sem assistência médica)	Cidade de Breves – Cemitério Santa Rita
1948	Theodora Maria da Conceição/ Ceará/ 42 anos de idade	Infecção (parecer médico)	Cidade de Breves – Cemitério Santa Rita
1949	Benedito dos Santos Rocha/ Ceará/ 57 anos	Picada de cobra (parecer médico)	Curumu – Cemitério Santa Rita
1948	Joaquim Nu–nes Horta/ Portugal/84 anos	Infecção intestinal (sem assistência médica)	Rio Mapuá - Cemitério Lago do Jacaré no Mapuá.
1949	Francelino Rodrigues da Silva, Ceará/ 84 anos	Insuficiência cardíaca (sem assistência médica)	Cidade de Breves – Cemitério Santa Rita
1958	Manoel Soares da Silva/Paraíba/69 anos	Colapso (sem assistência médica)	Rio Curumu – Cemitério Arumanzal
1959	Constantino Martins Félix/ Portugal/68 anos	Problemas no intestino (sem assistência médica)	Rio Mapuá – Cemitério Santa Luzia
1964	Rita Gomes do Nascimento / Ceará	Problemas no intestino	Rio Mapuá – Cemitério Santa Luzia
1971	Luiz Maciel dos Santos/Ceará/ 74 anos	Morte instantânea por golpe de apanhador	Rio Ituquara
1972	José Martins da Silva/Portugal	Febre (sem assistência médica)	Rio Jaburu – Cemitério São Sebastião
1973	Luiz de Azevedo / Portugal /68 anos	Malária (sem assistência médica)	Rio Curumu – Cemitério Bom Jesus do Jacarezinho
1975	Francisco Neto da Silva /Portugal/84 anos	Ataque cardíaco (sem assistência médica)	Rio Ituquara
1979	Raimundo Firmino e Carvalho/Ceará	Asfixia por submersão na água (sem assistência médica)	Rio Ituquara - Cemitério Furo Grande do Aranaí
1985	Hely Benício Maia/ Paraíba/ 76 anos	Câncer na laringe (sem assistência médica)	Curumu – Cemitério Bom Jesus do Jacarezinho

A primeira observação é quanto ao período mencionado nos registros apresentando óbitos de migrantes somente a partir da década de 1920, sem referência ao

século XIX, sem grandes explicações dos funcionários do cartório para essa ausência nas documentações dos arquivos. Outra está relacionada ao número reduzido de 27 óbitos vistos na tabela em um longo período (1926-1985) que podem ser explicadas pelo não registro da causa da morte em muitos livros. Assim, existia um número bem maior de óbitos envolvendo os migrantes, mas não ficavam claros os motivos das mortes. Mesmo mediante esses impasses foi possível compor um perfil dos migrantes falecidos nesse período que intercalados com as narrativas orais dos interlocutores ajudaram a levantar possibilidades de entendimentos sobre os desafios enfrentados pelos “migrantes” na região no século XX.

Partindo para análise dos dados, a tabela apresenta na sua maioria óbitos de nordestinos, do estado do Ceará em um total de nove, convergindo com todas as outras informações mencionadas desde o primeiro capítulo sobre um número bem superior de “cearenses” na região do que dos outros estados do nordeste brasileiro. Nos outros estados foram registrados: três óbitos de naturais do Rio Grande do Norte, um da Bahia e três da Paraíba. Em seguida aparecem os “portugueses” no total de seis óbitos, também convergindo com as observações deste ser o segundo grupo de “migrantes” com maior incidência de “migrantes” na região de Breves.

Nota-se, portanto a ausência de óbitos de “judeus” reincidindo nas explicações dadas por Benchimol (2008: 225), sobre a possibilidade de esse grupo preferir seguir “os rituais de morte na tradição judaica e serem sepultados nos cemitérios destinados ao grupo na capital Belém, mediante a tradição de enterrar os seus mortos no mesmo lugar, a fim de que mesmo após o falecimento, permaneçam juntos”.

Nesses estudos Benchimol (2008: 234-246) apresentou uma relação dos “judeus” sepultados em Belém possibilitando identificar alguns dos membros das famílias identificadas nessa pesquisa. No cemitério judeu antigo do Guamá, anexo ao Cemitério Santa Isabel localizado na Rua José Bonifácio, foi encontrado inscrições com os nomes de Fortunato Athias (1931); Meriam Roffé Athias (1956). No caso do cemitério Israelita Novo do Guamá – estão ainda os restos mortais de Abraham Mojluf Chocron; Samuel Sarraf (1945); Abraham Barcessat (1949); Marcos Athias (1974); Anna Athias Barcessat (1975); Hamor Gabbay (1980); Moisés Barcessat (1984); Léa Bottebol Sarraf (1988).

Em convergência com as ideias de Benchimol os cemitérios judaicos aparecem nos seus escritos muito mais do que simples depositário dos restos mortais dos “judeus”, são lugares do vivido e da memória, verdadeiros arquivos a céu aberto, criados artificialmente para rememorar outras vivências, envolto em rituais e simbologias transcendente ao seu sentido material, por esses motivos a categoria de análise criada por Nora (1993: 21-22) de

“lugares de memória”, pois observo que neles congregam-se os três sentidos: “o material, o simbólico e o funcional, simultaneamente, em graus diversos”.

E nesse texto as inscrições dos nomes dos “judeus” mencionados acima também demonstram certa hierarquia social entre o grupo, afinal grande parte deles depois de terem consolidado seus negócios mudaram-se para Belém mais próximos das tradições judaicas como foi o caso do avô de Íria que deixou a vila São Miguel e comprou casa em Belém para morrer segundo os preceitos religiosos do seu grupo, explicação parecida também foi dada por Dona Jacirema Sarraf Caetano ao mencionar ser esse o último desejo dos avós também dispostos na relação acima.

Nesse sentido, esse desejo de ir viver os últimos tempos da vida em Belém, também demonstra a inexistência de cemitérios judaicos em Breves, recentemente encontrei nas viagens pelo Jaburu apenas uma referência ainda não explorada da existência de sepulturas judaicas em um cemitério na vila dos Dias no rio Jacaré Grande mediante informações dos moradores. E outra referência mencionada por Dona Raimunda Rodrigues Farias que relembrou a morte do avô “judeu” Jacob Cohen Farrache morador do rio Jaburu localidade denominada Ilha Santa Luzia enterrado em um cemitério nas proximidades da sua residência diferindo-se dos patriarcas da família Sarraf e Chocron segundo informações dos familiares e da lista disposta por Benchimol (2008) preferiram seguir a tradição e serem enterrados em Belém. Na narrativa de Dona Maria Rodrigues Farias sobre a sepultura do avô, ela recordou:

“Eu lembro ainda da cruz de judeu em cima da sepultura dele, era só um pau, não tinha o braço só aquele pau assim, (levantou as mãos, estendendo-as além da sua altura para demonstrar o tamanho da cruz), eu vi onde meu avô foi sepultado, lá no rio onde ele morava, a sepultura dele era diferente de todas as outras, até hoje tem lá, eu acho” (Maria Rodrigues Farias, 2017).

Em retomada a tabela após essa abertura para explicações sobre a ausência de “judeus”, nas certidões de óbitos do Cartório Matos, traçando uma ligação no fluxo da temática surgida sobre os cemitérios na tabela é possível visualizar que a maioria dos “migrantes” mortos na região de Breves foram sepultados no cemitério Santa Rita, fundado em 1904, ativo até a atualidade e os demais dispersos pelos cemitérios localizados às margens dos rios Mapuá, Curumu, Jaburu e Ituquara, os distritos que mais receberam grupos de migrantes na região de Breves.

No que diz respeito à causa das mortes dos “migrantes”, como visto muitas vezes aparecem termos imprecisos por indicarem apenas sintomas generalizantes. A imprecisão do

diagnóstico devia-se muitas vezes ao pouco ou nenhum conhecimento sobre o assunto da família e dos funcionários dos cartórios, a observação converge com o fato da maioria dos registros mencionarem a informação: “sem assistência médica”, após a possível causa da morte, evidenciando a ausência de políticas públicas adequadas à realidade da região, um espaço composto por uma maioria de moradores dos espaços de rios e florestas até a década de 1970 quando o único hospital público ficava na cidade, então muitos moradores desses espaços morriam sem um diagnóstico médico.

Outra observação com relação à causa da morte está direcionada ao maior número de casos ligados a problemas no intestino, tipo disenteria, ameba, infecção intestinal, com sete ocorrências envolvendo nordestinos e portugueses, possivelmente ligados à falta de tratamento da água e saneamento básico entre as populações dos espaços de rios e da cidade. Os problemas com fornecimento de água de qualidade foram identificados em narrativas orais dos moradores (Leão 2014) descrevendo a situação de escassez de água tratada desde anos de 1930 na região, em muitos momentos os moradores utilizavam a água diretamente de rios ou poços para as necessidades diárias, devido à inexistência de água encanada na cidade.

Desse modo, tanto na cidade ou nos espaços de rios e florestas a água pode ser segundo Diegues (2005: 02) “veículo transmissor de enfermidades, e as sociedades tradicionais sofrem mais de doenças transmissíveis pela água contaminada que as da cidade, por não disporem de acesso ao tratamento médico preventivo adequado”. No entanto, “as causas e explicações das doenças provenientes da água contaminada são distintas em ambas as sociedades” e podem indicar uma explicação para as causas de problemas intestinais.

Em seguida surge outra doença, a malária já discutida anteriormente nessa escrita, até o momento marcante nas lembranças dos interlocutores como a doença mais preocupante na região de Breves, embora tenha sido registrado no período da tabela apenas o número de três casos nos quais não aparece incluído nessa lista o pai de Dona Vitória Nogueira. Isso porque a doença foi controlada com medidas preventivas conforme apresentado e o número de óbitos reduziu consideravelmente a partir da ação de agentes de saúde da Fundação SESP e posteriormente da SUCAM.

Existem ainda na tabela as mortes causadas por problemas cardíacos, com número de três casos, seguidos por um de pneumonia, outro de tuberculose, um de infecção, um de câncer na laringe e por último, dois acidentes: um com golpe de “balador” espécie de armadilha deixada na floresta para matar animais, confeccionada com arma de fogo de fabricação caseira, três por afogamento e dois por picada de cobra.

Dessa forma, observo a partir das evidências das causas de morte dos migrantes apresentadas na tabela um viés para repensar as relações dos grupos com os ambientes nos quais estavam imersos, numa visão bem longe da harmônica e idealizada de homem e natureza, prevalecente em muitos escritos sobre a temática. Nas descrições dos óbitos muitas pistas sobre as representações dessa relação puderam ser vistas, mesmo que nas entrelinhas das documentações cartoriais.

Os dados levantam reflexões nessa linha de análise, uma delas é o impacto com realidades totalmente diferentes daqueles de suas terras de origem, ocasionando por vezes mortes trágicas como a descrita por acidente com armadilhas para matar animais nas matas, algo corriqueiro para o morador natural da região, entretanto para aqueles não habituados significava um perigo real em meio ao bioma nativo, reveladas na tabela pela existência de animais peçonhentos como as picadas de cobras causadoras de dois óbitos de migrantes. E ainda registrou-se a os afogamentos marcando o final da trajetória de três “migrantes” na região, chamando a atenção para a relação estabelecida com as águas dos rios e igarapés, comuns na paisagem local.

Nessa lógica, o “migrante” deslocado para a região tinha outras práticas culturais diferentes e cada um desses sistemas determinava um modo específico de estabelecer relações com os ambientes. Um caminho para esse entendimento é dimensionar os significados atribuídos aos elementos componentes da natureza dos lugares de origem com o de destino, no caso dos “migrantes” do nordeste recém-chegados acostumados com outro clima e paisagens naturais⁴¹, deparavam-se paisagens e climas bem diferentes então se apresentavam

⁴¹ Diegues (2005) baseado em pesquisa rigorosa em diferentes fontes, afirma que os sertanejos têm, no geral, pouca disponibilidade de água quando comparados com os “caboclos ribeirinhos da Amazônia”, por esse motivo sua relação com a água é marcada pelo regime de chuvas irregulares em termos de espaço e tempo. O semiárido é composto por uma grande diversidade de ecossistemas como a caatinga, as chapadas, os cerrados, os campos rupestres, os brejos de altitude e diversos tipos de floresta, eles ocupam a orla descontínua do agreste, as grandes extensões semiáridas das Caatingas e parte do Cerrado. Toda essa área compõe-se de vegetação rala, confinada pela Mata Atlântica, pela Floresta Amazônica e por zonas de matas e campinas naturais. No Agreste, depois nas Caatingas e por fim nos cerrados, os sertanejos desenvolveram economia pastoril associada à produção açucareira. As atividades pastoris, nas condições climáticas dos sertões cobertos de pastos pobres e com extensas áreas sujeitas a secas periódicas, conformaram não só a vida, mas também a própria figura do homem e do gado. Assim associados, multiplicando-se juntos, o gado e os homens foram penetrando terra adentro, até ocupar, ao fim de três séculos, quase todo o sertão interior. Essa população tradicional é, em grande parte rural, caracterizada por uma grande diversidade cultural, mas também pela pobreza, pela alta densidade demográfica e estrutura fundiária concentrada. Essa população vive de cultivos comerciais (principalmente algodão) e de subsistência, aliados à criação extensiva de gado. Muitas das comunidades rurais, vilas e cidades pequenas não têm acesso à água encanada e tratada, tendo de recorrer a carros-pipa. A região apresenta os indicadores sociais mais baixos do país, pois o analfabetismo chega a 45% da população em algumas áreas e as doenças endêmicas como a leishmaniose cutânea e visceral, a doença de Chagas, a esquistossomose e as parasitoses intestinais são frequentes. Alguns estados da região, como a Paraíba e o Pernambuco, fornecem cerca de 1.437m³ de água/pessoa/ano e 1.320.m³ de água/pessoa/índices considerados críticos pois estão abaixo do 2.500 m³/pessoa/ano (Diegues 2005:07).

para esses “migrantes”, mediante a chegada à região amazônica formados de florestas, rios, chuva, clima quente e grandes extensões de terra a serem cultivadas (Lacerda 2010: 88).

Logo, se para as populações locais como mencionou Diegues (2005) os rios, riachos, igarapés, lagoas e lagos, dentre outros, desempenham um papel fundamental para a produção e reprodução social e simbólica dos modos de vida da região, garantindo a água para saciar a sede dos homens e animais, para o uso doméstico, para as hortas e outras plantas, para transporte e navegação e para algumas dessas populações, fonte de energia. E ainda, para muitas delas, são também locais, habitados por seres naturais e sobrenaturais benéficos que, quando desrespeitados, podem trazer destruição e desgraça.

Essas populações atribuem valores às águas que são distintos daqueles utilizados pelas sociedades urbano-industriais (Diegues 2005: 01) de onde muitos migrantes vieram e por esses motivos as antigas relações com a natureza dos estados de origem inter-relacionaram-se às novas formas de lidar com os elementos naturais, nesse caso as águas e as correntezas dos rios da região, proporcionaram situações nem sempre tranquilas, ao contrário marcadas foi marcada por contradições, dificuldades e superações ao longo das trajetórias dos “migrantes” e descendentes, acompanhadas a partir da pesquisa de campo nos cartórios e nas entrevistas. Em primeira análise foi possível notar que os primeiros contatos com a natureza especialmente as águas nos lugares de destino apresentava-se com mais intensidade, tornando-se um duplo de abundância e desafios.

Portanto, as descrições dos óbitos do Cartório Matos relacionados às mortes por afogamento apontaram aspectos dessa relação do “migrante” com a água. Mas, não somente os óbitos indicaram caminhos para essas reflexões em muitas narrativas os ritmos das águas assustaram os interlocutores. Assim, nessa escrita para alguns “migrantes” as águas surgiram como um desafio para viver na região, mesmo os mais hábeis nadadores como Dona Laura formada em Educação Física, acostumada com a prática da natação em sua profissão disse ter se assustado com a “imensidão dos rios e as maresias” sentidas desde o primeiro embarque no porto de Belém no momento de deslocamento para a vila São Miguel, o seu novo destino de trabalho e moradia:

“Eu peguei o barco e vim observando aqueles rios e quando cheguei em São Miguel peguei um susto porque eu imaginava totalmente diferente o lugar, eu imaginava uma cidade grande com carros e quanto eu vi como era, apenas uma vila, cercada de água, eu fiquei decepcionada, mas minha maior dificuldade era andar de canoa, eu tinha muito medo

de tomar banho no rio, de bicho, eu tinha horror, eu não tomava quase banho no rio” (Laura Rosa, 2017).

É preciso pontuar que a narrativa de Dona Laura estava ligada às suas percepções de cidade e vila operária conforme a realidade por ela vivenciada na capital Belém, e a partir dessa concepção estabeleceu um padrão imaginário para os lugares da Amazônia, deixando entrever a sua decepção ao deparar-se com quebra desse padrão no momento da chegada marcado pela frustração do primeiro contato com São Miguel. Porém, tomar banho no rio e se locomover em canoas parecem ter sido seus maiores desafios nessa inter-relação com a natureza.

O Sr. José Silva, também foi enfático ao dizer que não teve problemas em se acostumar com as pessoas da região e até mesmo com os outros migrantes residentes na vila de Corcovado onde viveu por muitos anos, o que lhe incomodava mais era a falta de domínio para conduzir canoas e força das águas, especialmente na frente de Corcovado onde as correntes se mostram bem acentuadas e existe todo um histórico envolvendo alagamentos e mortes no rio Parauaú. Uma dessas experiências do interlocutor foi no dia em que quase se alagou nesse perímetro do referido rio.

“Eu peguei a canoa e o remo e fui tentar andar no rio lá de Corcovado, mas eu não sabia conduzir e fiquei rodando, rodando na correnteza sem sair do lugar e eles riam e gritavam tentando me ensinar como era para fazer e nada, até uma moradora de lá foi ajudar a voltar para a vila porque eu já estava me afastando para o meio do rio e ia alagar” (José Silva, 2017).

Portanto, não se tratava apenas da tentativa de dominar uma canoa no meio do rio, mas a evidência de um ritmo de vida anterior baseado em outras inter-relações com a natureza, outras concepções de mundo que não incluíam o uso da canoa. A narrativa também demonstra a reação dos moradores naturais da região e o “estranhamento” transformado em risadas pela sua falta de habilidade com a canoa como mencionou o interlocutor. As duas situações descritas faz refletir ainda sobre a dependência que muitos “migrantes” tinham desses moradores para se locomoverem de canoas por entre as dezenas de rios e igarapés de Breves.

Quanto a essa dependência, Pacheco (2009: 68) destacou como os padres deslocados para o arquipélago de Marajó eram “ignorantes” aos tempos das marés e para sobreviverem precisaram aprender a complexa dinâmica do ritmo das águas dos rios. “Por isso, necessitaram ficar, em determinados momentos, sob o domínio de pilotos, remadores, proeiros ou outros trabalhadores do reino das águas”.

Nesse contexto Pacheco (2009: 69) em seus estudos sobre a trajetória de padres da prelazia do Marajó apresentou um episódio ocorrido com Frei Faustino Legarda, no ano de 1957 no município de Chaves no rio Pracutuba, pároco da cidade de Afuá que preocupado com o tempo da vazante e enchente do rio e na tentativa de evitar os perigos das “traíçoeiras praias” no horário noturno tinha pressa em dar partida a uma viagem, dependendo da condução do proeiro. Este por sua vez foi “descansar em sua casa, distante dali meia hora, avisando ao padre que não demoraria”, o padre ficou para dormir na embarcação. Para o desespero do padre “a maré vazou, a canoa enterrou a quilha e o rapazinho, com três ou quatro noites de sono atrasado, não mais voltou”. O padre no final refletiu reprimindo o desespero quanto podia, ficou a pensar: “quanto é ingrato depender de terceiros”.

Se por um lado, essa narrativa apresentada por Sarraf (2009) demonstra a relação de dependência dos padres “migrantes” com os moradores naturais da região, em outro relato apresentou outro caso ocorrido com o Frei Zacarias Fernandez no rio Arapaxi, município de Chaves no ano de 1945, com um desfecho igualado aos dos óbitos encontrados nas certidões do cartório, o triste final de ser “tragado pelas águas”, após escorregar para fora da embarcação em um movimento brusco da maré quando viajava para fazer a festa de São Sebastião naquela povoação, o corpo do padre somente foi encontrado após quatro dias de buscas (Pacheco 2009: 72).

Em suma, as doenças verificadas nas narrativas dos interlocutores especialmente a malária e nas certidões de óbitos relacionadas a problemas intestinais, os acidentes por picada de cobra e os afogamentos constituíam-se entre os migrantes como grandes desafios na inter-relação com a natureza da região em muitos aspectos diferente a dos seus lugares de origem principalmente relativa a correnteza das águas e biodiversidade da floresta.

5.4. Os hábitos alimentares e as readaptações locais

Na região de Breves os “migrantes” nordestinos, portugueses e judeus recém-chegados tiveram que reelaborar seus hábitos alimentares para sobreviverem nos espaços de rios, florestas e cidade, em muitos momentos improvisando maneiras de suprir suas necessidades biológicas de alimentação, como menciona Murrieta (2001:40), pois “seria difícil pensar em outro aspecto da vida humana mais profundamente conectado com a

sobrevivência básica e, ao mesmo tempo, com elementos social e simbolicamente construídos do que a alimentação”.⁴²

E nesse sentido a temática tornou-se um viés importante para compreender de que forma o contato com os moradores naturais da região e a disponibilidade de alimentos ofertados pela natureza influenciaram nessas reelaborações ou até mesmo no caso dos “judeus” não desobedecer aos ensinamentos da Torah. É nesse sentido que inicio com a narrativa de Iria Chocron, pautada nas dificuldades de manter uma dieta judaica na região.

“Comer alimentos tipicamente judaicos é difícil aqui, quase impossível, primeiro porque os alimentos se encontram só no sudeste, mais em São Paulo, em supermercados de comida judaica mesmo, e eu estava até conversando com uma amiga minha judia lá de Belém, e ela disse: Ah, Íria eu também não tenho uma dieta judaica porque em Belém não tem como ter acesso a produtos judaico, porque não existe um supermercado com essas especificidades da culinária judaica, então a gente vai inserindo no cardápio o que der, então por exemplo, é mais fácil evitar a certos alimentos que a Torah prega para não comer, que é o caso da carne de porco e derivados de porco, que eu não como e nem minha filha”. (Iria Chocron, 2017).

Diante da narrativa da interlocutora surge a inexistência de alimentos explicados pela Associação Israelita BEITT Chabad do Brasil (2001) como “casher que são produzidos ou preparados de acordo com as especificações da Cashrut derivadas de preceitos bíblicos e tem como objetivo trazer para a alma e o corpo judaico muita santidade e não apenas visando os aspectos sanitários e de higiene”. As leis da Cashrut, portanto, “são normas de alimentação que envolve seleção da matéria-prima, abate de animais, higienização, cuidados na manipulação, preparo e consumo de alimentos e uso de determinados utensílios”.

Além da carne de porco e o camarão, outra restrição alimentar mencionada pela interlocutora é a mistura de carnes e derivados com leite e derivados, ou seja, preparados, servidos ou consumidos ao mesmo tempo. Portanto, deve haver separação total entre leite e

⁴² Na trajetória dos escritos antropológicos sobre a alimentação os primeiros estudos na área foram sobre as comunidades numa perspectiva culturalista. Assim, segundo Canesqui (1988) essa linha de análise “expressava-se nos padrões, crenças, ideias e pensamentos de que as comunidades eram portadoras de culturas tradicionais, interpretada como expressão de “mentalidade atrasada” ou “obstáculo” à mudança, distanciados dos existentes nas ‘sociedades modernas’”. Desse modo, autores clássicos com Ferrari Pierson (1960) e Wagley detiveram-se na descrição das fontes de abastecimento alimentar e nos tabus alimentares destacando ainda a importância feminina no preparo dos alimentos área em que se exercitavam as mulheres desde a infância, no uso dos procedimentos culinários, basicamente o cozido e o frito, juntamente com o emprego de temperos, extraídos da flora local.

carne, bem como dos utensílios utilizados para os laticínios, de forma que não possam ser confundidos com os destinados para a carne, um princípio também seguido religiosamente.

Dessa maneira, existem hábitos alimentares no cotidiano de Íria Chocron e a filha baseado nas proibições do consumo de todos esses alimentos descritos na ausência daqueles produtos próprios da cultura judaica, em complemento afirma: *“A gente não tem uma alimentação tipicamente judaica, então a gente tenta em algumas ocasiões como nas festas fazer, mas aí tem que pedir todos os produtos pela internet”*. Os momentos de festa então são uma exceção à regra, mas sempre possíveis pela enorme dificuldade dos produtos chegarem até a região. É por ocasião do Pessach⁴³, a páscoa judaica, uma das principais celebrações do judaísmo, que a interlocutora consome a “matsa” pão a liberdade e da caridade que pede pela internet para fazer a comemoração junto à filha para quem tenta desde a tênue idade apresenta os costumes de seu grupo. Embora destaque:

“No Pessach realmente tem ter improvisado, e tem muitos alimentos que são ingeridos nessa celebração de acordo com o que os judeus passaram no período no Egito em que eram escravos”. Então olha o meu avô, por exemplo, aquela questão de comer o carneiro assado, ele não podia fazer isso na região, quase não se cria carneiro nos Macacos (rio), então ele improvisava com galinha, as ervas amargas que só tem em Israel, ele usava a alface ou então qualquer outra erva que seja amarga, o resto dá p fazer. A matsa realmente é complicado para produzir aqui na região, é só um pãozinho com água e trigo basicamente, não tem fermento porque os judeus não conseguiram fermentá-los quando saíram do Egito, então eu não tenho como fazer um jantar no Passach porque é preciso contar a história para debater com as pessoas pelo menos umas dez pessoas em torno da mesa e eu não tenho essas pessoas aqui em Breves, então geralmente eu faço minhas orações, eu como a matsa quando eu peço pela internet, eles vendem em pacote como se fosse uma bolachinha (Íria Chocron, 2016).

Lins (2010: 40) explica que essa celebração de fato inclui muitos elementos sendo um deles incluídos na bandeja é o ovo, que simboliza o templo de Jerusalém, outro é um osso de carneiro, o qual Íria se referiu na sua lembrança do avô que simboliza o cordeiro sacrificado, além de uma tigela com água e sal, simbolizando o mar vermelho e as lágrimas

⁴³ Nas explicações de Lins (2010) o Pessach celebra a lembrança da libertação do cativo do Egito onde os judeus eram escravos, celebra também o início da organização de Israel como nação, que cruzaria o mar vermelho retornando para a terra prometida, onde após quarenta anos de peregrinação pelo deserto se consolidaria em torno da lei de Moisés como uma nação livre e estruturada. A festa de Passach, além de simbolizar a liberdade, e marcar a estruturação de Israel como nação, é também uma peça na construção da memória do grupo já que a saga da saída do Egito é narrada para toda a família, lembrada para os mais velhos, ensinada para os mais novos, reforçando dessa forma o sentimento de identidade dos judeus como povo (Lins 2010: 37-38).

derramadas pelo povo de Israel no cativeiro e as ervas amargas como também apresentou a interlocutora, elas representam as amarguras dos tempos da escravidão egípcia. A bandeja segundo Lins contém outro símbolo: o charosset, uma espécie de pasta feita de tâmaras amassadas com vinho e amêndoas que simbolizava a argamassa preparada pelos judeus para a construção das edificações egípcias.

Em outra ocasião também festiva do Hosh Hashaná o ano novo judaico, o dia do julgamento quando Deus criou Adão e Eva, e sobre isso argumenta: *“essa é mais fácil fazer o cardápio aqui porque tem como principal alimento celebrativo a maçã com mel, geralmente eu faço uma carne e uma salada para acompanhar, eu improviso um jantarzinho simples”*. E quando questionada sobre a alimentação do avô Abraham Chocron no rio Macacos para além dos dias de festa já descritos, suas palavras foram breves: *“O meu avô, também era assim ele não consumia o que a Torah proíbia”*, acrescentando outra informação relevante para entender a práticas interculturais por meio da alimentação: *“pelo menos isso ele passou para minhas tias, nenhuma come esses alimentos também”* em referência à família majoritariamente católica que herdou do patriarca também essas restrições.

Nesse sentido, na alimentação de Íria está diretamente envolvida em questões simbólicas uma vez que "comida não é apenas uma substância alimentar, mas é também um modo, um estilo e um jeito de alimentar-se. E o jeito de comer define não só aquilo que é ingerido, como também aquele que o ingere" (DaMatta 1986:56) pois a alimentação apresenta não somente uma necessidade de ingerir o alimento para suprir uma necessidade biológica, mas um conjunto de hábitos alimentares que tem um sentido para aquela pessoa, nesse caso a comida do Pessach e do Hosh Hashaná representam uma tradição do povo com o qual ela se identifica.

Com relação aos hábitos alimentares dos nordestinos, Dona Vitória em lembrança ao pai e a existência de um possível grupo de conterrâneos, pois sempre mencionou a palavra “ele” na narrativa, recordou uma passagem de sua trajetória na região de Breves recontada nas conversas familiares referente as dificuldades dos “nordestinos” confeccionarem a peneira para preparar o açaí e a bacaba, sendo as primeiras tentativas uma improvisação frustrada com materiais sintéticos e em seguida o aprimoramento da técnica de confecção da peneira com o uso do arumã, uma fibra regional utilizada também para fazer também outros utensílios como os paneiros, pari e cacuri (armadilhas para peixe) acrescentando as influências indígenas na luta pela sobrevivência na região.

“Quando o meu pai veio do Ceará, quando eles chegaram para cá foram lutar para fazer uma peneira ele contava, eles coavam açaí e bacaba numa lona, amarrava assim

a lona nas pontas (demonstra com as mãos o sinal de um nó de um lado e de outro) (risos). E o meu pai disse: “Será que Deus não dá uma cabeça pra modo a gente aprender a fazer a peneira para coar isso”. Então foram pelear para fazer uma peneira, foram tentando, até pegar o jeito de fazer a peneira, então ele passou para os outros e passaram a fazer peneiras iguais a essa que a gente faz agora” (Vitória Nogueira, 2017).

Em seguimento a narrativa da interlocutora ela expõe ter sido esse o maior desafio do pai para preparar o açaí e a bacaba, alimentos regionais que fazem parte da dieta cotidiana dos moradores de toda a região de Breves e que logo foi incorporada pelos “migrantes” tanto dos estados do nordeste, como os de Portugal que viviam na região do Mapuá, também verificada nas conversas com dona Irene Horta que ao mencionar traços da alimentação do avô Joaquim Nunes Horta disse que *“ele comia tudo, a comida normal daqui, nada de diferente”*, dando a entender inexistência de restrições alimentares entre esses dois “migrantes”. Dona Vitória no final das referências sobre os desafios para a alimentação do pai na região acrescentou:

“Tirando isso de não saber fazer peneira no início né, porque depois aprendeu, de resto ele se acostumou, teve que se acostumar né, aqui tinha muita carne e ele aprendeu a caça com os outros, matava veado, porco, mutum, inambu, cutia, paca, cutia, tudo que pintava no mato para a gente comer, ele comia peixe também que ele mesmo pescava, farinha que aprendeu a fazer, e tudo essas coisas ele me ensinou também, até hoje ainda faço paneiro, a gente não come mais caça por aqui”(Vitória Nogueira, 2017).

A comparação entre o passado e a atualidade presente na narrativa de Dona Vitória Nogueira, referente aos hábitos alimentares do pai, servem para os entrevistados explicarem as relações de trocas sociais (passadas e atuais) das pessoas entre si e com a natureza da região na produção alimentar. Logo, esse passado aparece idealizado na abundância de carne de caça, escassos ou quase inexistentes naquele ambiente de reserva ambiental onde a interlocutora vive. Assim, suscita para “relações entre os homens, por analogia com a relação homem/natureza, tendem à desarmonia”, (Canesqui 1988: 211) deixando implícita a ideia de escassez da atualidade.

Embora, o hábito de comer peixe capturado pelos próprios moradores ainda desempenham um papel fundamental entre as populações dos espaços de rios e florestas, uma situação comum na pesquisa de campo foi encontrar mulheres, homens e crianças desempenhando esse ofício sob canoas nas margens dos rios munidos de caniços artesanais e iscas naturais (minhocas) ou ainda as armadilhas para capturar peixe (Pari e cacuri) dispostos

por diferentes perímetros pelos rios da região do Mapuá e do Jaburu onde entrevistei alguns dos interlocutores da pesquisa, sendo essa uma prática apenas para subsistência, em alguns casos vendidas em pequenas quantidades nas comunidades, pois nesses dois rios não existe a pesca comercial.

Outro alimento que foi incorporado a alimentação pelos “migrantes” foi a farinha de mandioca, sendo muito comum na região a existência da casa de forno para o preparo desse alimento. Segundo Murrieta (2001: 54), baseado em Denevan (1996), Moran (1990); Roosevelt (1980) no passado, as populações ameríndias desenvolviam o uso múltiplo e concomitante de várias ecozonas, em outras palavras, explorando tanto as áreas de várzea quanto as de terra firme, para garantir o abastecimento tanto de pescado quanto de mandioca ao longo do ano em ambas as áreas. Para os habitantes da região, “assim como para a maior parte das populações rurais da Amazônia, a farinha de mandioca tem sido a fonte local mais confiável de energia”, por esse motivo diariamente são centenas de sacas de farinha que adentram a área portuária vindo de diferentes localidades tanto da região como de outras cidades do Pará, para suprir a necessidade da população da cidade que não produz farinha.

Dessa maneira, segundo Murrieta o papel da farinha, na dieta local vá mais além do que o “alimento de emergência” ou a “fonte segura de calorías”. É primariamente e nesse sentido é um gosto adquirido, posso mencionar os migrantes dentro desse contexto intimamente conectado às rotinas da vida cotidiana, às regularidades dos ciclos sociais e ecológicos, no lugar onde estes foram inseridos e tornaram os usos dos alimentos locais na ausência daqueles que eram parte da sua tradição como um “um sistema de predisposições mantidas e reproduzidas por atores sociais; é, ao mesmo tempo, um conjunto de disposições transponíveis e a matriz de experiências passadas traduzidas em percepções, apreciações e práticas, ou um *habitus* na concepção de Bourdieu” (Murrieta 2005: 54).

Adiante com os hábitos alimentares mencionados pelos interlocutores agora dos “portugueses” da família da família Brito que morava na cidade, o Sr. Francisco Rendeiro ao lembrar da rotina alimentar do pai de origem portuguesa explicou que:

“O que ele manteve foi o pão, ele não comia sem pão, não comia farinha, tinha que ter o pão na mesa de manhã e a tarde, almoço e janta, a mamãe cortava aquelas rodela de pão e botava para ele, aí ele comia. Ele dizia que aqui quando se vai para mesa comer é a água e a farinha e lá em Portugal era o pão e o vinho, lá eles bebem vinho como bebem água aqui nas nossas refeições é natural a gente beber vinho. Azeite, muito azeite, quando era véspera de natal, todo ano era uma ocasião que tinha festa em casa, era um jantar para os

padres, ele mandava buscar as frutas natalinas, tudo quanto era fruta, bacalhau, e ensinou a mamãe fazer a típica bacalhoada portuguesa, ela era uma excelente cozinheira. Então era uma farra dia na véspera de natal que ele fazia e os padres Frei Dolsé, Frei João Inácio, até o Bispo D. Aquílio, ainda chegou a frequentar esse jantar em casa, era antes da missa do galo vinham para casa para fazer aquela rodada” (Francisco Rendeiro, 2017).

Assim, as lembranças da alimentação do Sr. Brito feita pelo filho inclui uma diferenciação da alimentação de nordestinos, ela não inclui a farinha, mas o pão como componente básico consumidos diariamente, incluindo também o azeite e o vinho em dias comuns, nos dias de festa o bacalhau preparado pela mãe do Sr. Francisco Rendeiro ganhava notoriedade na noite de natal, uma observação interessante é essa memória diretamente associada a interação social com outras pessoas especificamente da Igreja, um distinção da posição social ocupada pela família na cidade, o Sr. Brito era comerciante bem sucedido da cidade e conseguia até certo ponto manter alguns hábitos alimentares. Logo, compartilhar um prato típico da sua terra natal era uma forma de marcar o lugar daquela família na sociedade.

O Sr. Antônio Félix também explicou alguns hábitos alimentares do avô português Constantino Martins Félix e as dificuldades do avô em conseguir os produtos de sua preferência, dependendo de visitas a capital Belém de onde comprava as mercadorias em grande quantidade pensando no tempo em que retornaria para compra-los novamente, quanto a essa questão mencionou: *“Difícil era esses produtos portugueses chegarem para cá, só quando ele ia a Belém que trazia, era tudo em barrica de vinho, ele trazia muita coisa em caixa de madeira, azeite, bacalhau salgado e charuto também, porque tinha esse hábito de fumar”*.

Com relação a essa dificuldade de comer os alimentos da culinária dos lugares de origem, a mesma experiência também fez parte das lembranças do Sr. José Maria do Nascimento relativa a alimentação do avô Antônio Joaquim do Nascimento que em sua opinião quando se deslocou do Mapuá veio focado em ficar na região, então se adaptou à alimentação local, destacando a frequência do arroz, feijão e charque na alimentação diária do avô, hábito trazido do Ceará que continuou na sua rotina.

“Meu avô que eu me lembro ele comia mesmo aquela comida simples daqui, que dava para ele fazer como o feijão, o arroz, muita caça, naquela época tinha muita caça, charque, tinha muito pato, tinha abundância de carne. El não consumia quase as coisas de lá do Ceará, às vezes conseguia rapadura, mas era muito difícil chegar para cá, só por encomenda. Então como não conseguia essas coisas de lá, ele mudou totalmente a

alimentação dele, esse pessoal que vem desses lugares aí, eles vem porque não queriam mais estar lá no sertão, então ele entro lá no Mapuá e se jogou com a família pra lá, e se acostumou com o que tinha lá” (José Maria do Nascimento, 2017).

Em conclusão, o capítulo analisou por meio dos conflitos pelos direitos de navegabilidade e de comerciar livremente pela região movimento de luta que mobilizou dezenas de pessoas na luta pelos seus direito. E ainda como os estigmas foram latentes na vida dos “nordestinos do rio Mapuá, dentre outros lugares. Assim, a violência, o alcoolismo, a morte em decorrência de afogamentos, acidentes e problemas intestinais, malária, dentre outros visibilizados por meio das narrativas e certidões de óbito. Sendo que no último tópico foi possível conhecer as formas como os “migrantes” procuravam adequar a alimentação aos antigos hábitos da terra de origem, sobressaindo-se as interações das dietas com a dos lugares de destino, conforme a disponibilidade de alimentos presentes na região e a realidade econômica, social e biológica de cada grupo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta tese analisei experiências de contato visibilizadas nas trajetórias dos “migrantes” repensados a partir das interações entre os grupos de “migrantes” e os moradores locais, mas não no sentido utópico de pensar nos contatos de forma harmoniosa, pois incluíram interesses mútuos e também díspares, mediados por jogos de poder, conflito e violência.

Em vista dessa proposta, tratei dessas interações resultantes entendidas como práticas interculturais, pois identificavam os “migrantes” dentro de um sistema envolvendo grupos, como a família, a maçonaria, a religiosidade (católica, pajelança, candomblé e judaísmo) e o trabalho. E, por isso as interações geraram múltiplas identidades, não sendo possível tipologizar um perfil para esses “migrantes”.

Dado o exposto, a elaboração dos capítulos foi realizada a partir dos resultados das fontes (narrativas orais, documentos, imagens) que levaram ao entendimento dessas práticas interculturais e são mencionadas por meio das ideias chaves de cada capítulo.

Sendo o primeiro ponto as identificações, os pertencimentos e as motivações para os deslocamentos dos “migrantes” para a região de Breves, como forma de mostrar as identidades constituídas por meio das interações entre o grupo, aspectos que possibilitaram entendimentos das ações, estratégias, silêncios, performances para demonstrar os aspectos das trajetórias de vida de cada grupo de acordo com os interesses do presente, porém dentro de contextos multilocalizados.

Nesse sentido, as evidências demarcadas nas narrativas orais e nas documentações chamaram a atenção para outra questão, o processo de deslocamentos na região de Breves foram diferenciados em suas composições sociais, sendo os primeiros grupos “portugueses” a chegarem na região, os segundo “nordestinos” e “judeus” e os “americanos” os últimos com passagens menos duradouras.

Porém, na atualidade existe uma grande dificuldade em encontrar pessoas identificadas como “migrante” ou descendente, pelas evidências da pesquisa, os deslocamentos foram desacelerando desde a década de 1980, os “migrantes” da primeira geração são raros e os descendentes não se mostraram interessados em conhecer a fundo suas origens, uma constatação que dificultou recompor muitos traços das trajetórias dos grupos.

Entretanto, se por um lado se viu essas dificuldades e a nítida impressão de que as origens dos grupos estão sendo esquecidos com as novas gerações, presenciei outras

estratégias que mantêm as identidades em movimento, por meio do uso das mídias sociais, mas especificamente o Facebook e o whatsapp, como forma de articular contatos com os grupos e reafirmar o pertencimento diante de uma realidade globalizada. Observando-se o caráter móvel das identidades de acordo com as estratégias de cada tempo para manter contato, assim como foi com os navios, o cinema, o rádio, a TV há algum tempo atrás.

Por esse motivo, reafirmo na pesquisa as conexões em redes se constituíram como uma forma de estabelecer contatos em diferentes lugares do mundo e também uma saída para encontros entre gerações familiares desligadas pelas distâncias físicas, ou até mesmo a oportunidade para descobertas sobre a ancestralidade das famílias, um lembrete da importância da interação para desenvolver novos arranjos culturais e agência. Eis uma contribuição e um caminho aberto para os próximos pesquisadores estudarem essas conexões.

Dessa forma, sob a pauta de discussão da interculturalidade dos contatos, registrou pela região de Breves ao longo do tempo de pesquisa, a forte presença do “estrangeiro” através do navio enquanto um “objeto” capaz de proporcionar relações sociais mesmo que de forma transitória entre os seus tripulantes e os moradores locais.

Entende-se que um por esse ângulo permitiu conhecer a cidade e a movimentação portuária na Rua Presidente Vargas a partir das ressignificações das pinturas da artista Neco Balieiro, que através de suas compostas memórias, imersas em lembranças do passado e transposta em narrativas cheias de performances, demonstrou a interação com o navio e os tripulantes “estrangeiros”.

Visto por esse ângulo, os navios e outras embarcações possibilitaram compreensões sobre mobilidade e fluxos globais pela região. E ainda, incitar novas temáticas relativas à ideia estigmatizada de pobreza atribuída ao morador de espaços de rios, definidos como “pedintes”.

O mesmo pode ser pensado sobre a tipologização dada ao “nordestino” de retirante ou cortador de seringa, que essa escrita enfatizou como uma chamada para o cuidado com os termos que as fontes podem apresentar, necessitando ter atenção para não repetir discursos do Estado sobre as identificações dos grupos estudados.

Essa pesquisa permitiu ainda conhecer outras realidades dos “nordestinos” não necessariamente apenas do homem pobre, apresentei vários homens poderosos de origem nordestina morando em diferentes lugares da região. E não somente eles, os “judeus” difíceis de encontrar em outras documentações escritas, se fizeram presentes nos livros do cartório de imóveis, adquirindo dezenas de propriedade nos espaços de rios e florestas.

Esse viés de análise apresentado colocou outro ponto em questão quando ao apresentar a trajetória de Dona Maria de Nazaré Farias Rodrigues que apesar de ser descendente de “judeus”, assim como Íria Chocron não desfrutaram dos bens que foram de seus antecedentes e tem uma vida relativamente simples na região, algo parecido perpassa a atualidade de descendentes de outros grupos como o de Emilia Fona neta de portugueses e Augusto Barros neto de nordestinos.

Nessa direção, as documentações cartoriais em cruzamento com as narrativas orais, as fotografias e as pinturas, apresentaram outras maneiras de notar a interculturalidade dos contatos por meio das propriedades dos “migrantes” a exemplo da casa.

Assim, por meio das análises da casa e os materiais utilizados nas construções, incluindo as coberturas como elementos de distinção social entre os moradores. E, com as narrativas orais de alguns interlocutores os imóveis ganharam ressonância associados aos modos de viver dos tempos de infância e adolescência de seus moradores.

Por todos esses aspectos ao do tempo as casas foram adquirindo estilos próprios por meios dos diferentes contatos, e na atualidade das construções estão resultados das influências dos modos de construir desses grupos na região de Breves.

Nessa linha, a interculturalidade na construção de imóveis também foi vista nas vilas operárias americanas como as construções diferenciadas das outras de “migrantes” nacionais representando formas de construir de acordo com as culturas dos grupos e readaptadas pelos contatos.

Para além das interações com os navios e as “coisas” os casamentos também ganharam relevância nessa escrita por apresentarem-se como resultados das relações sociais entre os grupos pautadas na interculturalidade (Pratt 1999) na medida em que os cônjuges a partir do casamento integraram-se a outra família com práticas diferentes das suas, gerando novas percepções de mundo e novos hábitos.

Desse modo, nordestinos uniram-se com maior incidência aos naturais da região, em seguida casamentos entre os próprios “nordestinos”. Com relação aos portugueses esses também se misturaram a população por meio de laços matrimoniais e há ainda casos com menor incidência entre portugueses com portugueses, ou portugueses com nordestinos.

No entanto, a pesquisa demonstrou limites para encontrar dados sobre os casamentos entre judeus raramente evidenciados nas documentações civis, o que não significou a inexistência de uniões entre eles, apenas que essa instituição não era uma forma de consolidarem seus laços, ficando em aberto essa linha de análise para pesquisas posteriores em outras fontes como as sinagogas de Belém.

Mediante o exposto, observar a ocorrência de casamentos entre os grupos permitiu entender as uniões como estratégias para inserção e manutenção de bens, assim como uma forma de identificar as famílias surgidas desses contatos. Foi nesse sentido que as tabelas foram anexadas nesse trabalho para que as pessoas leiam e quando possível encontrem suas origens.

Quanto à participação das mulheres interlocutoras da pesquisa não posso deixar de retomar o nome de S. P.D. ao enfrentar o poder de um comerciante na região do Mapuá; Irene Horta a guardiã das memórias da família Horta no Mapuá; Vitória Borges e as múltiplas funções de trabalho desenvolvidas na sua trajetória; Laura Rosa, professora, “benzadora” e “mãe de santo”; Íria Chocron que tornou-se Judia por identificação às sua ancestralidade.

Fiz isso para mostrar que seus papéis ultrapassaram as definições do Estado de mulheres genericamente definidas como trabalhadoras domésticas nas descrições dos documentos do cartório civil, enquanto uma forma de chamar a atenção para as formas como as pessoas são enquadradas conforme os interesses de suas épocas.

Sob outros aspectos, remeto ao papel dos conflitos ocorridos entre os grupos como parte da discussão da interculturalidade pautado em relações assimétricas de poder, estes trouxeram para o centro da discussão as relações de tensão, estigmas atribuídos aos nordestinos, violência, assassinatos, como parte do universo dos grupos.

Refletir os contatos a partir dos conflitos ocorridos entre os grupos apontou uma série de situações sociais difíceis de serem recompostas, pois, envolveram relacionamentos familiares e somente foram utilizados nessa escrita após o consentimento dos interlocutores que narraram as situações.

De todo modo, mesmo diante de todas as situações envolvidas, a inserção do conflito como linha de análise permitiu ampliar os olhares sobre o papel do conflito enquanto movimento de luta para a melhoria do grupo e a partir das reivindicações e a organização dos moradores em prol de um interesse comum conseguiu atingir seus objetivos.

No caso da cidade, os conflitos que culminaram em violência e assassinato estavam ligados diretamente à esfera política e serviram para mostrar a influência social das famílias de elite na manutenção dos seus interesses de acordo com a relação estabelecida com o governo estadual em articulação com o local.

Para além dos conflitos e violência, destaquei os desafios enfrentados na região de Breves, dos quais se destacaram doenças como a malária enquanto um mal que atinge centenas de moradores até a atualidade, um assunto relativamente sério na região que

contornou as trajetórias dos migrantes principalmente pelas inúmeras perdas que tiveram por conta da doença.

O olhar sobre a doença nessa pesquisa avançou as abordagens sobre a malária focalizadas apenas nas questões puramente biológicas, incluiu também os efeitos sociais ocasionados pela doença na região de Breves. Isso significou estudá-la na inter-relação com o ambiente para compreender as ações institucionais junto à população atingida pela doença.

Entendeu-se que foi a calamidade provocada pela doença no contexto da década de 1940 que ações do governo foram aceleradas com a construção do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP); o emprego do pesticida Dicloro-Difenil-Tricloroetano (DDT) nas casas dos moradores e em 1970 a criação do posto das Superintendências de campanhas de Saúde Pública (SUCAM).

E ainda sobre os desafios enfrentados pelos “migrantes”, os registros de óbito ampliaram consideravelmente o olhar para os momentos finais das trajetórias dos grupos permitindo notar as principais *causas mortis* na região, abrindo-se um horizonte de expectativas para quem quiser ampliar esse viés de pesquisa.

Nessa escrita focalizei nas evidências das mortes para entender como os grupos se relacionavam com a natureza em vista das mortes por afogamento, as armadilhas deixadas para matar animais, as picadas de cobra, as doenças intestinais causadas por amebas como forma de mostrar que essas documentações podem ser trabalhadas de diversas formas, apresentei uma delas.

Em continuidade aos desafios, a questão da alimentação surgiu nas narrativas orais e ganharam destaque nessa abordagem, a partir do enfoque sobre as reelaborações dos “migrantes” de seus hábitos alimentares em meio aos espaços de rios e cidade.

Assim, destacou-se também os elementos simbólicos da alimentação dos judeus em dias de celebrações religiosas do calendário judaico e as estratégias para não desobedecer os princípios da Torah por meio da restrição alimentar a certos alimentos. Com relação aos hábitos alimentares dos nordestinos, apesar de seus hábitos alimentares da terra natal serem um vínculo com as identidades, eles na maioria das vezes tiveram uma adaptação mais tranquila, tendo que apropriar-se das técnicas para capturarem seus alimentos nos rios e nas matas e do artesanato para confeccionarem a peneira e o paneiro como peças chave para produzirem o açai, ainda o preparo da farinha.

Com relação à alimentação dos “portugueses”, a mesma esteve vinculada aos hábitos do vinho, azeite, leite e bacalhau, acrescentando um aspecto diferenciado dos outros grupos que não conseguiram manter a dieta de seus lugares de origem, tomando esse ponto

como marcador de diferenças sociais entre os grupos na região e um aspecto importante a pesquisa.

Levando-se em conta o que foi pontuado como os aspectos chaves da tese, nessas últimas considerações, gostaria de fazer uma digressão ao início do doutorado no ano de 2014, quando o meu interesse estava focalizado basicamente em entender as motivações para os deslocamentos e a inserção dos “migrantes” na cidade de Breves como mencionei na introdução.

Agora, nessa fase de balanço final da produção da tese compreendo de forma bem mais clara proposta inicial da tese e como o contato com a pesquisa de campo e o amadurecimento das discussões teóricas e metodológicas para a construção do objeto de pesquisa modificou-se ao longo dos anos.

Desse modo, revejo que o empreendimento exigiu rupturas com as formas usuais de pensar a coleta e análise de dados, a começar pelas entrevistas, reconhecendo a influência das reflexões antropológicas sobre essa produção. Coloco novamente em destaque esse ponto por acreditar que a teoria se faz na prática. Afinal, foi nesse campo que notei avanços significativos na forma de produzir meus escritos e repensar as epistemologias sobre os contatos de grupos de “migrantes” na região de Breves.

E mesmo diante de todos os limites das documentações, inclusive sobre as estruturas de poder que insistiram em sobressaírem-se nessa pesquisa documental, exigindo um esforço para enxergar as classes mais baixas nas documentações, principalmente nos registros de imóveis. O que agora no final da escrita não considero um problema, como pensei tantas vezes em abandoná-las e seguir apenas nas narrativas orais porque era mais cômodo em uma área (antropologia) nos quais as documentações geralmente não são utilizadas, tão pouco o diálogo presente/passado em tempos e espaços diferenciados. Assim, a minha teimosia revelou-se maior que meu medo de errar.

E no final possibilitou repensar as formas como os interlocutores “migrantes”, descendentes e não descendentes representaram suas identidades mediante os contatos com os “Outros”. E ainda, sob um olhar atencioso nas descrições das documentações cartoriais foi possível visualizar as formas como o Estado produziu identificações generalizantes para representar os “migrantes”, encobrando as especificidades dos grupos, mas que interpretadas nas suas entrelinhas permitiram recompor nesse estudo aspectos das trajetórias dos pela região de Breves desde os lugares ocupados, às estratégias de inserção dos grupos por meio

dos laços de casamento, amizade, conterraneidade, religiosos, trabalho e os desafios mais latentes na relação com a natureza, alimentação, até o momento da morte.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ACHUTTI, Luiz Eduardo Robinson. 1997. *Fotoetnografia: um estudo de antropologia visual sobre cotidiano, lixo e trabalho*. Porto Alegre: Tomo Editorial: Palmarinca.
- APPADURAI, Arjun. 2004. *Dimensões culturais da globalização: a modernidade sem peias*. Lisboa: Editorial Teorema.
- AGUIAR, Keila de Souza. 2010. *Os ninhos das aves de arribação: famílias migrantes cearenses em Santarém-Pará*. CANCELA, Cristina Donza; CHAMBOLEYRON, Rafael (orgs). Migrações na Amazônia. Belém: Açaí.
- ALBUQUERQUE, Jr. Durval Muniz. 1999. *A invenção do nordeste e outras artes*. Recife: FJN. São Paulo.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. 2008. *Antropologia dos Archivos da Amazônia*. Rio de Janeiro: Casa 8 - Fundação Universidade da Amazônia (FUA).
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno; PALMEIRA, Moacir Gracindo. 1977. *Projeto emprego e Mudança sócio Econômica no Nordeste: a invenção da migração*. Rio de Janeiro, mimeo, p. 1-74.
- ALENCAR, Edna Ferreira. 2010. *Gente de todas as paragens: retratos da imigração no Pará da colônia à atualidade*. CANCELA, Cristina Donza; CHAMBOLEYRON, Rafael (orgs). Migrações na Amazônia. Belém: Açaí.
- ABU-LUGHOD, Lila. 2000. *Locating ethnography*. Ethnography, 1 (2): 261-267.
- ANDERSEN, Benedict. 2008. *Comunidades imaginadas*. Trad. Denise Bottman. São Paulo, Companhia das Letras.
- ARENDETT, Hannah. (2001). *Poder e violência*. Rio de Janeiro, Relume Dumará.
- ANTONACCI, Maria Antonieta. 2009. *África/Brasil: corpos, tempos e histórias silenciadas. Tempo e Argumento*. Revista do Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, v. 1, n. 1. P. 46 – 67, jan./ jun.
- CLIFFORD, James. 2016. *Introdução: Verdades Parciais*. CLIFFORD, James; MARCUS, George. Aescrita da cultura. Rio de Janeiro: Eduerj.
- AGIER, Michel. 1998. *Lugares e redes: as mediações da cultura urbana*. In NIEMEYER, Ana Maria & GODÓI, Emília Pietrafesa de (org.): *Além dos territórios*. Campinas: Mercado de Letras.
- _____. 2001. *Distúrbios identitários em tempos de globalização*. Mana 7(2): 7-33.
- BARTH, Fredrik. 2000. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Trad. Trad. Jhon Cunha Comerford. Rio de Janeiro: Contracapa Livraria.
- BAUMAN, Zygmunt. 2001. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- BECKER G; ARNOLD. 1986. *Stigma as a social and culture construct*. S. C. Ainlay, G. Becker, & L. M. A. Colman. (Eds.), *The Dilemma of Difference* (pp. 39-76). New York: Plenum.
- BRAGA, Theodoro. 1919. *O município de Breves – 1738 a 1910*. Belém: Impresso pela Empreza Graphica Amazônia.
- BURKE, Peter. 2004. *Testemunha Ocular*. São Paulo: EDUSP
- BARNES, J. A. 1987. *Relações sociais e Processos Políticos*. BIANCO, Bela (org.) Antropologia das Sociedades Contemporâneas. São Paulo: global, 159-194.
- BENCHIMOL, Samuel. 2008. *Eretz Amazônia: Os Judeus na Amazônia*. 3ª ed.
- BHABHA, Homi K. 1998. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora da UFMG.
- BLAY, Eva Alterman. 2008. *Judeus na Amazônia*. In: SORJ. B. Org. Identidades Judaicas no Brasil Contemporâneo. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de pesquisas sociais.
- BOURDIEU, Pierre. 2006. *A ilusão biográfica*. FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). Usos e Abusos da História Oral 8. ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV.

- _____. 1997. *A miséria do mundo*. Petrópolis – RJ: Vozes.
- _____. 2004. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense.
- BIANCO, Bella Feldman. 2012. “*Repensando a localidade nos estudos migratórios*”. In SILVA, Sidney Antônio. *Migrações na Pan-Amazônia*. São Paulo: Hucitec Ed. Fapeam.
- BRUMES, Karla Rosário. 2010. *Redes em espaços migratórios: Uberlândia - MG*. Tese de Doutorado - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia.
- BRUGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas Patriarcal - família e sociedade (São João Del Rei; séculos XVIII e XIX)*. Niterói: UFF, ICHF, 2002
- CANCLINI, Néstor García. 1989. *Culturas Híbridas: Estratégias para entrar y sair de la modernidade*. México: Editorial Grijalbo S.A.
- CANCELA, Cristina Donza. 2011. *Casamento e Família em uma Capital Amazônica*. Belém: Açaí.
- CALDEIRA, T. P. D. R. 1998. *A Presença do Autor e a Pós-Modernidade em Antropologia*. *Novos Estudos CEBRAP*, mês julho.
- CORRÊA, Mariza. *Repensando a família patriarcal*. *Cad. Pesq.*, São Paulo (37): 5-16, mai, 1981.
- CALDARELLI, Solange Bezerra. 1999. *Levantamento arqueológico em planejamento ambiental*. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*. São Paulo: Suplemento 3: 347-369.
- CAMARGO, Erney Plessmann Camargo. 2003. *Malária, Marleita, Paludismo*. *Ciência e Cultura*. Vol. 55 n. 1. São Paulo. Jan./Mar. 26-29.
- CAMPOS, Marden Barbosa. 2015. *A dimensão espacial das redes migratórias*. *Redes (St. Cruz Sul, on line)* v. 20, nº 3, p. 14 – 30, set./dez.
- CANCELA, Cristina Donza. 2009. *Famílias de elite: transformação de riquezas e alianças matrimoniais*. Belém 1870-1920. *Revista Topoi*, v. 10. N. 18, Jan – Jan, p. 24-38.
- CANCELA, Cristina Donza; CHAMBOLEYRON, Rafael. 2010. *Migrações na Amazônia*. Belém: Açaí/Centro de Memória da Amazônia/PPGA.
- CANCELA, Cristina Donza. 2011. *Casamento e família em uma capital Amazônica (Belém 1870-1920)*. Belém: Ed. Açaí.
- CANESQUI, Ana Maria. 1988. *Antropologia e alimentação*. *Rev. Saúde*, publ. São Paulo 22: 207 – 16.
- CANINE, Aline Sapiezinskas Krás Borges. *Herança, Sacralidade e Poder: Sobre as diferentes categorias do patrimônio histórico e cultural no Brasil*. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 163-175, Jan/Jun. 2005.
- CARDOSO, Antônio Alexandre Isídio. 2011. *Nem sina, nem acaso: a tessitura das migrações entre a Província do Ceará e o território Amazônico (1847-1877)*. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará.
- CARVALHO, J. M. de. 1996. *A Construção da ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Campos.
- _____. “*Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual*”. In: *Pontos e Bordados: escritos de história e política*. Belo horizonte: UFMG, 1998.
- CHARTIER, Roger. 2009. *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- COELHO, Maria Claudia. 2016. *Sobre tropas e cornetas: apresentação à edição brasileira de Writing Culture*. CLIFFORD, James; MARCUS, George. *A escrita da Cultura: Poética e política da etnografia*. Rio de Janeiro: Uerj.
- COHEN, Abner. 1978. *O homem Bidimensional: a antropologia do poder e o simbolismo em sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores

- COSTA, Claudio Pinheiro. 2017. *Carreira Única na polícia civil: o princípio da eficiência da administração pública como alicerce de uma polícia moderna*. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em História pela Universidade Federal do Pará.
- COSTA, Cléria Botelho. 2014. “*A escuta do outro: dilemas da interpretação*”. Revista de História Oral, v. v.17: 47-75.
- CORRÊA, Mariza. 1994. *Repensando a família patriarcal brasileira*. In: Concha de Retalhos. 3a. ed, SP: UNICAMP.
- CRAPANZANO, Vicent. 1991. *Diálogos*. Anuário Antropológico/88. Editora Universidade de Brasília: 59-80.
- CRUIKSHANK, Julie. 2006. *Tradição oral e história oral: revendo algumas questões*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.) Usos e abusos da História Oral. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- CUNHA, Olivia M. Gomes da. 2004. “*Tempo imperfeito: uma etnografia do arquivo*”. In: Revista Mana vol.10 no.2 Rio de Janeiro Out: 3-5.
- CUNNEGATO, Thaís; ROCHA Ana Luiza Carvalho da. 2008. “*Arte de fazer, Arte de narrar: uma etnografia de uma pintura de paisagem em Porto Alegre*. Revista Iluminuras, v. 9. N. 19.
- DA MATTA, Roberto. 1987. *Sobre o simbolismo da comida no Brasil*. Correio da Unesco, ano 15, n. 7, jul.
- DEBERT, Guita G. 1986. “*Problemas relativos à utilização da história de vida e história oral*”. IN: CARDOSO, Ruth (org.). A aventura antropológica. São Paulo: Paz e Terra.
- DEBERT, Guita. 2004. “*Ética e as novas perspectivas da pesquisa antropológica*”. VICTORIA, Ceres et al. Antropologia e Ética. O debate atual. Rio de Janeiro: EdUFF.
- DIEGUES, Antônio Carlos. 2005. *Aspectos Sócio-Culturais e e Políticos do Uso da água*. Texto publicado no Plano Nacional de Recursos hídricos – MMA.
- DOSSE, Francois. 2012. *A história*. São Paulo: Unesp.
- DRAWIN, Carlos Roberto. 2011. *O paradoxo antropológico da violência*. ROSÁRIO, Buciano Ângela (orgs). Minas Gerais: EDUEME.
- DUSSEL, Enrique. 2016. *Transmodernidade e Interculturalidade: Interpretação a partir da filosofia da libertação*. Revista Sociedade e Estado, vol. 31, num. 1, jan/abril, 51-73.
- DURHAM, Eunice Ribeiro. 1983. *Família e reprodução humana*. In FRANCHETTO, B.; CAVALCANTI, M. L. V. C.; HEILBORN, M. L. (org.). 1983. Perspectivas antropológicas da mulher, vol. 3. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- EMMI, Marília Ferreira. 2010. *A Amazônia como destino das migrações internacionais do final do século XIX ao início do século XX: o caso dos portugueses*. Trabalho apresentado no XVII. Encontro Nacional de Estudos populacionais, ABEP, realizado em Caxambu – MG – Brasil, 20 a 24 de setembro.
- EVANS-PRITCHARD. E.E. 1978. *Os Nuer: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota*. São Paulo: Perspectiva.
- IANNI, Aurea Maria Zolner. *Entre o biológico e o social*. Um estudo sobre os congressos Brasileiros de epidemiologia, 1990 – 2002. Revista Bras. De Epidemiologia. 11(1) 24- 42.
- FAULHABER, Priscila. 2001. “*A fronteira na antropologia social: as diferentes faces de um problema*”. BIB: Revista Brasileira de Informação em Ciências Sociais, v. 51, 105-125.
- FAUSTO, Boris. 2009. *O crime do restaurante chinês: Carnaval, futebol e justiça na São Paulo dos anos 30*. São Paulo: Companhia das Letras.
- FONTES, Edilza Joana de Oliveira. 2013. *Cultura e Política dos anos trinta no Brasil e memórias do interventor do Pará, Magalhães Barata (1930- 1935)*. Revista Estudos Históricos, n. 7.
- FOUCAULT, Michel. 1996. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola.
- _____. 2004. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes.

- _____. 2008. *Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- FREHSE, Fraya. 2011. *Ô da rua: o transeunte e o advento da modernidade em São Paulo*. São Paulo: Edusp.
- FREYRE Gilberto. 1933. *Casa-grande & senzala*. Rio de Janeiro: Schmidt, 1933.
- _____. 1936. *Sobrados e mucambos*. 1.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- GEERTZ, Clifford. 2008. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC.
- _____. 2001. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis: Vozes.
- GINZBURG, Carlo. 2006. *O queijo e os vermes: O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras.
- GODOY, Maria G. Ghiuzzi. 2004. *Os desafios da antropologia em favor da interdisciplinaridade*. Tempo e Memória, ano 2, n. 2. Rio de Janeiro – julho Antropologia, p. 21-32.
- GOFFMAN, Erving. 1988. *Estigma – notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.
- GOFFMAN, Erving. 2011. *Ritual de interação: ensaios sobre o comportamento face a face*. Tradução Fábio Rodrigues Ribeiro da Silva. Petrópolis: Vozes, 2011.
- COGO, Denise. 2015. *Internet e redes migratórias transnacionais: narrativas da diáspora sobre o Brasil sobre o Brasil como país da imigração*. Revista Sob Novos Olhares – vol. 4. N. 1, 91-104.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. 2009. *O patrimônio como categoria de pensamento*. In: ABREU, Regina e CHAGAS, Mário. *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Lamparina.
- GONÇALVES, José Reginaldo. 2005. *Ressonância, Materialidade e Subjetividade: as culturas como patrimônio*. In: Horizontes Antropológicos, vol. 11, n. 23
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. 2007. *Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônio*. Rio de Janeiro.
- GUIMARÃES. Luiz Antônio Valente. 2016. *De Chegadas e Partidas: Migrações Portuguesas no Pará (1800-1850)*. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em história Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará.
- GUPTA, A e FERGUNSON, James. 2000. *Mais além da cultura: espaço, identidade e política da diferença, O Espaço da Diferença* (org. ARANTES, A. A.), Campinas: Papius.
- HEINZ. Flávio M. 2011. *História Social das Elites*. São Leopoldo: Oikos.
- HANNERZ, Ulf. 1997. *Fluxos, Fronteiras, Híbridos: Palavras –chave da antropologia transnacional*. Revista Mana, 3(1), 3-39.
- HARTMANN, Luciana. 2005. *Performance e experiência nas narrativas orais da fronteira entre Argentina, Brasil e Uruguai*. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre - UFRGS, v. 11, n.24, p. 125-153.
- HONNETH, Axel. 2003. *“Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais”*. São Paulo: Editora 34.
- JÚNIOR, Luiz Tavares. 1986. *Literatura de Cordel e Cangaço*. Ver. De Letras, Fortaleza, 11 (2): Jul./ dez.
- LACERDA, Franciane Gama. 2010. *Migrantes cearenses no Pará: faces da sobrevivência (1889-1916)*. Belém: Ed. Açai.
- LANGDON, E.J. 1993. *“O dito e o não dito”*; Reflexão sobre narrativas que famílias de classe média não contam. Estudos Feministas, n. 1: 155-158.
- LAPOUBLE, Oscar Martin Mesones; SANTELLI, Ana Carolina Faria e Silva; JUNQUEIRA, Maria Imaculada Muniz. 2015. *Situação epidemiológica da malária*. Revista Panam Salud Pública 38 (4), 300-306.

LEÃO, Dione do Socorro de S. 2009. *Revivendo nossa história: um estudo sobre os bairros de Breves*. Belém: Poligráfica.

_____. 2014. *O Porto em narrativas: Experiências de Trabalhadores, moradores e frequentadores da área portuária de Breves-Pa (1940-1980)*. Dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia - Universidade Federal do Pará.

LE GOFF, Jacques. 2012. *História e Memória*. São Paulo: Editora da Unicamp.

LÉVI-STRAUSS, Claude. 1982. *As estruturas elementares do parentesco*. Petrópolis: Vozes.

LEVI, Maria Stella Ferreira. 2009. *A escolha do cônjuge*. Ver. Bras. Est. Rio de Janeiro, v. 26, n. 1, p. 117.

LIMA, Maria Andrade. 2003. *Alquimia, Ocultismo, Maçonaria: o ouro e o simbolismo hermético dos cadilhos (séculos XVIII e XIX)*. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér. V. 8/9, p. 9-54

LINS, Wagner. *A mão e a luva: Judeus Marroquinos em Israel e na Amazônia; similaridades e diferenças na construção de identidades étnicas*. Tese de doutorado apresentada ao programa de Língua Hebraica, Literatura e Culturas Judaicas, da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências humanas da Universidade de São Paulo, 2010.

MACHADO, Igor José de. 2014. *Valadares em família: Experiências etnográficas e deslocamentos*. Brasília-DF: ABA.

MALINOWSKI, B. 1984. *“Argonautas do Pacífico Ocidental”*. São Paulo: Abril Cultural, 3ª edição.

_____. 1997. *“Um diário no sentido estrito do termo”*. Rio de Janeiro: Record.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. 2002. *“De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana”*. Revista Brasileira de Ciências Sociais vol. 17 n.49: 11-166.

MARANHÃO, José Luiz de Souza. 1998. *O que é morte*. São Paulo: Brasiliense, 1998.

MARCUS, G.; CUSHMAN, D. 1982. *Ethnography as texts. Annual Review of Anthropology*, 11.

MARCUS, George E. 2011. *Etnografía en/del sistema mundo. El surgimento de la etnografía multilocal*. Revista Alteridades 11(22): 111-127.

MARTINS, Cyntia Carvalho. 2012. *Os deslocamentos como categoria de análise: garimpo, lugar de se passar; roça, onde se fica e o babaçu nossa poupança*. Manaus: Universidade do Estado do Amazonas.

MARIN. Rosa, Acevedo. 1995. *As alianças matrimoniais na alta sociedade paraense no século XIX*. In: Revista Estudos Amazônicos, n. 15, São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (IPEUSP).

MAUSS, M. 2003. *Ensaio sobre dádiva*. In: Sociologia e Antropologia. São Paulo: Cosac Naify.

MIGNOLO, Walter D. 2008. *Desbediência epistêmica: a opção descolonial e o significado em política*. Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, Língua e Identidade, n. 34: 287-324.

_____. 2003. *Histórias Locais/Projetos Gobais. Colonialidade, Saberes Subalternos e Pensamento Liminar*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

MILLER, Daniel. 2013. *Trecos, Troços e Coisas: Estudos antropológicos sobre a Cultura Material*. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro. Zahar.

MONTEIRO, Elson Luiz Rocha. 2012. *A Maçonaria e a campanha abolicionista no Pará 1870 -1888*. São Paulo: Madras.

MURRIETA, Rui Sérgio Sereni. 2001. *Dialética do Sabor: alimentação, ecologia e vida cotidiana em comunidades ribeirinhas da Ilha do Ituqui Baixo Amazonas, Pará*. Revista de Antropologia, São Paulo, USP, v. 44, n. 2.

- NORA, Pierre. 1993. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Revista Projeto História, São Paulo, v. 10, dez.
- OLIVEN, RUBEM George. *Antropologia e a cultura brasileira*. BIB, rio de Janeiro, n. 27, pp. 74-88. 1º semestre.
- OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira. 2000. *Em casas térreas com alcovas: formas de morar entre os setores médios em São Paulo, 1875 e 199*. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér. Museu v. 8/9, p. 55-76 (2000-2001).
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso; BAINES, Stephen G. (orgs). 2005. *Nacionalidade e etnicidade em fronteiras*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- OLIVEIRA, R. C. D. 2000. *O trabalho do antropólogo*. São Paulo: UNESP.
- OLIVEIRA, Luis Cardoso de Oliveira. 1996. *Ensaaios Antropológicos sobre moral e ética*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- PACHECO, Agenor Sarraf. 2000. *En el Corazón de la Amazonía: Identidades, Saberes e Religiosidades no Regime das Águas Marajoaras*. Tese de Doutorado em História Social. São Paulo.
- _____. 2010. *A conquista do Ocidente Marajoara. Índios, portugueses e religiosos em reinvenções históricas*. In: SCHAAN, Denise Pahl; MARTINS, Cristiane Pires. Belém-Pa: Gknoronha.
- PACHECO, Sarraf Agenor; BALIEIRO, Maria Neco; CORRADI, Analaura. *Cidade-floresta na pintura da memória: teias visuais e orais em Maria Neco Baleiro*. Revista Moara – Edição 43, Jun.2015, Estudos linguísticos, 62 – 81.
- PERROT, Michelle. 2008. *Minha história da mulheres*. São Paulo: Contexto.
- PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). 2012. *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto.
- PINSKY . Carla Bassanezi (org.). 2005. *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto.
- PORTELLI, Alessandro. 2016. *História oral como a arte da escuta*. São Paulo: Letra e Voz.
- PRADO, José Erlan Peixoto; COELHO, Renata (orgs). *Migrações e Trabalho*. Brasília: Ministério Público do Trabalho.
- PRATT, Mary Louise. 1999. *Os olhos do império*. São Paulo: Ed. EDUSC.
- PERALTA, Elsa. 2007. *Abordagens teóricas ao estudo da memória social: Uma resenha crítica*. Arquivos da Memória: Antropologia, Escala e Memória n. 02 (nova série): 4-23.
- PRICE, Richard. 1983. *“First Time. The historical Vision of an Afro-American People”*. Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press.
- PEIRANO, M. 1995. *A favor da etnografia*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- _____. 2008. *Etnografia, ou a teoria vivida*. In Revista Ponto Urbe, 2, fevereiro: 1-11.
- _____. 2014. *Etnografia não é método*. Horizontes Antropológicos. Porto Alegre, Ano 20, n. 42, jul/dez: 1-14.
- PEIXOTO, João. 2004. *As teorias explicativas das migrações: teorias micro e macro – sociológicas*. Lisboa: Socius.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. 2002. *Além das fronteiras*. In MARTINS, Maria Helena (org.). *Fronteiras culturais – Brasil, Uruguai, Argentina*. Cotia, SP: Ateliê editorial.
- POLLAK. Michel. 1992. *Memória e Identidade*. Estudos Históricos, rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-2012
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. 2008. *“Relatos Oraís: Do indizível ao dizível. Experimentos com histórias de vida (Itália/Brasil)”*. In: LUCENA, Célia Toledo et al (org.). *Pesquisa em ciências sociais: Olhares de Maria Isaura Pereira Queiroz*. São Paulo: CERU.
- RAMOS, Alcida Rita. 1992. *“O antropólogo como ator político”*. In: A. A. ARANTES; G. RUBEN; G. DEBERT (Orgs.). 2004. *“Desenvolvimento e Direitos humanos. A responsabilidade do antropólogo”*. Campinas: Editora da Unicamp.

- REVEL, Jacques (Org.). 1998. *“Jogos de escala: a experiência da microanálise”*. Rio de Janeiro: FGV.
- _____. 2010. *“Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado”*. Revista Brasileira de Educação, v. 15, n. 45.
- RIZZINI, Irma et al (org.). 1999. *“Pesquisando: Guia de Metodologias de Pesquisa para Programas Sociais”*. Rio de Janeiro: USU Ed. Universitária.
- ROMANELLI, Geraldo. Paternidade em famílias de camadas médias. In Estudos e Pesquisas em Psicologia, UERJ, Rio de Janeiro, ano 3, n. 2, setembro/2003.
- SAADA, Fravet. 2005. *Ser afetado*. Cadernos de Campo n. 13: 155-161.
- SAYAD, Abdelmalek. 1998. *Imigração ou os paradoxos da alteridade*: São Paulo: Edusp.
- SAHLINS, M. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- SAMAIN, Etienne. 1991. *“Ver” e “Dizer” na tradição etnográfica: Bronislaw Malinowski e a fotografia*. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 1, n. 02. Jul/set: 23-60.
- SAMARA, Eni de Mesquita. 1989. *As mulheres, o poder e a família*. São Paulo: Marco Zero/Secretaria de Estado da Cultura.
- SEYFERTH, Giralda. 2011. *A dimensão cultural da imigração*. R.B.C.S, vol. 26 nº 77, outubro – 48-62
- SILVA, G. 2012. *Os antropólogos devem, sim, falar de biologia. A contribuição de Tim Ingold para uma reflexão sobre o darwinismo hoje*. In: Steil, C. & Carvalho, I. C. (orgs). *Cultura, Percepção. Diálogos com Tim Ingold*. São Paulo: Terceiro Nome.
- SILVA, Sidney Antônio da (Org.). 2012. *Migrações na Pan-Amazônia: fluxos, fronteiras e processos socioculturais*. São Paulo: Hucitec; Manaus: Fepeam.
- SIMMEL, G. *O estrangeiro*. 1990. MORAES FILHO, E. (Org.). Sociologia. São Paulo: Ática.
- HALL, Stuart. 2000. *Quem precisa da identidade*. SILVA, Thomas Tadeu. *Identidade e Diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais*. RJ: Vozes.
- SILVA, Vagner Gonçalves da. 2000. *O antropólogo e sua magia*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- _____. 1997. *Nos bastidores da pesquisa campo. Bronislaw Malinowski. Um diário no sentido estrito do termo*. Rio de Janeiro: Record.
- SPRANDEL, Marcia Anita. 2015. *Marcos legais e políticas migratórias no Brasil*. In: SPRANDEL, Marcia Anita; DIAS, Guilherme Mansur. 2009. *Estratégias Locais e Escalas Globais: Uma articulação necessária*. Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana (REMHU) Ano XVII, n. 32: 166-176.
- SPRANDEL, Maia; DIAS, Guilherme Mansur. 2009. *Mobilidade humana e novas territorialidades no contexto Amazônico*. Revista Democracia Viva, 41. Jan.
- SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. 2005. *Questões de Fronteira: Sobre uma antropologia*. *Novos Estudos*, n. 72, mês jul: 119-135
- SCOTT, Ana Silvia. Volpi. 2002. *O avesso e o direito: concubinato e casamento numa comunidade do noroeste de Portugal*. Paidea 12 (22), 39-56.
- SECRETO, Verônica. 2007. *Soldados da borracha: Trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- THOMPSON, E. P. 1998. *Costumes em comum: Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras.
- _____. 1997. *Senhores e caçadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- TRUZZI, Osvaldo Marcos. 2012. *Padrões de nupcialidade na economia cafeeira (1860-1930)*. Ver. Bras. Est. Pop.. Rio de Janeiro, v. 29, n.1. p. 169- 189, Jan/ Jun.
- TSING, Anna Lowenhaupt. 2005. *Friction: An Ethnography of Global Connection*. Princeton/Oxford: Princeton University Press.

- TURNER, Victor. 1992. *The Anthropology of Performance*. 2a. ed. New York: PAJ Publications.
- VENSON, Anamaria Marcon; PEDRO, Joana Maria. 2012. *Memórias como fonte de pesquisa em antropologia*. Revista História Oral (Rio de Janeiro), v. 15: 125-139.
- WAGNER, Roy. 2012. “*A invenção da cultura*”. São Paulo: Coisaf Naif.
- WACQUAT, L. 2006. “*Seguindo Pierre Bourdieu no campo*”. Revista de Sociologia Política, Curitiba, 26, jun. p. 13-29.
- WEINSTEIN, Bárbara. 1993. “*A borracha na Amazônia: Expansão e decadência (1850-1920)*”. São Paulo: Hucitec.
- WEBER, Max. 2009. “*Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*”. Trad. Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. 4ª Ed. Brasília, Ed. Universidade de Brasília. Vol. I.
- WIESER, Hans Peter. 2009. *A produção discursiva da moral no gênero fofoca: elementos para uma descrição micro e macrossocial da conversação cotidiana*. Tese de mestrado do curso de pós-Graduação em linguística da Universidade Federal do Ceará, 2009.
- WOLF, Cristina Scheibe. 1999. *Mulheres da Floresta. Uma história. Alto Jurá, Acre (1890-1945)*. São APulo: Hucitec.
- ZALUAR, Amelia. 2007. Construtores do imaginário: os arquitetos sem diploma. *Textos escolhidos de cultura e arte populares*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 133-138.

Sites da internet:

<https://www.heraldrysintitute.com/cognomi/Port/Spain/idc/622486/lang/pt/> acesso em 09/04/2017

<https://www.dicionariodenomespropios.com.br/anna/> acesso 09/04/2017

(<https://cidades.ibge.gov.br/painel/fotos.php?lang=&codmun=210830&search=||-fotos/>) 03/05/2017.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8935.htm Acesso 08/02/2016

<http://expresso.sapo.pt/sociedade/2017-07-03-Tudo-o-que-tem-de-saber-sobre-a-nova-lei-de-nacionalidade#gs.s5U8GYQ> – acesso 25/07/2016

<http://expresso.sapo.pt/sociedade/2017-07-03-Tudo-o-que-tem-de-saber-sobre-a-nova-lei-de-nacionalidade#gs.s5U8GYQ>

<http://expresso.sapo.pt/sociedade/2017-07-03-Tudo-o-que-tem-de-saber-sobre-a-nova-lei-de-nacionalidade#gs.s5U8GYQ>

(http://www.carmobelem.org.br/conteudo_fixo/detalhe/39/nossa-historia).

ANEXOS:

1. TABELAS

Tabela 04 - Casamentos entre nordestinos e naturais da região 1890-1889

Período Local	Noivo/Idade/nat./ocupação	Filiação	Noiva/Idade/Nat /Ocupação	Filiação
1890 Cidade de Breves	José Pereira da Silva – 24 anos/cidade de Breves/Ceará	Pai: Manoel Pereira da Silva Mãe: Maria Antônia da Conceição.	Maria Judith Barros – 1º distrito de Breves (sem idade).	Não foi possível ler o nome dos pais.
1891 Cidade de Breves	Raimundo Luiz Gonzaga – 26 anos/rio Jupatituba/Ceará	Pai: Raimundo José dos Santos (inexiste o nome da mãe).	Rosa Lysa da Costa (sem idade) /rioJupatituba	Pai: José Miguel da Costa.
1892 1º Distrito judicial de Breves	João Pedro de Almeida Filho – 24 anos/Ceará/lavrador	Pai: João de Almeida. Mãe: Cariolanna de Jesus	Dalphina Maria Engracias (sem idade e local) natural do Estado	Sem filiação
1892 Cidade de Breves	Manoel Francisco Nogueira - 25 anos/Ceará/cidade de Breves/lavrador	Pai: Francisco Nogueira (inexiste o nome da mãe).	Joaquina Rosa de Azevedo – 21/cidade de Breves anos/costureira	Pai: Joaquim de Azevedo/Breves Mãe: Maria Serrão de Azevedo/Breves
1893 Cidade de Breves	Domingos Ferreira da Silva – 27 anos/Ceará/cidade de Breves	Pai: Calixto José Pereira /Ceará Mãe: Rozalina Maria da Conceição/Ceará	Sabrina Maria da Conceição – 30 anos/ cidade de Breves	Pais incógnitos
1894 Cidade de Breves	Carmino Fecundo de Castro Menezes - 29 anos/Pernambuco/cidade de Breves/Bacharel	Pai: Domingos Fecundo de Castro Menezes Mãe: Zulmira Lucila Noronha	Zulmira Lucila Noronha Ferreira - 18 anos - natural deste Estado/cidade de Breves	Pai: João Rubesto Ferreira. Mãe: Maria Roza de Noronha Ferreira.
1894 Rio Muntunquara	Francisco Raymundo Nonato - 21 anos/Ceará	Pai: Manoel (não foi colocado sobrenome) Mãe: Rosalina Maria da Conceição.	Francisca Barbosa de Barros - 16 anos de idade, da cidade de Santana dos Breves.	Mãe: Thereza de Jesus Pantoja (inexiste o nome do pai).
1894 Cidade de Breves	Raymundo Gonçalves da Costa - 22 anos/Ceará/rio Batata/lavrador	Pai: Manoel Gonçalves da Costa (inexiste o nome da mãe).	Valentina (não foi colocado sobrenome) 17 anos, deste Estado – rio Jaburuzinho /lavradora	Pai: Manoel Ferreira (inexiste o nome da mãe).
1895 Rio Laguna	Francisco Pereira da Silva – 20 anos /Ceará/comerciante	Pai: Raimundo Pereira da Silva Mãe: Joana Chaves da Cunha	Luzia de Souza e Silva 16 anos/ cidade de Breves - rio Muntunquara	Mãe: Caetana Rodrigues da Silva (inexiste o nome do pai).
1896 Cidade de Breves	João Fortuoso da Silva – 25 anos/Ceará	Pai: Fortunato Ferreira Braga Mãe: Antônia Maria de Jesus	Erminia Tarcila de Carvalho – 18 anos/Breves residente rio	Pai: Firmino Antônio de Carvalho (inexiste o nome da mãe).

			Curumu.	
1897 1º Distrito Judiciário de Breves (rio Companhia)	Joaquim Ferreira Cavalcante - Ceará	Pai: Claudiano Ferreira Cavalcante (inexiste nome da mãe).	Laurinda Maria Castro	Sem registro de pai e mãe.
1897 Rio Curumu	Geraldo Cavalcanti - 20 anos/Ceará/sgtº de infantaria do Estado	Pai: Bacharel Manoel Joaquim Cavalcanti de Albuquerque Mãe: Felícia Cavalcante de Albuquerque	Tereza Cabral – 17 Anos/natural deste Estado, residente no rio Companhia	Mãe: Emilia Cabral do Nascimento Alves (inexiste nome do pai).
1897 Rio Bahiano	Policarpo de Souza Silva – 23 anos/deste Estado.	Mãe: Ana Felícia de Souza(inexiste o nome do pai).	Maria Alves Maia- 16 anos/Ceará	Pai: Delfino Alves Maia Mãe: Maria Leomilia Pinheiro
1897 1º Distrito Cidade de Breves	Damião Ferreira de Lima - 20 anos/Ceará.	Pai: José Vicente de Lima Mãe: Inocência Maria da Conceição	Virginia Braga – 16 Anos/Cidade de Breves	Pai: Feliciano Rodrigues Braga (inexiste o nome da mãe)
1897 1º Distrito Cidade de Breves	Manoel Berthuldo de Noronha/Ceará	Mãe: Maria Lina da Conceição (inexiste nome do pai).	Maria Alho França –17 anos/deste Esta-do rio Companhia	Pai: Manoel Joaquim de França (inexiste nome da mãe).
1897 1º Distrito Cidade de Breves	Henrique Gama da Silva - 21 anos/Ceará	Pai: Cipriano Gomes de Araújo Mãe: Luzia Maria da Conceição	Rosa Ferreira de Moraes, 14 anos/ natural da cidade de Breves Breves.	Pai: Faustino Ferreira de Moraes (inexiste nome da mãe).
1897 1º Distrito Cidade de Breves	Francisco Félix Balieiro, solteiro, 20 anos/natural da cidade de Breves.	Pai: Manoel Nebias Balieiro Mãe: Laura Lima de Moraes.	Amélia França, 15 Anos/Ceará.	Mãe: Maria Lemos de Farias (inexiste o nome do pai).
1897 Rio Jupatiba	Francisco Justino do Nascimento, 25 anos/Ceará.	Pai: Manoel Alves de Araújo (inexiste o nome)	Balbina Ferreira da Costa, 17 anos/ deste município	Mãe: Antônia de Brito (inexiste o nome do pai).
1897 Rio Jupatiba	João Moreira de Oliveira, 22 anos/Ceará.	Pai: Joaquim Moreira de Oliveira. Mãe: Ângela Maria da Conceição de Oliveira.	Ursulina Maria Ferreira 21 anos/ desta Breves.	Silvéria Maria Ferreira (inexiste o nome do pai).
1898 Furo do Gil	Manoel Olímpio Martins, 21 anos/ Rio Grande do Norte.	Pai: Manoel Olímpio Martins Mãe: Maria da Conceição	Antônia Furtado de Souza, 15 anos/ deste Estado/Furo do Gil.	Mãe: Antônia Furtado de Souza (inexiste nome do pai).
1898 1º Distrito Cidade de Breves	Manoel Ferreira dos Santos, 26 anos/Maranhão	Mãe: Francisca do Espírito Santo (inexiste o nome do pai)	Caetana Maria de Azevedo, 16 anos/ desta cidade.	Pai: Manoel Joaquim de Azevedo. Mãe: Maria Serrão de Azevedo.

1898 1º Distrito Cidade de Breves	Belmiro Alves da Silva, 25 anos/Ceará/Extrator de Goma Elástica	Mãe: Maria da Conceição (inexistente o nome do pai).	Anna Melânia da Trindade, 25 anos/desta cidade.	Pai: Alexandrino Maria da Trindade (inexistente o nome da mãe).
1889 1º Distrito Cidade de Breves	Raimundo Lopes da Silva, 35 anos/Ceará /lavrador.	Pai: Anastácio José da Silva Mãe: Rosalina Maria de Jesus	Ana Ferreira Lobo, 16 anos/desta cidade cidade.	Pai: Leopoldino Ferreira Lacerda Lobo (inexistente o nome da mãe).

Fonte: Cartório de Registro Civil Matos

04 Cont. Casamentos entre nordestinos e naturais da região (1904-1959)

Período Local do casamento	Noivo /Idade/naturalidade/local de residência/ocupação	Filiação/naturalidade	Noiva/Idade/naturalidade/local de residência/ocupação	Filiação/naturalidade
1904 Rio Itaquara	João Freire Capiberibe/25 anos/Rio Grande do Norte	Pai: Antônio Freire Capiberibe Mãe: Floja Maria de Almeida	Raquel de Freitas/22 anos/deste Estado/rio Itaquara	Pai: José Alexandre de Maria Mãe: Marianna de Freitas
1912 Cidade de Breves	Evaristo Francisco Serra/34 anos/Maranhão/cidade de Breves empregado no comércio	Pai: Inocêncio Serra. Mãe: Gaudência Garcia Serra.	Anastácia Cristina de Mello/24 anos/cidade de Breves	Mãe: Anastácia Cristina de Mello (inexistente o nome do pai).
1914 Rio Jaburuzinho	Antônio Fellipe Balieiro/38 anos/rio companhia/lavrador	Pai: Jacinto Ayres Balieiro	Maria do Carmo Lúcia/22 anos /Pernambuco/rio Jaburuzinho	Mãe: Amélia do Carmo Lúcia
1914 Rio Jaburuzinho	Raimundo Gomes da Silva/29 anos/Maranhão/lavrador	Nome dos pais não mencionados	Maria Agostinha de Almeida 21 anos/deste Estado – rio Jaburuzinho	Nome os pais não mencionados
1914 Rio Buissú (noivo)	Ramiro Moreira de Oliveira/18 anos/rio Buissú/lavrador	Pai: Luiz José Moreira Mãe: Idalina Ferreira de Oliveira	Maria Lopes da Silva/18 anos/Ceará residente no rio Buissú	Pai: Antônio de tal Mãe: Tereza de tal
1914 Rio Macacos	Firmino Rodrigues de Inajosa/28 anos/Ceará /artista	Pai: José Rodrigues Inajosa Mãe: Maria Inajosa	Maria Rodrigues de Souza/21 anos/rio Macacos /doméstica	Mãe: Seraphina Valente de Souza
1915 Rio Jaburu	Avelino Antônio Ladislau/26 anos/deste Estado/rio Jaburu	Pai: Manoel Lourenço Ladislau Mãe: Maria de Nazaré da Ponte Leite	Francisca Bernarda do Nascimento/18 anos/Ceará/rio Jaburu/Serviços domésticos	Pai: Zacharias Antônio do Nascimento Mãe: Brígida Ferreira do Nascimento
1915 Rio Batata	Manoel José Ferreira/24 anos/Paraíba/rio Batata/lavrador	Pai: Laurindo Serafim Ferreira/Paraíba Mãe: Francisca Maria da	Francisca Ana de Oliveira/ 21 anos/rio Batata/serviços domésticos	Pai: Manoel Ferreira de Oliveira/rio Batata Mãe: Sancha Gomes de Oliveira

		conceição/Paraíba		– rio Batata (falecida).
1918 Cidade de Breves	Francisco Firmo de Miranda/ 47 anos/Ceará/cidade Breves comerciante e agricultor	Pai: Antônio Florêncio de Miranda /Ceará Mãe: Constância de Salles Miranda/Ceará	Clara Bittencourt Filha/27 anos/desta cidade/serviços domésticos	Pai: Gerônimo Antônio Bittencourt Mãe: Clara Maria Bittencourt
1920 Cidade de Breves	Francisco Firmo de Miranda/48 anos/Ceará/cidade Breves/ Comerciante e Agricultor	Pai: Antônio Florêncio de Miranda/Ceará Mãe: Constância de Salles Miranda/Ceará	Anna de Moura Ferreira/18 anos/cidade de Breves/ Serviços Domésticos	Mãe: Josephina de Moura Pereira/cidade de Breves Pai: Estanislau Batista Pereira
1920 Rio Macacos	Francisco Chagas da Cunha/33 anos /Ceará/rio Macacos/Lavrador	Pai: José Florêncio da Cunha/Ceará Mãe: Isabel Amélia da Cunha/Ceará	Joana Beninda de Oliveira/26 anos/rio macacos/serviços domésticos	Mãe: Bárbara Maia Prata/rio Macacos
1921 Cidade de Breves	Capitão Mário Othão Bacellar/rio Tauaú/48 anos/Maranhão/Proprietário	Pai: Coronel Antônio Francisco de Araújo. Mãe: Anna Lobo da Silva	Anna Lobo da Silva/38 anos/viúva/igarapé Bexiga	Pai: Leopoldino Ferreira Lobo
1921 Cidade de Breves	Rodolpho Martins de Lima/41 anos/Igarapé Miry /comerciante	Mãe: Catharina Freitas de Lima	Maria Pinheiro Martins/21 anos/Rio Grande do Norte/Serviços Domésticos	Pai: José Joaquim da Silva
1922 Furo Aturiá	Antônio Freitas de Lima/28 anos/Ceará/furo Aturiá/lavrador	Pai: Joaquim Victor de Lima/Ceará Mãe: Joana Herculana de Lima/Ceará	Maria Garrido Martins/17 anos/cidade de Breves/prendas domésticas	Pai: Narciso Garrido Martins/cidade de Breves
1922 Mututi	João Freire Capiberibe/25 anos/Rio Grande do Norte/Ituquara	Pai: Antônio Freire Capiberibe/Rio Grande do Norte Mãe: Floja Maria de Almeida/Rio Grande do Norte	Rachel de Freitas/22 anos/Ituquara	Pai: José Alexandre de Maria Mãe: Marianna de Freitas
1923 Rio Curumu	Venâncio Alves Leão/29 anos/rio Curumu/comerciante	Pai: Venâncio Alves de Leão Mãe: Ângela Rodrigues de Leão	Faustina Alves de Figueiredo/18 anos/Ceará	Mãe: Maria Alves de Figueiredo
1924 Rio Macacos	José Fortunato do Carmo/62 anos/viúvo/Ceará/ rio Macacos/ Proprietário	Pai: José Felício do Carmo Mãe: Cimciamis Maria do Carmo	Catharina do Nascimento Barbosa/rio Angelim/prendas domésticas	Pai: Emygdio do Nascimento Barbosa Mãe: Benvinda do Nascimento Barbosa
1925 Cidade de Breves	Manoel Carneiro da Silva/22 anos/Ceará/rio Mutuacá/ lavrador	Pai: Honório José Carneiro/Ceará Mãe: Josepha Benjamim Carneiro/Ceará	Raimunda Ferreira da Silva/16 anos/rio Pracaxi/ocupação doméstica	Pai: Levindo Ferreira de Carvalho Mãe: Antônia do Nascimento Veiga

1925 Ituquara	Theophilo Alves de Moraes/28 anos/Ceará/rio Ituquara/emprego do no comércio	Pai: Ludgério Alves Bezerra /Ceará Mãe: Raimunda Alves de Moraes/Ceará	Honorata de Souza/18 anos/18 anos/natural deste Estado/rio Ituquara/serviços domésticos	Pai: Francisco José de Souza Mãe: Cosma Maria de Jesus
1926 Ituquara	Manoel Soares da Silva/34 anos/Paraíba/rio Ituquara	Pai: Firmino Soares da Silva Mãe: Maria Humbellina Soares	Filomena Alves dos Santos/18 anos/deste Estado/serviços domésticos	Pai: José Joaquim Alves dos Santos Mãe: Mimessima Campos dos Santos
1926 Cidade de Breves	Pedro da Costa Barros/48 anos/Ceará/rio Macacos /agricultor	Pai: Miguel da Costa Barros Mãe: Joana Baptista Barros	Aurea Gomes Furtado/19 anos/rio Macacos/ocupações domésticas	Mãe: Marcília Marques Santos
1927 Cidade de Breves	José dos Santos Bilio/26 anos/Maranhão/cidade de Breves/Auxiliar de comércio	Pai: Severo Filomeno Bilio Mãe: Dulce Rose Pimentel	Dulce Rose Pimentel/17anos/cidade de Breves/ocupações domésticas	Pai: João da Cruz Pimentel Mãe: Elfrosina Rosa Pimentel
1928 Rio Ituquara	Jovêncio Alves dos Santos/29 anos/Ceará/lavrador/rio Ituquara	Pai: Rosendo Alves de Lima Mãe: Francisca Alves de Lima	Carina Mercês dos Santos/18 anos/deste Estado/serviços domésticos	Pai: José Joaquim Alves dos Santos Mãe: Minervina Campos dos Santos
1928 Cidade de Breves	João Passos Baptista/25 anos/Ceará/rio Jacarezinho/lavrador	Pai: João Baptista dos Passos Mãe: Beatriz Oliveira da Silva	Gertrudes Valente Barreiros/16 anos/rio Curumu/ocupações domésticas	Pai: Isidoro Barreiros Mãe: Joana Leão Barreiros
1928 Rio Ituquara	João Valentim Furtado/30 anos/Ceará/rio Ituquara/lavrador	Pai: Manoel Furtado de Melo Mãe: Maria Joaquina da Conceição	Raimunda Mathias de Araújo/16 anos/rio Ituquara/serviços domésticos	Pai: Antônio Mathias sobrinho Mãe: Raimunda Mathias do Nascimento
1929 Cidade de Breves	Júlio Cyriaco de Souza/26 anos/Rio Grande do Norte/Operário	Pai: Joaquim Cyriaco de Souza Mãe: Maria Magdalena de Souza	Graziella Gonçalves da Silva 25 anos/deste Estado/Prendas domésticas	Pai: Manoel Gonçalves da Silva
1929 Rio Ituquara	João Ferreira Filho/45 anos/cidade de Breves/Paraíba/lavrador	Pai: João Ferreira Nobre Mãe: Maria Magdalena da Conceição	Maria Mendes Soares/20 anos/rio Ituquara/serviços domésticos	Pai: Antônio Mendes Soares Mãe: Catarina Caetano de Seixas
1933 Cidade de Breves	Antônio Ferreira de Mello/27 anos/rio de Breves/diarista	Pai: Antônio Raimundo Mello	Theodósia Ferreira de Lima/21 anos/Ceará/cidade de Breves/serviços domésticos	Mãe: Saturnina Pereira de Lima
1934 Cidade de Breves	João Pereira da Costa/45 anos/Ceará/rio Jaburuzinho/lavrador	Pai: Raimundo Pereira da Costa/Ceará Mãe: Maria Madalena da	Lídia Raimunda Rodrigues/44 anos/rio Jaburuzinho	Pai: Manoel Rodrigues Mãe: Apolônia de Oliveira Rodrigues

		Costa/Ceará		
1937 São Miguel dos Macacos	José Pereira da Costa/52 anos/viúvo/Ceará/Paraíso dos Macacos/comerciante	Nome dos pais não mencionado	Architidina Pereira de Lima/23 anos/rio Pararijós/serviços domésticos	Nome dos pais não mencionado
1958 Vila Antônio Lemos	Francisco Justino Dantas/35 anos/Rio Grande do Norte/vila Antônio Lemos	Pai: Antônio Justino Dantas/Rio Grande do Norte Mãe: Luiza Alves Teixeira Dantas/Rio Grande do Norte	Luiza Alves Teixeira Dantas/28 anos/do município de Breves/serviços domésticos	Pai: João Teixeira Pinto – Ceará Mãe: Maria Alves Teixeira – Ceará
1959 Vila Antônio Lemos	Luiz Souza Rocha/21 anos/Maranhão/Vila Antônio Lemos/Motorista	Pai: Eurípedes Coelho Mãe: Eulália Viana	Elza Urbano/19 anos/rio Tajapurú	Pai: João Urbano de Almeida Mãe: Carmem Cardoso
1959 Vila Antônio Lemos	Raimundo Amorim/20 anos/Ceará/Antônio Lemos/braçal	Não mencionado o nome dos pais	Maria Balieiro Alves/27 anos/de Antônio Lemos/serviços domésticos	Pai: João Ferreira Alves Mãe: Ana Balieiro da Costa

Tabela 05 – Casamentos entre nordestinos - 1890-1927

Período Local	Noivo/Idade/naturalidade/ocupação	Filiação	Noiva/Idade/naturalidade/ocupação	Filiação
1890 Cidade de Breves	João Pereira da Rocha/22 anos/Ceará	Pai: Estevão Ferreira da Rocha Mãe: Maria Joana da Conceição	Maria Francisca de Almeida /22 anos/Ceará	Pai: João Francisca de Almeida Mãe: Francisca Cariolana de Almeida
1893 Cidade de Breves	Manoel Thomás da Silva/24 anos/Ceará	Pai: Thomás Cardoso da Silva Mãe: Alexandrina Maria da Conceição	Joana Maria de Jesus/Ceará/ Costureira	Pai: Antônio Pereira da Costa Mãe: Maria Rosa de Jesus
1894 Cidade de Breves	Joaquim Antônio Fraga/38 anos/Ceará/lavrador	Pai: Manoel Antônio Fraga	Francisca do Espírito Santo/38anos/Ceará/lavradora	Pai: Alberto Pereira da Silva Mãe: Joseana Maria da Conceição
1895 Rio Limãozinho	Manoel Moreira dos Santos/29 anos/Ceará	Pai: Francisco Pereira Mãe: Thereza Moreira	Auza Baptista dos Santos/16 anos/Ceará	Pai: Manoel do Nascimento Mãe: Carolina Baptista do Nascimento
1895 Rio Preto (noiva)	Joaquim Ferreira Cavalcante 45 anos/Ceará	Pai: Claudiano Ferreira Cavalcante Mãe: Maria da Conceição	Maria de Castro/30 anos/Ceará	Pai: Alexandre de Castro Mãe: Luzia Maria da Conceição
1896 Cidade de Breves	Francisco Carlos da Silva/25 anos/Ceará/Lavrador	Pai: Vicente Ferreira da Silva	Maria Ferreira da Costa/18 anos/Ceará	Pai: Fellipe Ferreira da Costa Mãe: Maria do Espírito Santo

1896 Cidade de Breves	Theodorico Domingos da cunha/23 anos/Ceará/	Pai: Rufino José da Cunha	Argentina Flôr da Cunha/16 anos/Ceará	
1898 Rio Limãozinho	Francisco de Andrade Botto/27 anos/ Ceará	Pai: Joaquim da Costa Botto Mãe: Francisca Maria da Conceição	Maria Herondina de Andrade/17 anos/Ceará	Pai: Francisco (não foi possível ler o sobrenome) Mãe: Etelvina
1913 Rio Jacaré Grande	Adálio Alves Pereira/23 anos/Ceará/comerciante	Pai: Antônio Alves Pereira Mãe: Cândida Maria da Glória	Isabel de Moura/15 anos/ Ceará/residente no rio Itaquara	Pai: Joaquim José de Moura Mãe: Catharina Úrsula de Moura
1918 Rio Macacos	Manoel Francisco Duarte/ 20 anos/ Paraíba/marítimo	Pai: Ignácio Duarte Mãe: Germina Maria da Conceição	Raymunda Ferreira/19 anos/Ceará/serviços domésticos	Pai: José Pereira de Souza Mãe: Maria do Carmo Ferreira
1926 Paraíso do Limão	Estêvão Moreira de Souza/ Ceará	Pais não informados	Josefina Lopes de Freitas/ 27 anos/Ceará/serviços domésticos	Pai: Antônio Lopes de Freitas Mãe: Maria da Conceição
1927 Rio Itaquara	José Joaquim Alves dos Santos/52 anos/Paraíba comerciante	Pai: Antônio Joaquim Alves dos Santos Mãe: Antônia Maria da Conceição	Menervina Campos dos Santos/42 anos /Ceará serviços domésticos	Pai: Raimundo Victoriano Campos Mãe: Bertholda Maria Campos
Década de 1920 (baseado no registro do período do livro)Rio Itaquara	Manoel Raimundo Oliveira/Ceará	Pai: Raimundo Miguel de Oliveira Mãe: Maria Cândida de Oliveira	Henriqueta Maria de Jesus/ 17 anos/Ceará	Pai: Manoel Mathias de Souza Mãe: Maria Santa Anna de Jesus
Década de 1920(baseado no registro do período do livro) Rio Itaquara	João Corrêa Nepomuceno 40 Anos/Ceará/Lavrador	Pai: Manoel Corrêa Galvão Mãe: Anna Maria Bezerra	Antunica Maria Vianna/24 anos/Ceará	Pai: Joaquim Rodrigues Vianna Mãe: Anna Vicência
Década de 1920 (baseado no registro do período do livro) Rio Itaquara	José Ferreira de Andrade/20 anos/Rio Grande do Norte/ Lavrador	Pai: André Ferreira de Andrade	Antônia Veneranda da Silva 20 anos/Ceará	Pai: Antônio Pires de Sonja Mãe: Veneranda Maria da Silva

2.FONTES ESCRITAS:

Jornais da Imprensa Paraense – pertencente ao arquivo do Projeto Revivendo nossa História (Pesquisa realizada no CENTUR em 2009).

O Estado do Pará – Domingo 09 de abril de 1939, p. 28.

O Estado do Pará – 19 de abril de 1942 – P. 06.

A Vanguarda–4 de junho de 1942.

A Província do Pará – sexta feira, 11 de março de 1949 – P.13.

A Vanguarda – terça-feira, 13 de novembro de 1951.

A Província do Pará - 12 de novembro de 1953

A Província do Pará - 25 de agosto de 1953

A Província do Pará- 27 de setembro de 1953

A Província do Pará - 05 de fevereiro de 1954.

Livros de casamentos – Cartório Civil Matos (1890-1979).

Pesquisa realizada entre janeiro a outubro de 2017.

Casamentos

Livro de casamento – (1890-1907) – cidade de Breves.

Livro 01 – Registro de casamento (1891-1895).

Livro 12 – Registro de Casamento (1891-1897) – Distrito de Curumu

Livro de casamento (1895-1900).

Livro 03 – Registro de casamento (1914-1929) – Distrito de Macacos

Livro B -5 – Registro de Casamento (1925-1938) – Distrito de São Miguel dos Macacos.

Livro B – 2 – Registro de Casamento (1912-1914) – Distrito São Miguel dos Macacos

Livro 02 – Registro de Casamento (1914-1922) – Jaburu

Livro 07 – Registro de Casamento (1922) – Mututi – Itaquara

Livro B-3 – Registro de casamento (1959) – Distrito de Antônio Lemos

Óbitos

Livro de registro de óbito – (1937-1971) – Distrito do Mapuá.

Livro de Registro de óbito – (1944-1994) – Distrito do Itaquara

Livro de Registro de óbito – (1934- 1939) – cidade de Breves.

Livro de Registro de óbito – (1949 – 1952) cidade de Breves.

Livros de Transcrição de Imóveis – Cartório de Imóveis - Dário Furtado (1871-1979)

Pesquisa realizada entre julho a outubro de 1917

3 A – 1891 - 1915

3 D – 1920 - 1924

3 E – 1924 – 1932

3 F -1932 – 1935

3 H – 3 – 1937 – 1943

3 M – 14 – 1943

03 – 1944

3 R – 1948

3 S – 1951 – 1957

3 U – 1959 – 1962

3 X – 1963 – 1964

2 A – 1976

3 AD – 1973 – 1974

3 AE – 1975 - 1979

Índice - “migrantes” encontrados nos livros de óbito e casamentos – Cartório Matos

1. Adalio Alves Pereira – Ceará – rio jacaré Grande – Distrito do Itaquara
2. Alfredo José Serfaty – 1898 (30 anos), comerciante, filho de Soter Roza Nogueira, natural desta cidade e residente na mesma.
3. Álvaro Pinto – Rio de Janeiro – Mututy do Castelo – Mututi
4. Amância Maria Divina – Ceará – cidade de Breves
5. Amélia França Balieiro – 1897 (15 anos), natural do Ceará, residente na cidade de Breves.
6. Anna Borges de Lima – 1900 (22 anos), natural do Rio Grande do Norte, residente na cidade de Breves.
7. Anna Clara da Silva Lima – 1929 (28 anos), doméstica, nasceu em 1900 em Papary Rio Grande do Norte residente na cidade de Breves.
8. Anna Isabel Alho – 1898 (26 anos) natural do Ceará, residente na cidade de Breves.
9. Antônia Veneranda da Silva – Ceará – rio Itaquara
10. Antônio Alves Pereira – Ceará – rio Jacaré Grande – Distrito do Itaquara
11. Antônio Alves Pinto – Ceará – Antônio Lemos
12. Antônio André de Oliveira – 1925 (testemunha), comerciante, natural de Portugal – residente no rio Macacos.
13. Antônio Augusto da Costa – Portugal – rio Boiussu
14. Antônio Campos de Sá Pereira – Ceará – rio Limão – Distrito do Aramã
15. Antônio Cândido da Silva – Portugal – rio Macacos
16. Antônio Fellipe Balieiro – Pernambuco – rio Jaburuzinho
17. Antônio Fragal – Ceará – cidade de Breves
18. Antônio Freitas de Lima – Ceará – rio Aturiá
19. Antônio Germano Pereira - 1898 (22 anos) lavrador, natural do Rio Grande do Norte e residente no 1º distrito da cidade de Breves.
20. Antônio Gomes da Silva – Portugal – São Miguel – rio Macacos
21. Antônio Joaquim do Nascimento – Ceará – Mapuá
22. Antônio Joaquim Lopes –, natural de Portugal residente no rio Socó – Curumú
23. Antônio José de Barros Júnior – 1929 (37 anos), comerciante e proprietário, nasceu em 1892 em Finaféll Província do Douro – Portugal, residente na cidade de Breves.
24. Antônio Manoel de Oliveira – Ceará – Antônio Lemos
25. Antônio Moreira de Souza – 1898 (30 anos), lavrador, natural do Ceará, residente na cidade de Breves.
26. Antônio Nunes – Portugal – rio Parauacá – 1º distrito de Breves
27. Antônio Nunes – Portugal (Melgaço).
28. Antônio Vicente da costa – Ceará – Lago do Jacaré – Mapuá
29. Antunica Maria Vianna – Ceará – rio Itaquara

30. Auza Batista do Nascimento – 1895 (16 anos) natural do Ceará, residente no rio Limãozinho.
31. Balbino Campos – Ceará – rio Limão – Distrito do Aramã
32. Beatriz Silva de Mello – Ceará – rio Macacos
33. Belmiro Alves da Silva – 1899 (25 anos) extrator de goma elástica, natural do Ceará e residente no 1º distrito de Breves.
34. Cândida Maria da Conceição – 1898 (26 anos), lavradora, natural do Ceará e residente na cidade de Breves.
35. Cândida Maria da Glória – Ceará – rio Jacaré Grande – Distrito do Itaquara
36. Carmina Cardoso de Freitas – 1892 (16 anos) natural do Ceará, residente no 2º distrito de Breves.
37. Carmino Fecundo de Castro Menezes – Pernambuco – cidade de Breves
38. Cipriano Rodrigues Maia – 1947 (68 anos) Paraíba – Jacarezinho – Curumú
39. Constantino Martins Félix – 1959 (68 anos) natural de Portugal residente na Vila Amélia - Mapuá
40. Damião Ferreira de Lima – 1896 (20 anos) natural de Pracuru no Ceará, residente no rio Curumu.
41. Dezidério Fortunato do Carmo – Ceará – rio Macacos
42. Dirceu Xavier Nobre – 1944 (58 anos) comerciante, natural do Rio Grande do Norte – residente no rio Curumú – distrito do Itaquara
43. Domingos Ferreira da Silva – Ceará – cidade de Breves
44. Domingos Luiz da Costa – Ceará
45. Eduardo Pereira Rocha – Portugal – rio Macacos
46. Esiquiel Alves de Souza – 1898 (27 anos) natural do Rio Grande do Norte, residente no Furo do Gil.
47. Estanislau Batista Pereira – 1899 (30 anos) artista, natural do Rio Grande do Norte, residente no 1º distrito de Breves.
48. Evaristo Francisco Terra – Maranhão – rio Macacos
49. Ezequiel José dos Santos – 1900 (24 anos), lavrador, natural do Rio Grande do norte, morando provisoriamente neste município.
50. Faustina Alves de Figueiredo – Ceará – Boca do Cururmu – Itaquara
51. Firmino Rodrigues de Inajosa – Ceará – rio Macacos
52. Fortunato Athias – Marrocos – lugar Livramento do Itaquara
53. Francisca Bernarda do Nascimento – Ceará – rio Jaburu
54. Francisca Chaves de Souza – 1898 (28 anos) natural de Fortaleza, Ceará, residente no lugar Formosa do Furo do Gil.
55. Francisco Amâncio da Silva – Rio Grande do Norte – cidade de Breves
56. Francisco Corrêa da Cunha – Portugal – rio Macacos
57. Francisco Corrêa da Silva – Portugal – rio Macacos
58. Francisco de Andrade Botto – 1898 (27 anos) natural de Sobral – Ceará, residente no rio Limãozinho.
59. Francisco de Souza Lima – 1892 (21 anos) natural do Ceará, residente no 2º distrito de Breves.

60. Francisco Domingos da Silva – 1976 (83 anos), natural do Ceará – Igarapé Pau de Rosa - Mapuá
61. Francisco Evangelista Medeiros – Paraíba – lugar Liverpool – Tajapuru
62. Francisco Firmo de Miranda – Ceará – cidade de Breves
63. Francisco Justino Dantas – Rio Grande do Norte – Antônio Lemos
64. Francisco Justino Dantas – Rio Grande do Norte – Antônio Lemos
65. Francisco Justino do Nascimento – 1897 (25 anos) natural do Ceará, residente no 1º distrito de Breves.
66. Francisco Neto da Silva – Portugal – Santa Terezinha – Itaquara
67. Francisco Pereira da Silva - 1894 (20 anos) comerciante, natural do Ceará, residente no rio Muntunquara.
68. Francisco Raimundo Nonato – 1893 (21 anos) natural de Aracaty no Ceará, residente no rio Curumu.
69. Hely Benício Maia – Paraíba – Vila Curumu
70. Hermenegildo Ferreira Torres – Paraíba – rio Companhia
71. Herondina de Andrade – 1898 (17 anos) natural do Ceará, residente no rio Limãozinho.
72. Idalino Callado – Pernambuco – rio Macacos
73. Isabel de Moura – Ceará – rio Jacaré Grande – Distrito do Itaquara
74. Jesuíno Brás de Araújo – 1900 (24 anos) lavrador, natural do Ceará, residente no rio Tajapuru.
75. Joana Baptista de Barros – Ceará – rio Macacos
76. Joana Maria da Conceição – 1899 (23 anos), serviços domésticos, natural do Rio Grande do Norte, residente no 1º distrito de Breves.
77. Joana Maria de Jesus – Ceará – cidade de Breves
78. João Antônio da Costa – 1889, natural de Portugal, residente na cidade de Breves.
79. João Antônio Nunes – 1927 (33 anos) nasceu em 1893 em Portugal (Melgaço), comerciante, residente no rio Boiussu.
80. João Antônio Nunes – Portugal – rio Parauacá – 1º distrito de Breves
81. João Câncio de Souza Mattos – Portugal – rio Macacos
82. João Corrêa Nepomuceno - Ceará – rio Itaquara
83. João Ferreira Filho – Paraíba do Norte – rio Itaquara
84. João Fortuoso da Silva – 1894 (25 anos) natural do Ceará, residente no rio Curumú.
85. João Freire Capiberibe – Rio Grande do Norte – rio Mututy
86. João Moreira de Oliveira – 1897 (22 anos), natural do Ceará, residente no rio Jupatituba.
87. João Passos Batista – 1928 (25 anos), lavrador, nasceu em 1902 no Ceará, residente no rio Jacarezinho.
88. João Pedro da Silva – Ceará – cidade de Breves
89. João Pedro de Almeida – 1891, natural do Ceará residente no rio Jupatituba, 1º distrito de Breves.
90. João Pereira da Costa – 1934 (45 anos) lavrador, nasceu em 1888 do Ceará, residente no rio Jaburuzinho.
91. João Pereira da Rocha – 1890 (22 anos), natural do Ceará, residente nesta cidade.
92. João Teixeira Pinto – Ceará – Antônio Lemos
93. João Valentim Furtado – Ceará – rio Itaquara

94. Joaquim Alves Brasil – natural do Ceará e residente no rio Ituquara
95. Joaquim Ferreira Cavalcante – 1895 (45 anos) natural do Ceará, residente no rio Laguna.
96. Joaquim Raimundo Cloms Amoes – Ceará – cidade de Breves
97. Joaquim Raimundo da Silva – 1974, natural do Ceará – residente no lugar São Sebastião - Mapuá
98. Joaquim Rodrigues Leite – 1926 (30 anos), auxiliar na empresa Moinhos de Breves, natural de Portugal (Clousech de Omar - Aveiro) – residente na cidade de Breves
99. José Alves de Oliveira – Portugal – Caruaca – 1º distrito de Breves
100. José Bruno Lobato – Ceará – Antônio Lemos
101. José Correa da Silva – Portugal – rio Macacos
102. José do Carmo de Magalhães – 1900 (35 anos) natural de Campo Largo na Bahia, residente na cidade de Breves.
103. José dos Santos Bilio – 1927 (26 anos) nasceu em 1901 no Maranhão, auxiliar no comércio, residente na cidade de Breves.
104. José Felipe Barbosa – 1925 (32 anos) nasceu em 1901, comerciante Portugal (Porto) – residente no rio Ituquara
105. José Felipe de Santiago – 1900 (19 anos), lavrador, natural do Ceará, residente no rio Caruaca.
106. José Ferreira de Andrade – Rio Grande do Norte – rio Ituquara
107. José Fortunato do Carmo – Ceará – cidade de Breves
108. José Fortunato do Carmo – Paraíba – rio Macacos
109. José Jerônimo da Silva – 1972 (67 anos), natural do Ceará – residente no lugar Sem Remédio - Mapuá
110. José Joaquim Alves dos Santos – Paraíba – rio Ituquara
111. José Joaquim da Silva – Ceará – Igarapé Cardoso – Mapuá
112. José Joaquim dos Santos – Paraíba – São Benedito – Curumú
113. José Lucas Duarte – Rio Grande do Norte – Ituquara
114. José Luiz Azevedo – Portugal – rio Curumú
115. José Martins da Silva – 1972, natural de Portugal residente na Ilha da Conceição - Jaburu
116. José Pereira da Costa – Ceará – lugar Paraíso – rio Macacos
117. José Pereira da Costa – Ceará – rio Jaburu
118. José Pereira da Silva – 1890 (24 anos), natural do Ceará, residente na cidade de Breves.
119. José Pereira da Silva – Rio Grande do Norte – Vila de Antônio Lemos
120. José Pereira de Castro – Ceará – rio Macacos
121. José Pinheiro da Silva – 1897 (37 anos) lavrador, natural do reino de Portugal, residente no 1º distrito desta cidade.
122. José Vieira da Silva – Ceará – rio Ituquara
123. Josefa Campos de Sá Pereira – rio Limão – Distrito do Aramã
124. Josephina Herminia de Moura - 1899 (18 anos) natural do Rio Grande do Norte, residente no 1º distrito de Breves.
125. Josimar Paulo da Silva – Pernambuco – Antônio Lemos
126. Jovêncio Alves dos Santos – Ceará – rio Ituquara

127. Júlio Cyriaco de Souza – 1929 (26 anos), operário, nasceu em 1902 no Rio Grande do Norte, residente na cidade de Breves.
128. Justina Maria da Conceição – 1900 (24 anos) natural do Ceará e residente no 1º distrito de Breves.
129. Laurinda Maria de Castro – 1895 (30 anos) natural do Ceará, residente no rio Preto.
130. Leotino da Costa Barros – Ceará – rio Macacos
131. Lorentino Rodrigues Fernandes – Ceará – Antônio Lemos
132. Ludugério Alves – Ceará – rio Ituquara
133. Luiz Eduardo Rodrigues – Portugal – cidade de Breves
134. Luiz Fernandes de Almeida – Ceará – rio Ituquara
135. Luiz Maciel dos Santos – Ceará – rio Contra Maré - Curumú
136. Luiz Souza Rocha – Maranhão – Antônio Lemos
137. Manoel Berthuldo – 1897, natural do Ceará, residente no rio Bahiano, 1º distrito de Breves.
138. Manoel Carneiro da Silva – 1926 (22 anos) lavrador – Ceará – residente no rio Paranacá
139. Manoel de Almeida Soares – 1889, natural de Portugal, residente na cidade de Breves.
140. Manoel Ferreira dos Santos – 1898 (26 anos) natural do Maranhão, residente na cidade de Breves.
141. Manoel Francisco Nogueira – Ceará – Distrito de Breves
142. Manoel Furtado de Mello – Ceará – rio Ituquara
143. Manoel José Ferreira – Paraíba – rio Batata - Distrito de Breves
144. Manoel Nunes Ferreira – 1897 (22 anos), artista, natural de Portugal, residente na cidade de Breves.
145. Manoel Olímpio Martins – 1898 (21 anos) natural de Mossoró – Rio Grande do Norte, residente no Furo do Gil
146. Manoel Peixoto da Silva Filho – 1896 (27 anos) natural de Aracaty no Ceará, residente no rio Tajapuru.
147. Manoel Pereira de Souza – Ceará – rio Aranaí
148. Manoel Pinto Filho – Ceará – rio Ituquara
149. Manoel Raimundo de Oliveira – Ceará – rio Ituquara
150. Manoel Raimundo Oliveira – Ceará – rio Ituquara
151. Manoel Rodrigues Leite – Portugal – São Miguel – rio Macacos
152. Manoel Soares da Silva – Paraíba – rio Tajapuru
153. Manoel Tavares de Oliveira e Silva – 1899 (23 anos), lavrador, natural do Rio Grande do Norte, residente no 1º distrito de Breves.
154. Manoel Thomás da Silva – Ceará – cidade de Breves
155. Manoel Vitor de Oliveira – rio Grande do Norte – cidade de Breves
156. Manuel Moreira dos Santos – 1895 (29 anos) natural do Ceará, residente no rio Limãozinho.
157. Maria Alves Maia – 1897, natural do Ceará, residente no rio Companhia, 1º distrito de Breves.
158. Maria Alves Teixeira – Ceará – Antônio Lemos
159. Maria Cândida de Oliveira – Ceará – rio Ituquara

160. Maria da Conceição Salviano – Ceará – rio Curumu
161. Maria Ferreira Cavalcante – Ceará – rio Boiussu
162. Maria Francisca de Almeida – 1890 (20 anos), natural do Ceará e residente na cidade de Breves.
163. Maria Francisca do Espírito Santo – Ceará – cidade de Breves
164. Maria José Brasil – natural do Ceará e residente no rio Itaquara
165. Mário Othão Bacellar – Maranhão – rio Tauauá – 1º distrito de Breves
166. Mathilde Luzia de França – 1900 (20 anos), lavradora, natural do Ceará, residente no rio Caruaca.
167. Maximiliana da Costa - Ceará
168. Menervina Campos dos Santos – Ceará – rio Itaquara
169. Miguel da Costa Barros – Ceará – rio Macacos
170. Miguel de Mattos Guilherme – 1897 (28 anos), lavrador, natural do Rio Grande do Norte, residente no 1º distrito desta cidade.
171. Moisés Bassessat – Marrocos – lugar Livramento – Itaquara
172. Olina Clara da Silva – Rio Grande do Norte – cidade de Breves
173. Pedro da Costa Barros – 1926 (48 anos) agricultor – natural do Ceará – residente no rio Macacos.
174. Plácido Silva – Maranhão – rio Macacos
175. Raimundo Amorim – Ceará – Antônio Lemos
176. Raimundo Gomes da Silva – Maranhão – rio Jaburuzinho
177. Raimundo Lopes da Silva – 1899 (35 anos) lavrador, natural do Ceará, residente no 1º distrito de Breves.
178. Raimundo Luiz Gonzaga - 1890 (26 anos), natural do Ceará, residente na cidade de Breves.
179. Raimundo Nonato da Rocha – Ceará – São Miguel- rio Macacos
180. Raimundo Pinheiro Salviano – Ceará – rio Curumú
181. Ramiro Moreira de Oliveira – Ceará – rio Buissú – 1º distrito de Breves
182. Raphael Ribeiro dos Santos – 1900 (21 anos), lavrador, natural da Paraíba, residente na cidade de Breves.
183. Raymunda Alves da Cruz – rio Itaquara
184. Raymundo Gonçalves da Costa – Ceará – rio Batata – 1º distrito de Breves
185. Ricardo Ferreira Gonçalves – 1925 (22 anos), auxiliar de comércio, nasceu em 1903 em Portugal (Vouseilla) – residente no rio Macacos
186. Rita Gomes do Nascimento- 1964, natural do Ceará - Mapuá
187. Roberto Bothebol – Antônio Lemos
188. Rodolpho Martins de Lima, falecido em 1922, natural do Rio Grande do Norte, residia na cidade de Breves.
189. Rosa Farinha Saboi – Portugal – lugar conceição do Alto Itaquara
190. Rosa Nunes – Portugal – rio Parauacá – 1º distrito de Breves
191. Rosa Nunes – Portugal (Melgaço).
192. Rosalina Marina da Conceição - 1898 (22 anos), natural do Rio Grande do Norte, residente no 1º distrito de Breves.
193. Saturnina Maria de Jesus – Ceará – Antônio Lemos

194. Saturnina Pereira de Lima – natural do Ceará, residente na cidade de Breves.
195. Severiano Medeiros – Ceará – rio Ituquara
196. Silvano de Jesus Pimenta - Portugal – lugar Livramento rio Macacos
197. Simão Bothebol – Antônio Lemos
198. Tereza Maria da Conceição – Ceará – cidade de Breves
199. Theodósia Pereira de Lima – 1933 (21 anos) serviços domésticos, nasceu em 1912 no Estado do Ceará, residente em Breves.
200. Theotônio José da Silva - 1941 (64 anos) carpinteiro, natural da Paraíba residente no Lago do Jacaré – Mapuá
201. Torquato Valle da Silva – Ceará – São Miguel –

ROTEIRO DE ENTREVISTA – TEMÁTICO

1. Nome e idade
2. Nome dos pais
3. Estado civil
4. Filhos
5. Lugar de origem (antecedentes)
6. Período do deslocamento
7. Motivos do deslocamento
8. Idade no tempo do deslocamento
9. Papel das redes no processo
10. Lugar de destino
11. Inserção na comunidade (o processo).
12. Conflitos, brigas, desavenças
13. Dificuldades de adaptação